

ALFA
Revista de Linguística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Vice-reitora

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:

PROPe
Pró-Reitoria de Pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 1981-5794 (ONLINE)
ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.58	n.2	p.247-512	2014
------	-----------	------	-----	-----------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editor responsável
Roberto Gomes Camacho

Coeditor
Gladis Massini Cagliari

Editoria Executiva
Erotilde Goreti Pezatti
Luciani de Paula
Odilon Helou Fleury Curado
Rosane de Andrade Berlinck

Revisão Geral
CCLi Consultoria Linguística

Assessoria Técnica
Ana Paula Menezes Alves

Capa
Adriana Bessa Damman

Diagramação
Eron Pedroso Januskevitz

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Christian Lehmann (Universität Erfurt), Claudia Maria Xatará (UNESP), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPA), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Eduardo Calil (UFAL), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Freda Indurski (UFRS), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Lachlan Mackenzie (LITEC), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Kees Hengeveld (Universidade de Amsterdã), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luíza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariângela Rios de Oliveira (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rosemary Arrojo (State University of New York), Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS), Seung Hwa Lee (UFMG), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação quadrimestral/Quarterly publication

Alfa: Revista de Linguística / Universidade Estadual Paulista. – Vol. 1
(1962)– . – São Paulo : UNESP, 1962–

Quadrimestral
A partir de 2014 a publicação passa a ser apenas *Online*.
ISSN impresso: 0002-5216
ISSN eletrônico: 1981-5794

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara.

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature

CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

Francis Database

IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé

LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts

MLA – International Bibliography.

SciELO – Scientific Eletronic Library Online

APRESENTAÇÃO

O presente número dá continuidade à nova periodicidade quadrimestral da Alfa, inaugurada com o volume 58. Como na apresentação dos números anteriores, faço aqui um pequeno resumo de cada trabalho para aguçar a curiosidade natural do leitor, como a de um *gourmet* passando os olhos ansiosos pelo cardápio.

Antes, todavia, destaco dois aspectos que considero relevantes. Um deles, talvez a mais importante, é o conteúdo deste número, que cumpre a missão da **Alfa** de publicar colaborações de todas as linhas de pesquisa dos estudos linguísticos, como de pronto se vê no sumário. O outro aspecto que vale a pena destacar é o perfil do conteúdo, representado pelos temas, linhas de pesquisa e perspectivas teóricas assumidas pelos autores.

Dos nove artigos que compõem este número, cinco deles tratam do texto e do discurso e dois outros, a semântica lexical; um deles contempla a relação entre transitividade e gramática de construções e, o outro, o tratamento teórico das designações, um assunto caro aos semanticistas. Nas duas colaborações finais, o léxico se mantém seja sob a perspectiva da dialetologia social, em que se destaca o conteúdo, seja sob a perspectiva da dialetologia geográfica, em que se destaca a forma. Esse perfil se reflete na orientação descendente de organização do conteúdo, que parte dos blocos maiores no processo de construção do discurso – o texto - para os blocos menores – a palavra.

Começando pelo bloco maior, abre o presente número, uma discussão de caráter teórico sobre a inter-relação das provas retóricas – *logos*, *ethos* e *pathos* – no âmbito disciplinar da Análise do Discurso. Estabelecendo um diálogo entre Análise do Discurso, Retórica e Sofística, Galinari postula que as provas retóricas devem ser identificadas mais como diferentes perspectivas de olhar o mesmo discurso do que categorias estáveis e demarcáveis teoricamente.

Em continuidade ao tratamento do texto, Ely e Negri enfocam os recursos utilizados no discurso quando a fonte de notícia é objeto “livro” em matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*. No caso específico desse texto, os conceitos de *ethos* e *pathos* discutidos metalinguisticamente por Galinari na abertura, constituem agora recursos heurísticos para demonstrar como dois cadernos do mesmo jornal tratam do mesmo assunto de modo distinto para públicos distintos.

Com base num assunto candente - aborto, legalidade e livre arbítrio -, Laforest e Gonzaga analisam o editorial de uma revista feminina para mostrar que a constituição dos sujeitos no discurso e no contexto sócio-histórico da produção

dos enunciados permite descrever relações de poder entre diferentes instâncias institucionais.

Mantendo o foco no texto, Capristano e Oliveira assumem o conceito bakhtiniano de gênero discursivo para refletir sobre a circulação imaginária das representações genéricas na projeção que faz a criança do(s) destinatário(s) na escrita. A escrita permanece como assunto no artigo de Pietri, mas numa linha menos aplicada; esse autor investiga como se desenvolveu, como objeto dos estudos linguísticos, o processo de constituição da escrita escolar na primeira metade da década de 90 do século XX.

Passemos, agora, do texto para o léxico. Com base na Gramática de Construções, Ciríaco faz a decomposição semântica de predicados como um instrumento possível para a descrição das construções de estrutura argumental em função de uma rede de significados relacionados, entendidos como extensões metafóricas de um conteúdo prototípico.

Mantendo o foco nas representações semânticas, Conde postula que a singularidade de designações, como *Operação + Cavalos de Tróia*, se assenta no fato de que essas denominações descritivas se caracterizam por uma constituição híbrida em seu modo de referenciar, misturando as propriedades referenciais do nome próprio com as de uma descrição definida.

As designações lexicais continuam no escopo dos autores, mas numa linha que enfatiza a relação entre língua e cultura. Em seu artigo, Leite e Almeida assumem uma perspectiva diacrônica para analisar o significado social dos termos e expressões referentes a epidemias de cólera e de varíola que acometeram milhares de pessoas no Ceará durante o século XIX. As conclusões a que chegam os autores apontam para a necessidade de ver a linguagem não como um simulacro da realidade, mas como parte viva da realidade social, cultural e histórica do homem.

Fecha o número, o tema da designação lexical, visto, agora, como uma variável diatópica no artigo de Seabra e Romano. Com base em dados coletados em três regiões do Brasil (Centro-Oeste, Sudeste e Sul), os principais resultados apontam para uma distribuição das variantes que ora aproxima, ora distingue as diferentes regiões estudadas.

Agora, uma palavra final. Ao promover uma reflexão própria sobre diversos temas dos estudos da linguagem, os discursos que aqui se enunciam necessariamente dialogam com outros discursos, proferidos de outros lugares sociais. É dessa conversa que as vozes aqui emitidas se singularizam, ora aproximando-se, ora distanciando-se de outras vozes similares, de modo permanente e inacabado, como convém ao debate acadêmico.

Roberto Gomes Camacho

SUMÁRIO / CONTENTS

- *Logos, Ethos e Pathos: “três lados” da mesma moeda*
Logos, Ethos and Pathos: “three sides” of the same coin
Melliandro Mendes Galinari.....257

- *Ilustrando: o livro em Vitrine e o que Mais!?: O discurso sobre o livro e a construção de imagens em matérias da Folha de S. Paulo*
Illustration: the book in *Vitrine* and what *Mais!*? The discourse about the book and the construction of images on subject-matter of *Folha de S. Paulo*
Luiz Augusto Ely e Lígia Negri287

- *La subjectivité énonciative et la constitution d'identités dans le discours de la revue féministe La vie en rose*
The enunciative subjectivity and the constitution of identities in the discourse of feminist magazine *La vie en rose*
Marty Laforest e Juliane de Araujo Gonzaga.....323

- *Escrita infantil: a circulação da criança por representações sobre gêneros discursivos*
Children's writing and their imaginary circulation by the representations of discursive genres
Cristiane Carneiro Capristano e Elaine Cristina de Oliveira347

- *Os estudos linguísticos e a constituição de objetos de discurso: os conceitos da linguística textual como referência para o tratamento teórico-analítico da escrita escolar*
Linguistic studies and the constitution of discursive objects: the theoretical framework of text linguistics as a reference to the theoretical analytical treatment of school writing
Emerson de Pietri.....371

- *A construção transitiva em PB: associando a gramática de construções à decomposição lexical*
The transitive construction in Brazilian Portuguese: towards an association of Construction Grammar to Lexical Decomposition
Larissa Ciriaco.....401

- *A sinalética das ações: o caso das denominações descritivas*
The signaletic of actions: the case of descriptive naming
Cleber Conde.....417

▪ O significado social dos termos e expressões referentes a epidemias no ceará oitocentista The social meaning of terms and expressions relating to epidemics in the nineteenth century Ceará <i>Francisco de Freitas Leite e Maria de Fátima Almeida</i>	441
▪ Menino, guri ou piá? Um estudo diatópico nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a partir dos dados do projeto Atlas Linguístico do Brasil Menino, guri or piá? A diatopic study on regions Midwest, Southeast and South from the data of Project Linguistic Atlas of Brazil <i>Valter Pereira Romano e Rodrigo Duarte Seabra</i>	463
▪ ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	499
▪ <i>SUBJECTS INDEX</i>	501
▪ ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHORS INDEX</i>	503
▪ NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS.....	505

**ARTIGOS ORIGINAIS /
*ORIGINAL ARTICLES***

LOGOS, ETHOS E PATHOS: “TRÊS LADOS” DA MESMA MOEDA

Melliandro Mendes GALINARI*

- RESUMO: Este artigo possui o objetivo de construir uma reflexão sobre a inter-relação das provas retóricas – *logos*, *ethos* e *pathos* – no âmbito disciplinar da Análise do Discurso, dialogando com a tradição retórica, com a Sofística e com autores modernos que se ocupam do assunto, tais como Ruth Amossy, Michel Meyer, Christian Plantin e outros. Para tanto, parte-se do pressuposto de que, mais do que categorias estáveis e demarcáveis teoricamente, as provas retóricas são três dimensões ou “ângulos” de um mesmo discurso ou, em outros termos, três ferramentas ou “chaves de leitura” disponíveis à sua interpretação e à especulação de seus efeitos possíveis. Como são escassas análises discursivas aptas a ilustrar/demonstrar tais postulados teóricos, o artigo contém, além de uma primeira parte, destinada a uma reflexão teórica, uma segunda parte reservada exclusivamente à análise de um discurso de caráter político que circulou no Brasil no ano de 2010, num momento anterior às eleições presidenciais.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Sofística. Argumentação. *Logos*. *Ethos*. *Pathos*.

Introdução

Direta ou obliquamente, a inter-relação entre as “provas retóricas” ou “meios de persuasão” – *logos*, *ethos* e *pathos* – “lateja” em diversos trabalhos e autores dos séculos XX e XXI, conclamando, para a ordem do dia, um debate mais aprofundado sobre o assunto, no afã de favorecer, cada vez mais, as práticas de análise argumentativa. A questão, por um lado, é carente de um investimento teórico mais aguçado; por outro – e não menos importante –, de análises discursivas ilustrativas, ou seja, de “práticas de leitura” que demonstrem, efetivamente, a conexão entre as provas retóricas na linguagem em uso. A tarefa não é nada fácil, e alguns desafios e problemas se colocam de início: como articular *logos*, *ethos* e *pathos*, sem incorreremos no risco de “triturar” tais conceitos num só e homogêneo emplasto? Considerá-los inseparáveis, “fundidos” na mesma trama discursiva, não seria jogar por terra as próprias noções individuais e a clássica divisão tripartite? Não seria contraditório, portanto, diferenciar/usar essas três palavras e tratá-las, ao mesmo tempo, como um só empreendimento retórico? Não andaríamos, por fim, em círculos, em vão exercício especulativo?

* UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Letras. Mariana – MG – Brasil. 35420-000 – melliandro@yahoo.it

Acredito, obviamente, que a resposta deságua, limpidamente, num sonoro e enfático **não!** A visualização da articulação, no plano teórico, das provas retóricas, além de ser alvissareira para as análises argumentativas, depende, ainda, no caso de se nos impor um sonoro **sim**, da competência filosófica do pesquisador em **relativizar**, ou seja, em ver as mesmas coisas – o tão falado discurso – de diferentes ângulos e perspectivas. É contando com essa competência (às vezes teimosamente rara), que buscarei demonstrar que os meios de persuasão podem ser encarados, na verdade, nem tanto como três categorias diversas ou três momentos distintos de análise, mas como **dimensões** do mesmo discurso e, principalmente, como três “ferramentas de leitura” para se conjecturá-lo, extraindo, no plano da adesão, possíveis consequências retóricas. Nesse sentido, pretendo também cogitar, em conjunto com a interdependência das provas retóricas, a hipótese de tanto o *ethos*, quanto o *pathos*, poderem ser compreendidos como desdobramentos semântico-discursivos do *logos* (em uso), o que converge para a metáfora teórica (“quase lógica”) de que temos, pragmaticamente falando, “três lados” da mesma moeda.

O ponto de partida do presente texto – a chave por excelência do problema – será, portanto, a própria noção de *logos*, mas enquanto emoldurada pela Sofística, o que nos permitirá ter uma compreensão ampliada (e não estritamente racional/demonstrativa) dessa prova retórica. Como se verá adiante, é conveniente ressaltar a polissemia do *logos* se quisermos favorecer, de modo claro, a visualização da tridimensionalidade do discurso, no que tange os seus três clássicos caminhos de convencer/persuadir. Antes de atacar, então, diretamente a questão, começo por comentar algumas fontes bibliográficas sobre o assunto, assim como alguns de seus pressupostos teóricos, no sentido de problematizar certas dicotomias conceituais com as quais estamos demasiadamente habituados. O texto, na segunda parte, conta com uma análise discursiva destinada a ilustrar as reflexões elaboradas.

Algumas fontes sobre o assunto

Antes de tudo, é interessante ressaltar que a questão da inter-relação dos meios de persuasão se faz aflorar e, por conseguinte, convoca a nossa atenção, em diversos momentos e autores, como um feixe de desdobramentos naturais das reflexões contemporâneas sobre o discurso e a argumentação. O linguista Eggs (2008), por exemplo, focalizando o *ethos*, buscou observar que o mesmo comporta, na parte reservada à *phrónesis*, uma dimensão racional e demonstrativa, ou seja, algo significativo da ordem do *logos*. É justamente nessa inter-relação que conseguimos edificar e reconstruir as “virtudes intelectuais” do orador, ou seja, uma das importantes dimensões de seu *ethos*: aquela assentada na maestria coerente/coesa nas artes do *logos*. Da mesma forma, as imagens de

si contariam, também, com o *pathos*, pois dependeriam daquilo que Aristóteles denominava *eúnoia*, a saber, o elemento *ethico* responsável pela benevolência do orador diante do seu(s) auditório(s), o que seria, portanto, propenso a dispô-lo(s) emocionalmente.

Passando à Amossy (2008), a autora nos apresenta uma reflexão semelhante, uma vez que traz à baila a dupla dimensão do *ethos*: uma reconhecidamente racional (oriunda do *logos*), outra potencialmente afetiva (proveniente do *pathos*). Plantin (2005) não foge à regra e, a seu modo, teoriza acerca da estrutura emocional do *ethos*, ligada aos estados psicológicos simulados (ou não) pela fonte da enunciação. É interessante notar que o fenômeno da tridimensionalidade do discurso, no que concerne aos seus meios de persuasão, é percebido também a partir do *pathos*, eleito agora como centro de referência: voltando à Amossy, noutro texto de sua autoria (2010), pode-se perceber a tese de que esse elemento é inseparável do *logos*, uma vez que “[...] éléments émotionnels et rationnels sont tissés dans la même trame discursive [...]” (AMOSSY, 2010, p.173). Nesse sentido, temos à nossa disposição uma série de trabalhos que buscaram demonstrar a dimensão racional dos sentimentos e/ou a sua lógica particular (ou seja, a sua parcela de *logos*, ainda que numa acepção demonstrativa, que aqui pretende-se ultrapassar), tais como Plantin (1997, 2005, 2011), Plantin, Doury e Traverso (2000) e Amossy (2010), dentre outros. De tudo isso, podemos concluir que a questão da inter-relação das provas retóricas tem sido colocada ora tendo-se o *ethos* como foco principal (como em Eggs (2008) e Plantin (2005), vistos acima), ora sob a perspectiva central das emoções e do *pathos*.

Numa perspectiva totalmente diferente (e particular), conhecida como **problematológica**, Meyer (2007, p.25) postula que “[...] o *ethos*, o *pathos* e o *logos* devem ser postos em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica. O orador, o auditório e a linguagem são igualmente essenciais.” O autor defende, assim, uma abordagem integrada dos três meios de persuasão, no âmbito de sua visão particular (problematológica) sobre a retórica, concebida como “[...] a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada” (MEYER, 2007, p.25). Em sua ótica, a retórica vem sendo definida, quase sempre, de modo fragmentado: algumas definições se deixaram contaminar, predominantemente, pela pujança do *logos* (Aristóteles, Perelman e Tyteca, Toulmin, Barthes, Ducrot), outras pela proeminência do *ethos* (retórica latina [Cícero, Quintiliano], Burke, Searle, Habermas) e outras, enfim, pela força arrebatadora do *pathos* (Platão, Richards [Retórica Americana], Teorias da Recepção etc.). A proposta do autor, aprofundada em Meyer (2008), constitui-se na tentativa de unificar e integrar essas três definições gerais de retórica (geralmente separadas), o que, de certa forma, levanta a questão do imbricamento dos meios de persuasão.

Como se pode perceber, a justificativa teórica para a integração das provas retóricas, iniciada por este artigo, é um pouco diferente das anteriores, pois parte das trilhas polissêmicas do *logos*, a partir da moldura filosófico-conceitual da Sofística, como veremos adiante. Porém, antes de colocar o problema por esse viés, gostaria de mencionar, a seguir, alguns entraves bem comuns ao entendimento da inter-relação dos meios de persuasão. Embora os autores mencionados acima se mostrem cruciais para o avanço das pesquisas em Análise do Discurso (AD), no que concerne ao tema proposto, alguns não se libertaram, ainda, de um apurado gosto por divisões rígidas e mecanicistas.

A igreja das dicotomias: um fetiche cartesiano

Em alguns trabalhos mencionados acima, curiosamente, algumas contradições e barreiras, bastante recorrentes, ainda parecem existir, bloqueando – mesmo que inconscientemente – a integração efetiva das provas retóricas. Eggs (2008), por exemplo, fundamentando-se na **sua** leitura de Aristóteles, separa os meios de persuasão em “dois blocos de convicção”: por um lado, encontramos o *logos* (classificado como inferencial, como raciocínio e como **argumentação**); noutro bloco da dicotomia, juntam-se o *ethos* (habitus, virtude, caráter) e o *pathos* (paixão, afeto). Por sua vez, Plantin (2005), ao mencionar os três caminhos para validarmos uma opinião, assim executa o seu divórcio diante do trio amoroso/retórico: para um lado vai, solitariamente, o *logos* (prova objetiva, proposicional); para outro, seguem, entrelaçados, o *ethos* e o *pathos* (“provas” subjetivas, não proposicionais). No primeiro caso, segundo o autor, o termo **prova** é entendido em seu “sentido estrito” (para não dizer lógico-demonstrativo), e somente no segundo como “meio de persuasão”.

Ora, não parece estranho, no caso de Eggs, o termo **argumentação** florescer apenas nos jardins do *logos*? O que restaria, então, para a dupla *ethos/pathos*? O fardo da **retórica**, essa erva daninha? Qual a pertinência da separação de algo – de uma “relação”, digamos, quase que matrimonial – que funcionava muito bem em número de três? No caso de Plantin, voltamos a trabalhar com oposições já demolidas por vários estudos enunciativos e discursivos, como a ingênua contraposição “objetividade x subjetividade”? Essas cômodas antíteses parecem nos encaminhar, direta ou indiretamente, para velhas dicotomias, tão caras ao campo dos estudos persuasivos. O que estaria, portanto, por trás dessa separação abstrata entre o *logos*, posto de um lado, e o binômio *ethos/pathos*, posto de outro? Resgatemos um conhecido raciocínio acadêmico.

Em muitos textos e autores, é comum notar que o vocábulo **argumentação** encontra-se definido por oposição a seu duplo – **retórica** –, na instauração de um antagonismo não sem consequências apreciáveis. Na literatura sobre o assunto,

a palavra **retórica** acha-se constantemente associada à **manipulação**, ou seja, a comportamentos discursivos pautados na **demagogia**, por lidar, perigosamente, com **emoções, desejos e anseios** das subjetividades humanas (aqui estaria o império do *pathos* e do seu inseparável companheiro: o *ethos*). Na melhor das hipóteses, tais investidas verbais, taxadas como retóricas, entrariam, mesmo que desastrosamente, no inventário dos “erros” (ou “vícios”) abusivos do raciocínio, propensos a **persuadir**. Bem diferente seria o *status* conferido à **argumentação**: nessa outra práxis discursiva, “superior”, “civilizada”, estaríamos diante de procedimentos **racionais** (ou **razoáveis**), tendentes a **convencer** o auditório pela exposição lógica, coerente e verídica das ideias (o reinado sublime do *logos*, em seu sentido restrito, isto é, lógico-demonstrativo).

Esse tipo de formulação, apresentada no parágrafo anterior, seria a responsável por entronizar um recorrente paradoxo conceitual – **“argumentação x retórica”** –, que possui, em seu “DNA”, a propriedade de se reproduzir em cascata, trazendo à luz outros dualismos, respectivamente análogos, tais como: **“convencer x persuadir”, “razão x emoção”, “lógica x retórica”, “não falacioso x falacioso”, “argumento válido x não válido”, “boa retórica x má retórica”, “objetividade x subjetividade”, “logos x ethos/pathos”** etc. Nesse credo/fetice, quase que de ordem epistêmico-cristã, temos até mesmo o desenho de uma polarização avaliativa acerca dos processos de influência: **“Influência do Bem (argumentação) x Influência do Mal (retórica)”**.

Na visão integrada da retórica e dos meios de persuasão, aqui defendida, opta-se por abandonar dicotomias como as citadas, visto que à Análise do Discurso não caberia traçar as normas e juízos necessários à atribuição de estatutos aos processos de influência, distinguindo, assim, os argumentos “válidos” daqueles “falaciosos” (isso seria um posicionamento crítico do observador, que é outra coisa, embora também importante). Por conseguinte, pelo menos na reflexão aqui proposta, pode-se arriscar a dizer que **argumentação e retórica** não possuem nenhuma diferenciação, e referem-se indistintamente a todos e quaisquer procedimentos discursivos aptos a produzir **intensidades de adesão** variadas numa situação específica. Como consequência, desfazem-se, aqui, as demais oposições, dentre elas a renomada dupla: **“convencer x persuadir”**. Como bem disseram Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.63),

[...] a oposição convicção-persuasão não pode ser suficiente quando se sai dos âmbitos de um racionalismo estrito e se examinam os diversos meios de obter a adesão das mentes. Constata-se então que esta é obtida por uma diversidade de procedimentos de prova que não podem reduzir-se nem aos meios utilizados em lógica formal nem à simples sugestão.

Diversamente das abordagens normativas e/ou “dicotômicas”, o que importa para a análise retórica (ou argumentativa) é a elucidação do funcionamento do discurso, conjeturando as suas possibilidades de influência, independentemente da “maldade” ou “bondade” dos argumentos. No entanto, se a obsessão cartesiana continua a buscar normas nesse sentido, os únicos parâmetros possíveis seriam aqueles relacionados à **eficácia**, o que implicaria em esclarecer as prováveis inclinações (do discurso) de alcançar o **êxito** persuasivo numa circunstância qualquer. Assim sendo, é interessante insistir nisto: o discurso, em sua constitutividade, **não discrimina** enunciados (supostamente) “falaciosos” de “não falaciosos”, “lógicos” de “não lógicos”, ou “argumentativos” de “retóricos”, mas se preocupa, pragmaticamente, com aquilo que é **eficiente** para se produzir a adesão. Ademais, tudo depende, ainda, do auditório e de suas suscetibilidades de influência, balizadas por valores interiorizados e por sua ligação particular com a *doxa*. É nessa perspectiva que as possibilidades de análise se tornam múltiplas, envolvendo uma gama infinita de enunciados sociais e possibilidades de influência.

Enfim, o “fetiche” das dicotomias é algo que ainda obstrui a compreensão da inter-relação das provas retóricas, na medida em que engendra o paradoxo “*logos x ethos/pathos*”, talvez estranho aos próprios dizeres da tradição retórica. Outro obstáculo, já passando adiante, é a recorrente associação do *logos* a apenas uma de suas acepções semânticas, a saber, àquela pautada em operações mentais, em raciocínios, àquilo que o discurso demonstra ou parece demonstrar. A hipótese que venho defendendo é a de que o imbricamento de *logos*, *ethos* e *pathos* carece, principalmente, de uma compreensão mais ampla do próprio *logos*, sendo o pensamento sofisticado e/ou pré-aristotélico um legado muito esclarecedor nesse sentido. É preciso perceber, cada vez mais, que o *logos* ultrapassa, radical e pragmaticamente, a sua cômoda acepção lógico-demonstrativa (deduções, induções, antíteses etc.), englobando, também, toda e qualquer dimensão da linguagem capaz de influenciar: seleção lexical, formação de palavras, modalizações, estruturas sintáticas, ritmo, entonação etc. É principalmente a partir daí que poderíamos cogitar que, tanto o *ethos*, quanto o *pathos*, são desdobramentos semântico-discursivos do *logos*, ou melhor, de seu uso, se o encaramos, obviamente, num contexto específico, sob a égide de um determinado *kairos*. É justamente essa a questão abordada na próxima parte.

Por uma sofisticação do *logos*

Partindo da citação anterior de Perelman e Olbrechts-Tyteca, pode-se cogitar que abandonar os âmbitos de um “racionalismo estrito” (em Retórica, em AD) não depende apenas de conceber o *logos* como um conjunto de operações mentais habilitadas como **razoáveis** (ou **verossímeis**), diferentemente do que acontece

em Lógica Formal, campo em que tais operações são desejadas como **necessárias** e **perfeitamente lógicas**. Em seu resgate da Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) demonstraram muito bem essa acepção do *logos* enquanto uma razoabilidade formatada por valores e pelo confronto do orador com o seu auditório, conforme nos atesta também Amossy (2011). Trata-se, a meu ver, de um grande passo na reabilitação da Retórica no século XX.

No entanto, para se ultrapassar efetivamente o famigerado racionalismo, há de se engendrar mais radicalmente a visualização do *logos* para além da noção de “operações mentais” (sejam elas lógico-demonstrativas [Lógica Formal], ou simplesmente verossímeis/razoáveis [Retórica]). Seria preciso conceber o *logos* de modo a superar o seu “sentido estrito” de prova objetiva/proposicional, como quer Plantin, para notar a sua dimensão linguístico-gramatical, semântica e prosódica. Seria principalmente por essa via, ou seja, pela consideração efetiva dessa última e multiforme dimensão do *logos* (que chama menos a atenção, mas que não é menos importante), que poderemos nos libertar das “sequelas” de uma racionalidade cartesiana e, ao mesmo tempo, visualizar melhor o imbricamento dos meios de persuasão nos discursos públicos. Nesse sentido, como foi dito, as reflexões sofísticas são de grande valia.

Em Galinari (2011), procurei demonstrar a polissemia do *logos* a partir da Sofística e de autores contemporâneos especializados no assunto, como a autora Pinto (2000), em seu livro intitulado *A doutrina do logos na sofística*. Tal obra, dentre outras, nos mostra que o *logos* não se restringe ao campo das operações mentais, dos raciocínios esboçados na materialidade do discurso, pois, assim pensando, excluir-se-ia, pode-se interpretar, o campo do **dizer**, da **enunciação**, fenômeno instaurado/permitido por toda a complexidade material e prosódica da linguagem. Desta, os sofistas foram grandes estudiosos, abarcando várias de suas dimensões, e sempre – o que é mais importante – sob uma perspectiva retórica e comunicativa.

Protágoras, por exemplo, se ocupou da “correção” dos nomes, da sua divisão em gêneros distintos; abordou, a seu modo, a tão falada relação entre as palavras e as coisas, a questão dos tempos e dos modos verbais, além de problemas ligados ao estilo, à divisão do discurso em partes, e uma série de outras questões gramaticais. Pródico, por sua vez, não fugiu à questão crucial (e semântica) da relação entre as palavras e as coisas, estabelecendo diferenças sutis de significado entre palavras afins. Hípias, outro sofista, teria se debruçado sobre o aspecto musical da linguagem, do **dizer**, tais como o ritmo, a acentuação das sílabas, a classificação destas em longas e breves etc., o que nos leva, em termos atuais, a pensar na dimensão retórica do *logos* prosódico. No caso de Antifonte, tudo leva a crer que foi ele um estudioso do fenômeno das ambiguidades, sempre de modo subordinado a finalidades comunicativas. Górgias, fabuloso sofista e orador, foi o

pensador da natureza semântico-discursiva do *logos*, das não coincidências do dizer, da não adequação metafísica entre as palavras e as coisas do mundo, fonte de enganos e equívocos na interação retórica.

Finalmente, essas outras facetas do *logos* (óbvias, se não fosse a interferência de um pensamento logicizante), que ultrapassam (mas não descartam) o seu caráter demonstrativo, racional e/ou lógico, se mostram claras no pensamento sofisticado como uma alternativa ao *logos* platônico-aristotélico ou a releituras restritas que, modernamente, se fizeram do mesmo. Outro fato interessante é que o *logos*, na Sofística, é sempre visto em relação a outros *logoi*, com os quais entra em relação dialógica, sendo encarado numa determinada situação comunicativa ou “momento oportuno” (*kairos*). Sendo assim, na continuidade das pistas legadas por aqueles pensadores (mesmo que lacunares), pode-se conceber o *logos* como toda estrutura linguístico-discursiva que, tendo força retórica num contexto determinado (ou *kairos*), salta primeiramente aos olhos, aos ouvidos e ao entendimento. Trata-se, afinal de contas, do discurso em si e de todos os seus componentes, o que ultrapassa uma visão estritamente lógica. As dimensões argumentativas do *logos* decorreriam, então, do peso circunstanciado dos atributos materiais-textuais e semânticos das línguas humanas, nos seus registros linguístico e paralinguístico.

A partir daí, seria verossímil pensar, didaticamente, em várias modalidades de *logoi* possíveis e, o mais importante, complementares na instauração da adesão, tais como: “*logos*-palavra”, com todo o peso retórico da formação de vocábulos e da seleção lexical, “*logos*-sintaxe”, “*logos* prosódico”, “*logos*-raciocínio”, “*logos* inferencial”, com seus pressupostos e subentendidos, “*logos*-narração”, “*logos*-descrição”, “*logos*-enunciação (em primeira, segunda e terceira pessoas) etc. Obviamente, todas essas e outras dimensões do *logos*, incluindo – por que não! – os raciocínios, reforçam ou constroem opiniões, “teses” ou visões de mundo, a partir de sua estrutura cognitiva e referencial, mas se desdobram, também – eis a questão –, no *ethos* e no *pathos* durante a interação. Em outros termos, isso equivale a dizer que o *ethos* e o *pathos* (as imagens de si e as emoções suscetíveis no auditório) só se tornam realidade **a partir** do discurso, ou seja, do uso de sua estrutura, de seus raciocínios, em suma, de tudo o que se chamou acima de *logos*.

Sem o *logos* em toda a sua complexidade, ou melhor, sem o uso de sua estrutura num determinado *kairos*, a busca pelo *ethos* e o *pathos* – atrelados a ele – torna-se uma viagem a esmo. Ademais, o resgate da sua rede polissêmica coloca imediatamente como problema (ou solução!) a impertinência de se considerar o *ethos* e o *pathos* de modo independente (ou separado abstratamente) do *logos*, como se aqueles fossem recursos “autônomos” de persuasão. É nessa moldura especulativa que se torna cabível questionar oposições como as de Plantin (2005) e de Eggs (2008), que, numa caprichosa engenharia, interpuseram

uma barreira entre o *logos* (prova “objetiva”, “proposicional”, “argumentativa”) e a dupla *ethos/pathos* (provas “subjetivas”, “não proposicionais”). Na verdade, quando tratamos do *ethos* e do *pathos*, apreendidos numa análise por toda sorte de meios linguístico-discursivos, estamos, mesmo que não nos demos conta, abordando também o *logos* (em uso), o que invalida qualquer diferenciação conceitual dicotômica, em termos de objetividade/subjetividade. O *logos* retórico/sofístico, relativo à linguagem em seu manejo persuasivo, é sempre proferido num determinado contexto ou *kairos*, numa certa relação particular com a *doxa* (valores/imaginários/saberes etc.), o que demonstra a sua incontornável subjetividade ao lado do (por conter o) *ethos* e o *pathos*.

Como ressaltei em Galinari (2011), acredito que um interessante caminho a ser desenvolvido seria o estudo dos modos de inter-relação das provas retóricas e de suas dinâmicas na instauração de adesões diversificadas. A estrutura prosódica, por exemplo, enquanto **logos rítmico** (ou qualquer outra dimensão do dizer), é capaz de construir, durante a enunciação, alguma imagem de seu emissor (*ethos*) e/ou suscitar emoções nos interlocutores (*pathos*). É nesse sentido que, potencialmente, o *logos* é capaz de se transmutar e de se transcodificar em *pathos*, alterando os afetos humanos. Nessa mesma dinâmica, ele se desdobra, concomitantemente, no *ethos* do orador, apresentando discursivamente o seu caráter. Tudo depende, mais uma vez, de nossa capacidade de **relativizar**, de olhar para o discurso por diferentes ângulos, sem o preconceito teórico de categorias rígidas e fixas aprioristicamente. A partir do *logos* retórico, de sua verdade construída/reforçada discursivamente, das ações que ele sugere, podemos perceber, num segundo momento ou olhar, o *ethos* que daí aflora e, num terceiro momento, as emoções passíveis de serem deflagradas (o *pathos*). É nesse sentido que as provas retóricas, mais do que categorias autônomas ou independentes, se nos apresentam como três “ferramentas de leitura” (ou “ângulos”) para se compreender profundamente o discurso em ação. Tudo isso reclamaria, convém insistir, uma apurada flexibilidade da parte do analista, ou melhor, uma competência prático-filosófica de relativizar, para além de dicotomias sacralizadas por nossa Ciência.

Finalmente, diante do exposto, pode-se esboçar um pequeno passo a passo metodológico capaz de nortear uma análise discursiva, mesmo se hipotético e provisório, levando-se em consideração a inter-relação dos meios de persuasão desenvolvida anteriormente. Para analisar um discurso, portanto, poderíamos seguir o roteiro seguinte, embora não necessariamente na ordem apresentada:

- 1) Tomar o *logos* como ponto de partida, apreendendo-se as visões de mundo e as ações postuladas por seu uso. Mas deve-se entender bem: trata-se, aqui, do **logos retórico/sofístico**, não redutível à sua acepção demonstrativa ou lógica. É importante ressaltar que esse pontapé inicial de investigação discursiva não possui a menor eficácia analítica se não tivermos em mente, bem claros, (i) a

complexidade estrutural do *logos*, que vai desde os vários aspectos elementares da linguagem (morfologia, sintaxe, prosódia etc.) até os raciocínios esboçados pelos mesmos no desenvolvimento textual, (ii) o seu caráter dialógico e responsivo diante de outros *logoi*, (iii) o seu vínculo com a *doxa* e/ou toda sorte de saberes partilhados (valores, representações sociais, estereótipos, ideologias etc.), (iv) a sua figuração e sentido num determinado contexto ou *kairos*, (v) a sua potencialidade de gerar, no plano da adesão, uma multiplicidade de impactos não redutíveis, por sua vez, a uma adesão meramente intelectual (fazer-criar), estendendo-se também a adesões comportamentais (fazer-fazer) e emotivas (fazer-sentir). Tudo isso implica, obviamente, em se considerar, ao se partir do *logos*, as suas usuais condições de produção e o enquadramento genérico do discurso.

- 2) Apreendidos os aspectos mais relevantes do *logos*, assim como as teses e ações/comportamentos postulados por ele, notar como essa mesma estrutura se transcodifica no *ethos* da instância de produção do discurso (seja ela individual ou coletiva), revelando, dizendo ou mostrando as diversas nuances de seu caráter: qualidades, defeitos, personalidade, estilo, gostos, preferências políticas, ideológicas, religiosas, temperamento etc., e como tudo isso ajuda a reforçar teses, ações e emoções na instância de recepção do discurso. No caso desta última forma de adesão (“sentimental”), chegamos automaticamente ao item abaixo.
- 3) Apreender/especular, em função de algum conhecimento que temos acerca do auditório (seus valores, visões de mundo, anseios e desejos humanos, expectativas psicossociais, perfil emotivo etc.), como o *logos* se desdobraria no *pathos*, sendo passível de deflagrar emoções como efeito discursivo. Obviamente, se não conhecemos bem o auditório ou não temos os meios de acessá-lo de alguma forma, essa tarefa se torna complicada, mas isso não nos impede de especularmos sobre auditórios possíveis, com diferentes perfis psicológicos, sobre os quais o (mesmo) discurso ou *logos* instauraria determinadas emoções.
- 4) Observar como o *ethos*, por sua vez, é também um elemento fundador do *pathos*. As imagens de si, relativas a uma instância enunciativa que se diz/se mostra de um modo (e não de outro), no momento em que passam por uma avaliação ou uma reação responsivo-moral por parte do auditório, podem desencadear emoções variadas. Em Galinari (2007), tratei melhor essa questão, com base em Plantin e Mainueneau, apontando como o *ethos* pode se desdobrar em *pathos*, mas sem deixar de ser *ethos*. Isso se deve à sua capacidade de agir por empatia, identificação e transferência, incorporando (ou não) ético-emotivamente o interlocutor.
- 5) Observar, enfim, pela via do *pathos* e do ato/tentativa de “fazer-sentir”, a edificação do *ethos*. Essa questão foi colocada em Galinari (2012) e parte do pressuposto de que alguma imagem de si, altamente patêmica, pode surgir quando o interlocutor identifica, durante a leitura ou a escuta, alguma tentativa ou algum manejo das emoções (aparentemente intencional) por parte do locutor. Assim, por exemplo, o sujeito que busca emocionar (seja de que forma for) poderia mostrar, no desenrolar deste ato, um caráter (*ethos*) de demagogo, de manipulador, de sincero, de pessoa

sensível etc., em função da avaliação particular do discurso pelo seu auditório segundo a relação particular deste com a *doxa*.

É importante ressaltar que esse passo a passo metodológico não se trata de uma “fórmula” e, como tal, uma “camisa de força” para o analista, mas apenas um caminho possível de análise a partir do *logos* ou, mesmo, uma forma (dentre outras possíveis) de se organizar a investigação de um dado *corpus*, levando-se em conta que os meios de persuasão são “três lados” da mesma moeda, três dimensões inseparáveis ou três ferramentas para se analisar o discurso. Vejamos, na próxima etapa, uma tentativa de ilustrar tudo o que foi visto até aqui.

Breve análise de “Como em Pompeia”

O texto anexado ao fim deste artigo materializa o discurso de um conhecido colunista brasileiro: Diogo Mainardi. Trata-se de um texto publicado na sua coluna on-line da revista *Veja*, em 07 de agosto de 2010, com o sugestivo título “Como em Pompeia” (MAINARDI, 2010). Para visualizar os recursos retóricos ali utilizados, seguindo o passo a passo metodológico esboçado acima, a proposta é partir do *logos* em toda a sua complexidade, mas levando-se em conta as condições de produção do discurso e o enquadramento genérico do mesmo. Rapidamente, então, faz-se interessante ressaltar algumas informações pertinentes.

Primeiramente, deve-se lembrar que o discurso circulou numa **circunstância** muito **oportuna** (ou *kairos*), em que o país se encontrava às vésperas das eleições presidenciais de 2010. O primeiro turno ocorreu, de fato, no dia 03 de outubro; já o segundo deflagrou-se no dia 31 do mesmo mês. Naquele andar de “plumagens” e carruagens, as candidaturas já haviam sido definidas e registradas, e a propaganda eleitoral gratuita começara no dia 17 de agosto, ou seja, 10 dias depois da publicação de “Como em Pompeia”. A atmosfera social já se encontrava, portanto, tensa, suscetível a toda sorte de emoções políticas. O texto de Mainardi não poderia “desertar” da guerra política em curso e, como se pode perceber, era esse o seu tema central: eleições 2010, de modo geral, e Dilma Rousseff, de modo (bem) particular, candidata pela coligação encabeçada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e que, como tal, obteve a vitória no referido pleito diante de seu principal rival: José Serra, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Outro dado relevante das condições de produção do discurso relaciona-se ao próprio orador – Diogo Mainardi –, ou melhor, a uma faceta bem relevante de seu **ethos prévio**, entendendo-se por essa terminologia um conjunto de “imagens de si” já existentes e anteriores ao discurso anexado neste artigo: estamos falando de um colunista renomado e/ou conhecido no Brasil, principalmente pelo poder de difusão da revista *Veja* (Editora Abril), madrinha midiática que o

tornou uma espécie de “celebridade intelectual” (polêmica), amado por muitos, odiado por tantos. Consagrou-se por suas posturas políticas dadas como críticas e demolidoras de tendências que “se dizem” de esquerda (ou que realmente o sejam!). Dentre tantos fatos significativos, podemos citar o seu “*best-seller*” intitulado *Lula é minha anta*, de 2007, que reúne uma série de crônicas publicadas em *Veja* que buscaram criticar radicalmente o Governo Lula e, dentre outros fatores, explorando assiduamente o escândalo de corrupção conhecido como “o mensalão”.

Tendo em vista tais informações, há de se ressaltar, ainda, o significativo fato de estarmos diante do gênero “coluna” ou “artigo de opinião”, que, por si só, já nos sinaliza se tratar de um enquadramento textual caracterizado por uma subjetividade escancarada e pela presença confessada de estratégias argumentativas, ambiente propício ao desenvolvimento aberto de pontos de vista. Tudo isso já nos dá uma expectativa dos posicionamentos e das dimensões retóricas que encontraremos pela frente, funcionando como pistas importantes para a análise e como fonte fundadora de (efeitos de) sentido. Por exemplo: conhecendo o contexto, os parceiros envolvidos na troca, o **ethos prévio** de Mainardi e as características do gênero, já podemos esperar/prever um posicionamento político contrário à eleição de Dilma Roussef e, até mesmo, à legitimidade moral de sua candidatura. E o autor não nos decepciona. Vejamos, então, alguns aspectos do *logos* retórico/sofístico no interior desse enquadramento genérico-contextual, sem a pretensão de esgotar os mínimos detalhes do texto.

Entre *logos* e *kairos*: imagens superpostas da catástrofe

Tudo começa (linhas 1 a 3) com um excerto retirado do próprio desenvolvimento do discurso (presente, mais uma vez, entre as linhas 21 e 23), em que a conjunção “se” encabeça uma oração condicional, fundando a igualdade de Dilma Roussef a Ceium Secundum como uma condição **necessária** para a sua radical semelhança com outra figura – Cuspium Pansam –, o que é reforçado pelo anafórico “ela” e pelo marcador textual “também”. Esses recursos do *logos*, sintáticos e morfológicos a um só tempo, já nos propõem de início uma operação mental fundadora de uma das principais teses do discurso em voga: a semelhança entre a candidata e as longínquas figuras do passado pompeiano. Resulta daí uma **analogia** ou **associação** tão importante para o projeto retórico do colunista, que ela é reforçada/atualizada, enquanto **tese**, a todo o momento no texto, pelos próprios poderes argumentativos do *logos* enquanto **dizer**, enquanto referência.

Essa recorrência da associação, enquanto efeito do próprio dizer, ou seja, do *logos*, visto semanticamente como construtor do “real”, se dá de diversas maneiras: (i) primeiramente, com a utilização do predicado cristalizado (ou

estrutura modalizante assertiva) “é igual a”, que exige sempre um nome como complemento (seja ele Dilma Roussef [linha 4], Ceium Secundum [linhas 1, 5 e 21] ou Cuspium Pansam [linhas 1 e 21]). “É igual a” aparece, assim, 2 vezes na linha 1, 2 vezes na linha 4 e mais 2 vezes na linha 21. Na linha 1, especificamente, a relação de associação é ainda repisada pelo operador textual (reformulativo) “melhor dizendo”, pelo qual a mesma estrutura (“Ceium Secundum é igual a Dilma Roussef”) se vê caprichosamente invertida, trocando-se, prolixamente, o sujeito pelo seu predicativo, o que gera um efeito de amplificação da referida tese; (ii) a associação encontra-se presentificada, ainda, com o auxílio de outros recursos do *logos*: na linha 14, temos o emprego da estrutura reflexiva “se assemelham”, seguida da estrutura correlativa e anafórica “tanto um quanto o outro”, colocada na posição de sujeito do próximo período. Na linha 21, lê-se novamente o anafórico “também”, que (re)introduz Cuspium Pansam na associação entre o mesmo e Dilma Roussef. Por fim, nota-se, na linha 30, a expressão comparativa “assim como”, que vincula novamente a então candidata, nas palavras do autor, às duas “múmias pompeianas”.

Dito isso, vale dizer que tal associação, atualizada no desenrolar de todo o texto, só tem razão de ser quando o enunciador-columnista nos diz quem é Ceium Secundum (a partir da linha 5) e Cuspium Pansam (a partir da linha 22), “informações” talhadas com arte e que se somam na construção de uma espécie de “espelho mágico” para Dilma Roussef. É para tanto que, primeiramente, Ceium Secundum nos é apresentado entre as linhas 5 e 7, a partir de um pequeno entimema ou raciocínio dedutivo, formalizável da seguinte maneira:

[Entimema 1]

- ❖ Aquele que foi soterrado, em Pompeia, pelas cinzas do Vesúvio quase 2000 anos atrás, é um morto e uma múmia (**premissa maior/ausente do texto**¹).
- ❖ Ele (Ceium Secundum [assim como Cuspium Pansam, pode-se acrescentar]) morreu quase 2000 anos atrás, quando as cinzas do Vesúvio soterraram Pompeia (**premissa menor/presente no texto**).
- ❖ Ele é, **portanto** [assim como Cuspium Pansam], um morto e uma múmia (**conclusão/presente no texto**).

A imagem-tese, ou conclusão, de que os políticos pompeianos são “mortos” e “múmias”, no sentido estrito dos termos, nos é apresentada pelo *logos* enquanto raciocínio dedutivo, apoiado e ativado, por sua vez, pelo *logos* enquanto conectivo (“portanto”). Com todas as informações vistas até aqui, mesmo que parciais, a estrutura do texto, com seus recursos linguísticos e (quase) lógicos, já apresenta

¹ Entende-se por “ausente” o fato de o conteúdo da premissa não estar formulado textual e explicitamente, mas dado como pressuposto, ou seja, como um saber já partilhado pelos interlocutores.

subsídios para que o leitor construa, inferencialmente, uma série de outros raciocínios (também dedutivos), projetados implícita e/ou insinuatamente pela materialidade do discurso. Basta que ele entre no jogo do enunciador-colunista e monte, facilmente, as peças do quebra-cabeça:

[Entimema 2]

- ❖ Dilma Roussef é igual a Ceium Secundum [assim como, **também**, a Cuspium Pansam] (**premissa maior/presente**).
- ❖ Ceium Secundum [assim como Cuspium Pansam] é um morto e uma múmia (**premissa menor/presente**).
- ❖ **Portanto**, Dilma Roussef é uma morta e uma múmia (**conclusão/ausente/pressuposta/insinuada**).

Trata-se de um entimema paralelo ao anterior, mas com um significativo diferencial: a sua ultrajante conclusão encontra-se **pressuposta**, ou seja, não dita abertamente, dependendo da cooperação ativa do leitor e de sua capacidade de inferir a partir de dados explícitos, a saber, da associação de Dilma às duas figuras pompeianas, em primeiro lugar, e da definição entimemática de tais personagens, como mostrado no entimema 1. É interessante notar, aqui, um escaminho deslize de sentido que certas palavras (“morto” e “múmia”) contraem, na escorregadia passagem do primeiro para o segundo entimema. Em relação a Ceium Secundum e Cuspium Pansam, elas designam, denotativamente, seres já “sem vida”, “falecidos”, e/ou “cadáveres” conservados/preservados pelo tempo, respectivamente. Em relação à Dilma Roussef, que estava “bem viva” na época da escrita do texto, tais termos só poderiam designar de modo figurado e pejorativo, atribuindo à então candidata imagens degradantes como as de pessoa “atrasada”, “anacrônica”, “decadente”, “dependente”, sem iniciativa ou personalidade próprias. Em suma, uma criatura sem voz, pensamento ou expressão pessoal.²

Em outros termos, sem perder de vista o contexto político-eleitoral, o deslize semântico fabricado pelo *logos* nos revela a imagem-tese, superposta às demais, de alguém sem vida política própria, sem posicionamento e expressão particulares. Tudo isso é reforçado, e dessa vez explicitamente, no interior do próprio texto, no momento em que se afirma, por exemplo, pelo recurso ao discurso reportado (de “Fernando Henrique Cardoso”), que Dilma Roussef “nunca fala” ou, sequer, seria um ser pensante (linhas 16-19). Nesse trecho, lemos um diálogo significativo do *logos* mainardiano com outros discursos sociais, no sentido de mostrar o seu acordo e consonância: trata-se, pode-se cogitar, do discurso tucano (PSDB),

² Temos aqui o que se poderia chamar, segundo a Teoria das Falácias, de “falácia semântica”, relativa à mudança de sentido de um mesmo termo durante a argumentação, explorando o fenômeno das ambiguidades.

se nos baseamos na fala reportada do ex-Presidente da República, que, por si só, funcionaria (para alguns) como argumento de autoridade, incrementando e transcodificando-se no (“bom”) *ethos* do enunciador-colunista.

Prosseguindo com a análise, é conveniente mostrar que o *logos*, com todos os seus recursos morfossintáticos e lógicos, não para por aí, e ativa outros raciocínios no desenrolar do texto, com base na primeira associação apresentada. Mais uma dedução entimemática se soma aos nossos olhos entre as linhas 7 e 16, introduzida pelo operador textual “além de” (linha 7), que pode ser formulada da seguinte maneira, resumindo o trecho citado:

[Entimema 3]

- ❖ Dilma Roussef é igual a Ceium Secundum [assim como, **também**, a Cuspium Pansam] (**premissa maior/presente**).
- ❖ Ceium Secundum [e Cuspium Pansam] era candidato a um cargo público e só possuía um atributo eleitoral: o apoio de quem os gerou (um pai/padrinho) (**premissa menor/presente**).
- ❖ **Portanto**, Dilma Roussef é candidata a um cargo público e só possui um atributo eleitoral: o apoio de seu pai/padrinho (**conclusão/presente**).

Novamente, é a partir da associação entre Dilma Roussef, Ceium Secundum e Cuspium Pansam, atualizada no decorrer de todo o texto, que se chega à nova conclusão ou tese acima, acrescentando-se uma premissa menor através do operador “além de” (linha 7), em que Ceium Secundum se vê como alguém sem competência para ocupar um cargo público, tendo como único atributo o apadrinhamento do pai, ou seja, atributo algum, pelo menos na ótica do autor. A conclusão acima, diferentemente do entimema precedente, é explicitada e reforçada pelo pronome “isso” (na expressão modalizante assertiva “é nisso que”), na linha 14, que, somado ao uso do reflexivo (“se assemelham”), retoma anaforicamente o conteúdo da linha 13 (“seu pai o apoia”) e aponta, cataforicamente, para a frase seguinte: “tanto um quanto o outro só possuem um atributo eleitoral: o apoio de quem os gerou” (linhas 14 e 15). Obviamente, na sequência, o enunciador mainardiano explicita nominalmente o referente para o famigerado pai/padrinho de Dilma: o Presidente Lula.

Tal tese, imagem ou conclusão acerca da candidata Dilma, ou seja, o suposto fato de ela possuir, como atributo ou qualidade, apenas o fato de ser “apadrinhada” por Lula, aparenta ser o principal efeito intelectual (fazer-criar) do **logos retórico/sofístico** presente no texto. Isso porque ela é reforçada e atualizada, novamente, a partir da linha 21, quando entra em cena o comparante Cuspium Pansam, já aludido anteriormente. Lula é colocado como **aposto** na linha 26, ganhando ênfase como o padrinho de Dilma e como aquele que pede

para nela votar há mais de dois anos, “libertina e oportunisticamente”, como fizera Fabius Eupor na antiga Pompeia. Sem entrar em maiores detalhes, e para citar mais alguns aspectos importantes do *logos* presentes no texto, deter-me-ei no pequeno trecho que vai da linha 30 (“Assim como...”) à linha 36 (“...padrinho”), fragmento que também reforça a tese presente no entimema anterior, mas de modo bem particular. Vejamos.

Nesse momento, Mainardi nos agracia com uma impactante “mininarrativa”, atualizando novamente, em seu início (linhas 30-32), a associação entre Dilma, Ceium Secundum e Cuspium Pansam. Para tanto, se vale da expressão conjuncional comparativa “assim como” e do aposto “múmias pompeianas”, que designa as duas últimas figuras. Essa jogada discursiva, além de reforçar, mais uma vez, a tese presente no entimema 2, a saber, a de que Dilma Roussef é uma “múmia” (leia-se alguém sem personalidade própria e incapaz de governar um país), vem reforçar também a tese do entimema 3, pois afirma que, do passado a hoje, ela “sempre se manteve à sombra de alguém”, ou seja, de algum pai/padrinho. Como se vê, as duas teses são interdependentes, formando, quase que musicalmente, uma espécie de contraponto melódico, partindo de uma analogia (forjada) entre a candidata e certos personagens escolhidos a dedo do passado italiano. A partir daqui, enreda-se um pequeno testemunho de vida, um pequeno efeito de biografia, em que se nota claramente o uso dos pretéritos perfeito e imperfeito (“manteve”, “participava”, “era”, “casou-se”, “trocou-o”, “se tornou”), relatando-nos ações, estados e acontecimentos encadeados por operadores textuais de temporalidade, como “quando” (conector interfrástico que indica tempo simultâneo entre o conteúdo das frases [linha 32]), por um lado, e “primeiro” e “depois” (marcadores que justapõem e ordenam eventos no tempo/ espaço [linhas 33-34]), por outro.

Dessa forma, o texto evoca um arquivo, uma memória, ou melhor, saberes enciclopédicos relativos à tão falada participação da candidata na luta armada, na oposição cerrada à ditadura militar, mas ressignificando tal participação à sua maneira: na versão do autor, Dilma só teve importância enquanto “mulher”, sendo o seu singular estatuto o de “Amélia”. O *logos* aqui, com todos esses recursos (operadores textuais + pretéritos) e, também, com o uso dos termos “mulher” e “Amélia” adjetivizados, vem documentar a tese (insinuada/implícita) do não protagonismo político da candidata na luta armada contra a ditadura: ela teve importância, novamente, não como agente político, como subjetividade e inteligência atuantes, mas como alguém que estava na “cozinha” do levante, na parte secundária da luta.

Nesse íterim, nota-se, como já se vem mostrando, a escolha do léxico enquanto dimensão fundamental do *logos*, além de tempos verbais e operadores: Dilma “casou-se”, primeiro, com alguém designado pelo sintagma “um

terrorista” (artigo indefinido [que despersonaliza] somado a um termo por si só já extremamente pejorativo [“terrorista”]), fato que aponta para a possível tese, também implícita, de que, além de ter papel secundário na luta armada (pois era “mulher”), não sabia escolher muito bem seus parceiros. Como se não bastasse, dá-se ainda a escolha do carregado verbo “trocar” flexionado no pretérito, indicando-nos a suposta atitude marcante da candidata de ter substituído “um” terrorista por “outro” (sendo este um pronome indefinido que, também, despersonaliza o já negativo termo “terrorista”).

Cabe aqui uma pequena especulação: sabemos, de acordo com fragmentos dóxicos caros à cultura brasileira, com seus valores e imaginários, notadamente machistas e heteronormativos, que aquelas mulheres que “trocam” um homem por outro (promiscuamente?), principalmente homens dados como desprovidos de qualquer qualificação moral, são taxadas com termos axiologicamente pesados, para os quais o texto de Mainardi implicitamente nos conduz, numa pintura retórica e grotesca da personagem Dilma (em relação a tais termos/palavrões, e mantendo-me fiel a um certo “pudor” acadêmico, prefiro deixar ao leitor o papel de “adivinhá-los”...). Não é à toa, enfatiza o colunista, com o uso de uma estrutura sintática condicional (interrompendo os pretéritos) que, “se Dilma Roussef fosse iraniana, já estaria condenada à morte” (linhas 34-35). E a “coisa” não para por aí...

Retomando a pequena narrativa, ou melhor, o pequeno “curta-metragem” sobre a vida de Dilma Roussef, o autor nos esclarece o **modo** como a candidata construiu a sua carreira, e assim somos presenteados com o clássico clichê adverbial “de marido em marido” (linha 35). Tal expressão insinua, de modo peculiar, uma carreira no mínimo suspeita, tendo como clímax o apadrinhamento de Lula. Ora, esse pequeno recurso do *logos* (“de marido em marido”), enquanto índice de modalização e expressão da subjetividade do enunciador, torna-se, coroando-se tudo aquilo que vinha antes, um poderoso elemento, carregado de imagens-tese (subentendidas) para as quais o texto nos conduz, novamente contando-se com valores e julgamentos machistas que circulam na *doxa* nacional. O leitor, assim, essa seria a aposta de Mainardi, teria todos os elementos para concluir, inferencialmente, a tese de que estaríamos diante de uma mulher sem escrúpulos, de feições arrivistas e interesseiras, que se aproxima de homens (ou maridos) como o único meio do qual dispõe para obter sucesso na vida. O recurso adverbial é carregado de malícia e, além de contar com nossa capacidade de inferir, é enfatizado e dinamizado pela locução “foi fazendo”, que contém um aspecto verbal durativo e/ou inconcluso (do passado até chegar a Lula), indicando-nos os (maus) hábitos e costumes da candidata, ou melhor, uma maneira de viver promíscua, orquestrada como um trampolim indigno para a obtenção de êxito social e político.

Novamente, vemos aqui a potencialidade do *logos*, por meio da conjugação de seus vários setores estruturais, de nos transmitir diversas imagens-tese sobre o mundo que se superpõem, nos mostrando uma candidata sem expressão política, sem importância histórica, capaz de frequentar homens da pior espécie e sem qualquer dignidade ou especificação (**um** ou **outro** terrorista), trocando-os, a seu bel prazer, num comportamento julgado como imoral para uma mulher segundo os moldes de um imaginário conservador. Estamos, enfim, confrontados a uma “morta”, a uma “múmia”, cujo único atributo eleitoral é o apoio de Lula. Para arrematar (linhas 37-38), o autor conclui energicamente o seu raciocínio alertando-nos para os “perigos” da eleição de Dilma Rouseff, construindo uma alusão dramática à tragédia que destruiu Pompeia: com mais um artifício do *logos* enquanto dizer, ou melhor, com o uso de outra oração condicional encabeçada por “se”, orquestrada em “tom” convicto pela presença anterior de uma expressão modalizadora assertiva (“o que se sabe é que”), afirma-se categoricamente que “o Brasil será soterrado por cinzas ancestrais” (note-se a mudança profética do tempo verbal para o futuro [“será”]). Temos, com tudo isso, pelas artes do *logos*, a tese de que Dilma representa, a um só tempo, um perigo e um ancestral atraso político para a realidade brasileira.

Enfim, vimos acima uma série de teses e visões de mundo construídas pelo **logos retórico/sofístico**, com seus raciocínios e aspectos linguísticos variados, observados numa dada conjuntura (ou *kairos*). Mas, em função do próprio contexto (político-eleitoral), deve-se ressaltar, ainda, que a adesão não para por aí, a saber, num âmbito meramente intelectual, como se os interlocutores se limitassem a se colocar, mentalmente, de acordo (ou não) diante de uma opinião construída pelo texto, implícita ou explicitamente. Se um “fazer-criar” é instaurado por uma sucessão de imagens-tese que se superpõem, é no sentido de afetar as ações e os comportamentos da instância cidadã, ou seja, no âmbito da vida cotidiana: falar mal da candidata Dilma, zombar e fazer piadas de sua pessoa, fazer propaganda política opositora, divulgar seus defeitos e seus interesses escusos, denunciar as “macaquices” de Lula e, em suma, não votar na candidata, seja escolhendo o candidato tucano (José Serra) ou, até mesmo, outra candidatura (Marina Silva, do PV). Em função do contexto, podemos inferir com segurança que, se existe um “fazer-criar” (a teses/imagens/opiniões), é somente como uma adesão intermediária para se chegar, com relativo êxito, a um “fazer-fazer” (ações e comportamentos). Para tanto, o autor conta ainda com as dimensões do *ethos* e do *pathos*, que emergem naturalmente do próprio uso de tudo aquilo que se chamou, acima, de *logos*. Passemos, portanto, aos poderes do *ethos*, chegando ao item 2 do passo a passo metodológico acima esboçado.

O *ethos* no *logos*: entre “genialidade” e “demagogia”

Uma primeira observação a ser feita diz respeito ao ***ethos prévio*** de Diogo Mainardi (2010), que é bastante relevante nesse caso, pois o colunista, antes mesmo da enunciação de “Como em Pompeia”, já era (e é) conhecido por significativa parte do auditório nacional, tendo já uma “fama” e uma “reputação” solidificadas, seja como colunista e/ou escritor, seja como ativista político dotado de opiniões marcantes e polêmicas. Nesse caso, sua imagem funde-se à imagem de *Veja*, também já conhecida como veículo de informação que se posiciona, no campo político, claramente como oposição ao PT (Partido dos Trabalhadores). O ***ethos prévio*** de Mainardi, dependendo dos segmentos sociais e ideológicos que compõem o vasto auditório brasileiro, ora é tido em “boa estima”, no caso de sua legião de admiradores, que coaduna com seu estilo e ideias (notadamente opositores ao Governo Lula, ao PT e a modelos esquerdistas em geral [Hugo Chávez, Fidel Castro etc.]), ora é tido como *persona non grata* por cidadãos e instituições ligados às esquerdas em geral e, em particular, pelo PT. No caso de leitores indiferentes e/ou do senso comum (“desligados” da política), o ***ethos prévio*** poderia vir a ter um impacto menor, e a instituição da adesão poderia se dar no embate da leitura textual, observando-se, predominantemente, o *logos* enquanto raciocínio e proposições linguísticas (gerando, por exemplo, um “fazer-refletir”). Já em relação àqueles que, previamente, têm Diogo em “má estima”, poder-se-ia, por outro lado, haver já um desacordo prévio à leitura, uma grande desconfiança diante do texto ou, mesmo, a recusa em se ler a citada coluna.

Mas, diante de seu grupo particular de leitores e/ou admiradores, pode já haver uma significativa “comunhão dos espíritos” entre a instância de produção e a instância de recepção do discurso, âmbito em que a adesão diante do autor já se formata de antemão. Nessa ótica, vale a definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) para a argumentação: trata-se de um meio, nesse caso, para se **reforçar** a adesão das mentes (que já existe), e não para instituí-la pela primeira vez. Estamos, assim, diante do emblemático caso de persuadir aqueles que já pensam como o orador, que possuem os mesmos valores e engajamentos sociopolíticos (ou tendências para tanto). Nesse caso, as teses e as ações postuladas pelo *logos*, vistas acima, recebem apenas uma “bênção” de um auditório cativo, um reforço ou uma amplificação, por terem sido formuladas e argumentadas por um ***ethos prévio*** já consagrado.

Como se vê, o *ethos* (seja ele **prévio** ou **presente** no discurso analisado) adquire sua eficácia e sentido de acordo com o perfil do auditório, ou seja, seus valores e visões de mundo, tendo sua plausibilidade variando de comunidade

para comunidade, de grupo para grupo e, mesmo, de pessoa para pessoa. Daí a necessidade, quando não conhecemos concretamente o leitor,³ de, ao menos, especularmos sobre os seus possíveis perfis, para uma melhor sondagem dos prováveis impactos retóricos advindos da circulação de um discurso. Temos de ter sempre em mente que é o auditório quem **avalia** as argumentações, por meio de julgamentos responsivo-morais, balizados, conscientemente ou não, por sua filiação particular à *doxa* (valores, ideologias, representações sociais etc.). Mas deixemos de lado o **ethos prévio** de Mainardi para notarmos, em “Como em Pompeia”, como se dá a transcodificação do *logos* (visto acima) em **ethos presente**.⁴

Diante de tudo o que foi visto, não é tarefa difícil verificar as imagens de si do enunciador mainardiano que brotam da estrutura do *logos*, ao postular determinadas teses superpostas e comportamentos para a instância cidadã. Primeiramente, retomemos, juntamente com a repisada associação entre Dilma, Ceium Secundum e Cuspium Pansam, todos os artifícios linguísticos e lógico-dedutivos que desembocaram (i) na conclusão (pressuposta) presente no entimema 2 (“Dilma é uma morta e uma múmia”) e (ii) na conclusão (explícita) do entimema 3 (Ela só possui como atributo eleitoral o apadrinhamento de Lula, ou seja, nenhum mérito em si mesma). Sem entrar em detalhes, é interessante perceber como o próprio *logos* se desdobra no *ethos* do enunciador, revelando seu estilo, sua personalidade, seus valores, seu engajamento político e intelectual. Ao insinuar que a candidata é uma “morta” e uma “múmia”, em sentido figurado, ou seja, sem expressão ou iniciativa política, o texto parece formatar um **insulto**, descambando para o chamado argumento *ad hominem* (falacioso). A ofensa pessoal sempre foi uma tópica recorrente no discurso político e, nesse caso, ao ser feita sutilmente por meio de uma conclusão não dita abertamente (mas, justamente, “mal dita”!), o enunciador se mostra ardiloso, um malabarista eficaz de palavras, além de sarcástico e um crítico visceral. Mostra-se, podemos inferir, até mesmo como um “eu” corajoso, sem “papas na língua”, capaz de dizer o que quer/pensa, “doa a quem doer”, independentemente da ligação ao poder instituído dos alvos de seus disparos.

³ Obviamente, podemos dizer que conhecemos bem boa parte do auditório concreto de Mainardi e de *Veja*: os assinantes da Revista e/ou os leitores esporádicos que simpatizam com suas ideias e estilo. De certa forma, eles já se encontram implícitos, construídos e projetados pela enunciação, mas, ao seu lado, dada a alta tiragem e circulação da Revista, podemos especular, como se verá, uma série de outros interlocutores possíveis com perfil diferenciado que, por ventura, poderiam ter lido *Veja* e Mainardi por um ou outro motivo, ou mesmo por acaso.

⁴ Por **ethos presente** entendo as imagens de si que se erigem a partir da estrutura do discurso analisado (no caso, do texto “Como em Pompeia”), diferentemente do **ethos prévio**, que se assemelha à reputação do autor construída anteriormente à enunciação do texto em foco e já conhecida pelo auditório. Em Galinari (2012), justifiquei detalhadamente a razão de ser preferível a terminologia **ethos presente** no lugar da habitual **ethos discursivo**, sinônimas a princípio.

O *logos* se transmuta no *ethos*, acirrando o caráter maldoso, mordaz e provocante do enunciador, também com a leitura da mininarrativa de vida inserida entre as linhas 30-36. Obviamente, ao insinuar o comportamento promíscuo da candidata (“de marido em marido”), a sua incompetência na escolha de seus parceiros (“**um** ou **outro** terrorista”) e o seu hábito constante (“**foi fazendo** carreira”) de unir-se matrimonialmente nos termos do conhecido e desprezado “casamento por interesse”, Mainardi mostra plenamente o seu *ethos* escarminho, ácido e corrosivo, ostentando, por falta de outra expressão, seu modo particular de conceber a mulher. É interessante perceber, ainda, que a nossa busca pelo *ethos* pelas inúmeras dimensões do *logos* (em uso) pode nos levar a explorar aspectos do próprio *logos* não salientados até o momento, mas que, agora, acabam assumindo um valor argumentativo digno de nota. No texto de Mainardi, por exemplo, saltam aos nossos olhos pelo menos mais 2 características linguísticas que se desdobram em imagens de si.

Primeiramente, temos a escolha de nomes próprios como “Ceium Secundum” e “Cuspium Pansam”, protagonistas de particularidades político-eleitorais ocorridas numa temporalidade remota: “Pompeia”. A escolha de tais nomes, em língua latina, diga-se de passagem, e de histórias ocorridas num passado distante, nos apresenta um *ethos* de enunciador “erudito”, dotado de um cultivado saber enciclopédico e intelectual (que nem todos possuem), fato que, por si só, constrói uma imagem oratória que pode ser muito persuasiva, favorecendo a adesão às teses e aos comportamentos já salientados, sem contar os aplausos efusivos de quem já pensa como o orador. No que tange ainda à escolha de nomes próprios e fatos a eles relacionados, não se pode deixar de mencionar o nome “Fernando Henrique Cardoso” (linha 16), eleito, dentre tantos outros, como um argumento de autoridade no texto de Mainardi, e que, justamente por isso, vem ressaltar, mais uma vez, o seu *ethos*: alguém que possui um “referencial” no campo político, identificando-se com as ideias de um ex-presidente e de seu partido (PSDB). Enfim, além de um “*ethos* tucano”, há de se ressaltar um último aspecto linguístico do texto pertinente às imagens de si do orador: a sua modalidade acirradamente assertiva, categórica e epistemicamente necessária.

Seja no presente do indicativo, remendando comparações categóricas e afirmações retilíneas, seja narrando ou relatando fatos escandalosos por meio dos pretéritos, o sujeito da enunciação não nos deixa escapar quaisquer dúvidas acerca do seu próprio convencimento a respeito das imagens que veicula. Em outros termos, o “tom” asseverativo de “Como em Pompeia” não transmite ao leitor qualquer impressão de incerteza por parte do seu autor, que injeta ao seu conteúdo proposicional o máximo grau de verdade epistêmica. As escolhas são claras: Dilma, por exemplo, não “seria” igual (ou simplesmente “se parece[ria]”) com as múmias pompeianas, ela inequivocamente “é”. As afirmações categóricas,

vez ou outra, são também reforçadas por predicados cristalizados como “é nisso que” (linha 14), “o fato é que” (linha 35) e “o que se sabe é que” (linha 37), além de outros recursos que podem ser dispensados de menção. Apenas para citar mais um fato marcante do “tom” inequívoco do enunciador, que impõe uma verdade necessária (e quase inquestionável) à *mis en scene* textual, basta retomar as estruturas condicionais encabeçadas pela conjunção “se”, presentes: (i) na linha 21 (em que Dilma é **necessariamente** igual a Cuspium Pansam, a partir do fato de ser igual a Ceium Secundum); nas linhas 28-30 (o **necessário** oportunismo de Lula a partir do oportunismo do sagui); nas linhas 37-38 (a **necessária** tragédia brasileira caso Dilma seja eleita).⁵

Em síntese, no que tange ao *ethos*, pensando-o como um desdobramento semântico-discursivo do *logos*, Mainardi se mostra um colunista **convicto/convencido, ardiloso e hábil** com as palavras, um **crítico ferino, ácido e corrosivo**, um **provocador corajoso**, além de **cultivado, erudito** e, como se não bastasse, de fortes inclinações **tucanas**. No entanto, a confecção final do *ethos* só se dá com/na leitura e, sobretudo, na avaliação de tais aspectos pelos interlocutores concretos. Nesse sentido, as imagens de si do enunciador recebem o seu grau máximo de acabamento apenas na interação verbal, ou, melhor dizendo, diante de um auditório determinado, munido, conscientemente ou não, de uma rede complexa de valores, visões de mundo e imaginários. Em última instância, são os modos de filiação à *doxa* que permitiriam, por exemplo, a formatação final de um *ethos* machista, conservador ou “de direita”, atribuído à Mainardi por leitores petistas ou, mesmo, por integrantes de correntes diversas ditas da esquerda (antitucanos) e/ou indivíduos que possuem, em comum, apenas o fato de serem contra o propagado sensacionalismo e partidarismo político da revista *Veja*.

O mesmo raciocínio especulativo vale se inferimos um auditório que pensa ou tende a pensar conforme o autor (psdbistas, antipetistas, antilulistas, antidilmistas etc.), diante do qual a argumentação vem apenas amplificar uma adesão prévia, presenteadas ao autor de antemão. Nesse caso, restaria apenas à figura do “guru intelectual” dizer a todos aquilo que já é esperado, sobressaindo-se dessa ansiosa expectativa um *ethos* de comentarista político “genial”, “lúcido” e “competente”, apto a analisar, com arte, as profundezas daquela situação político-eleitoral brasileira. Eis que passamos, então, a outra importante dimensão da análise: ao falar do auditório, adentramos na dimensão patêmica do discurso. Vejamos rapidamente.

⁵ O único momento do texto em que o “tom” asseverativo parece dar lugar a uma posição de dúvida ou incerteza está na linha 18, quando é empregada a estrutura modalizante “pode ser que”, com o verbo auxiliar “poder”. Mas a conjunção “ou” e o “falso dilema” que ela introduz (também conhecido como um raciocínio falacioso), somado ao teor ofensivo do trecho, nos revela ser apenas mais um recurso retórico irônico/escaminho.

O *pathos* no *logos*: do contentamento à indignação

Antes de tudo, vale recordar, conforme discutido em Galinari (2007), que o *pathos* se caracteriza como um amplo leque de recursos semióticos, não fixáveis aprioristicamente, ou melhor, de um modo abstrato e distante da conjuntura efetiva de um dado discurso. No campo retórico/argumentativo, esse antigo termo diria respeito, assim, a todos e quaisquer aspectos linguístico-discursivos (*logos*) capazes, numa circunstância determinada (*kairos*), de desencadear **no** auditório algum tipo de reação afetiva. O *pathos* seria, portanto, uma **tentativa**, uma **expectativa** ou uma **possibilidade** contida nos discursos sociais, no sentido de despertar algum sentimento no alocutário. Nessa linha de raciocínio, o *pathos* não compreenderia propriamente as emoções, mas, sim, as suas garantias simbólicas ou, em termos linguísticos, os seus elementos linguageiros deflagradores. Dessa forma, se algo do universo do *logos* (uma analogia, uma disposição sintática, um item lexical, um estilo, um tema, um conteúdo implícito etc.) é alçado à magnitude do *pathos*, isso depende, ainda, da consideração (novamente) da instância de recepção: é somente no instante de sua entrada nos meandros do perfil dóxico e/ou psicológico do auditório, com seus valores, engajamentos e imaginários, que esse “algo” da linguagem adquire (ou não) um estatuto patêmico qualquer. Tudo fica a depender, assim, de possíveis julgamentos responsivo-morais, ativados interacionalmente nas subjetividades do auditório, em seu contínuo confronto com os conteúdos enunciados pelo *logos*.

Diante disso, e uma vez que não possuo os meios para precisar exatamente quem foi, empiricamente, o(s) auditório(s) de “Como em Pompeia”, com seu(s) perfil(s) valorativo(s) ou moral(is),⁶ resta-me apenas fazer algumas especulações diante da transmutação do *logos* em *pathos*, incluindo, nesse exercício, os seus possíveis efeitos retóricos. Várias esfumaturas emocionais seriam possíveis, portanto, de acordo com o perfil dos leitores. Para começar, podem-se citar, primeiramente, os raciocínios e imagens-tese apresentados na estrutura do *logos*, a saber, a conclusão implícita de que Dilma é uma múmia/morta (entimema 2), ou seja, alguém sem expressão política, possuindo, como atributo eleitoral, apenas o apoio de Lula (entimema 3). A isso se soma, com todos os recursos do *logos* já vistos, com suas escolhas lexicais, sintáticas e implicações, o retrato de uma candidata “muda”, que nunca fala, e que, talvez, também não pense, ou não seja capaz de saber (ela mesma) o que pensa; alguém notável apenas na sua condição biológica de “mulher” (e de “Amélia”, socialmente falando), no que tange a sua participação (secundária) na luta armada, momento em que se pôs a frequentar

⁶ Como afirmado em nota anterior (3), temos certeza de quem é uma parcela desse auditório: os assinantes de *Veja* e leitores de Mainardi, mas sabemos que, nem sempre, o auditório projetado pela enunciação coincide exatamente, em sua possível complexidade, com a multiplicidade de leitores concretos.

homens do pior gabarito (“terroristas”), no promíscuo afã arrivista (“de marido em marido”) de “fazer carreira” a qualquer custo.

Ora, esse ultrajante conteúdo construído pelo *logos*, como vimos, além de construir/reforçar teses a respeito da imagem de Dilma Roussef, incitando o leitor a determinadas ações e comportamentos, acaba também por instituir, concomitantemente, um “fazer-sentir”, variável e fluido em função do auditório. Sendo assim, um leitor “tucano”, de “direita”, ou antipetista – pode-se especular –, poderá experimentar emoções tais como a **alegria/contentamento**, o **riso** debochado e/ou a **indignação** frente à dita candidatura, numa relação de possível identificação total para com o discurso. A não ser se pensamos, por exemplo, em auditórios não simpáticos à atual Presidente (como, por exemplo, simpatizantes de partidos de “extrema” esquerda, como PSTU, PSOL ou PCO), mas que preferem usar, em suas críticas, argumentos dados como intrinsecamente “político-ideológicos”, ao invés de expedientes baseados no insulto pessoal e no deboche demagógico. Daqui poderia até mesmo resultar sentimentos como a **perplexidade/espanto**, ou mesmo uma ligeira **tristeza** em relação ao nível dos debates políticos em tempos atuais.

Já um auditório pró-Dilma (e por que não, a própria candidata), com certeza se retorceria num alto grau de **ódio** político, **repugnância** e **revolta** contra conteúdos avaliáveis como de “baixo nível” e de pretensiosa maldade ou covardia simbólicas. Seja de que modo for, vemos no *logos* de Mainardi uma série de recursos que, com a avaliação de auditórios possíveis, se somam potencialmente na constituição de uma força patêmica (um “fazer-sentir”). Ao lado de um “fazer-crer” já demonstrado acima, tais expedientes convergeriam para a finalidade última do discurso, isto é, uma adesão predominantemente acional/comportamental: não votar na candidata Dilma (“fazer-fazer”) – conforme a intenção de Mainardi e do auditório suscetível à sua influência –, ou continuar votando nela, até mesmo por teimosia (outros auditórios). Há de se ressaltar ainda a emoção do “medo” como efeito possível. O *logos*, ao comparar o trágico evento de Pompeia com a situação política daquele momento no Brasil, prevendo, profeticamente, a ruína do país (caso Dilma fosse eleita), confere ao discurso um caráter dramático capaz de amedrontar um auditório suscetível à retórica do enunciador. A partir do medo, ou da apreensão, talvez as outras candidaturas representassem um alívio e uma opção mais prudente.

Do *pathos* no *ethos* ao *ethos* no *pathos*: a detecção de uma intenção de emocionar

Voltando ao passo a passo metodológico esboçado acima (número 4), podemos visualizar o *pathos* também por meio do que já foi dito sobre o *ethos* do enunciador.

O colunista, ao se mostrar **convicto, sarcástico, ardiloso** ou, mesmo, um **crítico ferino, ácido e corrosivo**, revelando-se, sobretudo, como um **provocador corajoso, cultivado, erudito e tucano**, estaria também contribuindo na instauração de sentimentos como a **antipatia**, o **asco** ou a **repulsa**, no caso de um auditório dilmista, ou o contrário disso (**simpatia, atração, deslumbre**), no caso de um auditório antipetista ou favorável ao orador. É dessa maneira que podemos ver como o *logos* se transmuta no *ethos*, e este, por sua vez, num recurso de ordem patêmica. Trata-se aqui da capacidade do *ethos* de agir por empatia ou identificação, incorporando ético-emotivamente o interlocutor (ou o contrário de tudo isso: uma relação de antipatia, de não identificação ou ruptura).

Vendo as coisas de outro ângulo, pode-se até mesmo incrementar aqui a análise vista acima sobre o *ethos*, uma vez que este é também edificado no momento da identificação do leitor de um possível ato/tentativa (intencional) de “fazer-sentir” (passo metodológico 5). Uma vez identificado pelo interlocutor o intuito do texto de instaurar o **riso**, o **deboche** ou a **indignação**, diante da candidatura de Dilma Roussef, o *ethos* do enunciador pode ser avaliado como **falacioso, enganador** ou **demagogo**, por parte de um auditório não simpático ao seu estilo e ideias. Este veria Mainardi, novamente, como um colunista que argumenta pelo **insulto**, e não por argumentos genuinamente políticos e sociais. Já por um auditório antidilmista ou “de direita”, a tendência é este ato/tentativa de “fazer-sentir” desembocar – uma vez notado – na consagração de um *ethos* de **inteligente**, de **sagaz** e de **corajoso**, por veicular a “verdade” que poucos querem ver/dizer. Com tudo isso, chegamos, finalmente, ao término da análise de caráter meramente ilustrativo proposta por este artigo.

Acredito ter demonstrado a pertinência de se postular a interdependência das provas retóricas e, mais ainda, a sua utilidade enquanto prerrogativa teórica para a análise de discursos sociais. É interessante ressaltar, como última observação, que o próprio *ethos* e o *pathos*, se os vemos como indícios da intenção manifesta do enunciador (seu próprio caráter, engajamento político e emoções), se mostram como elementos já prévios ao texto analisado, sendo, dessa forma, também determinantes para a configuração do próprio *logos*, tal e qual este se nos apresentou pragmaticamente. Enfim, cabe-me formular algumas derradeiras palavras.

Considerações finais

Diante de tudo o que foi dito, resta-me apenas, à guisa de reflexão, contar um “causo” que nos é magistralmente apresentado na obra de Romeyer-Dherbey, quando o autor busca resgatar as reflexões de Protágoras, um dos maiores sofistas atuantes na Atenas do século V a. C. Segundo testemunhos, foi nas *Antilogias*

(uma de suas obras perdidas) que o sofista teria construído as suas indagações sobre os responsáveis pela morte de um suposto Epitímio de Farsália. Conta-se que a vítima, durante um evento olímpico, fora atingida acidentalmente por um dardo, vindo trágica e conseqüentemente a óbito. Na ótica de Protágoras, aqui teríamos um impasse e uma impossibilidade de esclarecer a “verdade” sobre essa morte, dada a interferência de discursos duplos, de diferentes pontos de vista. Dessa forma, teríamos três explicações para o evento fatal, segundo óticas ou auditórios diferenciados:

[...] para o médico, foi o dardo que causou a morte [aqui devemos levar em consideração que, para o direito arcaico, um objeto podia ser considerado culpado; e, assim, teríamos a *causa mortis*: perfuração, hemorragia e óbito!]; para o juiz, foi quem o lançou [a pessoa física, crime doloso!]; para a autoridade política, foi o organizador dos Jogos [que deveria ter previsto e evitado a situação, tecnicamente falando.]. (ROMEYER-DHERBEY, 1986, p.22).

Tal especulação de Protágoras nos leva para além da Lógica Formal e do princípio da contradição rigidamente lógica, o que é característico dos discursos públicos/retóricos. Instaura-se, assim, epistemologicamente, um **perspectivismo** filosófico apto a abarcar uma profusão de pontos de vista possíveis/necessários em torno das questões sociais. Voltando ao tema das provas retóricas, enfim, me parece ser esta a postura epistemológica que deveríamos ter, enquanto analistas do discurso, para visualizar a sua inter-relação nos discursos: é preciso olhar para os *corpora* sob os auspícios de diferentes perspectivas (a saber, a do *logos*, a do *ethos* e a do *pathos*), especulando sobre a sua natureza, os seus efeitos possíveis e relativizando, na falta de dados concretos, os perfis verossímeis do auditório.

GALINARI, M. M. *Logos, ethos and pathos: “three sides” of the same coin*. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.257-285, 2014.

- **ABSTRACT:** *This article aims to develop a reflection about the interrelation among the rhetorical proofs – logos, ethos and pathos – in the disciplinary scope of Discourse Analysis, dialoging with the rhetorical tradition, the Sophistic and the modern authors who occupy themselves with this subject, such as Ruth Amossy, Michel Meyer, Christian Plantin and others. Therefore, this study assumes that, more than stable and theoretically marked out categories, the rhetorical proofs are three dimensions or “angles” of a unique discourse or, in other terms, they are three tools or “reading keys” available for interpretation and speculation on their possible effects. As there is a lack of discursive analysis which are capable of illustrating/demonstrating such theoretical premises, this research contains both, a first part, that is geared towards a theoretical reflection, and a second part, exclusively reserved for the analysis of a political discourse that circulated in Brazil, in 2010, prior to the Presidential Elections.*
- **KEYWORDS:** *Discourse Analysis. Sophistic. Argumentation. Logos. Ethos. Pathos.*

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Contribuição da nova retórica para a AD: o estatuto do logos nas ciências da linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. *Análises do Discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. v.4, p.11-28.

_____. *L'argumentation dans le discours*. 3.éd. Paris: Armand Colin, 2010.

_____. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In: RINN, M. (Dir.). *Émotion et discours: l'usage des passion dans la langue*. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p.113-125.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p.29-56.

GALINARI, M. M. Sobre ethos e AD: tour teórico, críticas, terminologias. *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v.28, n.1, p.51-68, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v28n1/v28n1a03.pdf>>. Acesso: 07 fev. 2014.

_____. A polissemia do logos e a argumentação: contribuições sofisticadas para a Análise do Discurso. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p.93-103, nov. 2011.

_____. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W. A.; MENDES, E. *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.221-239.

MAINARDI, D. Como em Pompeia. *Veja*, 07 ago. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/mainardi/na-revista/como-em-pompeia/>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

MEYER, M. *Principia Rhetorica: une théorie générale de l'argumentation*. França: Fayard, 2008.

_____. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Lógica e retórica. In: PERELMAN, C. (Org.). *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.57-91.

PINTO, M. J. V. *A doutrina do logos na sofística*. Lisboa: Edições Colibri: Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

PLANTIN, C. *Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang, 2011.

_____. *L'argumentation: histoire, théories e perspectives*. Paris: PUF, 2005.

_____. L'argumentation dans l'émotion. *Pratiques*, Metz, n.96, p.81-100, déc. 1997.

PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

ROMEYER-DHERBEY, G. *Os sofistas*. Lisboa: 70, 1986.

Coluna do

Diogo Mainardi

Opinião e comentários do colunista mais lido de VEJA
07/08/2010 às 0:02 \ [Na revista](#)

Como em Pompeia

1. "Se Dilma Rousseff é igual a Ceium Secundum, ela é igual também a Cuspium
2. Pansam. Seus cartazes de propaganda eleitoral, resgatados nas ruínas de Pompeia,
3. aludiam exclusivamente à figura de seu padrinho"
4. Ceium Secundum é igual a Dilma Rousseff. Melhor dizendo: Dilma Rousseff é igual a
5. Ceium Secundum. Quem é Ceium Secundum? Ele é, antes de tudo, um morto. Ele morreu
6. quase 2000 anos atrás, quando as cinzas do Vesúvio soterraram Pompeia, em 24 de
7. agosto de 79. Ele é, portanto, um morto e uma múmia. Além de ser um morto e uma
8. múmia, Ceium Secundum, no momento da tragédia que matou todos os moradores da
9. cidade, era candidato a um cargo público. Quando os arqueólogos italianos, no século XIX,
10. desenterraram Pompeia, encontraram alguns de seus cartazes de propaganda eleitoral.
11. Um deles dizia o seguinte:
12. *Ceium Secundum para duoviro.*
13. *Seu pai o apoia.*
14. É nisso que Ceium Secundum e Dilma Rousseff se assemelham. Tanto um quanto o outro
15. só possuem um atributo eleitoral: o apoio de quem os gerou. O primeiro tem o apoio do
16. pai, a segunda tem o apoio de Lula. Na última quarta-feira, em Paraty, Fernando Henrique
17. Cardoso declarou que ninguém sabe o que Dilma Rousseff pensa porque ela nunca fala.
18. Ela nunca fala porque ninguém quer que se saiba o que ela pensa. Ou pode ser que ela
19. nunca fale porque nem ela sabe o que pensa. O que conta, para ela, é apenas quem a
20. apoia. Dilma Rousseff para *duoviro*? Sim: melhor do que para presidente.
21. Se Dilma Rousseff é igual a Ceium Secundum, ela é igual também a Cuspium Pansam.
22. Seus cartazes de propaganda eleitoral, resgatados nas ruínas de Pompeia, aludiam
23. exclusivamente à figura de seu padrinho:
24. *Cuspium Pansam para conselheiro.*
25. *Quem pede para votar nele é Fabius Eupor, o príncipe dos libertinos.*
26. O padrinho de Dilma Rousseff, Lula, pede para votar nela. Na verdade, ele vem pedindo
27. isso há mais de dois anos, num gesto de pura libertinagem eleitoral. Lula tem um grande
28. senso de oportunidade. Se um sagui é capaz de escolher o momento certo para entrar
29. pela janela da cozinha e pegar um cacho de bananas, Lula foi capaz de escolher o
30. momento certo para atropelar as leis e apoiar sua candidata presidencial. Assim como
31. Ceium Secundum e Cuspium Pansam, as múmias pompeianas, Dilma Rousseff sempre se
32. manteve à sombra de alguém. Quando participava da luta armada, seu principal papel era
33. o de mulher. Ela era a Amélia da VAR Palmares. Primeiro, casou-se com um terrorista.
34. Depois, trocou-o por outro terrorista. Se Dilma Rousseff fosse iraniana, já estaria
35. condenada à morte. O fato é que, de marido em marido, ela foi fazendo carreira na
36. burocracia estatal, até chegar a Lula, que se tomou seu pai, seu padrinho. Ninguém sabe
37. o que ela pensa porque ela nunca fala. O que se sabe é que, se ela for eleita daqui a dois
38. meses, o Brasil será soterrado por cinzas ancestrais.

Por Diogo Mainardi

<http://veja.abril.com.br/blog/mainardi/na-revista/como-em-pompeia/>

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

ILUSTRANDO: O LIVRO EM VITRINE E O QUE MAIS!?: O DISCURSO SOBRE O LIVRO E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS EM MATÉRIAS DA FOLHA DE S. PAULO¹

Luiz Augusto ELY*
Lígia NEGRI**

- RESUMO: Este trabalho é resultado de nossa pesquisa em que investigamos os recursos quando se tem o objeto “livro” como fonte de notícia em matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, veiculadas no mês de março de 2008 no caderno de variedades – *Ilustrada* – e no suplemento literário – *Mais!*. Assim, nos deparamos com uma diversidade de textos, compostos por gêneros discursivos característicos; entretanto, certos textos nos chamaram a atenção, pois, ainda que publicados como matérias de jornal, mais parecem textos literários, devido ao espaço em que são divulgados e, certamente, por conta do público a quem são destinados. Além disso, podemos conceber que os discursos representam o mundo e, assim, suas enunciações são parte integrante desse mundo representado, daí a associação entre essa concepção e a categoria de cena da enunciação. Desse modo, nos faremos valer dos conceitos de *ethos* e *pathos*, afinal, ainda que tenhamos dois cadernos de um mesmo jornal, estes periódicos são pensados tendo como público sujeitos distintos. E, ao considerar essas noções, pretendemos apontar a construção de imagens de leitores na constituição das imagens dos cadernos analisados, bem como justificar essa abordagem distinta da *Folha de S. Paulo* ao se tomar o objeto “livro” como notícia.
- PALAVRAS-CHAVE: Cena da enunciação. Discurso. *Ethos*. Livros. *Pathos*.

Introdução

Desde a Antiguidade até os dias atuais, é consensual que o objeto “livro” sempre chamou muita atenção para si, pois quem possui um livro geralmente sabe ler e, em nossa sociedade, saber ler representa um determinado poder, poder este simbolizado pela primazia do livro como suporte da voz da razão e do saber, ou seja, como um demarcador do mundo da cultura e da erudição.

¹ Este trabalho é resultado de análises realizadas em dissertação de mestrado apresentada por Luiz Augusto Ely ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Lígia Negri.

* UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR – Brasil. 80.060-150 – luizaugustoely@gmail.com

** UFPR – Universidade Federal do Paraná. Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas. Curitiba – PR – Brasil. 80.060-150 – lignegri@ufpr.br

Assim, poderíamos refletir tendo em vista o sistema dos livros como a expressão de uma vontade de verdade, definida nas palavras de Michel Foucault (2004, p.17) como sendo, possivelmente, o “[...] modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.”

Desse modo, podemos inferir a constituição de uma possível ordenação do discurso a partir da ordem apresentada pelos livros, uma vez que esta supõe toda uma cadeia em que estariam envolvidos elementos acerca da produção, da distribuição, da comunicação e, sobretudo, da recepção e do acesso ao mundo dos livros, sendo relevante, portanto, uma análise não só dos mecanismos que tocam a leitura, mas também um estudo a propósito do universo que a envolve e faz com que se desenvolva em suas diversas formas.²

Assim, é possível observar que a mídia de uma forma geral aponta como leitura exclusivamente a leitura de livros de literatura, sendo um bom leitor, portanto, o indivíduo que se aproprie dos textos dos grandes autores, das obras de referência, ou seja, dos cânones literários.

Tendo em vista esse cenário e estabelecendo uma relação por meio de uma abordagem de como a mídia pensa e vislumbra o livro, é possível afirmar que lhe é dado um tratamento “especial”, seja no jornal, seja na revista, pois na grande maioria dos enunciados em que o “livro” é referenciado, lhe é atribuído um caráter de entidade, de objeto sagrado.

A pesquisadora Isabel Travancas, em *O Livro no jornal* (2001), nos mostra as ligações entre esses objetos tão distintos e ao mesmo tempo tão próximos: o livro e o jornal. A autora aponta uma reflexão sobre a forma como o jornal se refere ao livro, ou seja, como um produto de uma sociedade de massa, um centro de notícia. Para realizar tal reflexão, faz uma comparação entre quatro suplementos literários – *Idéias (Jornal do Brasil)*, *Mais! (Folha de S. Paulo)*, *Les Livres (Libération)* e *Le Monde des Livres (Le Monde)* – do Brasil e da França, países formados por sociedades modernas, capitalistas, com uma indústria cultural dinâmica e em que o livro possui grande valor simbólico. A autora afirma que

[...] os cadernos de livros dos quatro jornais podem ser vistos como uma categoria de apreensão da realidade. Como tal valorizam alguns aspectos do vasto universo dos livros, dos quais são incentivadores e defensores. Um dos primeiros dados percebidos ao longo dessa análise é o lugar de destaque da literatura em geral e, nela, o romance é o gênero predileto. (TRAVANCAS, 2001, p.61).

² O historiador Roger Chartier apresenta, de forma mais detalhada, aspectos a respeito desse fenômeno em obras como, por exemplo, *A aventura dos livros: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Imprensa Oficial do Estado, 1999; e *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

[...] Assim, os suplementos se tornam, por um lado, o lugar privilegiado de expressão do livro, – atingindo um público específico e segmentado, um público considerado leitor em potencial dos livros ou ‘já leitor’ –, e por outro o instrumento de transmissão de uma noção particular da literatura e do livro de um modo geral. (TRAVANCAS, 2001, p.27).

Ela também observa que

[...] ainda que pareça óbvio, o fato de o jornal defender o livro, lutar pela sua existência e incentivar a leitura como ponto fundamental de crescimento de um país, é por estar próximo a ele, já que ambos são fruto da escrita, importante aquisição humana. [...] O livro é um objeto a ser ‘protegido’ e incentivado. (TRAVANCAS, 2001, p.66).

Motivados por esse breve panorama, passamos a observar os textos veiculados pelo jornal impresso de maior circulação no Brasil, a *Folha de S. Paulo*, por meio de matérias acerca de toda e qualquer referência aos livros, publicadas principalmente em seu caderno de variedades, *Ilustrada*, e em seu suplemento literário, à época intitulado *Mais!*. Assim, pretendemos apresentar uma reflexão a partir da problemática proposta e debatida nos domínios dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), tomando como referência textos publicados pelo jornal em que o objeto “livro” é fonte de notícia. Os textos considerados aqui para análise foram veiculados no mês de março de 2008.

Para realizar a análise vamos utilizar como referencial teórico conceitos debatidos por Dominique Maingueneau, a saber, aqueles relacionados às cenas de enunciação. Procuraremos configurar nossos procedimentos de análise no intuito de perceber a construção de imagens de leitores tomando como base o discurso sobre o livro em matérias da *Folha* e projetando uma imagem de “leitor ideal” para cada tipo de caderno, supondo-se, neste momento ainda *a priori*, que o leitor do caderno *Ilustrada* e o do suplemento *Mais!* sejam, possivelmente, distintos. Essa percepção nos conduz a pensar tal distinção a partir dos conceitos de *ethos* e *pathos*, representados, respectivamente, como a imagem do enunciador e a imagem do enunciatário, ambas determinadas pelo discurso.

Princípios e procedimentos de uma análise discursiva: as cenas de enunciação e a construção de imagens pelo discurso – o *ethos* e o *pathos*

Considerando o breve cenário acima, passemos então aos princípios e procedimentos que nos ajudarão a refletir acerca de questões que envolvem os nossos dados. Nosso referencial teórico está definido a partir de categorias de análise elaboradas por Dominique Maingueneau. Segundo o autor, é por meio das formas literárias que se manifesta o pensamento que a literatura produz, lembrando

que a literatura não condiciona apenas um discurso sobre o mundo, mas produz, inclusive, sua própria presença nesse mundo, no sentido em que

[...] a obra, por meio do mundo que configura em seu texto, reflete, legitimando-as, as condições de sua própria atividade enunciativa. Vem daí o papel crucial que deve desempenhar a 'cena de enunciação' que não é redutível nem ao texto nem a uma situação de comunicação do exterior que se possa descrever. A instituição discursiva é o movimento pelo qual passam de uma para a outra, a fim de se alicerçar mutuamente, a obra e suas condições de enunciação. Esse alicerçar recíproco constitui o motor da atividade literária. (MAINGUENEAU, 2006b, p.54).

Em outras palavras, o autor aponta ainda que

[...] 'vulgarizam-se', por exemplo, os enunciados científicos, e não os enunciados literários. Para o comentário desses últimos existe um conflito permanente entre duas instâncias de legitimação: os sábios, legitimados pela Escola, e os amadores, que reivindicam para si uma relação privilegiada, pessoal com os textos. (MAINGUENEAU, 2006a, p.46).

Para caracterizar essa diversidade dos discursos, Maingueneau lança mão de três concepções de cenas de enunciação: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A **cena englobante** corresponde ao **tipo** de discurso, entendido como cenário mais amplo, em que teríamos os discursos: religioso, político, publicitário, científico, literário, etc. É essa cena que permite nos situarmos para interpretar um texto, e é também responsável por definir a situação dos parceiros e de um determinado quadro espaço-temporal.

Já a **cena genérica** está relacionada ao **gênero** de discurso, em que cada gênero define seus próprios papéis. Conforme exemplos mostrados pelo autor, em um panfleto de campanha eleitoral, o papel definido, quase que impositivamente, é de um candidato dirigindo-se a eleitores; ou em uma sala de aula, trata-se de um professor dirigindo-se a alunos.

Essas duas cenas, segundo o autor, irão nos conduzir à **cenografia**, responsável por definir o espaço no interior do qual o enunciado adquire sentido, espaço esse determinado pelo tipo e pelo gênero de discurso. Nesse sentido, a cenografia é uma constituição discursiva e não extradiscursiva:

Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. [...] Com efeito, tomar a palavra significa, em graus variados, assumir um risco; a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse

inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. [...] Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência. (MAINGUENEAU, 2005, p.87-88).

Ainda, para Maingueneau (2005, p.229), é a cena enunciativa, “[...] com efeito, que desempenha o papel de pivô entre a organização linguística do texto e o discurso como instituição de fala e instauração de um evento verbal no mundo.” Afinal, para o autor, “[...] um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada.” (MAINGUENEAU, 2005, p.85).

A caracterização dos discursos a partir da sua configuração em diferentes cenas de enunciação, tal como proposta por Maingueneau, mostra-se bastante apropriada para o tratamento dos dados que pretendemos focalizar. Além disso, recorreremos ainda a outras duas noções que nos ajudarão a empreender a análise desejada, a saber: as categorias de *ethos* e *pathos* discursivo.

Ainda que a noção em torno do conceito de *ethos* seja, comumente, aquela proposta pela retórica aristotélica, revitalizada pela moderna retórica argumentativa, atualmente temos observado um novo domínio de configuração deste termo dentro do campo da Análise do Discurso. O *ethos*, para a Retórica, se configura como um meio de persuasão, diferentemente do que se pode constatar em Análise do Discurso, em que ele é concebido como parte constitutiva da cena de enunciação, uma instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala, entendido como quadro e processo.

Desse modo, ainda segundo Maingueneau, a cenografia não pode se configurar plenamente se não puder controlar seu próprio desenvolvimento, assim como o *ethos* que dela participa, mantendo uma distância em relação a um co-enunciador, que não pode agir imediatamente sobre o discurso, em que a fala, desde a sua emergência, supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem.

Corroborando as reflexões desenvolvidas por Maingueneau, Fiorin (2008, p.139) também discute e opera com a noção de *ethos* e afirma que

[...] por conseguinte, o *éthos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. [...] Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo

responsável pelo discurso. O *éthos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito.

Nesse sentido, podemos, além do *ethos*, apreender também a imagem do enunciatário, o *pathos*, afinal aquele que fala constrói aquele que ouve e é, ao mesmo tempo, construído por ele; assim, o *ethos* e o *pathos* nos são dados no texto e pelo texto, conforme podemos verificar em Fiorin (2008, p.157):

Por outro lado, o enunciatário adere ao discurso, porque nele se vê constituído como sujeito, identificando-se com um dado *éthos* do enunciador. A eficácia do discurso ocorre, quando o enunciatário incorpora o *éthos* do enunciador. Essa incorporação pode ser harmônica, quando *éthos* e *páthos* ajustam-se perfeitamente [...] ou complementar, quando o *éthos* responde a uma carência do *páthos*. [...] A eficácia discursiva está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de idéias que expressa seus possíveis interesses, mas sim, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. O discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário.

Tendo em vista as noções de **cenas da enunciação** e as de ***ethos* e *pathos* discursivo**, em desenvolvimento nos domínios da Análise do Discurso de linha francesa, propusemo-nos a confrontar as matérias que tematizam o “livro” nos cadernos selecionados da *Folha de S. Paulo*.

Ilustrando: o livro em *Vitrine* e o que *Mais!*?

Em sua circulação habitual, a *Folha de S. Paulo*, no período em que foram publicados os textos que aqui analisaremos – março de 2008 –, contava com uma diversidade de cadernos: o primeiro, que versava sobre questões relacionadas à opinião do jornal, bem como aquelas relacionadas ao “mundo do poder”, com notícias nacionais e internacionais; um segundo, que focalizava assuntos econômicos; um terceiro caderno, em que eram abordadas notícias do “cotidiano”, além de temas de divulgação científica e de saúde; um caderno sobre esportes; o caderno de variedades, denominado *Ilustrada*, basicamente constituído por textos de entretenimento, sobre cinema, música, teatro, televisão, e também com notícias do mundo das celebridades; e um último, que poderia ser definido como um suplemento literário. À época da realização de nossa coleta de dados, este caderno tinha como título *Mais!*; entretanto, por conta de uma reformulação gráfica e editorial do jornal, ocorrida em meados do ano de 2010, este caderno passou a se chamar *Ilustríssima*, e, de uma certa forma, ficou mais “forte” que

antes, pois é possível perceber que são tratados, de maneiras diversas, assuntos relacionados a aspectos da cultura em geral, e não apenas de temas relacionados ao mundo dos livros, sendo sua circulação apenas aos domingos, também como acontecia em 2008.

Considerando a constituição do jornal desse momento, podemos observar que, usualmente, a *Folha* publicava notas, resenhas, matérias comentando o lançamento de livros, enfim, uma gama de textos de gêneros variados que forma o todo do jornal. No caderno de variedades da *Folha*, a *Ilustrada*, essa multiplicidade de matérias é maior, já que sua circulação é diária e seu público leitor é bastante heterogêneo. Porém, as edições de sábado desse caderno dão uma atenção especial aos livros, pois nelas são publicadas resenhas e uma série de outros textos em que o objeto “livro” é o assunto principal.

Diferentemente da *Ilustrada*, o caderno *Mais!*, conforme já mencionamos, no ano de 2008 circulava apenas aos domingos; tratava não só de livros, mas de assuntos mais “densos”, afinal muitos dos autores desses textos são intelectuais e professores universitários renomados. Podemos observar uma linguagem mais “apurada”, mais rebuscada, seja na sintaxe seja na seleção lexical. Nesse sentido, apontaremos como exemplo um texto publicado no domingo, dia 02 de março de 2008, na seção “Biblioteca Básica” desse suplemento.

Para cada época da vida, tive um livro mais importante: A Bíblia, ‘Crime e Castigo’ (Dostoiévski), ‘O Ateneu’ (Raul Pompéia), ‘Clara dos Anjos’ (Lima Barreto), ‘Introdução à Revolução Brasileira’ (Werneck Sodré). Meu livro de longa duração é ‘Memórias do Cárcere’ [ed. Record], de Graciliano Ramos. Não é ficção, não é memória, não é depoimento político, é tudo isso.

O conteúdo (a brutalidade da cadeia) só se revela por meio daquela forma. ‘Memórias do Cárcere’ é a chave dos romances de Graciliano. A chave está fora, embora também seja texto. Um fora dentro. (SANTOS, 2008).

O texto publicado pelo jornal foi reproduzido integralmente, para demonstrar como as matérias desse tipo de seção apresentam a apreciação de um intelectual ou pessoa de destaque sobre livros que deveriam compor a nossa “biblioteca básica”.

Retomamos aqui a observação feita pelo jornal: Joel Rufino dos Santos (2008) (autor do texto publicado pelo *Mais!*) é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e elabora um breve comentário a respeito do livro *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos (anexo 01).³ É interessante observar que o professor-autor cita o título de outras obras – a Bíblia; *Crime e Castigo*, de Dostoiévski; *O*

³ Os textos integrais das matérias da *Folha de S. Paulo* que aqui comentamos estão dispostos ao final do trabalho, sob a forma de anexo.

Ateneu, de Raul Pompéia; *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto; e ainda, *Introdução à Revolução Brasileira*, de Werneck Sodré - e as retoma ao apresentar a obra que vai comentar. Desse modo, ao considerarmos o texto publicado pelo jornal, é possível constatar que, mesmo em uma pequena extensão, e por meio de uma linguagem um pouco mais elaborada como o recurso a oxímoros e antíteses, por exemplo – “não é ficção, não é memória, não é depoimento político, é tudo isso” ou “um fora dentro” – pode-se tecer um comentário não tão simples, tendo em vista o suporte em que se veicula um texto e quem se espera que vá ler esse texto.

Em um outro exemplo (anexo 02), também publicado nessa seção, no dia 09 de março de 2008, o diretor da companhia teatral “Os Satyros”, Rodolfo García Vázquez (2008), tece uma análise sucinta do livro *Ética contra estética*, da autora espanhola Amelia Valcárcel. Segundo García Vázquez, em seu livro a autora aborda, a partir de uma relação entre o “bem” e o “belo”, aspectos “[...] das visões dos pensadores clássicos e sem dar uma resposta definitiva a esse combate de valores supremos.”, que, na opinião do diretor teatral, em um país como o Brasil, uma reflexão como essa seria essencial àqueles envolvidos com o mundo das artes e da cultura de um modo geral.

Assim, por meio das palavras de Isabel Travancas e tendo em vista esses exemplos retirados do caderno *Mais!*, podemos considerar o suplemento literário como

[...] não sendo mais um espaço de crítica literária, mas um lugar predominantemente jornalístico com contribuições mais ou menos frequentes dos acadêmicos. Como tal estão mergulhados em uma lógica jornalística que define os cadernos a partir do conceito de notícia. (TRAVANCAS, 2001, p.16).

Por outro lado, notamos que em quase todos os textos publicados na *Ilustrada* há, ao final da resenha, um pequeno quadro descritivo em que são apresentadas informações acerca dos livros “noticiados”: título, autor, tradutor (caso seja uma obra de literatura estrangeira), editora, valor (referência ao preço), número de páginas e, uma informação extra para o leitor, uma avaliação a propósito do livro, avaliação essa que pode variar, apontando o livro como ótimo, bom ou regular.

Na sua edição do sábado, dia 08 de março de 2008, a *Ilustrada* publicou um texto de autoria de Noemi Jaffe (2008) (anexo 03), que, em “colaboração para a *Folha*”, apresenta a coletânea de *Histórias para ler sem pressa*, tradução de Mamede Mustafá Jarouche de trinta narrativas curtas produzidas entre os séculos 8 e 18, em que se pretende retratar, por meio da irreverência, a sabedoria árabe. São textos retirados de fontes como “O Livro das Grandes Categorias” ou “O Livro dos Inteligentes”, em que a sabedoria, assim como a inteligência, é vista como virtude, desenvolvendo-se a partir da experiência, e exigindo, portanto, tempo para se consolidar. Nas *Histórias*, diz a articulista, os sujeitos

são representados pelos tipos já conhecidos: o avarento, o ridículo, ou o esperto que não se dá bem no final; assim como também estão presentes os justos, os generosos... Jaffe afirma, ainda, que as passagens são relatadas de forma simples, porém, sem permitir que o leitor seja encaminhado ao senso comum a respeito da boa moral e dos bons costumes.

Como já mencionamos, ao final do texto nos deparamos com informações a respeito da obra resenhada: título; organização e tradução (nesse caso, por se tratar de uma coletânea de textos estrangeiros organizados e traduzidos por Mamede Mustafá Jarouche); a editora que está publicando o livro; qual será o preço do livro quando estiver à venda; número total de páginas; além de um conceito (avaliação) do jornal sobre a obra que, nesse caso, foi considerada **ótima**.

Vejamos ainda um outro texto desse mesmo fascículo. Também em 08 de março de 2008, foi publicada uma matéria que noticiava a reedição de duas obras de João Ubaldo Ribeiro: *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro* (anexo 04). Além de anunciar o relançamento de títulos do autor baiano pela editora Alfabeta/Objetiva, o colunista Manuel da Costa Pinto (2008) apresenta ao leitor o enredo dos livros, bem como características do estilo de Ubaldo Ribeiro. Ao final da resenha, as obras *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro* são, respectivamente, classificadas como **ótima** e **boa**.

Abordando aspectos semelhantes, o caderno *Mais!* também publicava resenhas seguindo esse formato, entretanto não apresentava informações tão explícitas no sentido de conduzir (ou não) o leitor do jornal à leitura do livro que está sendo resenhado. Quando da análise acerca do caderno *Mais!*, comentaremos esse tipo de resenha a fim de explicitarmos parâmetros possíveis de comparação.

Na edição de domingo, 09 de março de 2008, o caderno *Mais!* veiculou um texto da jornalista Sylvia Colombo (2008) a respeito do lançamento, no Brasil, do livro *Cartas à mãe*, em que estava sendo trazido a público o depoimento da franco-colombiana Ingrid Betancourt, à época, mantida refém pelas FARC's já há seis anos (anexo 05). O livro tinha como texto principal a reprodução integral da carta que Betancourt destinou à sua mãe, Yolanda, e aos filhos, Mélanie e Lorenzo. A edição brasileira trazia ainda um prefácio do Nobel da Paz, Elie Wiesel, e um posfácio de Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor da Universidade de Brasília (UnB), além de um texto resposta dos filhos da "prisioneira". Diferentemente dos textos da *Ilustrada* comentados acima, as informações a respeito do livro não estão dispostas ao final da resenha, como uma espécie de quadro, mas sim ao longo do corpo do texto de Sylvia Colombo, bem como não há menção de qualquer tipo de avaliação da *Folha* considerando o livro resenhado ótimo, bom ou regular, como costuma ser a prática do caderno de variedades *Ilustrada* ao final de suas resenhas.

Um outro exemplo como esse é o texto de Eduardo Rodrigues da Cruz (2008), publicado na edição de 16 de março de 2008 do *Mais!* (anexo 06). Em “especial para a *Folha*”, o professor do Departamento de Teologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC de São Paulo apresenta considerações a propósito da sua leitura do livro *O espírito do ateísmo*, de autoria do filósofo André Comte-Sponville, que estava sendo lançado. Rodrigues da Cruz elabora um texto repleto de referências a outros filósofos e pensadores no sentido de dialogar com o tema da obra a ser resenhada, terminando seu texto com a recomendação da leitura do livro de Comte-Sponville e se desculpando por não ter tido a oportunidade de comparar a tradução com o original em francês: “É um livro que vale a pena ser lido, não só por apresentar o pensamento de um influente filósofo contemporâneo como por seu estilo agradável, acessível e eminentemente pessoal. Não pude compará-lo com o original francês, mas a tradução não parece apresentar problemas.”

Tendo em vista esses dois textos focalizados, é possível observar que, diferentemente do que acontece com a *Ilustrada*, nas indicações do *Mais!* geralmente não há um indício de apreciação do jornal sobre o livro em questão: ou seja, podemos inferir que, diante dos textos veiculados pelo suplemento, o leitor possuiria uma certa autonomia para saber se a sugestão lhe será proveitosa ou não, sem que seja necessária a explicitação da apreciação do jornal a respeito. O que avalizaria a recomendação da leitura, portanto, é o articulista e não uma menção didática específica do jornal.

Considerando ainda outros aspectos, lembramos que a primeira seção do suplemento literário *Mais!* era “Os Dez +” que, segundo a definição do próprio jornal, se caracterizava como “uma seleção de livros e eventos culturais indicados pelo caderno”. Nesse caso as indicações a respeito dos livros trazem sempre uma breve descrição da obra, além de informações como preço, editora, número de páginas, etc.

Na edição de domingo, dia 09 de março de 2008, por exemplo, essa seção anunciava a chegada de mais sete títulos ao mercado (OS DEZ..., 2008a) (anexo 07): um “combo” com dois livros de João Ubaldo Ribeiro, *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro* – obras essas que já haviam sido também noticiadas pela *Ilustrada*; e, ainda, *Kafka à beira-mar*, de Haruki Murakami; *Isto é biologia*, de Ernst Mayr; uma reedição do livro *Abdias*, segundo romance de Cyro dos Anjos; *Para ler como um escritor*, de Francine Prose; a coletânea de contos *A fêmea da espécie*, de Joyce Carol Oates, e *Putas assassinas*, de Roberto Bolaño.

Uma semana depois, no dia 16 de março de 2008, essa mesma seção trazia como sugestão outros sete títulos (OS DEZ..., 2008b) (anexo 08): *A República*, um ensaio do professor de filosofia da Universidade de Cambridge, Simon Blackburn, sobre a obra de Platão; *O povo de Luzia – Em busca dos primeiros americanos*,

relato de Walter Neves e Luís Pilo sobre suas pesquisas em paleontologia; *O mito individual do neurótico*, reunião de três textos do psicanalista Jacques Lacan; *A mulher que fugiu de Sodoma*, reedição do romance de José Geraldo Vieira; também uma outra reedição, do livro *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, de William L. Shirer; *Nothing to be frightened of*, de Julian Barnes, e *Vestígio*, de Patricia Cornwell.

Já na *Ilustrada* há uma seção que tem como título “Vitrine”, em que são expostos os “produtos da semana”, seguindo basicamente os mesmos princípios que a seção “Os Dez +” do caderno *Mais!*. Os livros são divididos entre ficção e não ficção; são apresentadas informações básicas como a editora e os seus preços. Porém, a “Vitrine” também traz uma breve biografia sobre o autor, uma pequena resenha sobre o tema abordado pelo livro e ainda, e principalmente, explicita a razão pela qual deveríamos ler os livros em destaque, como uma justificativa da indicação dos títulos pelo caderno.

Na sua edição do dia 08 de março de 2008, temos como destaque os seguintes livros (VITRINE, 2008a) (anexo 09): *A cidade inteira dorme*, do escritor norte-americano Ray Bradbury; *La bodega*, do consagrado escritor Noah Gordon; *Creta*, de Antony Beevor; e *Por que as zebras não têm úlceras?*, do biólogo e neurologista Robert M. Sapolsky. Na edição de sábado, dia 29 de março de 2008, por exemplo, temos informações sobre os seguintes livros (VITRINE, 2008b) (anexo 10): *Partículas elementares*, do escritor francês Michel Houellebecq; *Toda poesia de Machado de Assis*, de Machado de Assis; *Descobertas perdidas*, do autor norte-americano Dick Teresi; e *Japoneses – A história do Sol Nascente*, de Marcia Yumi Takeuchi.

Por sua vez, o caderno *Mais!*, paralelamente à seção “Os Dez +”, publicava uma outra coluna, a dos “+ Lançamentos”. Nesta, porém, não havia indicação de eventos culturais, mas apenas sugestões de livros, em que se divulgavam os lançamentos daquela semana, basicamente utilizando-se das mesmas informações da outra seção, conforme podemos constatar por meio dos exemplos publicados em 02 e 30 de março de 2008, apresentados nos anexos 11 e 12, respectivamente.

Semanalmente, eram listados em torno de dez títulos. No sentido de ilustrar essa ocorrência, mencionaremos aqui apenas seis, sendo os três primeiros da relação publicada no dia 02 de março, e os outros três, no dia 30: *Brasil – Paisagens naturais*, de Marcelo Leite; *Hibridismos musicais de Chico Science e Nação Zumbi*, de Herom Vargas; *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*, de Célia Regina Delácio Fernandes; *A memória, a história, o esquecimento*, de Paul Ricoeur; *Escrever sobre escrever*, de Claudia Amigo Pino e Roberto Zular, e *Sotaques d’aquém e d’além mar*, de Manuel Carlos Chaparro.

Desse modo, ao compararmos as matérias de cada caderno, podemos observar que há uma certa predominância de textos de divulgação de literatura nas matérias veiculadas pela *Ilustrada*, ou seja, os textos mais parecem anúncios, nos quais é possível perceber a prescrição do livro e da leitura. Além disso, por meio desse “discurso de divulgação do livro”, podemos apreender o espetáculo que envolve esse universo, afinal, é a recomendação da *Folha*, projetada como voz da autoridade, que possui o conhecimento a respeito de determinada obra, que deve operar como o critério relevante para o leitor nas suas escolhas.

Essa observação pode ser comprovada também nos textos-anúncio acerca de alguns títulos disponibilizados à venda pelo próprio jornal, em uma coleção: a “Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros”. A cada domingo, ao comprar o jornal, o leitor poderia levar consigo uma obra de destaque da literatura brasileira. Na edição da *Ilustrada* do dia 02 de março de 2008, esse “anúncio” tinha como foco o livro *O sentimento do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade (COLEÇÃO..., 2008) (conforme anexo 13). Para tanto, é apresentado algo semelhante a um resumo do estilo do autor mineiro, além de características da obra que estava sendo anunciada, que, segundo o texto, seria o quarto livro da coleção que estaria à venda.

Em 30 de março de 2008, noticiava-se a venda do livro da semana seguinte: *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (LIVRO..., 2008) (anexo 14). Assim como o exemplo anterior, esse também segue a mesma cenografia, a mesma estrutura das resenhas cujo objetivo não era outro que não o de servir de propaganda da própria *Folha* ao despertar o interesse de seus leitores para que pudessem se sentir motivados a adquirir a obra em destaque.

Tendo em mente o nome da coleção – “Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros” –, e considerando observações feitas pela pesquisadora Isabel Travancas,

[...] é como se existisse uma grande enciclopédia literária sendo construída pela elite intelectual, que indica o que deve ser selecionado e o que deve ser excluído, apontando o que deve ser lido e permanecer para a posteridade. Muitas vezes os meios de comunicação reforçam estas escolhas, apresentando e reapresentando estas obras para o consumidor, estimulando-o a gostar do já conhecido e do já visto. (TRAVANCAS, 2001, p.85).

Ainda no que concerne à comparação entre os dois suplementos aqui focalizados, um outro aspecto a se observar diz respeito à autoria dos textos veiculados. Muitas vezes, na *Ilustrada* não há referência ao autor da matéria, que quase sempre vem apresentada como “da reportagem local”; enquanto que,

no suplemento literário – *Mais!* –, além de as matérias serem frequentemente assinadas e o autor ter o seu nome revelado, elas exibem sempre a menção “em colaboração para a *Folha*”, “em especial para a *Folha*”, e raros são os textos apresentados como “da redação”.

Dessa forma, tendo em vista alguns dos textos publicados pelo jornal, em que procuramos exemplificar a materialidade do discurso acerca da temática que envolve os livros e que a *Folha* faz circular, retomando o conceito de cena de enunciação proposto por Maingueneau, mais do que classificar as matérias como cenas englobantes ou cenas genéricas conforme a conceituação proposta pelo autor, acreditamos que possa ser pertinente, ou ainda produtora, considerar os textos veiculados pela *Folha* tendo em mente o conceito de cenografia, uma vez que esta cena não é imposta apenas pelo tipo ou pelo gênero de discurso, mas sim instituída pelo próprio discurso.

Considerações finais

Considerando os exemplos que apresentamos anteriormente, é possível apreender cenografias distintas, dados os assuntos abordados e, principalmente, o caderno em que cada um desses textos é veiculado. A coluna “Vitrine” da *Ilustrada*, por exemplo, se constitui de maneira diferente da coluna “Os Dez +” ou daquela dos “+ Lançamentos”, publicadas pelo suplemento *Mais!*. Ainda que tenhamos basicamente as mesmas informações em todas elas, o que as torna diferentes é justamente o caráter de recomendação, de prescrição do livro e da leitura, com construções do tipo “por que ler”, presentes nas indicações do caderno de variedades, ou ainda com a divisão entre categorias como “ficção”, “não ficção” ou “romance”, bem como por meio de informações de quem foi o autor, contextualização do tema abordado pela obra, etc., configurando, desse modo, uma cenografia “professoral”, pedagógica.

Outra configuração cenográfica é a dos textos-anúncio, a propósito da venda de títulos consagrados da literatura brasileira pelo próprio jornal. Esses textos são, na verdade, publicidade, uma vez que a intenção da *Folha* não é, ou não seria, promover determinado autor ou determinada obra, mas sim, basicamente, convencer o leitor de que o livro que será disponibilizado naquela semana é interessante e, portanto, deveria ser adquirido, já que se trata de um texto de um “grande escritor” nacional. Contudo, a cenografia é a que mimetiza a resenha literária.

A principal cenografia configurada pelas matérias do *Mais!* é a do ensaio acadêmico ou da resenha crítica, que se constituem como um discurso elaborado e dirigido a um interlocutor culto, capaz de assimilar e avaliar o seu teor. Assim constituído, esse tipo de discurso, de cenografia, projeta um *ethos* competente,

acadêmico: que atesta domínio, “expertise” sobre o assunto. Esse *ethos* discursivo é constituído tanto a partir das imagens projetadas pelas matérias assinadas, quanto pela imagem do suplemento como um todo, bem como pela imagem de seu co-enunciador, o leitor projetado e considerado por esse discurso, o *pathos* do enunciatário: um leitor culto, ou interessado em cultura, com discernimento e capacidade de arbítrio.

Já a cenografia apreendida pelos textos do caderno *Ilustrada* é aquela que remete a uma resenha jornalística, com cunho puramente informativo, em que são abordados aspectos que auxiliarão o leitor nas suas escolhas, ou ainda, que podem conduzi-lo na tomada de decisões, de forma a elaborar assim seu ponto de vista. Os textos têm um forte caráter de aconselhamento ou de recomendação de leituras e de assuntos que deveriam ser do interesse do co-enunciador; nesse sentido adquirem um teor didático, que contribui para configurar uma cenografia “professoral” nesse caderno.

Esses textos muito se assemelham àqueles presentes em uma revista semanal de variedades, com temas do mundo da cultura e do entretenimento, projetando a imagem tanto de um enunciador como de um enunciatário como o “descolado”, semelhante à própria imagem projetada pelo jornal: seus interesses são variados; seu envolvimento com as manifestações culturais são diversas, interessando-se, inclusive, por aquelas tidas como alternativas.

Ainda que essa seja a imagem projetada do jornal e esteja subjacente aos discursos presentes nas matérias de ambos os cadernos focalizados, a imagem que se apreende de cada um deles é perceptivelmente diferente, como se pôde verificar pelas cenografias postas em jogo em cada um: uma tutelar, outra acadêmica. Também o *ethos* projetado aí será diferente e contribuirá para consolidar a distinção ora apontada.

Observando-se então as diferenças demarcadas, seja em relação às cenografias preferenciais em cada caderno, seja em relação à constituição e assunção do *ethos* e do *pathos* dos co-enunciadores, acreditamos fortemente que a diferença não só em relação à linguagem utilizada na composição dos textos, mas também na constituição dos discursos sobre livros veiculados pelo jornal, deve-se, certamente, ao público a que se destinam esses textos. Inference-se, então, a partir da imagem de leitor projetada pelo *ethos* discursivo do enunciador da *Ilustrada*, um enunciatário que, muitas vezes, se constitui a partir e por meio da visão proposta pelo jornal, este um *ethos* projetado de autoridade máxima, de alguém dono de um saber douto sobre a questão, isto é, sobre a recomendação de livros e leituras. Ao contrário, o leitor do *Mais!* é assumido como um leitor com formação prévia e que, ao se deparar com as indicações do caderno, se questiona sobre o seu interesse e serventia.

A análise demonstra que há, basicamente, duas imagens de leitores consideradas pelos textos da *Folha S. Paulo* para a constituição e projeção do *ethos* das matérias em que aborda o objeto “livro”. O *ethos* estabelecido pela *Ilustrada* seria o de um enunciador generoso, solidário com o seu público, uma vez que, além de apresentar inúmeras informações acerca do mundo dos livros, recomenda aos leitores o que ler; esse *ethos*, segundo a caracterização clássica da retórica, se configuraria como **eúnoia**, que se constitui por meio da benevolência, permitindo ao seu enunciatário uma imagem agradável de si, afinal o orador nutre simpatia pelo seu auditório. Já a imagem que apreendemos a partir dos textos do *Mais!* é aquela em que vale a prudência, o bom senso, a ponderação, pois os textos nos permitem visualizar um enunciador competente, sensato, que não precisa exprimir maiores informações, uma vez que seu interlocutor compartilha de um mundo próximo ao seu, ou seja, é também este um intelectual, um erudito ou mesmo um principiante nessas artes, um amador das letras; nesses casos a relação que se estabelece é mais simétrica: temos então um *ethos* baseado na **phrónesis**, podendo ser classificado como ponderado. Ainda, conforme caracterização proposta por Fiorin (2008), poderíamos, inclusive, supor uma incorporação harmônica, quando *ethos* e *pathos* ajustam-se perfeitamente, que seria a condição apresentada pelo *Mais!*; ou complementar, que seria aquela vislumbrada pela *Ilustrada*, em que o *ethos* responderia a uma carência do *pathos*.

Nesse sentido, podemos pensar que, ao tomar como base os discursos sobre o livro veiculados pela *Folha de S. Paulo*, tendo como cenário as matérias publicadas na *Ilustrada* e no *Mais!*, teríamos a configuração de, pelo menos, dois *pathos*, sendo o primeiro aquele leitor atribuído pela *Ilustrada*, que necessita das indicações do caderno e que, em certa medida, é persuadido pela opinião do jornal. Já o segundo seria aquele construído pelas imagens dos textos do *Mais!*, um leitor relativamente mais autônomo, tido, na verdade, como mais um de um grupo de pares, afinal, é possível notar a seguinte característica: os textos que encontramos no suplemento literário supõem que muitos dos temas que são abordados, debatidos, já são de conhecimento do público, sendo desnecessárias, portanto, informações de ordem mais básica, genérica.

Por fim, podemos apontar que o objeto “livro” se constitui como “unidade de valor” nos cadernos de cultura da *Folha de S. Paulo*, seja o caderno de variedades, *Ilustrada*, seja o suplemento literário, *Mais!*. De qualquer maneira, esse assunto “valorizado”, sério, não é tratado do mesmo modo pelos dois cadernos, assim como também não o é pelo *ethos* do próprio jornal. Dessa forma, então, tal distinção só pode ser atribuída ao endereçamento que a matéria tem, mesmo que consideremos a configuração de diferentes cenografias, conforme as categorias analíticas desenvolvidas por Mainueneau que procuramos recuperar, e que pretendemos

associar à composição do jornal ao caracterizar a materialidade do discurso sobre o livro, sobre a prescrição de livros e leituras em suas páginas.

Nesse sentido, a causa, o responsável por essa abordagem distinta dos temas relacionados ao mundo dos livros é o leitor, sendo possível afirmar que o que define a diferença do tratamento jornalístico, no caso em tela, é o *pathos*, ou ainda, a imagem do enunciatário, que é diferente para cada caderno, conforme pudemos apreender pelos textos que trouxemos a título de ilustração.

ELY, L. A.; NEGRI, L. Illustration: the book in *Vitrine* and what *Mais!?*: the discourse about the book and the construction of images on subject-matter of *Folha de S. Paulo*. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.287-321, 2014.

- *ABSTRACT: In this paper, we report the results of a research in which we have investigated linguistic resources when 'book' is taken as subject-matter of news. We have considered subjects presented in Folha de S. Paulo newspaper, in March 2008, and published in either its variety section – Ilustrada, or in its literary supplement – Mais!. Thus, we faced a variety of texts, composed by characteristic discursive genres. Nevertheless, some of these texts called up our attention because, even being published as news, they were similar to literary ones, probably due to the venue in which they were published and because of the intended public reader. Besides, we could conceive that discourses represent world, therefore, their enunciations are parts of represented worlds, phenomenon which justifies the association between the conception proposed by Maingueneau and the scene enunciation category. We also used the concepts of ethos and pathos, because, despite we had two sections of the same newspaper, they were developed as having distinct publics. Taking these theoretical notions as supporting frame, we intended to stress the construction of the reader's image in the constitution of the newspaper sections, as well as to justify the distinguished approach of the subject 'book' as news source by Folha de S. Paulo newspaper.*
- *KEYWORDS: Enunciation scene. Discourse. Ethos. Books. Pathos.*

REFERÊNCIAS

COLEÇÃO traz Drummond dos temas sociais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 mar. 2008. Ilustrada.

COLOMBO, S. A morte seria um alívio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2008. +Mais!.

CRUZ, E. Fé na encruzilhada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2008. +Mais!.

FIORIN, J. L. *Em busca do sentido*: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GARCÍA VAZQUEZ, R. Ética contra estética. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2008. +Mais!, Biblioteca básica.

JAFFE, N. História para ler sem pressa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2008. Ilustrada.

LIVRO de Lima Barreto é o próximo da “Coleção”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2008. Ilustrada.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006a.

_____. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OS DEZ +: uma seleção de livros e eventos culturais indicados pelo caderno. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2008a. +Mais!.

OS DEZ +: uma seleção de livros e eventos culturais indicados pelo caderno. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2008b. +Mais!.

PINTO, M. da COSTA. Sargento Getúlio e Viva o povo brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2008. Ilustrada.

SANTOS, J. R. dos. Memórias do Cárcere. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 mar. 2008. +Mais!, Biblioteca básica.

TRAVANCAS, I. *O livro no jornal: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90*. Cotia: Ateliê, 2001.

VITRINE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2008a. Ilustrada.

VITRINE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2008b. Ilustrada.

Anexos

Organizados sob a forma de anexo, dispusemos aqui os textos publicados pela *Folha de S. Paulo* que foram apresentados no corpo do trabalho, no sentido de procurar demonstrar as recorrências discursivas que privilegiamos em nossa análise.

Anexo 01:

São Paulo, domingo, 02 de março de 2008 **+mais!**

Biblioteca Básica

Memórias do Cárcere

JOEL RUFINO DOS SANTOS

ESPECIAL PARA A FOLHA

Para cada época da vida, tive um livro mais importante: A Bíblia, “Crime e Castigo” (Dostoiévski), “O Ateneu” (Raul Pompéia), “Clara dos Anjos” (Lima Barreto), “Introdução à Revolução Brasileira” (Werneck Sodré). Meu livro de longa duração é “Memórias do Cárcere” [ed. Record], de Graciliano Ramos. Não é ficção, não é memória, não é depoimento político, é tudo isso.

O conteúdo (a brutalidade da cadeia) só se revela por meio daquela forma. “Memórias do Cárcere” é a chave dos romances de Graciliano. A chave está fora, embora também seja texto. Um fora dentro.

JOEL RUFINO DOS SANTOS é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está lançando “Quem Ama Literatura Não Estuda Literatura” (Rocco).

Anexo 02:

São Paulo, domingo, 09 de março de 2008 **+mais!**

Biblioteca básica

Ética contra Estética

RODOLFO GARCÍA VÁZQUEZ

ESPECIAL PARA A FOLHA

As relações entre o “belo” e o “bem” vêm me tocando há tempos, e “Ética contra Estética” (ed. Perspectiva), da filósofa espanhola Amelia Valcárcel [foto], se propõe justamente a analisar as relações entre esses conceitos no mundo hoje. Ele o faz a partir das visões dos pensadores clássicos e sem dar uma resposta definitiva a esse combate de valores supremos, que, desde Platão, nunca chegaram a conviver bem. No país de “Tropa de Elite”, essa reflexão me parece fundamental para todos os artistas e pessoas de cultura.

RODOLFO GARCÍA VÁZQUEZ é diretor da companhia teatral Os Satyros, que encena “Vestido de Noiva” no Festival de Curitiba, em 23 e 24/3.

São Paulo, sábado, 08 de março de 2008 FOLHA DE S.PAULO **ilustrada**

Livros - Crítica / "Histórias para Ler sem Pressa"

Textos irreverentes destacam a sabedoria da tradição árabe

Coletânea apresenta 30 narrativas curtas produzidas entre os séculos 8 e 18

NOEMI JAFFE

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Conta-se que o padre Antônio Vieira escreveu, numa carta a alguém: "Desculpe, mas não tive tempo de escrever-lhe uma carta mais curta". Algo semelhante acontece na leitura destas "Histórias para Ler sem Pressa", traduzidas da antiga sabedoria árabe por Mamede Mustafá Jarouche.

São 30 histórias, todas muito curtas, para ler com toda a lentidão possível. A sabedoria, mais do que a inteligência, é também uma virtude, próxima de outras como a prudência, a tolerância e a generosidade. E, como elas, desenvolve-se a partir de experiência, intuição, algum senso de espiritualidade e uma visão muito mais generalista do que particular. Tudo isso exige tempo.

De quem pronuncia a sabedoria e de quem a escuta, porque a sabedoria tem a ver com ação, juízo; é a "moral do equilibrista", como diz André Jolles no livro "Formas Simples". E a economia destas histórias é justamente a economia modelar dos sábios, que, com algumas palavras exemplares solucionam revezes e abrem portas labirínticas.

Irreverência

São 30 histórias extraídas de fontes que vão do século 8 ao século 18, de textos com nomes como "O Livro das Grandes Categorias", "O Livro dos Inteligentes", "O Cúmulo da Sagacidade nas Artes do Decoro" e "O Livro dos Idiotas e dos Nêscios".

Nelas aparecem os famosos avaros, os ridículos ostentadores, o bobo necessário, o esperto que se dá mal no final.

Todos eles desmoralizados por seus opostos, os justos, os generosos, os incorruptíveis, os justos. Tudo com uma simplicidade e polaridade alentadoras para tempos de tantos relativismos, sem, entretanto, cair na austeridade dos juízos morais.

Ao contrário.

Quase todas as histórias do livro são irreverentes, algumas até lembrando personagens brasileiros como o conhecido malandro. E é também surpreendente perceber como os valores da cultura árabe se diferenciam alegremente da moral cristã: nestas histórias, valores como culpa, pecado, punição e vergonha surgem com pesos completamente diferentes daqueles que estamos acostumados a ler nas parábolas do cristianismo.

Verdade na forma

A verdade, às vezes, parece localizar-se muito mais na linguagem e na forma de dizer as coisas do que em alguma essência última. Assim, quem sabe falar melhor muitas vezes se dá melhor, como na história do "Juiz Austero e do Juiz Ligeiro" ou em "Anos por Testemunhas". É uma moral muito mais pragmática, afinal de contas.

Trata-se de como e por que agir de determinadas formas, em determinadas circunstâncias da vida cotidiana. E isso parece excluir o "ofereça a outra face" em favor de atitudes de mais

desconfiança e cautela.

Por exemplo, diante de intrigueiros, são necessárias algumas atitudes como “não acreditar”. Advertir o intrigante e torná-lo detestável perante Deus. Afinal, sabedoria é juízo, é siso, é siso, mas se dizem que onde tem muito riso, falta o siso, não é o caso deste livro, que, além de fazer pensar, também nos faz rir.

HISTÓRIAS PARA LER SEM PRESSA

Organização e tradução: Mamede Mustafa Jarouche

Editora: Globo

Quanto: R\$ 25 (80 págs.)

Avaliação: ótimo

Anexo 04:

São Paulo, sábado, 08 de março de 2008 FOLHA DE S.PAULO **ilustrada**

Crítica/”Sargento Getúlio” e “Viva o Povo Brasileiro”

Ubaldo faz transição do regional ao pós-moderno

“Sargento Getúlio” e “Viva o Povo...” iniciam reedição das obras do baiano

MANUEL DA COSTA PINTO

COLUMNISTA DA FOLHA

“Sargento Getúlio” e “Viva o Povo Brasileiro” - romances que dão início ao relançamento da obra de João Ubaldo Ribeiro pela Alfaguara/Objetiva- são os dois livros aos quais o escritor baiano deve seu lugar na história da literatura brasileira.

Não se trata de um lugar fixo, congelado nos compêndios de crítica e nos livros escolares.

Cada nova edição solicita ao leitor uma releitura e uma reavaliação: seria ele o capítulo final da literatura regionalista ou, ao contrário, um dos primeiros autores a escreverem no Brasil uma prosa pós-moderna, com paródias de outros escritores e estilo camaleônico?

Os livros aqui em questão podem ser interpretados dessas duas maneiras. “Sargento Getúlio”, de 1971, narra a história de uma missão política que se transforma em fábula moral.

Getúlio Santos Bezerra é o militar encarregado de levar um prisioneiro do sul da Bahia até o Sergipe.

Durante o trajeto, chegam notícias de que, devido a mudanças na política local, ele deve abandonar a tarefa e libertar o subversivo. Getúlio resolve concluir sua tarefa, desafia as autoridades e torna-se, também ele, um insurgente.

Numa anotação inicial, o autor alerta que a narrativa que virá a seguir “é uma história de aretê” -em referência à palavra grega normalmente traduzida por termos como “virtude”, “excelência”, “nobreza”.

Ou seja, o romance contrasta uma realidade social marcada pelo autoritarismo e pelo concerto dos interesses políticos a uma conduta regida pelo orgulho, por uma noção de virtude menos vinculada à ética cristã (piedosa e privada) do que a uma idéia mediterrânea de honra (viril e pública).

Valores arcaicos

A obstinação de Getúlio revela apego a valores arcaicos em litígio contra as instituições

modernas e sua deformação no ambiente agreste. Ocorre que o próprio sargento sofre tal deformação, tratando seu prisioneiro com uma raiva homicida amplificada pela prosa de João Ubaldo -singular mistura de fluxo de consciência e oralidade nordestina.

Ambientado nos anos 50, “Sargento Getúlio” pode ser lido como espelho do Brasil dos anos de chumbo do regime militar; mas esse quadro sócio-político é atravessado por uma idéia de “desmedida” (no sentido da “húbris” grega, que precipitava o conflito nos épicos antigos) que lhe confere caráter atemporal, apesar do enraizamento sertanejo. A viagem simbólica de Getúlio se transforma, em “Viva o Povo Brasileiro” (1984), numa espécie de alegoria na qual são resumidos três séculos de Brasil, desde a ocupação holandesa até o Estado Novo e o golpe de 64, com destaque para as guerras de Canudos e do Paraguai.

Viés satírico

Com viés mitopóético e satírico, ambientado no Recôncavo Baiano, o romance segue o trajeto de “alminhas” que migram de geração em geração, encarnando personagens populares que permitem reescrever nossa história a contrapelo e em cronologia descontínua. Esse tipo de recurso, amplamente utilizado pelos escritores do realismo fantástico (como o paraguaio Roa Bastos e o colombiano García Márquez), também levou a comparações com Guimarães Rosa, por seu sentido cosmológico -o que colocaria João Ubaldo como arremate de um ciclo da literatura latino-americana.

O romance, entretanto, faz uma celebração do imaginário afro-baiano (orixás lutando na Guerra do Paraguai, um tom profético que remete aos sermões de padre Vieira) na qual a contestação da história oficial ganha cores eufóricas.

Nesse sentido, o romance indica o caminho tomado por João Ubaldo: se “Sargento Getúlio” identifica na violência e na pulsão de morte uma invariável da história, “Viva o Povo Brasileiro” usa a história para fazer variações de estilo, numa evidente opção pelo entretenimento que será confirmada nos livros seguintes.

SARGENTO GETÚLIO

Autor: João Ubaldo Ribeiro

Editora: Alaguara/Objetiva

Quanto: R\$ 29,90 (168 págs.)

Avaliação: ótimo

VIVA O POVO BRASILEIRO

Autor: João Ubaldo Ribeiro

Editora: Alaguara/Objetiva

Quanto: R\$ 64,90 (640 págs.)

Avaliação: bom

São Paulo, domingo, 09 de março de 2008 

‘A morte seria um alívio’

“CARTAS À MÃE” TRAZ O DEPOIMENTO DA POLÍTICA INGRID BETANCOURT,
MANTIDA REFÉM PELAS FARC HÁ SEIS ANOS

SYLVIA COLOMBO

DA REPORTAGEM LOCAL

A cada aniversário de algum de seus filhos, Ingrid Betancourt canta “Happy Birthday” diante de um prato de feijão com arroz, no meio da selva colombiana. No começo, conta, os guerrilheiros permitiam que ela fizesse um bolo de aniversário, mas já não é mais assim. A íntegra da carta que a política franco-colombiana, mantida há seis anos como refém pelas Farc, escreveu em 24 de outubro de 2007, destinada à sua mãe, Yolanda Pulecio, e aos filhos Mélanie e Lorenzo, acaba de ser editada no Brasil.

“Cartas à Mãe – Direto do Inferno” (ed. Agir, 87 págs., R\$ 19,90) reproduz as doze páginas manuscritas por Betancourt, 46.

Juntamente com um vídeo que foi amplamente divulgado pela mídia -no qual Betancourt aparece magérrima e de olhar cabisbaixo-, ambos compõem o retrato de uma mulher desesperançada e em profunda depressão.

Quem acompanhou a libertação feliz, mas controversa, de suas colegas de cativeiro, Clara Rojas e Consuelo Gonzalez, pode perceber como a saúde e o estado psicológico de Betancourt estão fragilizados.

As primeiras exibiam desde a primeira imagem divulgada boa forma física e, de modo geral, nenhum indício de terem sofrido traumas muito graves do ponto de vista mental.

Percepção abalada

Já Betancourt demonstra, na carta, que sua percepção do mundo está abalada. E que suas forças se esvaem. Conta que anda com dificuldade e lhe custa acompanhar o grupo nas caminhadas pela floresta. Até porque é obrigada a carregar seus poucos pertences quando isso acontece. Enumera seus pertences: um pequeno armário onde guarda uma mochila com roupas e a Bíblia, que chama de “único luxo”.

No início, disse que fazia exercícios físicos e até nadava em alguns dos acampamentos. Mas, agora, não sente vontade. Parou de comer, perdeu o apetite, enquanto seus cabelos caem copiosamente. Por fim, admite que sua morte “seria um alívio para todo mundo”.

No prefácio do livro, o Nobel da Paz Elie Wiesel diz que os desejos da prisioneira são “simples e perturbadores”.

O texto começa com o seguinte cabeçalho: “Selva colombiana, quarta-feira, 24 de outubro, às 8h34, uma manhã chuvosa, como a minha alma”.

Sem política

A partir daí, Betancourt se dirige à mãe e aos filhos pedindo que eles não deixem de mandar mensagens pelos programas de rádio que chegam à selva.

Pede também que protejam John Frank Pinchao, policial colombiano que foi refém das Farc durante quase nove anos e que conseguiu escapar no ano passado. Era um dos principais companheiros de Betancourt nos últimos tempos.

Cheia de mensagens pessoais a parentes e amigos, a carta pouco ou nada diz sobre política. Nesse caso, duas explicações são possíveis: ou as Farc não a deixariam passar caso estivesse carregada de mensagens desse naipe ou a ex-candidata à Presidência já não se preocupa mais com esse tema.

Quando menciona líderes internacionais relacionados com seu caso, mesmo díspares ideologicamente, como Chávez, Sarkozy ou Bush, apenas consegue elogiá-los pelos “esforços” em salvar os reféns.

A edição vem acompanhada de um texto-resposta dos filhos Mélanie e Lorenzo Delloye-Betancourt, assim como um posfácio de Francisco Carlos Teixeira da Silva, da Universidade de Brasília.

Seja qual for o desenlace da atual crise na região, as cartas de Betancourt ficarão como um dos mais dramáticos documentos históricos desse episódio.

Anexo 06:

São Paulo, domingo, 16 de março de 2008 

Fé na encruzilhada

Tolerante, “O Espírito do Ateísmo”, do filósofo André Comte-Sponville, rebate a religião ao invocar o pensamento iluminista

EDUARDO RODRIGUES DA CRUZ

ESPECIAL PARA A FOLHA

O novo livro de André Comte-Sponville, “O Espírito do Ateísmo”, tem como subtítulo “Introdução a uma Espiritualidade sem Deus” e é de fato uma introdução: curto, sem notas de rodapé nem raciocínios tortuosos. É também autobiográfico em estilo: o autor fala a partir de suas próprias experiências e as compara com as tradições filosófica ocidental e oriental.

O autor, como se sabe, faz parte de uma geração de filósofos franceses “pós-68”, que, sem ser pós-moderna, transcende o marxismo e o existencialismo de seus mestres. Esses filósofos sentem a necessidade de se colocar a questão de Deus e da religião nos dias de hoje. Eles podem divergir em muitos pontos, mas se consideram proponentes de um humanismo no espírito das luzes e defensores do laicismo.

A presente obra, como nos sugere o título, é uma defesa da dignidade do ateísmo. Ao contrário do biólogo Richard Dawkins e outros “brights” de língua inglesa, entretanto, não faz disso uma cruzada anti-religiosa. É dentro do espírito de tolerância que elabora sua defesa.

Também diferentemente desse segundo grupo, não constrói seu apreço pelo ateísmo em nome da ciência moderna, mas, sim, de valores iluministas: tolerância, liberdade, laicidade. Seu livro se divide em três partes: o primeiro capítulo, intitulado “Pode-se Viver sem Religião?”, mostra, assim como muitos de seus contemporâneos, que é possível uma vida plenamente humana e feliz sem professar uma religião ou pertencer a uma igreja. Ao contrário da fé, propõe comunhão (seguindo Durkheim), fidelidade e amor.

O segundo capítulo é mais filosófico e se pauta pela pergunta “Deus existe?”. Revisita as tradicionais “provas” da existência de Deus e as refuta seguindo seis argumentos modernos típicos. Mas, novamente, o central é considerar Deus como entrave a um autêntico

humanismo.

O terceiro capítulo, por fim, expõe sua proposta de uma vida espiritual -"Que Espiritualidade para os Ateus?". Fala aqui de suas experiências e personalidade místicas, reiterando que Deus e a religião barram a realização e a fruição de tais experiências.

Se os dois primeiros capítulos seguem padrões mais ou menos conhecidos, nos quais o autor evita polemizar com os teístas, o terceiro é bastante "sui generis" para o espírito moderno.

"Ateu cristão"

Michel Onfray qualifica Comte-Sponville como "ateu cristão" (em "Tratado de Ateologia", ed. Martins Fontes) e, com isso, indica uma fraqueza da posição deste, mas nosso autor vê isso como favorável a seu argumento.

Não só ele se coloca em continuidade com a tradição cristã, respeitando-a (por exemplo, ao entender o melhor da religião como "fidelidade" e "respeito ao passado") como também a evoca em defesa de sua espiritualidade. Suas fontes são cristãs e não-cristãs: Lao-tsé e Agostinho, Pascal, Montaigne e Espinosa, Wittgenstein, Krishnamurti e Prajnapad.

Desses autores, destaca o viés místico e, para melhor caracterizar sua mística, teólogos como De Lubac e Brunner são citados. Esta é estoicista, como ele reitera ao longo do texto. Afirma que sua metafísica (por exemplo, o real como perfeito) e sua postura (por exemplo, serenidade e aceitação) não levam à inação política, mas o argumento não me parece muito convincente.

Consciência crítica

O autor parece ter sido afetado por uma disposição muito comum na modernidade tardia: uma volta à espiritualidade, mas recusando o Deus cristão e sua igreja.

Busca fontes orientais, mas as traduz em termos de Ocidente, rejeita a metafísica, mas fala com desenvoltura do "absoluto", da "verdade" e de outros universais.

Mas isso pode ser uma vantagem para o leitor que não dispensa uma consciência crítica. É um livro que vale a pena ser lido, não só por apresentar o pensamento de um influente filósofo contemporâneo como por seu estilo agradável, acessível e eminentemente pessoal. Não pude compará-lo com o original francês, mas a tradução não parece apresentar problemas.

EDUARDO RODRIGUES DA CRUZ é professor no departamento de teologia e no programa de pós-graduação em ciências da religião da Pontifícia Universidade Católica (SP).

O ESPÍRITO DO ATEÍSMO

Autor: André Comte-Sponville

Tradução: Eduardo Brandão

Editora: WMF Martins Fontes (tel. 0/xx/11/ 3241-3677)

Quanto: R\$ 32,50 (194 págs.)

Anexo 07:

São Paulo, domingo, 09 de março de 2008 

Os Dez +

Uma seleção de livros e eventos culturais indicados pelo caderno

+ Literatura

João Ubaldo Ribeiro

Uma caixa traz novamente dois sucessos do escritor, membro da Academia Brasileira de Letras: “Sargento Getúlio” (1971) e “Viva o Povo Brasileiro” (1984), Ganhadores do Jabuti como “autor revelação” e “romance”, respectivamente. Objetiva/ Alfaguara (tel. 0/xx/ 21/2199-7824). 168 e 640 págs., R\$ 64.

+ Exposição

Em Campinas...

... o Ateliê Aberto (tel. 0/xx/ 19/ 3251-7937) comemora seus dez anos com exposições de Tiago Rivaldo e Reginaldo Pereira. O primeiro apresenta, em vídeo, dois homens transformando suas bicicletas em uma só. Pereira mostra a instalação “Carta Branca”, com paisagens marinhas em chave conceitual.

+ Arte

Countdown

Em sua primeira exposição individual no Brasil, o artista franco-americano Stephen Dean exhibe iconografia pictórica por meio de vídeos, esculturas e pinturas. A Casa Triângulo (tel. 0/xx/11/ 3167-5621), em SP, apresenta sua metodologia artística na série de objetos customizados no tórreo.

+ Narrativa

Kafka à Beira-Mar

Romance de Haruki Murakami, um dos nomes mais populares da literatura japonesa atual. Fala de um adolescente que foge de casa e de um homem que consegue conversar com gatos. Trad. do japonês de Leiko Gotoda. Ed. Alfaguara/ Objetiva (tel. 0/ xx/ 21/ 2199-7824). 572 págs., R\$ 59,90.

+ Vídeo

Cinema de Corredor

O japonês Koki Tanaka s é o convidado do projeto, com curadoria de Wagner Morales, no centro cultural b-arco (tel. 0/xx/11/3081-6986). Apresenta dez vídeos em que objetos do cotidiano, como lixeiras, caixas de leite, frutas e papel higiênico recebem um olhar terno, sob uma nova perspectiva.

+ Ciência

Isto É Biologia

Um dos principais cientistas do século 20, o biólogo Ernst Mayr (1904-2005) traça uma história da disciplina desde os gregos e disserta sobre ética e evolucionismo, defendendo um “humanismo evolutivo”. Trad. Claudio Angelo. Companhia das Letras (tel. 0/ xx/11/ 3707-3500). 440 págs., R\$ 56.

+ Romance

Abdias

Reedição do segundo romance do mineiro Cyro dos Anjos (1906-1994), de 1945. O autor de “O Amanuense Belmiro” trata de um advogado e pai de família que vai dar aulas num colégio de meninas e tem uma paixão platônica por uma aluna de 17 anos. Globo (tel. 0/xx/11/3714-2920). 236 págs., R\$ 29.

+ Crítica

Para Ler Como um...

... Escritor”, da crítica literária Francine Prose, autora de “A Vida das Musas”, discute como grandes autores produziram suas obras e explora a importância da leitura, em livro concebido inicialmente como guia. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Zahar (tel. 0/xx/21/2108-0808). 320 págs., R\$ 44,90.

+ Policial

A Fêmea da Espécie

Reunião de nove contos da escritora americana Joyce Carol Oates, vencedora do National Book Award. As histórias descrevem em tramas policiais mulheres de diferentes idades e origens, todas submetidas a provações e a sustos. Tradução de Paulo Reis. Record (tel. 0/xx/21/2585-2000). 256 págs., R\$ 30.

+ Conto

Putas Assassinas

Compilação de narrativas curtas do chileno Roberto Bolaño. Sem se ater a gêneros, o autor de “Os Detetives Selvagens” registra histórias de personagens boêmios ou marcados pelo exílio, como ele. Tradução de Eduardo Brandão. Companhia das Letras (tel. 0/xx/11/3707-3500). 224 págs., R\$ 38.

Anexo 08:

São Paulo, domingo, 16 de março de 2008 

Os Dez +

Uma seleção de livros e eventos culturais indicados pelo caderno

+ Pintura

Oscar Oiwa

Com 12 pinturas inéditas retratando conflitos geopolíticos de forma irônica, o artista nissei faz sua quarta exposição individual na galeria Thomas Cohn (tel. 0/xx/11/3083-3355), que comemora seus 25 anos. Em abril, ele faz uma retrospectiva de sua obra no Museu de Arte Contemporânea de Tóquio

+ Arte

Pinturas para Peixes...

... e Outras Pinturas” é a nova série de Rodrigo Andrade, que utiliza óleo sobre tela sobre reprodução do americano Edward Hopper (1882-1967) e nas superfícies internas de aquários, com blocos de tinta em meio a pares de peixes vermelhos e alaranjados. Marília Razuk (tel. 0/xx/11/3079-0853).

+ Exposição

Instabile 2008

Conhecido por misturar a cultura popular com a erudita, o artista paraense Emmanuel Nassar homenageia Alexander Calder, criando uma versão brasileira dos “Móviles” e “Estabiles” do escultor norte americano (1898-1976). Na galeria Millan (tel. 0/xx/11/ 3031-6007), em São Paulo.

+ Filosofia

A República

A coleção “Livros Que Mudaram o Mundo” traz ensaio do professor de filosofia na Universidade de Cambridge Simon Blackburn sobre a mais importante obra de Platão. Ele aborda o livro no contexto do século 20. Trad. Roberto Franco Valente. Zahar (tel. 0/ xx/21/ 2108-0808). 188 págs., R\$ 29.

+ Paleontologia

O Povo de Luzia...

... - Em Busca dos Primeiros Americanos” traz o relato dos pesquisadores Walter Neves e Luís Piló sobre descobertas como a do fóssil de mais de 10 mil anos encontrado em Lagoa Santa (MG), suscitando discussões sobre os modos de vida de nossos ancestrais. Ed. Globo (tel. 0/xx/ 11/ 3714-2920).

+ Coletânea

O Mito Individual...

... do Neurótico” reúne três textos de Jacques Lacan. O psicanalista aborda a função religiosa do símbolo e discute, a partir das idéias de Lévi-Strauss, a relação dos mitos com a estrutura das sociedades primitivas. Trad. Claudia Berliner. Zahar (tel. 0/ xx/21/ 2108-0808). 104 págs., R\$ 29.

+ Romance

A Mulher que Fugiu...

... de Sodoma”, primeiro romance de José Geraldo Vieira (1897-1977), de 1931, ganha reedição. Elogiado por autores como Manuel Bandeira e Erico Verissimo, Vieira cria uma ficção urbana e carioca utilizando o jogo como pano de fundo. Ed. Leitura (tel. 0/xx/ 31/ 3379-0620). 420 págs., R\$ 45.

+ História

Ascensão e Queda...

... do Terceiro Reich”, clássico do jornalista americano William L. Shirer (1904-1993), apresenta os eventos da Segunda Guerra por quem acompanhou o conflito de perto. Tradução de Pedro Pomar e Leônidas Gontijo de Carvalho. Agir (tel. 0/xx/21/ 3882-8200). 880 págs. (vol. 1) e 768 págs. (vol. 2), R\$ 89,90 cada.

+ Importado

Nothing to Be...

... Frightened of”, último livro de Julian Barnes, autor de “O Papagaio de Flaubert”, acaba de sair no Reino Unido. O romance (Nada para Temer, ed. Jonathan Cape, 256 págs., 16,99 libras, R\$ 58) é um misto de memórias familiares, ensaio sobre a morte e reflexões acerca da obra do escritor francês Jules Renard.

+ Policial

Vestígio

Patricia Cornwell, uma das principais autoras de romances policiais dos EUA, retoma sua personagem Kay Scarpetta. A médica legista tenta esclarecer agora o assassinato de uma garota de 14 anos. Trad. Otacílio Nunes e Claudio Carina. Cia das Letras (tel. 0/ xx/11/ 3707-3500). 448 págs., R\$ 49.

Anexo 09:

São Paulo, sábado, 08 de março de 2008 **FOLHA DE S.PAULO** **ilustrada**

Vitrine

FICÇÃO

Contos/Ficção Científica **A Cidade Inteira Dorme**

RAY BRADBURY

Editora: Globo; **Tradução:** Deisa Chamahum Chaves; **Quanto:** R\$ 27 (196 págs.)

SOBRE O AUTOR: Nascido em 1920, em Waukegan, Illinois, o escritor norte-americano é um dos principais nomes da ficção científica. Publicou “As Crônicas Marcianas”, “Algo Sinistro Vem Por Ai”, “Uma Estranha Família -Lembranças de um Lugar do Passado” e “Fahrenheit 451” (adaptado para o cinema por François Truffaut), entre outras obras. Roteirista, assinou o texto de filmes como “Moby Dick” (1956), de John Huston.

TEMA: Reunião de contos do renomado autor, incluindo alguns que já tornaram-se célebres, como “O Pedestre”, “O Lixeiro” e “O Homem Ilustrado”.

POR QUE LER: A coletânea de narrativas curtas de Bradbury revela a grande habilidade literária do autor, que passeia pelo terror psicológico, pelo fantástico e pela crítica política.

Romance

La Bodega

NOAH GORDON

Editora: Rocco; **Tradução:** Pinheiro de Lemos; **Quanto:** R\$ 39,50 (328 págs.)

SOBRE O AUTOR: Nascido em 1926, o escritor norte-americano tem entre seus best-sellers os livros “O Físico”, “O Rabino”, “Xamã” e “O Último Judeu”.

TEMA: Na França, no fim do século 19, depois de ir à guerra, jovem descobre a arte da produção do vinho. Após a morte do pai, volta à Espanha natal, onde enfrenta problemas financeiros e conflitos familiares.

POR QUE LER: Lançado primeiro na Espanha, com tiragem inicial de 200 mil exemplares, livro está nas principais listas de mais vendidos do país. O autor estava afastado da ficção há oito anos.

NÃO-FICÇÃO

História

Creta

ANTONY BEEVOR

Editora: Record; **Tradução:** Maria Beatriz de Medina; **Quanto:** R\$ 55 (462 págs.)

SOBRE O AUTOR: Educado em Winchester e na Academia Militar de Sandhurst, deixou o Exército após cinco anos para se dedicar à literatura e já publicou livros de ficção e não-ficção, entre eles “Stalingrado” e “O Mistério de Olga Tchekova”.

TEMA: A história da rendição da Grécia, na Batalha de Creta, e da resistência cretense à invasão nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

POR QUE LER: Obra traz relatos de participantes-chave do confronto e recebeu críticas positivas de jornais como “The Independent” e “The Daily Telegraph”, entre outros.

Medicina/Administração

Por que as Zebras Não Têm Úlceras?

ROBERT M. SAPOLSKY

Editora: Francis; **Tradução:** Ana Carolina Mesquita; **Quanto:** R\$ 89 (592 págs.)

SOBRE O AUTOR: Biólogo e neurologista, professor da Universidade Stanford, nos EUA, é também autor de “Memórias de um Primata”.

TEMA: Resultado de pesquisa de mais de 20 anos, livro se debruça sobre os problemas ligados ao estresse, da insônia às doenças cardíacas.

POR QUE LER: Com ilustrações e mais de cem páginas de notas, obra é um sério estudo científico e, no entanto, não perde o viés bem-humorado.

Anexo 10:

São Paulo, sábado, 29 de março de 2008 **FOLHA DE S. PAULO** **ilustrada**

Vitrine

FICÇÃO

Romance

Partículas Elementares

MICHEL HOUELLEBECQ

Editora: Sulina; **Tradução:** Juremir Machado da Silva; **Quanto:** R\$ 45 (296 págs.)

SOBRE O AUTOR: Nasceu em 1958 na ilha Reunião, no oceano Índico. Viveu em Argel (Argélia), indo em 1961 para Paris. Começou carreira com poesia, passou para os romances e hoje também se dedica ao cinema. Do escritor, saíram no Brasil os livros “Extensão do Domínio da Luta” (Sulina) e “Plataforma” e “A Possibilidade de uma Ilha” (Record).

TEMA: O biólogo Michel sublima o declínio da sua sexualidade no trabalho, nas compras e no uso de tranqüilizantes. Já seu meio-irmão, Bruno, vive uma busca desesperada do prazer sexual.

POR QUE LER: Lançado originalmente em 1998 e publicado em mais de 30 países, o romance polêmico consagrou Houellebecq em todo o mundo. A reedição vem por ocasião do lançamento da versão para o cinema do diretor alemão Oskar Roehler.

Poesia

Toda Poesia de Machado de Assis

MACHADO DE ASSIS

Editora: Record; **Quanto:** R\$ 85 (756 págs.)

SOBRE O AUTOR: Considerado um dos maiores escritores brasileiros, Machado de Assis (1839-1908) foi cronista, contista, poeta, romancista, crítico e ensaísta. Escreveu “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e “Dom Casmurro”, entre outros.

TEMA: Cerca de 180 poemas de Machado de Assis, do primeiro soneto, “À Ilma. Sra. D.P.J.A.” (1854), ao último, “A Carolina” (1906). Organização de Cláudio Murilo Leal.

POR QUE LER: A antologia faz parte das comemorações dos cem anos de morte do autor, cuja obra poética é reunida pela primeira vez aqui em um só volume.

NÃO-FICÇÃO

Ciência

Descobertas Perdidas

DICK TERESI

Editora: Companhia das Letras; **Tradução:** Rosaura Eichenberg; **Quanto:** R\$ 59 (440 págs.)

SOBRE O AUTOR: Escritor norte-americano, lançou obras como “The Dog Particle”, entre outras. Colabora para as revistas “Discover” e “The New York Times Magazine”.

TEMA: Decisivas descobertas da história da ciência que foram desenvolvidas por maias, árabes e gregos, entre outros, mas que foram minimizadas pela leitura eurocêntrica.

POR QUE LER: A apresentação das “descobertas perdidas” feita por Teresi tem variados exemplos, escritos de forma bastante clara.

História

Japoneses - A História do Sol Nascente

MARCIA YUMI TAKEUCHI

Editora: Lazuli/Companhia Editora Nacional; **Quanto:** R\$ 18 (152 págs.)

SOBRE A AUTORA: Historiadora com doutorado na USP (Universidade de São Paulo), é pesquisadora do Proin (Projeto Integrado Arquivo/ Universidade) e do Leer (Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação).

TEMA: Edição de bolso que traz a história da imigração dos japoneses para o Brasil, que neste ano completa o centenário.

POR QUE LER: A série “Imigrantes no Brasil” da Lazuli, coordenada pela professora Maria Luiz Tucci Carneiro, traz assuntos históricos com uma abordagem clara, mas não superficial.

Anexo 11:

São Paulo, domingo, 02 de março de 2008 

+ Lançamentos

Brasil - Paisagens Naturais

128 págs., R\$ 25,90 de Marcelo Leite. Ática (av. Otaviano Alves de Lima, 4.400, CEP 02909-900, SP, tel. 0/xx/11/3990-1777). Doutor em ciências sociais pela Unicamp, o colunista da Folha apresenta os seis biomas do Brasil, em livro ilustrado por diversas fotos. O prefácio é da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

As Obras do Amor

432 págs., R\$ 66,70 de Soren A. Kierkegaard. Vozes (r. Frei Luís, 100, CEP 25689-900, Petrópolis, RJ, tel. 0/xx/24/2231-4676). O teólogo e filósofo dinamarquês (1813-1855) analisa, nestas considerações de 1847, o mandamento do amor cristão comparado ao amor platônico e à amizade aristotélica.

Hibridismos Musicais de Chico Science e Nação Zumbi

248 págs., R\$ 33 de Herom Vargas. Ateliê Editorial (estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897, CEP 06709-300, Cotia, SP, tel./fax 0/ xx/11/4612-9666). Pesquisador de música, cultura e linguagens da mídia do CNPq, Vargas analisa a combinação de tradição e cosmopolitismo nos dois discos gravados antes da morte de Chico Science, em 1997.

Para Além dos Direitos

384 págs., R\$ 46 de Haroldo Abreu. Editora UFRJ (av. Pasteur, 250, sala 107, CEP 22290-902, RJ, tel. 0/xx/21/2542-7646). Professor da Universidade Federal Fluminense, Abreu busca reconstituir o conceito de “cidadania” como modo de pertencer ao ordenamento social, dentro da divisão capitalista do trabalho.

Os Bastidores do Second Life

288 págs., R\$ 39,90 de Wagner James Au. Tradução de Fal Vitiello de Azevedo. Idéia & Ação (r. Cristiano Viana, 1216, CEP 05411-002, SP, tel. 0/xx/11 3873-2062). O jornalista narra a evolução do site Second Life, aborda engenharia social, identidade, romances, código de ética e discute como organizações podem utilizar o ambiente virtual. Inclui glossário.

Homenagem - 80 Anos de Evanildo Bechara

200 págs., R\$ 29,90 Dieli Vesaro Palma, Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Neusa Barbosa Bastos e Rosemeire Leão Silva Faccina (orgs.). Nova Fronteira (r. Bambina, 25, CEP 22251-050, RJ, tel. 0/ xx/21/ 2131-1111). Coletânea de ensaios que abordam o trabalho do gramático e lingüista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras. Os textos discutem normas e prescrição lingüística, entre outros temas.

Racismo e Discurso na América Latina

384 págs., R\$ 37 Teun A. van Dijk (org.). Contexto (r. Doutor José Elias, 520, CEP 05083-030, SP, tel. 0/xx/11/3832-5838. Traz ensaios de diversos autores analisando o que definem como formas de racismo embutidas nas sociedades de países latino-americanos como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Guatemala.

Um Sete Um

112 págs., R\$ 27 de Ítalo Ogliari. 7 Letras (r. Jardim Botânico, 600, sala 307, CEP 22461-000, RJ, tel. 0/xx/21/2540-0076). Em seu primeiro romance, o autor, mestre em literatura pela Pontifícia Universidade Católica - RS, narra a história de um homem que resolve contar sua vida a um mendigo, a quem trata como se fosse seu pai.

O Poeta e a Consciência Crítica

216 págs., R\$ 35 de Affonso Ávila. Perspectiva (av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.025, CEP 01401-000, SP, tel. 0/xx/11/3885-8388). Nesta coletânea de ensaios originalmente lançada em 1969, as tensões entre consciência crítica e liberdade criativa, tradição e vanguarda na literatura brasileira são analisadas pelo poeta e crítico literário mineiro.

Leitura, Literatura Infanto-Juvenil e Educação

314 págs., R\$ 45 de Célia Regina Delácio Fernandes. Editora da Universidade Estadual de Londrina (campus universitário, s/nº, CEP 86051-990, Londrina, PR, tel. 0/ xx/ 43/3371-

4673). Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Grande Dourados, a autora aborda o papel da escola como mediadora na divulgação de livros voltados para o segmento infanto-juvenil.

Anexo 12:

São Paulo, domingo, 30 de março de 2008 

+ Lançamentos

A Saúde Pública no Rio de Dom João

120 págs., R\$ 29,90 de Manoel Vieira da Silva e Domingos R. dos Guimarães Peixoto. Senac Rio (av. Franklin Roosevelt, 126/604, CEP 20021-120, RJ, tel. 0/xx/21/2510-7100). No primeiro destes dois textos de época, Silva destaca a influência do clima quente e úmido sobre o solo e sugere o aterramento das áreas pantanosas, que poderiam ser foco de doenças. No outro, Peixoto aponta a importância da chegada da família real para o avanço na saúde pública.

A Memória, a História, o Esquecimento

536 págs., R\$ 82 de Paul Ricoeur. Trad. Alain François. Ed. Unicamp (r. Caio Graco Prado, 50, Cidade Universitária, CEP 13083-892, Campinas, SP, tel. 0/xx/ 19/3788-7235). O filósofo francês (1913-2005) resume seus estudos sobre a memória em três partes. Na primeira, enfoca os fenômenos mnemônicos; na segunda, a epistemologia das ciências históricas; na terceira, conclui com uma análise hermenêutica da condição histórica dos seres humanos.

Música em Debate

256 págs., R\$ 39 Samuel Araújo, Gaspar Paz e Vicenzo Canbria (orgs.). Faperj/Mauad (r. Joaquim Silva, 98, 5º andar, CEP 20241-110, RJ, tel. 0/xx/21/3479-7422). Nove ensaios, escritos por nomes como Flávia Camargo Toni e Henrique Gandelman, que enfocam temas como acervos fonográficos de música em tradição oral, direito autoral e as diversas formas de propriedade intelectual e as inter-relações musicais entre África e América.

Sartre e o Pensamento Mítico

248 págs., R\$ 30 de Caio Liudvik. Ed. Loyola (r. 1.822, nº 347, CEP 04216-000, São Paulo, SP, tel. 0/ xx/11/6914-1922). Mestre em filosofia pela USP, o autor analisa a estréia de Sartre (1905-80) como dramaturgo, em 1943, com “As Moscas” -em que recria a tragédia grega “Orestéia” (Ésquilo) sob a ótica da ocupação nazista da França.

Hegel e o Estado

656 págs., R\$ 118 de Franz Rosenzweig. Tradução de Ricardo Timm de Souza. Perspectiva (av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.025, SP, CEP 01401-000 tel. 0/xx/11/ 3885-8388). Considerada obra de grande importância nas pesquisas sobre a filosofia de Friedrich Hegel (1770-1831), traz o conceito de Estado em sua obra. Prefácio do filósofo Roberto Romano.

Escrever sobre Escrever

216 págs., R\$ 33 de Claudia Amigo Pino e Roberto Zular. WMF Martins Fontes (r. Conselheiro Ramalho, 330, CEP 01325-000, SP, tel. 0/xx/11/3241-3677). Os autores descrevem as ferramentas próprias ao método da crítica genética -ou crítica do processo, dedicada ao estudo dos manuscritos- desde seu surgimento, na efervescência de 1968, em Paris.

Ritual, Risco e Arte Circense

316 págs., R\$ 40 de Guilherme Veiga. Universidade de Brasília (SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, ed. OK, 1º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF, tel. 0/xx/61/ 3035-4211). Tese de doutorado em sociologia que aborda a performance e as fronteiras epistemológicas e conceituais entre a arte e o circo, além de traçar o panorama do desenvolvimento do espetáculo circense.

Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas

244 págs., R\$ 30 Marco A. Pamplona e Maria Elisa Mäder (orgs.). Tradução de Miriam Xavier e Patrícia Zimbres. Ed. Paz e Terra (r. do Triunfo, 177, CEP 01212-010, São Paulo, SP, tel. 0/xx/ 11/3337-8399). Ensaio discutem a Independência mexicana, o papel tradicional da mulher e a xenofobia nos discursos político e religioso.

Sotaques d'Aquém e d'Além Mar

240 págs., R\$ 44,90 de Manuel Carlos Chaparro. Summus (r. Itapicuru, 613, 7º andar, CEP 05006-000, SP, tel. 0/xx/11/3872-3322). O doutor em comunicação e professor de jornalismo na Universidade de São Paulo compara as classes de texto jornalístico de Brasil e de Portugal e propõe uma teoria dos gêneros.

Anexo 13:

São Paulo, domingo, 02 de março de 2008 **FOLHA DE S. PAULO** **ilustrada**

Coleção traz Drummond dos temas sociais

**“O Sentimento do Mundo”, do escritor mineiro, é o quarto volume da série
Livro de 1940 que chega às bancas no próximo domingo revela acirramento de
questões políticas do poeta**

DA REPORTAGEM LOCAL

Surgido na arena literária em 1930 com o lançamento da coletânea “Alguma Poesia”, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) rapidamente firmou-se como um dos principais poetas brasileiros.

Na verdade, em seu território específico -no qual se evidenciam a ironia e o distanciamento, a dialética entre o pessoal e o social, uma antilírica assentada no raciocínio lógico-, Drummond reina de modo absoluto em nossas letras.

“Sentimento do Mundo” (1940) -quarto volume da “Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros”, que chega às bancas no próximo domingo- representa um acirramento das preocupações sociais do poeta, cujo auge se dá em “A Rosa do Povo” (1945), até hoje seu

livro mais político.

O tema social não surge isolado, mas se vincula a um “eu” que se vê acaçapado por um mundo que não compreende e mal consegue suportar. Devemos lembrar que, no Brasil, vivia-se sob a ditadura do Estado Novo e, no cenário mundial, eclodia então a Segunda Guerra Mundial.

Assim, o sentimento que o poeta tem do mundo é de algo descomedido e doloroso. “Esse amanhecer/ mais noite que a noite”, começa. Adiante, confessa-se pequeno: “Não, meu coração não é maior do que o mundo. É muito menor”.

Embora observe que o mundo “não pesa mais que a mão de uma criança”, não acredita que um ser humano apenas, em seu arrepio existencial, possa fazer a diferença: “porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan”.

Se em “O Sentimento do Mundo” a ação ainda não parece possível, existe a esperança na atividade poética, aquela que aproxima o poeta de sua gente e de seu tempo: “Não serei o poeta de um mundo caduco./ Também não cantarei o mundo futuro. [...] O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,/ a vida presente”.

Anexo 14:

São Paulo, domingo, 30 de março de 2008 **FOLHA DE S.PAULO** **ilustrada**

Livro de Lima Barreto é o próximo da “Coleção”

“Triste Fim...” estará à venda nas bancas no dia 6/4

DA REPORTAGEM LOCAL

Um major, subsecretário do Arsenal de Guerra, patriota exaltado que insiste para que o tupi-guarani seja decretado “língua oficial e nacional do povo brasileiro”, é o protagonista de “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, o oitavo volume da série “Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros”.

Trata-se do principal romance de Lima Barreto (1881 -1922), escritor que nasceu pobre, viveu como pequeno funcionário e publicou artigos e romance em jornais, inclusive “Triste Fim...” (lançado em folhetins, no “Jornal do Comércio”, em 1911).

Nem o autor obteve sucesso, nem sua voz teve o crédito merecido na conservadora sociedade do início do século 20.

Dado a crises de depressão, alcoólatra, Barreto internou-se duas vezes no Hospício Nacional. Morreu de colapso cardíaco, com apenas 41 anos.

Durante algum tempo a crítica se pautou em localizar indícios autobiográficos em sua ficção, que também era acusada de não exibir bastante sofisticação artística. Mas a verdade é que, como um todo, sua obra transcende essa conjuntura redutora.

Policarpo é mais do que Barreto. O personagem representa o nacionalista íntegro e ingênuo, que não compreende as engrenagens que movem os interesses políticos e acabam por esmagá-lo.

Nesse sentido, Policarpo não deixa de ser um sonhador nos moldes de Dom Quixote.

Como observou o crítico Oliveira Sobrinho: “Ambos são otimistas incuráveis, porque acreditam que os males sociais e sofrimentos humanos podem ser curados pela mais simples e ao mesmo tempo mais difícil das terapêuticas, que é a aplicação da justiça da qual um e outro se arvoraram paladinos”.

Se há muito de sátira nos traços e no comportamento de Quaresma, e esta convida ao riso, trata-se de um riso amargo, pois esbarra no estado melancólico que envolve o personagem,

cujo destino parece ser o de todos os que crêm em um ideal caduco ou impossível. Ao sair do hospício, Quaresma se envolve na Revolta da Armada (1893) na condição de defensor do presidente Floriano Peixoto, que chega a lhe dizer: “Você, Quaresma, é um visionário...”.

Mas o presidente se revela um ditador, e seu admirador, sem que este último saiba bem por quê, acaba preso e condenado como traidor.

As palavras com que, em carta à irmã, ele exprime seu desalento são de um patetismo poucas vezes alcançado na ficção brasileira. Lembram o monólogo final de Macbeth, antes da queda de seu reino: “Esta vida é absurda e ilógica [...] Ninguém compreende o que quero, ninguém deseja penetrar e sentir; passo por doido, tolo, maniaco e a vida se vai fazendo inexoravelmente com a sua brutalidade e fealdade.”

O livro “Triste Fim de Policarpo Quaresma” estará à venda nas bancas no próximo domingo.

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

LA SUBJECTIVITÉ ÉNONCIATIVE ET LA CONSTITUTION D'IDENTITÉS DANS LE DISCOURS DE LA REVUE FÉMINISTE *LA VIE EN ROSE*

Marty LAFOREST*

Juliane de Araujo GONZAGA**

- **RÉSUMÉ:** La question de l'avortement au Québec suscite encore aujourd'hui des discussions sur sa légalité ainsi que sur le droit des femmes de décider d'avorter. En ce sens, cet article a comme objectif de faire l'analyse d'un éditorial de la revue féministe *La vie en rose* publié en 1982, en réponse à la lettre antiavortement des évêques, écrite en 1981. À partir des considérations de Kerbrat-Orecchioni concernant l'énonciation et la subjectivité, nous faisons une analyse discursive afin de comprendre comment l'énonciation contribue à la constitution des identités et de saisir comment la subjectivité produit une argumentation dans ces discours. En outre, nous adoptons les notions d'identité de Stuart Hall et de pouvoir de Michel Foucault pour comprendre comment la constitution des sujets dans le langage et dans le contexte socio-historique de production des énoncés rend possible la description des relations de pouvoir exercées entre les féministes, l'Église, l'État et les médecins. Cette analyse nous permet de conclure à la production d'identités multiples pour les femmes, dont l'objectif est de faire résistance face au pouvoir d'institutions hégémoniques.
- **MOTS-CLÉS:** Avortement. Énonciation. Subjectivité. Identité. Pouvoir.

Introduction

Le mouvement féministe commence au Québec à la fin du XIXe siècle, initié par les militantes francophones du Conseil national des femmes du Canada. D'une certaine façon, on peut dire que le mouvement au Québec a eu un retard par rapport à celui des Canadiennes anglaises, ce qui peut se comprendre à la lumière de l'engagement des Québécoises dans la religion catholique. De fait, l'Église joue un rôle important dans cette histoire puisque le mouvement, avant de s'imposer de façon plus politique, était conciliable avec la religion catholique. Cette période appelée "féminisme chrétien", où les femmes se sentaient vraiment

* UQTR - Université du Québec à Trois Rivières - Département de Lettres et Communication Sociale. Trois-Rivières – Québec – Canada. QC G9A 5H7 - marty.laforest@uqtr.ca

** Étudiante à la maîtrise en Linguistique. UFSCAr - Université Fédérale de São Carlos – Département de Lettres. São Carlos – SP – Brésil. 13565-905 - gonzagajuliane@gmail.com

déterminées à prendre des responsabilités inédites dans la société, a été stimulée par le cadre religieux qui a donné aux femmes espace et possibilités pour un développement initial (DUMONT, 2008).

Après des événements importants de l'histoire, comme les guerres mondiales et la crise de 1929, on voit quelques changements culturels qui favorisent des ouvertures pour que les femmes puissent exercer vraiment leurs droits politiques, comme le droit de vote par exemple. Toutefois ce n'était que le début d'une série de luttes qui allaient changer la situation des femmes québécoises. L'une de ces luttes importantes des femmes québécoises a été celle pour le droit à l'avortement libre et gratuit.

L'histoire de l'avortement est caractérisée par son interdiction en 1869 par le Code criminel du Parlement canadien. Cette situation change en 1969, lorsque le gouvernement fédéral modifie ce même code et autorise l'avortement thérapeutique.¹ C'était un projet de loi controversé, parce qu'en même temps qu'il concédait aux femmes le droit d'avorter dans certains cas, il n'empêchait pas la pratique des avortements clandestins ni ne développait des politiques publiques pour améliorer les conditions de pauvreté de familles nombreuses et donner des informations et services de planification des naissances (DESMARAIS, 1999).

Les années soixante-dix sont marquées par un vaste mouvement de contestation sociale et politique, qui refuse l'ordre politique établi en faveur d'un changement dans plusieurs secteurs de la vie quotidienne. Au cours de cette période, plusieurs individus jouent un rôle important dans la résistance aux décisions prises par le gouvernement. L'un de ces personnages a été le docteur Henry Morgentaler, qui offrait des avortements gratuits aux femmes. Dans le prolongement de ce mouvement, on voit, au début des années 1980, la création des centres de santé pour les femmes au Québec, qui fournissaient des informations, des activités d'éducation populaire et des services d'avortement. Il faut remarquer que ces centres n'étaient pas autorisés par les Comités d'avortement thérapeutique, ils travaillaient donc dans l'illégalité (FOPN, 2010).

En 1988, la Cour suprême du Canada exige des modifications à la loi 251 du Code criminel. À partir de ce moment, l'avortement n'est plus considéré comme une pratique illégale, et les femmes peuvent décider librement d'avorter. Il faut mentionner aussi que ce changement a fait que l'avortement au Québec est devenu gratuit et accessible, donc disponible pour les femmes issues de toutes les classes sociales (DESMARAIS, 1999). Durant toute la période qui a précédé

¹ Dans ce contexte, on appelle "avortement thérapeutique" l'avortement qui était fait par un médecin dans un hôpital dès que la femme obtenait une approbation d'un comité responsable qui jugeait si la grossesse impliquait ou non des risques pour sa santé. Il faut remarquer que l'inceste, le viol et la propre volonté d'avorter n'étaient pas des motifs reconnus (DESMARAIS, 1999).

la légalisation de l'avortement, on voit aussi des actions engagées sur les fronts social et politique, on remarque l'intervention des revues féministes en faveur de l'avortement et leur positionnement contre les mesures et déclarations des évêques, des médecins et des politiciens.

L'une de ces revues féministes est *La vie en rose* (1982). Cette revue paraît à un moment où le message féministe change de ton, où les besoins des femmes s'expriment sur un ton différent d'autrefois. C'est une prose vivante et décontractée qui se donne à lire dans les pages de *La vie en rose*, ce qui rend la revue attrayante et en même temps attentive aux événements de l'actualité concernant les femmes. L'un de principaux objectifs de cette revue, c'est de rompre avec le ton du féminisme des années 1970 et, surtout, de s'opposer à un féminisme moralisateur et pudique. L'équipe de rédaction est composée par des femmes du Comité de lutte pour l'avortement libre et gratuit, qui animent des débats à l'intérieur du mouvement féministe, qui dénoncent les formes d'oppression et dont le travail se veut attentif au plaisir des lectrices. *La vie en rose* est l'une de principales revues féministes québécoises et a été publiée pendant huit ans, un record dans la presse féministe (DUMONT, 2008).

En considérant la notion d'énonciation, par laquelle le sujet met en oeuvre le langage et s'approprie son discours, ainsi que ses implications dans la production de la subjectivité, nous souhaitons dans cet article faire l'analyse de l'éditorial "Le droit à la vie?" publié dans *La vie en rose* en mars 1982 (LE DROIT..., 1982). Nos objectifs sont les suivants: (i) comprendre comment se constituent certaines identités dans et par ce discours; (ii) analyser la constitution de la subjectivité et de l'argumentation et (iii) décrire et comprendre les rapports de pouvoir qui s'exercent dans et par ce discours.

Le texte analysé est une réponse des féministes de *La vie en rose* à la déclaration antiavortement de l'Assemblée des Évêques de 1981. Ainsi, notre analyse essaiera de faire un parcours depuis l'énonciation jusqu'à l'événement discursif, de façon à intégrer l'acte énonciatif à une mémoire discursive qui produit plusieurs effets de sens dans les discours, les réflexions, les débats d'une époque déterminée de l'histoire du féminisme québécois. Notre analyse adoptera comme démarche "[...] la caractérisation des faits de langue, la connaissance des positions des sujets historiques et de leur conscience linguistique.", c'est-à-dire "[...] la prise en compte de marques énonciatives co-présentes dans l'effet de langue qui constitue l'événement ." (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, 1994, p.191). On comprend ici "événement" comme un fait qui rompt avec d'autres pratiques discursives et instaure de nouvelles conditions et règles de production du discours. De cette façon, ce travail sera susceptible de contribuer à la connaissance des pratiques discursives rapportées au féminisme et à l'histoire des femmes au Québec.

Le point de vue de l'énonciation: pour une subjectivité argumentative dans le discours

L'énonciation se définit comme "[...] cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d'utilisation." (BENVENISTE, 1974, p.80). Le travail de l'énonciation est l'action de l'énonciateur pour s'approprier cet appareil formel de la langue et marquer sa position dans le discours. Ce sont des indices spécifiques qui marquent qui parle, à qui l'on parle, quand on parle et d'où l'on parle, ce qui donne une bonne description des composantes qui forment le cadre de la communication.

L'énonciation est responsable de l'instauration d'une situation de communication, où un énonciateur assume la langue et inscrit la présence de l'autre en face de lui. Chaque instance du discours constitue un centre de référence interne, où l'acte individuel d'appropriation du langage introduit celui qui parle et celui à qui l'on parle. C'est la présence de l'énonciateur qui nous fait se rapporter à une classe spécifique de signes, responsables de cet exercice individuel d'insertion de "soi-même" et de l' "autre" dans le discours: c'est le cas des pronoms personnels "je" et "tu" par exemple.

En outre, l'énonciation met en évidence d'autres aspects de la situation de communication, comme l'espace et le temps, qui peuvent être marqués dans le discours par des adverbes et des temps verbaux. Dans le cadre des études de l'énonciation, ces marques sont appelées "déictiques" et sont définies comme des "[...] unités linguistiques dont le fonctionnement sémantico-référentiel [...] implique une prise en considération de certains éléments constitutifs de la situation de communication." (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p.41).

Dans son ouvrage *L'énonciation*, Kerbrat-Orecchioni (1999) répertorie quelques déictiques et ajoute quelques observations sur la question des pronoms personnels dans les travaux de Benveniste. La structuration initiale proposée par cet auteur peut être décrite de la façon suivante: "Je" (sujet) parle à un "Tu" (non sujet) se référant à un "Il" (non-personne). Kerbrat-Orecchioni refuse l'idée selon laquelle le "il" assume une fonction de non-personne (ce que croit Benveniste), sauf dans les cas de tournures impersonnelles. D'après la linguiste, il est manifeste que le pronom "il" ne désigne pas spécifiquement rien ni personne mais, si par "en soi" on comprend "hors actualisation", le même phénomène arrive aux pronoms "je" et "tu" qui doivent être insérés dans un cadre communicationnel pour qu'on comprenne leur signification. La différence existant entre ces pronoms, c'est que "[...] généralement, le pronom 'il' a besoin pour recevoir un contenu référentiel précis de déterminations cotextuelles dont le 'je' et le 'tu' peuvent faire l'économie." (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p.49).

Kerbrat-Orecchioni développe aussi des réflexions concernant la subjectivité dans le langage, question initialement abordée par Benveniste de façon plus simpliste. Dans le chapitre *De la subjectivité dans le langage* (1999), la linguiste défend la thèse suivant laquelle la subjectivité se manifeste dans l'ensemble des choix linguistiques et l'organisation des verbes que l'on fait en produisant des énoncés. On remarque que, chez Kerbrat-Orecchioni (1999), il n'y a pas de dichotomie entre l'énonciation et l'énoncé, au sens où l'énonciation serait l'acte de produire et l'énoncé le produit, le résultat de cet acte. Selon la linguiste, il s'agit du même objet, la différence tenant à la mise en perspective de cet objet. Au surplus, à l'intérieur de ce qui est dit dans l'énoncé, on trouve aussi la présence de l'énonciateur: c'est ce qu'on comprend par l'énonciation.

Pour que l'énonciateur se constitue comme sujet dans et par son énoncé, il faut qu'on envisage le langage comme système de signes de la langue et, en même temps, comme activité manifestée dans les instances du discours. Dans ce procès, il faut qu'on dégage aussi l'aspect pragmatique du langage, de façon à comprendre la constitution du sujet de l'énonciation en fonction de la perspective de l'autre dans le discours. Une fois qu'on énonce "je" ou même son propre nom, s'affirme la conscience de soi dans le discours. Il s'agit d'un positionnement dans l'argumentation, où le sujet se situe en relation avec l'autre, en exprimant son point de vue et ses arguments dans ses énoncés (DEL RÉ, 2009).

Cette réflexion est importante, puisqu'elle suppose que la subjectivité est donnée par l'insertion de l'énonciateur et de l'allocataire dans le discours, en même temps que sont faits les choix linguistiques lors de la composition de l'énoncé. Pour comprendre les façons dont se constitue la subjectivité dans le langage, on remarque que les unités lexicales sont, en un sens, subjectives, puisque le choix des mots est associé à la représentation que l'énonciateur se fait du monde et du référent en question. Cela veut dire que, dans le stock d'unités lexicales, il doit en choisir quelques-unes pour verbaliser des objets sur un plan réel ou imaginaire.

On fera attention donc aux types de formulation qu'il choisira. Ces formulations peuvent constituer des discours objectifs (où l'énonciateur s'efforce de gommer son existence) ou subjectifs (où l'énonciateur s'avoue explicitement ou se pose implicitement) (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999). La subjectivité s'instaure donc quand l'énonciateur mobilise quelques déictiques ou bien quand il recourt à l'utilisation de quelques adjectifs ou verbes qui dénotent des valeurs affectives ou axiologiques.

Ces considérations nous permettent de conclure que la langue nous offre des éléments pour marquer subjectivement les énoncés et, par conséquent, indiquer à l'allocataire les directions argumentatives formulées par le énonciateur. La notion d'argumentation suppose l'action d'un énonciateur sur un auditoire, qui vise à modifier ses convictions et à gagner son adhésion (PERELMAN, 2012). De cette

façon, les marques d'énonciation et la constitution de la subjectivité peuvent exercer des influences mutuelles les unes sur les autres, ce qui leur donne une dimension persuasive.

Selon Amossy (2006, p.31), "[...] le discours argumentatif ne se réduit pas à une série d'opérations logiques et de processus de pensée.", mais " [...] il se construit à partir de la mise en oeuvre des moyens qu'offre le langage au niveau des choix lexicaux qui comportent d'emblée une orientation argumentative." Ainsi, pour produire des énoncés subjectifs et argumentatifs, on doit envisager une approche entre la théorie de l'énonciation et les choix lexicaux dont dispose l'énonciateur.

L'identité et les relations de pouvoir

Les études culturelles ont commencé à développer la notion d'identité en raison notamment des nouvelles formes d'organisation et de pratiques sociales qu'impose le contexte de la modernité. L'un des principaux effets de la modernité est la crise de l'identité directement liée à une recherche menée par le sujet lui-même, qui se demande souvent: "Qui suis-je ?". C'est pourquoi on trouve des travaux qui essaient de comprendre quelles sont les motivations et les principes de la constitution des identités, notamment ceux de Stuart Hall (2008), qui se concentrent surtout dans le champ de la culture et de la politique.

Tout d'abord, on peut définir l'identité comme un phénomène individuel, ce qui veut dire que chaque individu possède une conscience identitaire qui le différencie de tous les autres. La définition de Dorais nous montre que, fondamentalement, l'identité est "[...] la façon dont l'être humain construit son rapport personnel avec l'environnement." (DORAIS, 2004, p.2). La notion d'identité doit donc être expliquée en tant que relationnelle, construite en relation avec l'autre, dans un processus jamais achevé, c'est-à-dire comme une construction établie dans un environnement déterminé où se retrouvent des personnes et des éléments. Autrement dit, si les rapports au monde et à l'histoire changent, l'identité change aussi, suivant les pratiques du sujet avec les autres dans son contexte culturel, politique et social (DORAIS, 2004).

La constitution de l'identité est essentiellement conditionnelle, puisqu'elle a des conditions spécifiques d'existence, ce qui la situe toujours dans la contingence. De la même façon que les autres pratiques signifiantes, l'identité requiert un jeu des différences. Ce processus qui s'opère à travers la différence a plusieurs effets, comme la production de frontières symboliques et de pratiques discursives par exemple. Cela nous donne une conception de l'identité qui n'est pas essentialiste, mais "stratégique et positionnelle". Ainsi le sujet n'est pas supposé comme central et stable, ni non plus comme un sujet qui garantit une "unicité collective" (HALL, 2008).

D'après cette conception, les identités ne sont jamais unifiées. Au contraire, dans le contexte de la modernité récente, les identités sont de plus en plus fragmentées et fluides. L'identité n'est donc pas l'effet d'une création singulière, mais d'une construction qui l'envisage de façon plurielle dans les discours, les pratiques et les positions sociales. En ce sens, un point important est l'histoire qui détermine les identités en permanence, au sein d'une dynamique toujours en changement, en transformation. Considérer le lien entre l'identité et l'histoire fait nécessairement surgir certaines questions sur l'utilisation de ressources historiques, linguistiques et culturelles dans les processus de constitution des identités. Si l'on pense à partir d'une historisation radicale, la question initiale, "qui suis-je?", s'offre sous un autre jour, et fait place plutôt à des questions comme "qui serai-je?" ou bien "comment serai-je représenté?". Il s'agit d'insérer la constitution des identités à l'intérieur des représentations, qui, selon l'histoire et les pratiques discursives peuvent changer (HALL, 2008).

Il faut remarquer l'importance des pratiques discursives au sein de la constitution de l'identité, puisque les discours sur le sujet participent des formes et modalités du rapport à soi. C'est à partir du "rapport à soi" qu'il est possible de se reconnaître et de se constituer comme sujet, notion que développe Hall (2008), et qui prolonge la théorie des pratiques discursives constitutives du sujet de Michel Foucault (1994b).

Pour Foucault, la constitution du sujet est l'effet des régimes de vérité qui circulent dans notre société. Les régimes de vérité légitiment les savoirs produits par les pratiques discursives et conditionnent l'exercice du pouvoir. Ce sont les conditions qui sont extérieures au sujet qui déterminent de quelle façon il doit se reconnaître et se constituer. Dans les termes foucauldien, il s'agit plutôt de normes que de conditions, ce qui souligne le lien entre la "constitution du sujet" et les "rapports de pouvoir", de manière à mettre en évidence le dispositif régulateur des pratiques discursives (FOUCAULT, 1994b, p.227).

C'est à travers les normes disponibles qu'advient la "reconnaissance de soi", de sorte que la possibilité d' "être" du sujet est toujours déterminée par un régime de vérité. La conception foucauldienne nous dit qu' "[...] il existe toujours une relation à ce régime, un mode de construction de soi qui se déroule dans le contexte des normes concernées et qui, plus spécifiquement, négocie une réponse à la question de savoir qui le 'je' deviendra en relation à ces normes." (BUTLER, 2007, p.22).

Le problème de la constitution du sujet chez Foucault peut être défini comme la façon dont un sujet fait l'expérience de lui-même dans les jeux de vérité. Cela ne veut pas dire que la constitution du sujet est donnée par une identité psychique, mais à l'intérieur de pratiques de connaissance, de techniques de soi et de rapports de pouvoir, tout en considérant le rôle de l'histoire qui détermine certaines

modalités. Ainsi, la production historique des subjectivités est initialement liée à un niveau “archéologique”, où le travail philosophique trouve et décrit à la fois des savoirs sur le sujet. Après avoir fait la reconnaissance de ces savoirs, les subjectivités sont soumises à une analyse “généalogique” qui fait la description des pratiques de domination et des stratégies de gouvernement dans la constitution du sujet (REVEL, 2005).

Le thème général des recherches de Foucault relève de cette question du sujet. Partout dans ses oeuvres, on trouve aussi une insistance particulière sur la question du pouvoir, qui se justifie par son importance dans la constitution du sujet. D’après l’auteur, le sujet humain est pris dans des rapports de production et des relations de sens autant que dans des relations de pouvoir d’une grande complexité. Il est nécessaire donc de comprendre la notion de pouvoir chez Foucault pour bien saisir son rapport avec la question du sujet.

On peut définir le concept de la façon suivante: le pouvoir n’est pas ce qu’on peut posséder, mais ce qu’on peut exercer. Il ne s’agit pas d’avoir du pouvoir sur les autres, mais d’exercer un pouvoir sur les actions des autres (FOUCAULT, 1994b). Les rapports de pouvoir sont présents dans la vie quotidienne sous plusieurs formes: dans la catégorisation des individus, dans la détermination de leur individualité, dans l’attachement à une identité, dans l’imposition d’une loi de vérité. Selon Foucault, le pouvoir s’exerce à partir de relations entre “partenaires”, non pas dans le sens d’un système de jeu entre deux individus, mais simplement par “[...] un ensemble d’actions qui s’induisent et se répondent les unes les autres.” (FOUCAULT, 1994b, p.233).

Examiner le thème du pouvoir requiert donc qu’on envisage les relations multiples qui s’exercent dans le cadre social, et non pas un seul pouvoir, dit unilatéral et centralisé. L’idée de pouvoir défendue par Foucault fait référence à de multiples actions développées à la fois, ce sont des relations éparées qui servent à maintenir ou à conditionner de nouvelles normes au sein d’un dispositif de règlements des conduites. Les relations de pouvoir ont comme effet un ensemble d’actions sur des actions possibles, d’où la possibilité d’envisager les comportements des sujets agissants. Le pouvoir est donc susceptible d’inciter, d’induire, de détourner, d’élargir, de limiter, de contraindre ou d’empêcher les actions des sujets.

Après avoir remarqué comment s’exerce le pouvoir, il faut observer aussi l’une des principales conditions de ce “gouvernement” sur les actions des hommes: celle de la liberté. La première condition d’exercice du pouvoir est sans doute qu’on ait des “sujets libres”, parce que ce n’est que sur des sujets qui ont pleine liberté qu’on peut exercer quelque type de pouvoir. On comprend par “sujets libres”, les sujets individuels ou collectifs qui disposent d’un champ de possibilités où “[...] plusieurs conduites, plusieurs réactions et divers modes de comportement

peuvent prendre place.” (FOUCAULT, 1994b, p.237). Il ne s’agit pas d’une lutte face à face entre le pouvoir et la liberté, mais d’un jeu plus complexe où s’exercent des relations déterminées préalablement par la condition de liberté. Les actions des deux pôles se trouvent ainsi conditionnées par les possibilités et les choix d’actions de sujets libres: il n’y a aucune relation de pouvoir si le sujet ne peut pas décider, en tenant compte de ses possibilités et des jeux de vérités, ce qu’il doit ou non faire.

Une fois qu’on identifie la condition principale du pouvoir, l’examen de cette théorie doit porter attention aussi aux stratégies existantes dans les relations de pouvoir. Si les sujets sont déterminés par les jeux de vérité et si les identités leur sont attachées par les relations de pouvoir, les sujets peuvent bien sûr décider et agir selon les possibilités et représentations dont ils disposent. Cela veut dire que l’assujettissement n’est pas complet, de sorte que le sujet peut trouver des “failles” dans les relations de pouvoir et qu’il peut en profiter au sein d’un processus de constitution de son identité ou de relations qu’il maintient dans les réseaux sociaux.

Cette stratégie appelée “résistance” est fondamentale pour qu’on comprenne la façon dont les relations de pouvoir sont capables de déterminer les “faits de domination”, les “révolutions” et les “mouvements de libération” dans les sociétés. C’est l’action de “résistance” qui peut changer un ensemble d’actions et d’exercices de pouvoir au sein d’un état de domination. Pour conclure, on doit remarquer que la résistance se fait “lorsqu’un individu ou un groupe social arrivent à bloquer un champ de relations de pouvoir, à les rendre immobiles et fixes et à empêcher toute réversibilité du mouvement.” (FOUCAULT, 1994a, p.711).

L’analyse des marques énonciatives: la construction d’identités et les rapports de pouvoir

Considérons d’abord le contexte historique où le texte analysé a été écrit. À la fin des années 1970, le Ministère des affaires sociales (MAS) du Québec annonçait la création de cliniques spécialisées en planification des naissances. Nommées Cliniques Lazure, une référence au ministre qui les avait implantées, ces cliniques fournissaient des services d’avortement thérapeutique, de stérilisation féminine et masculine, et de contraception (FQPN, 2010).

En 1982, année de la publication de l’éditorial analysé, l’avortement était donc déjà possible dans les Cliniques Lazure, mais seulement comme pratique thérapeutique. Il n’existait encore aucune loi qui garantisse le droit aux Québécoises d’interrompre leur grossesse de façon volontaire. À ce moment-là, les parties intéressées – les mouvements féministes, l’État, l’Église et les

médecins – tentent par tous les moyens d'imposer leurs points de vue respectifs sur la question.

Notre objet d'analyse, l'éditorial "Le *droit* à la vie?"² publié dans *La vie en rose* de mars 1982, fait partie de cet ensemble de manifestations de points de vue, et propose une défense de la pratique de l'avortement volontaire. Il s'agit d'une réponse directe à la déclaration antiavortement de l'Assemblée des Évêques publiée en 1981, déclaration constituant un événement discursif qui a suscité l'émergence des discours pour les droits civils et politiques des femmes. L'éditorial est structuré en arguments et en exemples au service d'une prise de position en faveur du droit d'avorter. C'est un texte qui présente le double point de vue défendu d'une part par les militantes féministes et, d'autre part, par l'Église, l'État et les médecins. D'une façon générale, on peut dire que ces discours-là ont permis une rupture avec des discours antérieurs institués sur la question morale et éthique de l'avortement.

Pour analyser cet éditorial, on adoptera une méthodologie qui envisage la description des marques linguistiques rapportées aux sujets impliqués dans ce discours, de façon à comprendre de quelle façon ces marques-là contribuent à la construction de certaines identités. Du point de vue de l'énonciation, on essaiera aussi de vérifier comment l'énonciateur construit une subjectivité en fonction des arguments qu'il produit. Enfin, on fera une analyse des relations de pouvoir exercées entre les sujets, c'est-à-dire qu'on examinera comment s'exercent les relations de pouvoir au sein de la constitution des identités.

Tout d'abord, on observe que l'argumentation développée dans le texte et la constitution des identités sont liées. Cela veut dire qu'en même temps que les choix lexicaux privilégient la construction de certaines identités, ces marques impliquent une direction argumentative, c'est-à-dire qu'elles peuvent être interprétées comme des éléments persuasifs utilisés par l'énonciateur.

Il faut remarquer que l'énonciateur utilise des marques déterminées pour se référer aux personnages impliqués dans le discours. Du point de vue énonciatif, on observe que, dès le début du texte, il s'identifie comme un "nous" et réfère à l'allocutaire au moyen d'un "vous", dont la référence n'est pas identifiée précisément. Par rapport à l'allocutaire, qui sont les récepteurs du message: ce sont seulement des femmes? Seulement des hommes? Le texte ne nous donne pas cette information sous la forme de marques linguistiques, mais en considérant le support en question – une revue féministe – on peut supposer qu'il s'agit plutôt des femmes. En ce sens, le schéma communicatif peut être décrit de la façon suivante: un "nous" (les militantes féministes) qui parle à un "vous" (probablement les lectrices) d'un "ils".

² L'éditorial analysé est en annexe à la fin de cet article.

On arrive ici à un aspect fondamental de la structuration du texte: l'énonciateur "nous" aborde le sujet de l'avortement, mais plus spécifiquement le point de vue d'un "ils" sur l'avortement. Afin de développer son argumentation dans le discours, l'énonciateur "nous" produit des énoncés qui font appel aux conceptions du "ils" sur l'avortement. On peut dire que l'énonciateur "nous" se sert surtout de la stratégie de l'opposition pour se constituer par rapport à "ils". C'est une relation d'altérité qui met en évidence le point de vue de l'énonciateur ainsi que le point de vue du "ils", ce qui, par conséquent, donne une direction argumentative au moyen des marques de subjectivité présentes dans le discours. En ce sens, l'on considère la constitution du sujet comme un effet des représentations ou des images que chacun produit de soi et de l'autre. La constitution du sujet est venue des représentations qui sont parties du "regard de l'autre" (CORACINI, 2010).

Nous refusons la conception du pronom "il" comme "non-personne" proposée par Benveniste (1974). Nous lui préférons la conception de Kerbrat-Orecchioni (1999) selon laquelle le "il", contrairement au "je" et au "tu", a besoin de déterminations cotextuelles. Ce choix théorique se justifie par le fait que, dans le travail de référentiation cotextuelle, le pronom "ils" (c'est bien d'un pluriel qu'il s'agit dans le texte) joue un rôle important dans l'argumentation et dans la constitution de sujets dans le discours. L'aspect constitutif du langage nous permet donc d'avoir une interaction entre les sujets de l'énonciation. Ainsi, on a une relation d'altérité où le "nous" se constitue à mesure qu'on a un "ils" qui est représenté dans et par le langage (CORACINI, 2010).

Dans un premier temps, nous avons donc relevé toutes les marques de désignation dans le discours, c'est-à-dire les marques relatives aux personnes ou aux groupes, et nous avons identifié le référent des pronoms "nous" et "ils". Tout au long du texte, on trouve des marques qui s'assimilent à un "nous" par opposition à un "ils", et d'autres qui sont assimilables à un "ils" en fonction de leur position par rapport au référent "avortement". De là, on comprend donc que s'instaurent deux pôles, deux points de vue différents sur l'avortement. Le tableau ci-dessous présente les différents référents de "nous" et de "ils" relevés dans le texte:

Tableau 1 – Les référents des pronoms "nous" et "ils"

PRONOM	RÉFÉRENT
NOUS	femmes ; journalistes et militantes.
ILS	évêques ; la droite ; théologiens ; médecins ; experts-de-la-vie ; chorale de bien pensants ; adversaires de l'avortement ; pouvoir patriarcal ; État et Église.

Source: Élaboration propre.

Les référents du “nous” sont assurément des marques plus neutres qui expriment objectivement et positivement ce pôle et qui détermine sa position en faveur de l’avortement. Quant aux référents du “ils”, certains renvoient à des réalités objectives comme, par exemple, **évêques, État, médecins, la droite, adversaires de l’avortement**. D’autres sont nettement subjectifs et peuvent être associées à des valeurs péjoratives, comme par exemple: **chorale de bien pensants, experts-de-la-vie et pouvoir patriarcal**. Cela nous fait comprendre la construction subjective et même négative du pôle adverse, c’est-à-dire celui qui est contre l’avortement.

L’hypothèse selon laquelle s’affirment deux positions antagonistes dans l’éditorial peut être renforcée par la description des marques verbales. Les marques verbales relatives à l’énonciateur “nous” dénotent assurément une stratégie argumentative où il s’agit de prouver que les femmes du mouvement féministe québécois sont des femmes qui agissent concrètement. Ces verbes contribuent à l’argumentation et à la persuasion, en ce sens qu’il font partie des moyens auxquels l’énonciateur recourt pour faire prévaloir un point de vue favorable à l’avortement. Ainsi, du point de vue sémantique, on remarque que la majorité de verbes relevés expriment une capacité, une action:

- (1) des femmes **ont manifesté** leur crainte d’être culpabilisées encore plus dans les jours suivants;
- (2) nous **parlons** de vie pour **éviter** de **parler** de morte;
- (3) nous nous **sommes réunies** pour **concocter** un projet de revue féministe d’information;
- (4) nous **avons travaillé** quotidiennement au Comité de lutte pour l’avortement libre et gratuit;
- (5) nous **avons fait** de la référence;
- (6) nous **avons animé** des soirées d’information;
- (7) nous **avons assisté** à des avortements;
- (8) dès le début de notre lutte pour **exiger** l’accessibilité à l’avortement;
- (9) nous **prenons** le droit de le faire;
- (10) nous **appuyons** toute femme qui a besoin d’être appuyée.

Du point de vue sémantique, les verbes relevés font référence aux actions et aux efforts entrepris par les militantes dans la lutte pour l’avortement. Si l’on prend en compte ces sens-là et le contexte de l’énonciation, on a une situation pragmatique qui nous permet d’envisager un procès de persuasion, où l’énonciateur fait prévaloir une représentation des militantes féministes engagées

dans la cause de l'avortement. L'emploi de verbes d'action imprime des sens favorables aux idées de lutte pour l'avortement; de décisions pour leur propre corps; de résistance face aux intérêts de l'hégémonie et de changement du cadre existant à cette époque-là. En considérant donc le contexte d'énonciation, les sens d'action et de capacité, et le mode verbal indicatif, on peut dire qu'il s'agit d'un discours qui produit une argumentation en faveur d'une représentation de militantes actives imposant leurs revendications.

Par ailleurs, on trouve d'autres marques verbales relatives au "nous", qui font appel aux émotions. Comparés à la catégorie sémantique d'action et de capacité, les verbes associés aux émotions sont moins fréquents tout au long du texte. Il faut remarquer que l'emploi de ce type de verbe a aussi pour but de persuader l'allocutaire, puisque les émotions jouent un rôle important dans le procès d'adhésion aux arguments défendus par l'énonciateur (PERELMAN, 2012).

- (11) nous **répugnions** sans doute à ajouter notre voix à cette chorale de bien pensants;
- (12) décide de se choisir elle-même et de **sacrifier** l'autre;
- (13) nous **ressentions** alors – et encore aujourd'hui – à **entendre** théologiens, médecins, et autre experts de-la-vie;
- (14) nous **avons tu** la question même entre nous;
- (15) Que nous **risquions** un peu plus ou un peu moins notre santé ou notre vie, cette vie-là ne les intéresse pas;
- (16) Si nous n'étions pas si vulnérables à leur entreprise de culpabilisation et de contrôle, leur discours grossier nous **ferait crouler de rire**.

En plus, ces marques verbales renvoient à des pratiques discursives attribuées culturellement et historiquement aux femmes. Ce sont des marques qui dénoncent des pratiques et qui, par conséquent, représentent des arguments favorables à la lutte des militantes féministes. Les verbes nous font donc saisir un travail d'argumentation qui repose sur l'exposé d'un ensemble de pratiques discursives associées aux femmes. En présentant des exemples et en faisant appel aux sentiments, l'énonciateur construit un texte dont le but principal est d'émouvoir et de convaincre l'allocutaire qu'il faut changer les pratiques sociales et donner aux femmes le droit de décider de leur corps.

On peut remarquer aussi l'occurrence de nombreuses formes passives du verbe, qui contribuent à construire une représentation des femmes comme des sujets fragiles, même des victimes, comme le montrent les exemples suivants.

- (21) la question de la vie et de la mort, nous **a harcelées** sans que nous n'osions en parler;

(22) ce geste a **été interdit, toléré**, et parfois **imposé**;

(23) c'est une rupture fondamentale avec tout ce qui nous **a été inculqué**.

Quant aux marques verbales associées au pôle adverse, on trouve là encore des occurrences de verbes vraiment subjectifs, qui font appel aux émotions ainsi qu'à une idée de supériorité (exemples 24 à 30).

(24) à entendre théologiens, médecins et autre experts-de-la-vie s'**arroger** le droit de **dicter** la *vérité*;

(25) Les États et les Églises se sont de tous temps **arroger** le droit à **tuer**, voire même de **massacrer** au nom de l'intérêt national;

(26) Que n'ont-ils pas fait pour **conquérir** un territoire?

(27) nous avons toujours soigneusement contourné le débat moral où la droite **voulait** nous **confiner**;

(28) Quand les évêques **haussent** le ton et **semoncent** le gouvernement pour ses cliniques Lazure, ils ne se **gênent** pas pour affirmer "qu'un avortement est un avortement fait à l'hôpital ou dans la clandestinité...";

(29) les évêques **condamnaient** une fois de plus l'avortement comme un geste meurtrier;

(30) **Profitant** de notre silence, elle (la droite) a **monopolisé** jusqu'ici tout le terrain.

Toutefois, les verbes associés au "ils" ne sont pas aussi nombreux que ceux associés au "nous". Dans l'éditorial analysé, 78 verbes sont associés au "nous" et seulement 39 verbes au "ils". Le "nous" se constitue par les choix et l'emploi de verbes comme un sujet à la fois victime et en lutte par l'action contre la sujétion qu'il subit. Par ailleurs, le "ils" se constitue comme sujet dans une position hégémonique, qui préconisent des mesures peu favorables pour les femmes. Ainsi, on peut dire que ces choix verbaux donnent une direction argumentative au discours, de manière à légitimer une représentation négative du "ils" et à convaincre le lecteur qu'il s'agit d'un groupe hostile aux femmes.

Dans l'éditorial analysé, on comprend que la relation du "nous" avec le "ils" met en scène une relation d'altérité, où l'interaction d'un "je" avec l'"autre" constitue les sujets de l'énonciation. Au fur et à mesure que le "je" s'assume comme énonciateur de son discours, on a l'instauration énonciative du récepteur et du référent du message. Ce type de relation se trouve dans le langage ainsi que dans la vie sociale, ce qui nous fait penser à l'aspect constitutif du langage. Le langage fait partie de la société et, à la fois, est déterminé et modifié par elle. En ce sens, il faut qu'on comprenne l'altérité comme un procès linguistique et social, puisque ce sont les relations dans le langage et dans la

société qui constituent les identités. Lorsque le sujet joue des rôles déterminés dans le langage et dans les relations sociales, il devient conscient de soi et des autres (CORACINI, 2010).

Puisque les pratiques sociales influencent la constitution des identités, il faut que l'on envisage le langage comme médiateur de l'action sociale. Ainsi, à partir des marques énonciatives de constitution des sujets et de l'instauration de la subjectivité, nous avons saisi certaines identités issues du discours analysé.

Dans la perspective de Hall (2006), l'identité est résultante des relations entreprises dans le langage ainsi que dans la culture et l'histoire d'un groupe déterminé. Le travail de description linguistique fait conclure que les marques énonciatives représentent des pratiques discursives et, par conséquent, participent du cadre historique en question. La désignation des personnages du texte ainsi que les choix verbaux mettent en évidence les conditions et les règles déterminant la production des discours féministes au Québec, dans les années 1980. Cela nous permet d'inférer les pratiques discursives propres à cette époque et de dégager la circulation de discours associés aux femmes et au pouvoir patriarcal.

Dans l'histoire du Québec, le mouvement des femmes a été l'acteur le plus important dans le cadre de représentation politique féminine. Les efforts du mouvement ont contribué pour les gains qu'on fait les femmes au cours des 30 dernières années. En ce sens, on remarque le rôle joué par les vagues du féminisme. La première vague correspond au moment où les femmes revendiquaient des droits dans la sphère publique, comme par exemple le droit de vote et le droit d'être élues. La deuxième vague du féminisme revendique aussi de droits pour les femmes, surtout ceux qui sont associés à la sphère privée, comme le droit de disposer de son propre corps, d'avorter libre et gratuitement, aussi que le droit à l'égalité et par extension à la parité (TRUDEL, 2009).

L'histoire rappelle qu'a prévalu une situation de marginalisation des femmes résultant de contraintes morales et religieuses dans la société occidentale. L'ensemble des règles et disciplines qui régulent les "vérités" sur le corps féminin n'ont pas permis un usage du corps pour le plaisir féminin, mais seulement pour la procréation. Pendant longtemps, le sexe n'était qu'une façon de perpétuer la race humaine, et cette détermination était inspirée surtout par l'Église catholique et les efforts de surveillance et discipline de l'État (FOUCAULT, 1976).

L'Église, l'État et la médecine au Québec occupaient une position dominante, ce qui rendait possible la production de discours interdisant l'avortement au profit de la procréation. La position occupée dans l'histoire par les militantes féministes limitait celles-ci dans leur manifestation, les conditions n'étaient pas réunies pour une expression forte et libre. Toutefois, si l'on fait attention au lieu occupé par

l'énonciateur de l'article analysé – une revue féministe qui défendait les droits politiques des femmes dans les années 1980 – on peut trouver des éléments plus favorables à l'émergence de discours qui défendent l'avortement et le droit de décider de son propre corps.

À l'époque de production de l'éditorial, le premier ministre québécois était René Levesque, président du Parti Québécois. L'organisation politique du Québec était donc fondée sur un parti "démocratique" en opposition à celui libéral, qui ressemblait fort à celle des États-Unis et des plusieurs provinces canadiennes. Par contre, même le gouvernement démocratique trouvait des critiques parmi les féministes à cause de ses mesures qui renvoyaient le pays à un plan conservateur. Tout en affirmant une posture "pas partisane" la Fédération féministe du Québec "[...] encourage les femmes à aller voter et à faire valoir leurs attentes face au gouvernement." (TRUDEL, 2009, p.321). À cette époque la scène fédérale a vu des revendications dans les secteurs les plus divers de la société québécoise. Il s'agissaient des demandes concernant

[...] le rôle de l'État dans la redistribution de la richesse collective, la lutte à la pauvreté, la réinjection des fonds dans les services publics, l'augmentation du salaire minimum, des mesures d'aide aux femmes des communautés culturelles, aux non-syndiquées, et pour améliorer le régime d'assurance parentale, des congés pour les personnes qui prennent des proches en charge et des services d'avortement accessibles dans toutes les régions. (TRUDEL, 2009, p.321).

En considérant le contexte de transformation sociale au Québec au cours des années 1980 – l'émergence de discours contre les tentatives de domination religieuse (DUMONT, 2008) et les revendications sociales pour meilleures conditions de vie (TRUDEL, 2009) – on voit le début du changement des "jeux de vérités" qui régulent la constitution de certaines identités dans le discours analysé. L'énonciateur dispose d'une certaine liberté pour s'exprimer et pour opposer une résistance au pouvoir exercé par l'Église et l'État, par exemple. Pour comprendre la relation entre le pôle des militantes (celui du "nous") et le pôle adverse (celui du "ils"), on peut rappeler quelques énoncés déjà présentés plus haut:

- (21) la question de la vie et de la mort, nous **a harcelées** sans que nous n'osions en parler;
- (22) ce geste a **été interdit, toléré**, et parfois **imposé**;
- (23) c'est une rupture fondamentale avec tout ce qui nous **a été inculqué**;
- (28) Quand les évêques **haussent** le ton et **semoncent** le gouvernement pour ses cliniques Lazure, ils ne se **gênent** pas pour affirmer "qu'un avortement est un avortement fait à l'hôpital ou dans la clandestinité...";

(29) les évêques **condamnaient** une fois de plus l'avortement comme un geste meurtrier;

(30) **Profitant** de notre silence, elle (la droite) a **monopolisé** jusqu'ici tout le terrain.

Les “failles” du discours nous font nous interroger sur ce qui est dit, pour les analyser comme des effets discursifs de la relation existant entre les femmes et le pôle adverse. Dans les exemples (21), (22) et (23), on trouve des marques linguistiques passives qui font que l'énonciateur se constitue en “victime”. En outre, en analysant les exemples (28), (29) et (30), on constate que se tisse tout un réseau de relations de pouvoir dont l'effet est d'instituer le pôle adverse comme “dominateur” ou même comme “agresseur”. On dénonce ainsi toute une histoire de domination fondée sur des pratiques et des discours associés au corps féminin, de façon à le marginaliser, lui interdire le plaisir et l'instituer comme appareil reproducteur.

On trouve dans les études féministes la notion de genre comme catégorie d'analyse historique. Cela veut dire que les relations entre les femmes et les hommes sont perçues tout au long de l'histoire de façon à signifier les relations de pouvoir. Selon Scott (1995), le genre est élément constituant les relations sociales fondées sur les différences entre les sexes. Les différences sexuelles contribuent pour l'exercice des relations de pouvoir, qui résultent des savoirs produits et partagés au sein des cultures et des sociétés, et qui sont utilisés dans les situations de domination et subordination entre les genres. En ce sens, la notion de genre comme catégorie d'analyse historique permettent de décrire et de comprendre les discours rapportés aux différences sexuelles et aux processus politiques qui catégorisent l'homme et la femme (SCOTT, 1995).

En même temps, le discours analysé continue à construire l'identité des femmes, puisque la constitution de l'identité n'est ni un procès achevé, ni un procès homogène. D'après Hall (2006), le sujet peut être pensé comme fragmenté, constitué par plusieurs identités contradictoires et indéterminées. Cela veut dire que, sans se limiter à la constituer comme “victime”, le discours analysé présente aussi une identité de “militantes”, une identité de femmes qui luttent pour la cause de l'avortement et de la liberté de leurs corps. C'est ce qu'on peut voir dans les exemples suivants:

(3) nous nous **sommes réunies** pour **concocter** un projet de revue féministe d'information;

(4) nous **avions travaillé** quotidiennement au Comité de lutte pour l'avortement libre et gratuit;

(5) nous **avons fait** de la référence;

(6) nous **avons animé** des soirées d'information;

- (7) nous **avons assisté** à des avortements;
- (9) nous **prenons** le droit de le faire;
- (10) nous **appuyons** toute femme qui a besoin d'être appuyée.

L'analyse fait donc apparaître la constitution d'une double identité de l'énonciateur comme "victime" et "militante". Nous justifions cette proposition par les énoncés qui mettent en évidence la relation de pouvoir entre les femmes et le pouvoir patriarcal. Cette conclusion repose sur le fait que le énonciateur attribue aux femmes des actions et capacités propre à un mouvement qui exige des modifications dans la loi et dans les pratiques sociales. Cela se justifie aussi par les transformations du cadre historique du Québec dans les années 1980: c'est une époque de contestation contre le pouvoir de l'Église et même contre quelques mesures du gouvernement. Les transformations de la société changent aussi les identités, qui deviennent fragmentées et inachevées.

De plus, le discours analysé nous fait saisir les procès d'objectification, de normalisation et de disciplinisation des sujets. Le discours de la médecine, de l'Église et de l'État construisent des vérités dont la finalité est d'exercer leur pouvoir sur et dans le corps des sujets. En ce sens-là, on comprend le corps comme instrument et espace des relations de pouvoir. Ainsi, le corps objectivé n'a qu'une subjectivité à partir du moment où il lui est attribué une sexualité. Le pouvoir exercé par l'Église, l'État et la médecine s'étend dans toute la société, de façon à contrôler, à surveiller et à discipliner le corps. De ce procès d'objectification et subjectification, on prend la stratégie principale du pouvoir sur les corps: les corps participent aux organisations sociales de façon rigoureuse et contrôlée, et, en même temps, représentent un moyen pour que le sujet constitue leur propre sexualité.

Au Québec, le contexte de luttes entre les féministes, l'Église, l'État et les médecins dès les années 1960, où l'on commence à discuter l'avortement dans le Code criminel. En 1975, l'avortement est encore un crime, toutefois, certains groupes de femmes se sont organisés et ont formé le Comité de lutte pour l'avortement et la conception libres. Le comité revendique la décriminalisation de l'avortement de façon polémique, vu qu'elles sont allées au médias pour exposer des problèmes qui leur arrivent et faire quelques demandes au gouvernement comme: la création de garderies, le droit au salaire égal, l'avortement, la lutte au sexisme, l'entrée des femmes dans la politique. Le mouvement féministe arrive aux publicités, paraisse dans des journaux et parle aux femmes québécoises directement (TRUDEL, 2009).

Toutefois, l'opposition des féministes est mise contre l'État et ses mesures, ainsi que contre l'Église. La lettre antiavortement des évêques, écrite en 1981, met en scène la relation entre l'Église et les féministes, vu qu'il s'agit d'une lettre

dont les propositions s'opposent à celles du féminisme québécois. Pour l'Église, l'avortement n'est pas uniquement un problème à la femme, il s'agit aussi d'un problème masculin, le père a autant des responsabilités que la mère. L'Église renforce aussi l'argument selon lequel l'avortement ne peut pas changer ni non plus améliorer la situation de la femme. La libération de la femme, en ce sens-là, ne peut pas être liée à l'avortement si elle est obtenue "au détriment d'un autre être humain". Les déclarations de l'Église à l'époque remarquent de la même façon le rôle de l'État: il faut faire attention au bien commun de la société et faire des efforts pour une meilleure qualité de la vie. Ils défendent donc que toute interdiction à l'avortement est une façon de maintenir et contrôler le bien commun des citoyens (ASSEMBLÉE DES ÉVÊQUES DU QUÉBEC, 1981).

Notre analyse comprend donc le discours de *La vie en rose* comme un discours où les sujets se constituent linguistiquement et historiquement. Le but de la constitution du sujet est donc en l'occurrence de résister au pouvoir exercé par le pôle adverse, qui a triomphé pendant longtemps à cause de sa position politique hégémonique dans l'histoire québécoise. Dans la contemporanéité, on voit que la question sur l'avortement est encore problématique et suscite beaucoup de discussions entre les politiques et les représentants religieux. En 2008, par exemple, lors des élections fédérales au Canada, l'évêques se sont mis à parler de l'avortement dans le but de protester contre les partis qui se montrent pour l'avortement, du même pour le titre d'honorifique au Docteur Morgentaler (défenseur de l'avortement) (MAISONNEUVE, 2008). Si l'on pense aux relations de pouvoir en tant qu'elles se diffusent et s'exercent au sein de tout le réseau social, on peut conclure que la production de cet éditorial, ainsi que la constitution des identités de "victimes", de "militantes" et d'"agresseurs", font partie des luttes et des relations de pouvoir existant entre les femmes, l'Église, l'État et les médecins au Québec.

Conclusion

À partir de la notion d'énonciation selon laquelle le sujet met en fonctionnement le langage et s'introduit dans son discours, en produisant la subjectivité dans le langage, cet article a proposé une analyse de l'éditorial "Le droit à la vie?" publié dans *La vie en rose* en mars 1982. Nous avons dégagé les principales marques énonciatives qui instaurent la subjectivité et, par conséquent, construisent quelques identités dans et par le langage. Le choix de substantifs pour nommer les personnages du discours ainsi que les marques verbales, nous ont fait comprendre que le texte analysé construit une argumentation en faveur du droit d'avorter.

Le schéma communicatif analysé nous a permis de comprendre la stratégie discursive choisie par l'énonciateur: se constituer à partir de points de vue

argumentés. Ainsi on a un “nous” dont le point de vue se constitue par opposition à celui d’un “ils”. De cette façon, les choix lexicaux ont privilégié la constitution d’identités fluides, comme dans le cas des femmes, à la fois “victimes” et “militantes”, et d’identités attribuées aux adversaires, comme “agresseurs” et “dominateurs”. À partir de l’analyse linguistique de ces marques énonciatives, et de quelques informations sur le contexte historique entourant la question de l’avortement au Québec, nous avons pu constater les relations de pouvoir qui s’exercent, où le pôle dominant est celui que forment l’Église, l’État et les médecins. La position de “dominées”, toutefois, est contestée par cet éditorial dont la position en tant que sujet permet à l’énonciateur de produire des discours comme forme de résistance.

Si l’on pense le langage comme un médiateur des relations existant dans la société, on peut comprendre la constitution d’identités comme un procès d’altérité où le “je” est toujours en relation avec l’“autre”. Ainsi, l’histoire, l’interaction entre les sujets et les pratiques discursives circulant dans la société jouent un rôle fondamental dans cette constitution d’identités. Cet article peut aider à comprendre les procès d’une telle constitution ainsi que les relations de pouvoir entre l’Église, l’État, les médecins et les femmes qui pratiquent l’avortement. L’analyse du discours et de l’histoire nous ont donc permis de replacer l’éditorial de *La vie en rose* dans son contexte extralinguistique et de comprendre comment les lieux historiques et sociaux occupés par chaque identité sont importants pour la production discursive. Ce faisant, nous croyons pouvoir donner un éclairage nouveau à la question des pratiques discursives qui caractérisent les luttes pour les droits des femmes du Québec.

Remerciements

Tout d’abord, nous remercions le Ministère des Affaires Étrangères du Canada qui a financé le développement de cette recherche. Nous remercions également le Professeur Marc-André Bernier, qui nous a beaucoup aidées avec la révision grammaticale du texte, et la traductrice Thaïs Tamaoki qui a traduit le résumé en anglais.

LAFOREST, M.; GONZAGA, J. de A. The enunciative subjectivity and the constitution of identities in the discourse of feminist magazine *La vie en rose*. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.323-346, 2014.

- **ABSTRACT:** *The question of abortion in Quebec still gives rise to discussions about its legality and women’s right to choose. In this sense, this article aims to analyze the editorial of the feminist magazine La Vie en Rose, published in 1982, as a response to the anti-abortion letter written in 1981 by bishops. Based on considerations on enunciation and subjectivity by Kerbrat-Orecchioni, a discursive analyze will be made in order to explain how enunciation*

contributes in the formation of identities and how subjectivity generates arguments in such discourses. In addition, the notion of "identity" formulated by Stuart Hall and the notion of "power", by Michel Foucault, will be used to explain how discursive constitution of identities in language and in the socio-historical context of discursive production enables the description of relations of power between feminists, the Church, the State and doctors. This analysis will verify the production of multiple identities for women whose goal is to make resistance to the power of hegemonic institutions in Quebec.

- **KEYWORDS:** Abortion. Enunciation. Subjectivity. Identity. Power.

RÉFÉRENCES

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2006.

ASSEMBLÉE DES ÉVÊQUES DU QUÉBEC. *Un appel en faveur de la vie*. Montréal. 1981. Disponible sur le site: <<http://www.eveques.qc.ca/documents/1981/1981129f.html>>. Date de lecture: 23 juil. 2013.

BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. In: _____. *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris: Éditions Gallimard, 1974. p.79-88.

BUTLER, J. *Le récit de soi*. Paris: PUF, 2007.

CORACINI, M. J. Transdisciplinaridade e análise do discurso: migrantes em situação de rua. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v.11, n.1, p.91-112, janv. 2010. Disponible sur le site: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/1181/844>>. Date de lecture: 22 janv. 2013.

DEL RÉ, A. Um caminho em direção à constituição da identidade na criança: enunciação, linguagem e cognição. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.44, n.3, p.44-52, juil./sept. 2009. Disponible sur le site: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/5763/4183>>. Date de lecture: 22 janv. 2013.

DESMARAIS, L. *Mémoires d'une bataille inachevée: la lutte pour l'avortement au Québec*. Montréal: Éditions Trait d'union, 1999.

DORAIS, L. J. La construction de l'identité. In: DESHAIES, D.; VINCENT, D. (Org.). *Discours et constructions identitaires*. Québec: Les presses de l'université Laval, 2004. p.1-10.

DUMONT, M. *Le féminisme québécoise raconté à Camille*. Montréal: Les Éditions du remue-ménage, 2008.

FÉDÉRATION DU QUÉBEC POUR LE PLANNING DES NAISSANCES [FOPN]. *Le point sur les services d'avortement au Québec*. 2010. Disponible sur le site: <http://www.fqpn.qc.ca/?attachment_id=1287>. Date de lecture: 21 janv. 2013.

FOUCAULT, M. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: _____. *Dits et écrits IV*. Paris: Éditions Gallimard, 1994a. p.708-729.

_____. Le sujet et le pouvoir. In: _____. *Dits et écrits IV*. Paris: Éditions Gallimard, 1994b. p.222-243.

_____. L'hypothèse répressive. In: _____. *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 1976. p.23-67.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. De l'énonciation à l'événement discursif en analyse du discours. In: _____. *Discours et archive*. Liège: Mardaga, 1994. p.185-192.

HALL, S. Qui a besoin de l'"identité"? In: _____. *Identités et cultures: politiques des cultural studies*. Paris: Éditions Amsterdam, 2008. p.267-285.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11e. éd. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin, 1999.

LE DROIT à la vie? *La vie en rose*, Montréal, n.5, p.4-5, mars 1982.

MAISONNEUVE, P. L'avortement, les évêques et la politique. *Radio Canada*, 11 sept. 2008. Disponible sur le site: <<http://www.radio-canada.ca/radio/maisonneuve/11092008/105734.shtml>>. Date de lecture: 23 juil. 2013.

PERELMAN, C. *L'empire rhétorique*. Paris: Vrin, 2012.

REVEL, J. *Expériences de la pensée: Michel Foucault*. Paris: Bordas, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

TRUDEL, F. *L'engagement des femmes en politiques au Québec: histoire de la Fédération des femmes du Québec de 1966 à nos jours*. 2009. 510f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, Montréal, 2009. Disponible sur le site: <<http://www.archipel.uqam.ca/2212/1/D1814.pdf>>. Date de lecture: 23 juil. 2013.

ÉQUIPE DE RÉDACTION
 Sylvie Dupont, Ariane Emond,
 Françoise Guénette, Lise Masson,
 Francine Peltier, Claudine Vivier.

COLLABORATION
 Micki Amick, Monique Benoit,
 Andrée Côté, Marie Décarv,
 Sara Diamond, Lesley Dike,
 Monique Dumont, Monique
 Fernandez-Cazrillo, Patricia
 Giovannetti, Hélène Lapointe,
 Jocelyne Lepage, Claudie Leroy,
 Hélène Lévesque, Francine
 Lévesque, Nancy Marcotte, Simone
 Monet-Chartrand, Mimi Morton,
 Prudence Ogden, Monique Pariseau,
 Hélène Podnault, Chantal Sauriol,
 Louise Toupin.

ILLUSTRATION
 Dazakle Blouin,
 Andrée Brochu, Marie Grog-Mars,
 Sylvie Gauthier, Michèle Gosselin,
 Anne de Guise, Maïson Labrie,
 Marie-Claire Marcell, Anne Morin,
 Nicole Morisset, Joanne Roy,
 Judith Gruber-Sittler.

COUVERTURE
 Andrée Brochu

MAQUETTE
 Brigitte Ayotte, Diane Blain,
 Andrée Brochu, Françoise Guénette,
 Catherine Le Boeuf, Marie-Claire
 Marcell, Anne Morin, Nicole
 Morisset, Chantal Roy.

CORRECTION D'ÉPREUVES
 Suzanne Bergeron, Claudine Vivier

COMPOSITION
 Concept Médiateur inc.
 834 Bloomfield, Outremont
 (514) 272-8545

IMPRESSION
 Imprimerie Arthabaska -
 Publications REF, 370 Girouard,
 Victoriaville. *

DISTRIBUTION
 Diffusion Parallèle Inc.,
 1667, Amherst, Montréal,
 Les Distributeurs Associés
 du Québec (D.A.Q.), 3609, Boulevard
 Tricentenaire, Pointe-aux-Trembles.

PERMANENCE
 Suzanne Ducas, Francine Peltier.

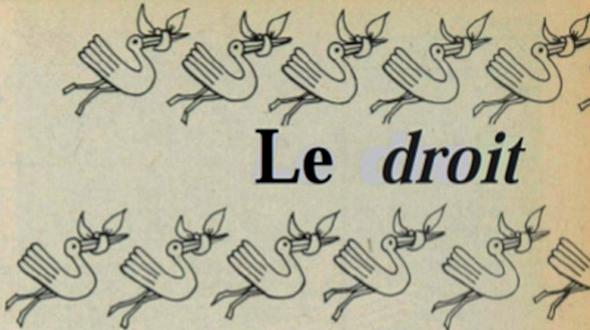
FINANCES
 Suzanne Ducas, Ariane Emond

PUBLICITÉ
 Claude Keynki (514) 843-7226

PROMOTION
 Ariane Emond

LA VIE EN ROSE est éditée par
 les Productions des années 80,
 corporation sans but lucratif. On peut
 nous rejoindre de 9h à 19h au 2863
 rue Saint-Denis, Montréal H2W 2M4,
 ou en téléphonant au (514) 843-8366.
 Tout texte ou illustration soumis
 à LA VIE EN ROSE passe devant un
 comité de lecture. Date de tombée :
 deux mois avant la
 prochaine parution.

Dépot légal Bibliothèques nationales
 du Québec et du Canada. ISSN 0228-549
 Courrier de deuxième classe 5188



Le droit

Le 10 décembre 1981, au lendemain de la dernière déclaration anti-avortement de l'Assemblée des évêques, autant de femmes attendaient leur rendez-vous dans les salles d'attente des cliniques et des hôpitaux du Québec. Ni plus, ni moins. Mais elles étaient souvent un peu plus nerveuses, un peu plus bouleversées. Au Centre de santé des femmes de Québec, une clinique féministe où se pratiquent des avortements, des femmes ont manifesté leur crainte d'être culpabilisées encore plus dans les jours suivants, et de devoir, ad nauseam, justifier leur décision.

En effet, à la une de tous les médias, les évêques condamnaient une fois de plus l'avortement comme un geste meurtrier. Un peu plus bas dans la page, un peu plus loin dans le bulletin de nouvelles, on résumait la réponse des groupes de femmes aux évêques; elles aussi réaffirmaient une fois de plus, que c'était d'abord leur vie qu'elles choisissaient en décidant d'avorter.

Cette réplique n'est pas nouvelle. Quand l'Église parle de crime, nous parlons de vie, pour éviter de parler de mort. C'est une vieille histoire.

D'abord l'urgence

En 1979, quand nous nous sommes réunies pour concevoir un projet de revue féministe d'information, ce n'était pas en tant que journalistes, mais comme militantes. La plupart d'entre nous, à tour de rôle de 1975

à 1979, avons travaillé quotidiennement au Comité de lutte pour l'avortement libre et gratuit, à Montréal.

Comme plusieurs autres militantes, nous avons fait de la référence, animé des soirées d'information et assisté à des avortements. Comme plusieurs autres femmes, nous avons dû choisir, parfois, d'avorter nous-mêmes.

Et nous aussi, la question sous-jacente, la question de la vie et de la mort, nous a harcelées, sans que nous n'osions en parler.

Dès le début de notre lutte pour exiger l'accessibilité à l'avortement pour toutes les femmes, sans distinction d'âge, de région, de religion, nous avons toujours soigneusement contourné le débat moral ou la droite voulait nous confiner. Profitant de notre silence, elle a monopolisé jusqu'ici tout le terrain.

Ce silence avait des raisons. Il tenait certainement au dégoût que nous ressentions alors - et encore aujourd'hui - à entendre théologiens, médecins et autres experts-de-la-vie s'arroger le droit de dicter la vérité à celles-là mêmes qui portent la vie et auront à l'entretenir. Nous répugnions sans doute à ajouter notre voix à cette chorale de bien-pensants. Mais, surtout, nous n'avions pas le temps à l'époque de parler de morale: il y avait situation d'urgence. Chaque année, des milliers de Québécoises payaient de leur santé, de leur vie et de leur poche des avortements qu'elles obtenaient tant bien que mal. Il fallait



à la vie?



vite les référer à des endroits sûrs, rendre publique la situation déplorable de l'avortement, et exiger du gouvernement qu'il prenne ses responsabilités.

Tout compte fait cette stratégie était sage. Vu d'un autre angle, notre silence nous a coûté cher; nous avons tué la question même entre nous et c'est donc individuellement que nous avons dû la débattre. Est-ce une vie et commettons-nous un meurtre? Aucune femme qui avorte ne l'évite.

Notre droit de choisir

Pour nous, il est clair qu'un ovule fécondé est le début du développement d'un être humain, et qu'en avortant nous y mettons fin. Y mettre fin, c'est le tuer, nous le savons. Par ailleurs, nous n'admettons pas qu'un foetus a une valeur égale à celle d'un nouveau-né, même si, au bout du compte, il peut en devenir un. Est-ce que la vie d'un foetus de moins de 20 semaines au Canada, et de moins de 24 semaines aux États-Unis (1), est «égale» à celle d'un nouveau-né, ou «égale» à celle de la femme adulte qui est sa mère biologique? Sa vie est-elle aussi importante?

D'après vous, quelle question se pose un médecin qui doit choisir entre sauver la mère ou le bébé à terme? Quelle réponse font les médecins québécois? Premier indice: plus de 4 000 des 14 000 membres de la Corporation des médecins sont également membres de l'Association des médecins du Québec

pour le Respect de la vie. Deuxième indice, selon une enquête menée par cette même Corporation il y a un peu plus de cinq ans, on apprenait que s'ils devaient avorter un foetus de 20 semaines pour sauver la vie de la mère, 16,3% des 1 100 médecins interrogés ne pratiqueraient pas l'intervention, peu importe le risque de décès. Un autre 20% ne le feraient pas non plus, sauf s'il y avait 85% et plus de risques que la femme meure. Pour eux, la possibilité de la mort de la femme était plus acceptable que la pratique d'un avortement. Voilà qui nous donne une idée de l'échelle de valeurs de 40% des médecins du Québec.

Leur droit de massacrer

Pourtant les adversaires de l'avortement parlent toujours de «respect de la vie.» Quelles vies respectent-ils? En 1979, au congrès national des Mouvements pour le respect de la vie, aux États-Unis, une proposition contre le nucléaire et contre la peine de mort a été battue à plate couture par 1 200 délégué-e-s. L'argument le plus souvent invoqué: l'avortement, ce n'est pas la même chose, parce que sur le plan moral, la vie pré-natale est intacte, parfaite. Il faut la préserver à tout prix. La vie après la naissance, elle, est «tarée», souillée... par la vie!

La vie des femmes ne vaut pas cher aux yeux des tenants du pouvoir patriarcal. Quand les évêques haussent le ton et sermonent le gouvernement pour ses cliniques

Lazare, ils ne se gênent pas pour affirmer «qu'un avortement est un avortement, fait à l'hôpital ou dans la clandestinité...» Que nous risquons un peu plus ou un peu moins notre santé ou notre vie, cette vie-là ne les intéresse pas.

Comment rester calmes devant le discours absolutiste de ceux et celles qui nous condamnent aux charlatans et/ou aux enfers, et qui nous condamneraient bien au pénitencier s'ils le pouvaient? Les États et les Églises se sont de tous temps arrogé le droit de tuer, voire même de massacrer, au nom de l'intérêt national, de la sécurité d'État, ou d'une quelconque mission divine. Que n'ont-ils pas fait pour conquérir un territoire? Et où s'arrêteront-ils dans l'avenir? Si nous n'étoions pas si vulnérables à leur entreprise de culpabilisation et de contrôle, leur discours grossier nous ferait rouler de rire.

Les femmes ont toujours avorté. Selon les conditions et les besoins matériels des différentes sociétés, ce geste a été interdit, toléré, et parfois imposé. Mais, quelles que soient ses raisons, il demeure vrai que toute femme qui décide d'avorter décide de se choisir elle-même et de sacrifier l'autre. Pour nous, dressées au sacrifice personnel, c'est une rupture fondamentale avec tout ce qui nous a été inculqué. Nous prenons le droit de le faire. Nous appuyons toute femme qui a besoin d'être appuyée.

LA VIE EN ROSE

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em agosto de 2013.

ESCRITA INFANTIL: A CIRCULAÇÃO DA CRIANÇA POR REPRESENTAÇÕES SOBRE GÊNEROS DISCURSIVOS

Cristiane Carneiro CAPRISTANO*

Elaine Cristina de OLIVEIRA**

- RESUMO: O propósito deste artigo é o de refletir sobre a circulação imaginária das crianças por representações sobre gêneros discursivos. Tem-se como objetivo mais específico investigar como a circulação por essas representações mostra-se na projeção que a criança faz de um (ou mais) destinatário(s) para o (seu) enunciado. Para a realização deste estudo, assume-se o conceito de gênero do discurso como proposto por Bakhtin (2000). Na análise dos enunciados escritos infantis selecionados, privilegiou-se um traço, essencial e constitutivo, dessa definição de gênero: o fato de os tipos relativamente estáveis de enunciados terem, sempre, um direcionamento, um endereçamento (BAKHTIN, 2000). Partindo dos conceitos de endereçamento e de outro – este último segundo a proposta de Authier-Revuz (1982, 1990) –, supõe-se que, em enunciações escritas ou faladas, o sujeito precisa negociar com os outros (outros dizeres, outros registros, outros significantes e, também, outros destinatários) que o constituem e determinam a emergência dos enunciados que produz. A análise dos enunciados infantis permitiu observar dois fatos importantes e interligados: a não univocidade e a flutuação no endereçamento desses enunciados.
- PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da escrita. Gêneros do discurso. Relações intergenéricas.

A história da água limpa.

A água limpa tem o ingrediente da água. Os ingredientes é areia fina – areia grossa e pedra cascalio.

Para Bens Cristiane e Renata e Eduardo.

(Texto produzido por um aluno da segunda série do Ensino Fundamental)

Introdução

Enunciados como o apresentado em epígrafe, produzidos por diferentes crianças em resposta à solicitação de um pesquisador para que relatassem e/ou

* UEM – Universidade Estadual de Maringá - Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – capristano1@yahoo.com.br

** UFBA – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciências da Saúde – Departamento de Fonoaudiologia. Salvador – BA – Brasil. 40110-902 – elaine.oliveira@ufba.br

descrevessem uma experiência, constituem a base de nossas reflexões. Neste estudo, partimos da seguinte constatação: a chamada aquisição da escrita infantil envolve não só a circulação imaginária das crianças por representações sobre aquilo que poderíamos designar como formas estritamente linguísticas, especialmente aquelas relacionadas ao modo de enunciação escrito – recursos ortográficos, lexicais, gramaticais, dentre outros –, mas, também, a circulação das crianças por representações ligadas a tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos em diferentes esferas da atividade humana (BAKHTIN, 2000): a circulação, portanto, por representações sobre gêneros discursivos.

Com a utilização das noções de “representação” e de “circulação imaginária”, queremos nos aproximar do modo como Corrêa (2004) entende o processo de produção de textos. Para o autor, a produção de textos seria mediada por imagens – no sentido de Pêcheux (1990)¹ – que os escreventes teriam sobre a (sua) escrita. No processo de produção de seus enunciados, os escreventes circulariam por um imaginário sobre a escrita equivalente à representação social da escrita, compreendida, por sua vez, “[...] não só como as noções prefiguradas que, em certa medida, comandam as práticas sociais (e de escrita), mas também como o modo pelo qual essas práticas cunham, não menos concretamente, os seus produtos materiais e simbólicos.” (CORRÊA, 2004, p.XIX). Ou seja, para Corrêa (2004), a noção de imaginário sobre a escrita refere-se tanto ao produto das imagens construídas sobre as representações sociais da escrita, quanto ao “[...] processo de sua construção no interior das mais diversas práticas sociais.” (CORRÊA, 2004, p.XIX).

Se considerarmos que o chamado processo de aquisição da escrita não ocorre desvinculado de um processo de aquisição de gêneros discursivos, podemos supor que, no processo de aquisição da escrita, as crianças circulariam também por um imaginário sobre gêneros discursivos que se referiria tanto ao produto das imagens socialmente construídas sobre os gêneros, quanto ao “[...] processo de sua construção no interior das mais diversas práticas sociais.” (CORRÊA, 2004, p.XIX).²

¹ Corrêa (2004, p.XIX) salienta que a noção de imaginário – e, por conseguinte, a noção de imagem e a noção de representação (sinônimos possíveis neste contexto) – “liga-se preferencialmente aos conceitos de ‘formação imaginária’, ‘antecipação’ e de ‘dominância’ de certos elementos das ‘condições de produção’.” O autor acrescenta que “Num paralelo com o trabalho artesanal do fazedor de imagens de santos, diria que ‘imaginário’ refere-se tanto à exposição tendencialmente mais completa das imagens dadas como prontas quanto ao próprio trabalho de (re-)construir velhas imagens e criar novas. O termo ‘imaginário’ que, em seu uso arcaico, é também o nome do ofício que se ocupa desse tipo de fabricação – uma outra forma de nomear o próprio santeiro – corresponderia, pois, ao mesmo tempo, ao conjunto das imagens e ao trabalho – sempre inacabado – do artesão de impor sua marca nas imagens que produz.” (CORRÊA, 2004, p.XIX).

² É importante salientar que a noção de imaginário sobre a escrita, tal como formulada em Corrêa (2004), contempla a noção de imaginário sobre gêneros discursivos. Dissociamos estas duas noções unicamente com o propósito de dar destaque ao que nos interessa: as imagens sobre gêneros discursivos.

Essa circulação, certamente, não ocorre apenas quando as crianças começam o processo de aquisição formal da escrita. Não há como negar que, quando iniciam a escolarização formal, as crianças já entraram em contato, nas diversas práticas sociais orais e letradas das quais participa(ra)m, de forma direta ou indireta, tanto com gêneros secundários quanto com gêneros primários (BAKHTIN, 2000). Esse contato, muito provavelmente, permite(iu) a aquisição de uma série de saberes sobre os gêneros – saberes aqui entendidos como noções prefiguradas, socialmente edificadas, sobre os gêneros, imagens, em última instância –, ampliados com a inserção da criança na escola.

Tanto os saberes apropriados nas diversas e inúmeras práticas sociais orais e letradas das quais as crianças participaram em sua experiência pregressa à escolarização, quanto aqueles saberes que as crianças passam a “deter” no momento em que entram na escola, não podem ser medidos e quantificados de forma integral. No entanto, supomos poder encontrar indícios desses saberes nos enunciados escritos produzidos por elas.³

Neste estudo, nosso propósito é justamente examinar indícios presentes em enunciados infantis que sinalizam representações das crianças sobre gêneros discursivos. O foco será a investigação de como essas representações se mostram na projeção/antecipação que a criança (escrevente) faz de um (ou mais) destinatário(s) para o seu enunciado.

Sem, negar, portanto, outras características importantes dos gêneros discursivos, como o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, privilegiamos um traço, essencial e constitutivo, da definição de gênero como idealizada por Bakhtin: o fato de os tipos relativamente estáveis de enunciados terem, sempre e inevitavelmente, um direcionamento, um endereçamento:

[...]o direcionamento, o endereçamento do enunciado é sua peculiaridade constitutiva sem a qual não há nem pode haver enunciado. As várias formas típicas de tal direcionamento e as diferentes concepções típicas de destinatários são peculiaridades **constitutivas e determinantes dos diferentes gêneros do discurso**. (BAKHTIN, 2000, p.305, grifo nosso).

Assim, para Bakhtin, os diversos tipos relativamente estáveis de enunciados só podem ser compreendidos se considerarmos que sempre se direcionam a “alguém”, ou, de forma mais precisa, se considerarmos que a vida de um enunciado, sua composição e seu estilo dependem e estão intimamente entrelaçadas ao modo como o falante e/ou o escrevente “percebe e representa para si os seus destinatários” (BAKHTIN, 2000, p.301).

³ A respeito da relevância dos indícios na investigação científica do processo de aquisição da escrita pelas crianças, conferir, especialmente, os trabalhos de Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1997, 2003).

Esse “alguém” ou, ainda, esses “destinatários” podem, para Bakhtin (2000, p.301), ser “o participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano”, “um público mais ou menos diferenciado”, “uma coletividade diferenciada de especialista de algum campo especial da comunicação cultural”, um “povo”, o “subordinado”, o “chefe”... ou, ainda, “um *outro* totalmente indefinido, não concretizado”. São, enfim, “modalidades” e “concepções de destinatário”, determinadas “pelos campos da atividade humana e da vida” a que os enunciados se referem (BAKHTIN, 2000, p.301).

À luz dessas afirmações, não parece equivocado presumir que, embora o destinatário do enunciado possa “[...] coincidir pessoalmente com aquele (ou aqueles) a quem responde o enunciado.” (BAKHTIN, 2000, p.301), não é necessariamente o destinatário como interlocutor empírico que é contemplado na noção de endereçamento de que trata Bakhtin. Em sua reflexão, ganha saliência o caráter típico desse endereçamento, já que a antecipação/projeção do destinatário é uma exigência da enunciação, e os destinatários, desde o princípio, são previstos pelo tipo relativamente estável de enunciado que organiza, dirige e/ou possibilita a enunciação. Os destinatários são assim considerados presença constitutiva e determinante do enunciado do escrevente, elemento do gênero do discurso que guia a (sua) enunciação.

As afirmações precedentes também abrem a possibilidade para pensar o destinatário como um outro (a exemplo do que Authier-Revuz apresenta em trabalhos como os de 1982 e 1990) com o qual o sujeito falante e/ou escrevente negocia (obrigatoriamente) no momento da produção de (seus) enunciados. Ou seja, estamos supondo que, em suas enunciações escritas ou faladas, o sujeito precisa negociar com os outros (outros dizeres, outros registros, outros significantes e, também, outros destinatários) que o constituem e determinam a emergência dos enunciados escritos ou falados que produz. A imagem desses outros/destinatários não são, pois, figuras exteriores, molduras para os enunciados produzidos pelo sujeito, mas, sim, elementos constitutivos desses enunciados.

Essa noção de outros/destinatários permeia as reflexões deste estudo no qual se busca compreender a circulação da criança por representações sobre gêneros discursivos.

Sobre o material de análise

Conforme adiantamos, selecionamos, para este estudo, enunciados escritos produzidos por diferentes crianças em resposta à solicitação de um pesquisador para que relatassem e/ou descrevessem uma experiência. Esses enunciados

compõem um dos bancos de produções textuais sobre a aquisição da escrita infantil do Grupo de Pesquisa “Estudos sobre a Linguagem” (CNPq/Unesp). Nesse banco, foram coletados, quinzenalmente, entre abril de 2001 e dezembro de 2004, textos (enunciados escritos) produzidos por diversas crianças, sempre em contexto escolar – mais especificamente, em duas escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade de São José do Rio Preto (SP).

De um total de 61 (sessenta e um) diferentes enunciados escritos produzidos no dia 02/05/2002 – quando as crianças participantes frequentavam a segunda série do ensino fundamental (equivalente ao atual terceiro ano) –, selecionamos 07 (sete) enunciados que, num primeiro olhar, foram considerados mais singulares pelo modo como respondiam à solicitação do pesquisador. Esses enunciados decorreram de uma proposta de produção textual desenvolvida da maneira que se segue, de forma adaptada, considerando-se os propósitos deste artigo.

No dia da coleta, o pesquisador fez, junto com as crianças, uma experiência que reconstituía parcialmente um processo de purificação da água. Contou para as crianças que havia retirado de um livro didático os procedimentos para a realização dessa experiência. Durante a realização desses procedimentos, o pesquisador solicitou que as crianças prestassem atenção, uma vez que elas deveriam, posteriormente, descrever a experiência em questão. Terminada a experiência, no momento da produção dos enunciados escritos, o pesquisador pediu às crianças que contassem como havia sido feita a experiência de forma que uma terceira pessoa (que não estivesse na sala de aula) pudesse ler e repetir todas as etapas e chegar, como ocorreu na experiência realizada junto com eles, ao resultado esperado.

A proposta de produção textual

Para que as crianças realizassem a atividade de acordo com as exigências feitas pelo pesquisador, elas precisariam, primeiramente, apreender o tipo relativamente estável de enunciado solicitado por ele. Essa tarefa pode ser considerada complexa, uma vez que é difícil definir com exatidão, a partir da instrução para produção textual descrita, o gênero discursivo solicitado pelo pesquisador: um relato escrito, um enunciado tipicamente descritivo, um enunciado tipicamente injuntivo, uma mistura de alguns desses ou de outros tipos relativamente estáveis de enunciados?

Inegavelmente, o gênero solicitado pelo pesquisador e os enunciados infantis que emergiram dessa solicitação são gêneros escolares, já que foram solicitados e produzidos na escola, como parte das atividades de aula e com o acompanhamento

das professoras responsáveis pelas turmas. Conforme relato do pesquisador responsável pela coleta, essas professoras, muitas vezes, intervinham na produção dos enunciados com sugestões, respondendo a dúvidas pontuais das crianças sobre como escrever.

Embora válida e necessária, a classificação gênero escolar, por si só, não dá conta das especificidades da proposta textual apresentada, nem mesmo dos enunciados infantis dela derivados. Por esta razão, optamos por fazer conjecturas a respeito do tipo relativamente estável de enunciado escolar que supomos ter sido solicitado pelo pesquisador, numa tentativa de circunscrever características que julgamos constituí-lo e que podem (ou não) ter sido observadas pelas crianças.

Assim sendo, parece-nos que o tipo relativamente estável de enunciado solicitado alude a uma conjunção entre um enunciado tipicamente descritivo e um enunciado tipicamente injuntivo. O primeiro suporia uma cena em que o sujeito/produtor estaria mais voltado para a tentativa de fazer o outro/destinatário notar elementos de um dado objeto de discurso (no caso, a realização de uma experiência). Os enunciados caracteristicamente injuntivos, por sua vez, suporiam uma cena na qual o “efeito pretendido” pelo sujeito/ produtor seria o de fazer o outro/destinatário agir de certo modo e/ou em uma determinada direção.

O caráter descritivo da instrução dada pelo pesquisador emerge mais explicitamente: ele enuncia que as crianças deveriam descrever/relatar a experiência. O caráter injuntivo, por sua vez, emerge do fato de o pesquisador ter solicitado que a descrição e/ou o relato permitisse a uma terceira pessoa repetir a experiência em questão – e, portanto, o relato/descrição deveria fazer com que o outro/destinatário estabelecido pela criança agisse de certo modo e/ou em determinada direção.

A instrução dada pelo pesquisador às crianças abre, ainda, dentre outras, a possibilidade de interpretação do gênero solicitado como um gênero com estrutura predominantemente narrativa, uma vez que aparece, na instrução, explicitamente, a seguinte afirmação: “[...] o pesquisador pediu às crianças que contassem como havia sido feita a experiência de forma que uma terceira pessoa [...]”

Destaca-se, também, que, para realizarem a atividade de acordo com as exigências feitas pelo pesquisador, as crianças deveriam observar que o tipo relativamente estável de enunciado solicitado exigia a criação, por escrito, de uma interlocução explícita entre, minimamente, duas figuras: uma em que a criança representasse a si mesma, como aluno(a) que assistiu e/ou participou de uma atividade em que foi reproduzida uma experiência e que,

portanto, detinha conhecimentos necessários para descrevê-la; outra em que representasse um outro/destinatário, uma pessoa que não tivesse participado da atividade em que a experiência em questão foi produzida e que, portanto, não detinha, por um lado, conhecimentos necessários para descrevê-la e, por outro, conhecimentos sobre o espaço-tempo em que foi realizada aquela experiência.

Por essas razões, os enunciados deveriam, idealmente, distanciar-se do evento do qual emergiram, o que implicaria, dentre outros aspectos, o apagamento de elementos do espaço-tempo da enunciação concreta, como, por exemplo, o fato de que seus enunciados se dirigiam não a “uma terceira pessoa qualquer”, mas a uma pessoa em particular: o pesquisador, que era quem de fato leria os enunciados escritos por elas.

Por fim, acreditamos que as crianças, também idealmente, deveriam observar que a escritura do enunciado não constituía uma tarefa eminentemente escolar e, portanto, não precisaria seguir padrões e/ou normas característicos desse tipo de atividade, já que a instrução para produção textual requeria que as crianças entrassem no jogo enunciativo proposto pelo pesquisador, ou seja, requeria uma simulação, uma “ficcionalização” de que estavam realizando uma atividade não escolar.

A criança e seus “outros”: análise dos enunciados escritos infantis

É fundamental destacar que, neste estudo, não nos detemos na análise relativa à adequação dos enunciados infantis ao que foi solicitado pelo pesquisador, nem mesmo na análise da adequação dos recursos linguísticos mobilizados pela/na criança ao tipo relativamente estável de enunciado no qual ela parece predominantemente ter se apoiado para escrever.⁴ Essa opção teórico-metodológica liga-se aos objetivos, na medida em que o interesse não é o de avaliar positiva ou negativamente esses enunciados, mas tão somente analisar escolhas linguísticas decorrentes, ao menos em parte, da antecipação que a criança faz do outro/destinatário e do modo como essas escolhas permitem observar a mobilização de diferentes representações concernentes aos tipos relativamente estáveis de enunciados. Passemos, então, a destacá-las:

⁴ Para uma crítica à ideia de adequação relacionada ao ensino da escrita, confira Corrêa (2007).

Figura 1 – A mágica



Fonte: Dados da pesquisa.

Como adiantamos, as crianças, idealmente, teriam que observar que a escritura do enunciado solicitado pelo pesquisador não constituía uma tarefa eminentemente escolar e, portanto, não precisaria seguir padrões característicos desse tipo de atividade, como, por exemplo, a inserção de um cabeçalho com informações como nome da escola, data, nome e série do aluno etc.

Não foi o que aconteceu nesse enunciado, iniciado com um cabeçalho. A presença desse cabeçalho constitui uma pista do endereçamento desse enunciado: nesse momento de seu “projeto de dizer”, o escrevente estabelece como outro/destinatário a instituição escolar, respondendo a uma demanda de gêneros tipicamente escolares, já que, como sabemos, iniciar redações escolares com esse tipo de cabeçalho é uma prática comum, incentivada e cobrada pela escola.

Convém notar, entretanto, que esse endereçamento não se mantém no restante do enunciado produzido pela criança. Vemos, na tentativa da criança de descrever/relatar o que uma terceira pessoa (“A” + “nome do pesquisador”) faz para construir “uma mágica”, aspectos característicos de outros gêneros discursivos, mais especificamente de enunciados relativamente estáveis que têm como traço a dependência ao contexto de enunciação.

Explicando melhor: no enunciado produzido pela criança, consta o seguinte trecho “ela catol **o litro**...”. O destaque em negrito constitui uma expressão nominal definida que, nesse enunciado, deveria ser interpretada referencialmente. No entanto, não existe, no enunciado, um antecedente (ou subsequente) designado de forma explícita. A expressão “o litro” parece apontar para um elemento presente na situação concreta de enunciação em que havia “um litro” que seria utilizado para a realização de uma “mágica”. O mesmo ocorre com o fragmento “**o agodão**”. Este tipo de utilização da expressão nominal definida ocorre, sobretudo, em enunciados que têm como característica a dependência ao contexto de enunciação, como, por exemplo, enunciados orais do tipo diálogo face a face ou enunciados escritos como bilhetes etc. em que ouvinte e falante ou escrevente e leitor compartilhariam a mesma situação de enunciação e, deste modo, poderiam para ela apontar. Presentes na escrita da criança, esses trechos indiciam a circulação da criança por representações sobre um gênero que tem como característica a dependência ao contexto de enunciação e que supõe um outro/destinatário representado pelo “participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano” (BAKHTIN, 2000).

A presença dessas expressões nominais definidas também indicia que, no momento de sua enunciação, a criança contaria “[...] não só com o conhecimento que supõe partilhado com seu leitor, mas também com a projeção espacial (no espaço gráfico) de um gesto indicativo dessa partilha (o de apontar para a situação concreta de enunciação).” (CORRÊA, 2004, p.05). É por acreditar estar plasmado em sua escrita o contexto em que foi produzido o (seu) enunciado que a criança refere-se a “o litro” e a “o algodão” sem, no entanto, os ter mencionado precedentemente ou os mencionar subsequentemente.

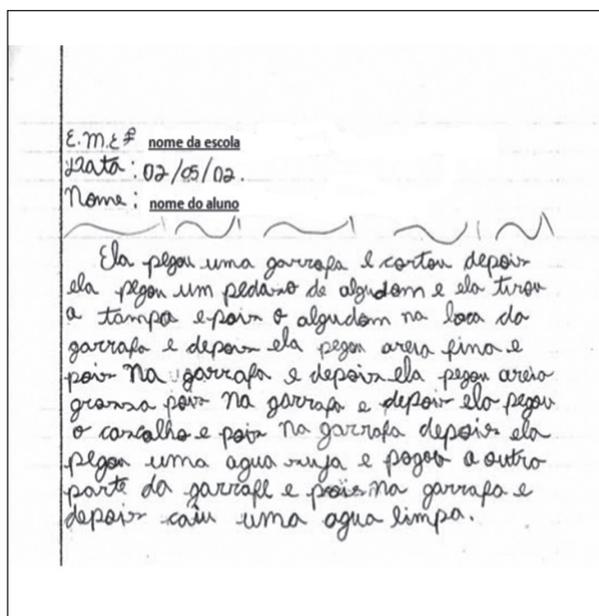
Tanto o cabeçalho quanto as expressões nominais definidas presentes nesse enunciado constituem pistas da circulação da criança por representações sobre gêneros discursivos e, mais especificamente, pistas da não univocidade do endereçamento de seu enunciado. Juntas, colocam em cena a heterogeneidade, a complexidade desse enunciado e sua constituição fundada em relações (sempre dialógicas) intergenéricas, uma vez que cada uma dessas pistas linguísticas pode ser interpretada como uma ruína de um gênero discursivo, no sentido de Corrêa (2006). O termo “ruína” não é usado aqui, muito menos em Corrêa (2006), em sua acepção negativa, com o sentido de “gêneros discursivos em estado de destruição”. Pelo contrário, essas ruínas seriam “[...] partes mais ou menos informes de gêneros discursivos, que, quando presentes em outro gênero, ganham o estatuto de fontes históricas – retrospectivas ou prospectivas – da constituição de uma fala ou de uma escrita.” (CORRÊA, 2006, p.209).⁵

⁵ Poder-se-ia indagar se o cabeçalho de fato constituiria uma ruína de um gênero discursivo (a redação escolar) ou, contrariamente, constituiria um gênero discursivo independente. Optamos por considerá-lo como uma ruína porque acreditamos que ele constitui parte de diferentes enunciados (cartas, ofícios, e-mails, redações

A expressão “ruínas de gêneros discursivos” pode, a nosso ver, ser lida, alternativamente, como “fragmentos”, “ecos”, “lembranças” de “enunciados genéricos” e/ou “gêneros discursivos” que, presentes na escrita das crianças – bem como em outras escritas –, indicariam um imaginário sobre gêneros discursivos, ou seja, indicariam representações que as crianças fariam dos modos relativamente estáveis com os quais enunciamos nas nossas diversas práticas sociais.

O exemplo a seguir (Figura 2) tem um funcionamento bastante semelhante ao exemplo anterior (Figura 1) e colabora para reafirmar as considerações feitas até o momento. Vejamos:

Figura 2 – Ela e a experiência



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse enunciado, observamos a presença do mesmo tipo de cabeçalho. Nele há, também, a utilização recorrente do pronome “ela” que poderia ser igualmente considerado índice da presença de enunciados que têm como característica a dependência ao contexto de enunciação. Assim como as expressões definidas analisadas antes, esse pronome deveria ser interpretado referencialmente, embora

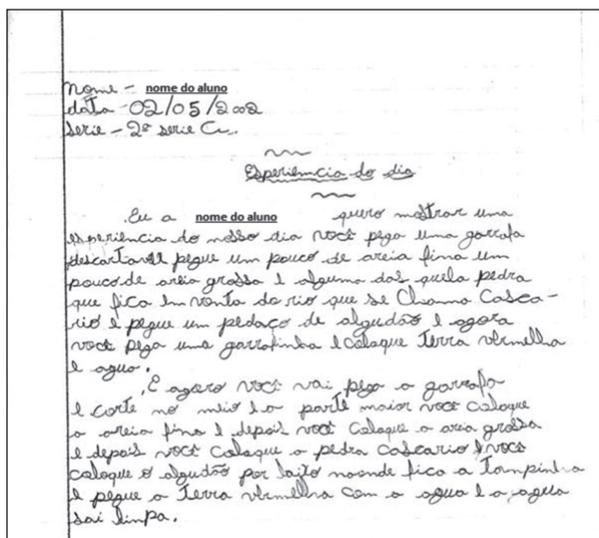
escolares etc.) com os quais a criança tem contato, direta ou indiretamente. Tendo em vista que dificilmente o cabeçalho aparece sozinho nessas práticas, ele não poderia constituir gênero discursivo independente.

não exista, no enunciado produzido pela criança, um antecedente (ou subsequente) ao qual “ela” faça referência. Mais uma vez, a criança parece contar com um conhecimento que supõe partilhado com o outro/destinatário – representado pelo “participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano” (BAKHTIN, 2000): a situação de enunciação em que, de fato, poderíamos identificar a quem “ela” se refere.

Outros dois fatos podem indicar que, nesse enunciado, a criança supõe compartilhar a situação de enunciação com o outro/destinatário: (i) a presença da expressão definida “o cascalho” sem referente textual explícito; e (ii) a ausência de elementos que possam conduzir o leitor ao assunto sobre o qual trata a criança – fatos estes que, novamente, podem ser interpretados como ruínas de um gênero discursivo tal como o diálogo cotidiano entre pessoas que se conhecem.

Os dois enunciados apresentados tornam patentes, a nosso ver, que parte das escolhas linguísticas feitas por essas crianças foi determinada pelo duplo endereçamento de seus enunciados: ora voltados para o outro/destinatário representado pela instituição escolar, ora voltados para o outro/destinatário representado pelo “participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano”, um “alguém” com o qual se supõe compartilhar a situação de enunciação. Se essa hipótese for corroborada, mudanças nas representações mobilizadas nas/pelas crianças de seus outros/destinatários ocasionariam, também, mudanças nos seus enunciados. É o que parece ocorrer no enunciado que segue:

Figura 3 – A experiência do nosso dia



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse enunciado, há, também, um duplo endereçamento, indiciado, por um lado, pela presença de elementos constitutivos do cabeçalho escolar e, por outro, pela presença de uma cena diferente daquela que vimos nos exemplos anteriores.

Essa cena refere-se à simulação de uma interlocução entre duas figuras: uma em que a criança representa a si mesma – “Eu a [nome da criança] quero mostrar uma experiencia do nosso dia [...]” – e outra em que representa um outro/destinatário – o **você** do enunciado infantil. Na representação de si mesma, contrariamente ao que parecia ter sido exigido pelo tipo de instrução dada pelo pesquisador, a criança não se representa como um(a) aluno(a) que assistiu e/ou participou de uma atividade em que foi reproduzida uma experiência, mas como uma pessoa que tem autoridade e que detém conhecimentos para ensinar os procedimentos necessários para a realização diária de uma experiência – “Eu a [nome da criança] quero mostrar uma experiencia **do nosso dia** [...]”. Em contrapartida, representa o outro/destinatário como alguém que, possivelmente, acompanha e recebe instruções para a realização de uma experiência, passo a passo e em tempo real, semelhante ao funcionamento de auditórios constituídos para programas televisivos nos quais são ensinadas peças de artesanato ou receitas culinárias. Um fato que ratifica essa última afirmação é o uso reiterado do pronome “você” no enunciado produzido pela criança.

Komesu (2003) faz considerações sobre o funcionamento desse pronome em páginas eletrônicas pessoais (*home pages*) que acreditamos convergirem para o que supomos acontecer com o enunciado infantil. Para a autora, o uso do pronome “você” nas *home pages* (tipo relativamente estável de enunciado) “[...] cumpre a função de simulação de uma intimidade entre escrevente e leitor que se desconhecem.” (KOMESU, 2003, p.245-246) uma vez que “O escrevente que identifica o leitor como ‘você’ amplia o raio de abrangência de seu texto, pela utilização de uma designação de ordem genérica.” (KOMESU, 2003, p.246). Ademais, citando Brandão (1998), a autora considera que

[...] o ‘você’ é uma representação que, distinta do ‘eu’, pode ganhar uma ilusória identidade no processo de alocação. O título de ‘ilusória identidade’ justifica-se pelo emprego de uma máscara de tratamento personalizante. No caso do texto publicitário, analisado por Brandão, essa máscara visa a um interlocutor anônimo, ou seja, qualquer um que leia o texto [...]. (KOMESU, 2003, p.246).

O mesmo tipo de utilização do pronome “você” observado em textos de internautas analisados por Komesu (2003) e em enunciados publicitários analisados por Brandão (apud KOMESU, 2003) podem aparecer também em programas televisivos nos quais são ensinadas peças de artesanato ou receitas culinárias e com os quais as crianças podem ter contato, se se considerar que muitas mães ou pessoas que fazem as vezes do responsável pelas crianças

são potenciais telespectadores dessas emissões em horários matutinos ou vespertinos, mantendo os aparelhos televisivos ligados enquanto cumprem tarefas domésticas e tarefas como as de cuidar de crianças antes ou depois da escola. A presença, no texto da criança, do pronome “você”, na medida em que sinaliza o endereçamento desse enunciado a um outro/destinatário anônimo e, possivelmente, espectador de programas de televisão – “[...] uma coletividade diferenciada [...] de algum campo especial da comunicação cultural.” (BAKHTIN, 2000, p.301) –, pode ser interpretada como “ruína” desses tipos relativamente estáveis de enunciados.

Mas não só a presença do uso reiterado de “você” indicia o endereçamento desse enunciado a esse outro/destinatário. A escolha do marcador temporal “e agora”, utilizado em dois momentos do enunciado da criança, também parece decorrer, ao menos em parte, da representação que a criança faz do outro/destinatário, já que esse marcador sinaliza a simultaneidade desse enunciado com o tempo/momento em que ocorre.

Por fim, resta destacar o papel das formas verbais “pegar”, “colocar” e “cortar” conjugadas, nesse enunciado, no imperativo afirmativo (“pega”/“pegue”, “coloque” e “corte”). Para tanto, será necessária uma breve digressão para entender aspectos do funcionamento dessas formas verbais no português brasileiro (PB).

Com relação ao imperativo, de acordo com Scherre (2005, 2007), há, no PB, formas em variação: nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste,⁶ há predomínio do imperativo associado ao indicativo (“pega”, “coloca” e “corta”), enquanto que, em regiões como a Nordeste, há predomínio das formas associadas ao subjuntivo (“pegue”, “coloque” e “corte”). Esse predomínio não impede, é claro, o convívio entre essas formas nas diferentes regiões. Segundo a autora, em regiões como a Sudeste, pode haver flutuação se considerarmos, por exemplo, o grau de formalidade e/ou a natureza mais ou menos dialogal do evento discursivo em que formas imperativas aparecem. Assim, eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialogal (como o diálogo face a face) favoreceriam o aparecimento de formas como “deixa”, “pega” e “corta” enquanto que eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialogal (como a conferência acadêmica) favoreceriam o aparecimento de formas como “deixe”, “pegue” e “corte” (SCHERRE, 2007).

Scherre (2005, 2007) assinala, também, a existência de predomínio das formas do imperativo associadas ao subjuntivo na escrita “sem diálogo” – na qual inexistem sinais da presença de discurso direto –, predomínio ligado ao propósito de assegurar uma “leitura mais diretiva” e a adequada interpretação imperativa dos enunciados dessa escrita, já que o uso da forma indicativa poderia, no texto

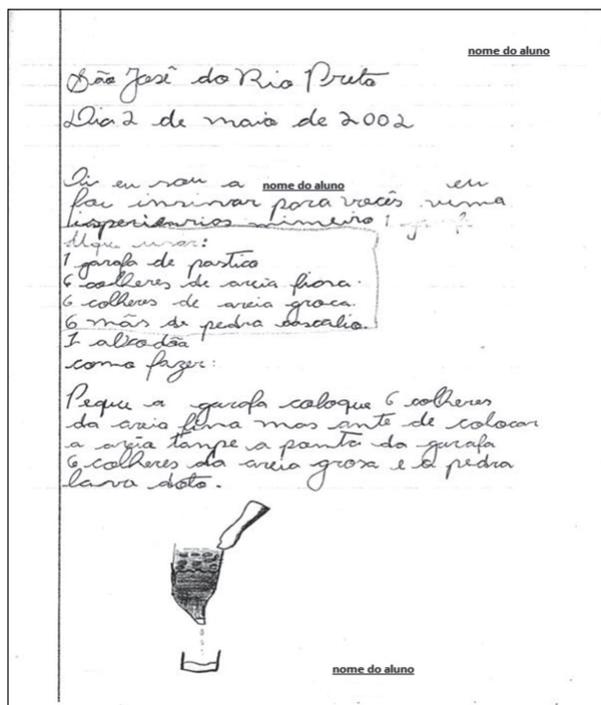
⁶ Lembramos que os dados analisados neste estudo foram coletados na região Sudeste.

escrito “sem diálogo”, desfavorecer uma interpretação das formas verbais como imperativas, ou seja, com a função de persuadir, sugerir, aconselhar etc.

De posse dessas informações, podemos presumir, por um lado, que, no enunciado apresentado na Figura 3, o verbo “pegar”, conjugado como “pega”, é índice (ruína, eco, lembrança...) de um enunciado que supõe um outro/destinatário anônimo, espectador, que divide com o escrevente/falante o momento da enunciação e, ainda, um enunciado tipicamente menos formal e de natureza mais dialogal. Por outro lado, os verbos “pegar”, “colocar” e “cortar” conjugados como “pegue”, “coloque” e “corte” são índices (ruína, eco, lembranças...) de um enunciado que supõe um outro/destinatário anônimo, mas não espectador, que não divide com o escrevente/falante o momento da enunciação, enunciado como as receitas culinárias escritas que supõem um outro/destinatário que recebe, sempre num momento posterior, instruções sobre como preparar uma receita, de modo mais formal e de natureza explicitamente menos dialogal.

No enunciado apresentado na sequência (Figura 4), é possível observar funcionamento semelhante:

Figura 4 – Uma experiência



Fonte: Dados da pesquisa.

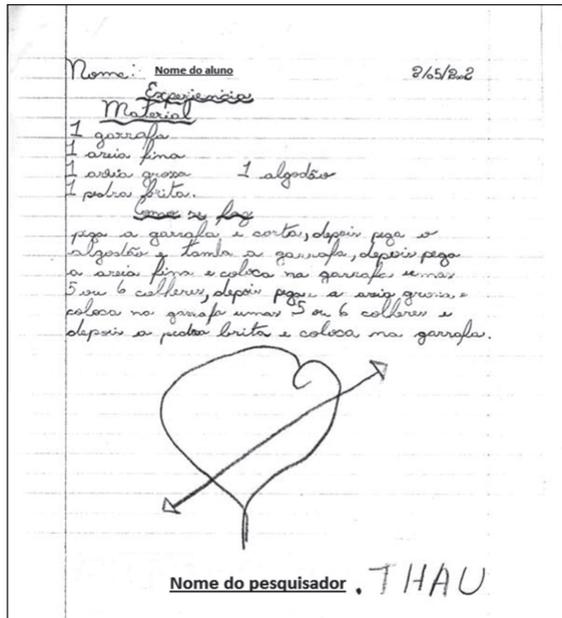
Observam-se, nesse enunciado, ecos, lembranças e/ou ruínas de diferentes tipos relativamente estáveis de enunciados:

- (a) a presença de fragmentos constitutivos do cabeçalho escolar sinalizando, novamente, o endereçamento desse enunciado a um outro/destinatário representado pela instituição escolar;
- (b) a presença de apresentação pessoal (“Oi eu sou a [nome do aluno] eu fou...”) e a utilização do pronome de segunda pessoa do plural “vocês” indiciando a presença de enunciados relativamente estáveis que preveem um outro/destinatário anônimo e, possivelmente, espectador de programas de televisão, “[...] uma coletividade diferenciada de algum campo especial da comunicação cultural.” (BAKHTIN, 2000, p.301), um “alguém” que acompanha e recebe instruções (*on-line*), para a realização de, por exemplo, uma receita culinária;
- (c) a presença de elementos da estrutura composicional e do estilo característicos de receitas culinárias, sobretudo escritas, que acreditamos supor um outro/destinatário anônimo, não espectador e que não divide com o escrevente/falante o momento da enunciação. Esses fragmentos são representados pela apresentação de uma lista de itens que deveriam ser usados para a realização da experiência e de uma explicação parcial e lacunosa sobre como a experiência deveria ser realizada (“como fazer”). Destacam-se, também, a distribuição gráfica das informações e a utilização dos verbos “pegar”, “colocar” e “tampar” conjugados como “pegue”, “coloque” e “tampe”;
- (d) a presença de uma explicação parcial e lacunosa sobre o “como fazer” indiciando um outro/destinatário representado pelo “participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano”. Na apresentação do “como fazer”, a criança não consegue manter-se no jogo enunciativo criado no início do enunciado e apresenta “fissuras” que poderiam ser preenchidas pelo outro/destinatário que, naquele momento, perceberia e representaria para si: o pesquisador e/ou a professora, pessoas, de fato, presentes no momento/tempo da enunciação. A incompletude do “como fazer” é uma **ruína** que causa um “problema de coesão”, ligado à progressão textual, mas que, para este estudo, é, também, vestígio do endereçamento desse enunciado, direcionado também a um outro/destinatário com o qual a criança supõe compartilhar o tempo/momento da enunciação.

As ruínas mencionadas em (c) parecem ter sido mobilizadas pela/na criança devido à proximidade (leia-se: certa convergência entre estrutura composicional, estilo, conteúdo temático e endereçamento) do gênero “receita culinária” com o gênero que parece ter sido solicitado pelo pesquisador, que, conforme discutido, alude a uma conjunção entre uma espécie de descrição e uma espécie de injunção, características também presentes em receitas culinárias e em outros tipos relativamente estáveis de enunciados com propósitos instrucionais.

Vejamos ainda o enunciado abaixo:

Figura 5 – Experiência e tchau



Fonte: Dados da pesquisa.

Há, aqui, novamente, elementos do cabeçalho e, em seguida, a exposição do material necessário para a realização da experiência e a descrição dos procedimentos necessários para a sua execução – no item “como se faz”.

Nesse enunciado, entretanto, outra cena é construída pela criança. Não há mais a presença de apresentação pessoal e o outro/destinatário representado não está mais “on-line”, acompanhando passo a passo a execução da experiência, mas, sim, ausente – receberia, assim, em um momento posterior, o enunciado produzido pela criança. A semelhança com a forma relativamente estável com que receitas culinárias e outros enunciados com propósitos instrucionais são enunciados é, novamente, inequívoca.

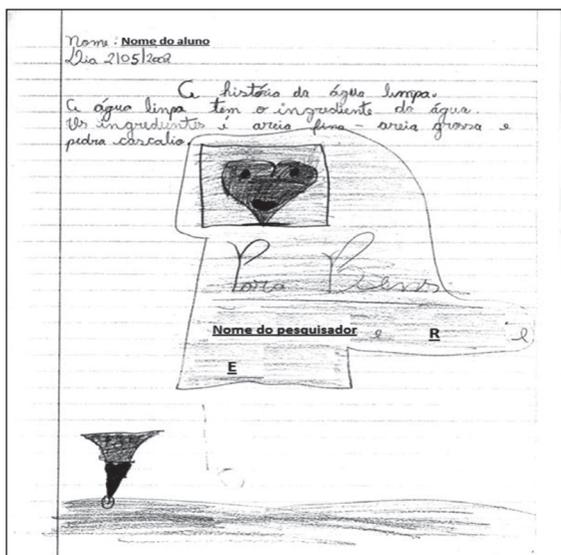
Observa-se também que, nesse enunciado, os verbos “pegar”, “cortar”, “tampar” e “colocar” são conjugados como “pega”, “corta”, “tampa” e “coloca”. Essas formas verbais assim flexionadas admitem duas interpretações: como formas do imperativo associado ao indicativo ou, simplesmente, como formas indicativas. Neste último caso, suporiam um sujeito elíptico, “[**A gente**] **pega** a garrafa e **corta**...” que, por sua vez, tem o mesmo valor da primeira pessoa plural “nós” – entendida como a junção entre um “eu” e um “não eu” (BENVENISTE, 1995). Como primeira pessoa plural, “a gente” funcionaria, aqui, de forma inclusiva (BENVENISTE, 1995), ou seja, seu valor seria aferido pela junção de um “eu” que

enuncia com um “tu/vós” ao qual o “eu” se dirige na enunciação. Em ambas as interpretações, esses verbos podem constituir índice de enunciados tipicamente menos formais e de natureza mais dialogal, orais ou escritos; sinalizariam, pois, proximidade e/ou envolvimento entre o escrevente e o outro destinatário por ele percebido e representado.

Nesse enunciado há, também, outra ruína, identificada em “Nome do pesquisador. Thau”, expressão que funciona como uma espécie de recado/despida e constitui uma ruína de gêneros discursivos como cartas e/ou bilhetes, que geralmente contemplam esse tipo de recado ou despedida. A presença desse recado/despida vincula o enunciado da criança à situação de sua enunciação e, portanto, indica o não apagamento de que o enunciado infantil não se dirigia a uma terceira pessoa qualquer, mas também a uma pessoa em particular, cuja leitura era esperada: ao pesquisador. Esse endereçamento ao pesquisador fica sublinhado também se se considera a presença do elemento não verbal, o coração atravessado por uma flecha, outra ruína de enunciados como as cartas e recados, sobretudo os infantis. O coração atravessado pela flecha é índice da proximidade e do envolvimento entre o escrevente e o outro/destinatário que representa para si.

Fato bastante semelhante ocorre no exemplo seguinte (Figura 6), já apresentado na epígrafe deste estudo:

Figura 6 – A história da água limpa

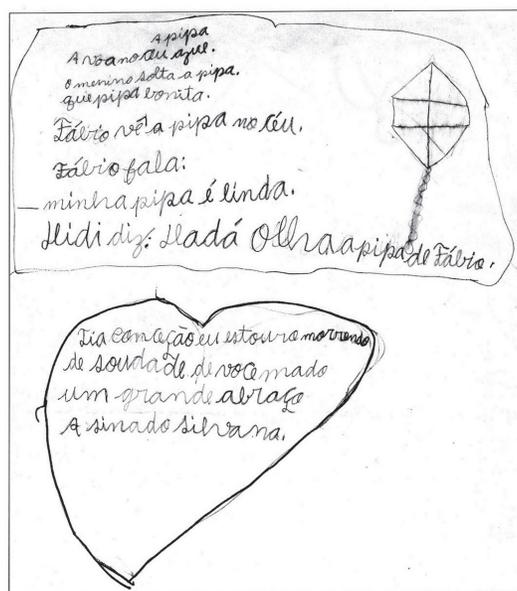


Fonte: Dados da pesquisa.

“Para Bens nome do pesquisador e R e E” parece funcionar semelhantemente ao recado/despedita que finaliza o exemplo anterior, ou seja, constitui uma ruína de gêneros discursivos que têm como característica a finalização com recados/despeditas, como cartas, bilhetes, cartões etc. Também essa ruína vincula esse enunciado às condições concretas de sua enunciação as quais transcendem explicitamente os limites da sala de aula, uma vez que, segundo relato do pesquisador responsável pela coleta, R, uma das pessoas a quem o recado/despedita se destina não estava presente no dia da coleta, mas era uma pessoa que as crianças haviam conhecido por meio do pesquisador, em outra coleta ocorrida no início do trabalho de constituição do banco de dados. “E”, por sua vez, outra pessoa a quem a dedicatória se destina, é filho de “R”, e as crianças tinham informações sobre ele por meio de conversas e correspondências trocadas com “R” e com o pesquisador.

Em meio a considerações a respeito de habilidades textuais de crianças em processo de alfabetização, particularmente sob a perspectiva das “funções” atribuídas ao uso da língua por crianças de diferentes camadas sociais, Soares (2003) apresenta exemplos de enunciados infantis com fatos análogos aos que observamos nos enunciados precedentes (Figuras 5 e 6). Reproduzimos um dos exemplos apresentados pela autora:

Figura 7 – A pipa



Fonte: Soares (2003, p.77).

Nesse enunciado, a primeira parte é circundada por um retângulo e a segunda pelo desenho de um coração. Soares (2003) observa que:

[...] a separação que a criança faz entre a redação sobre a pipa, isolada em um retângulo, o bilhete à professora, circundado pelo desenho de um coração, deixa claro que ela percebe que são duas escritas diferentes: a escrita escolar, com a função instrumental de demonstrar que aprendeu a escrever o que lhe ensinaram a escrever, e a escrita não escolar, com funções pessoal e interacional. (SOARES, 2003, p.76).

Para Soares (2003), a criança estaria oscilando entre o que ela deveria escrever, respeitando o modelo imposto pela escola, e o que ela efetivamente queria escrever. De nosso ponto de vista, a criança também oscila quanto à representação do outro/destinatário que percebe e representa para si: ora escreve para o outro/destinatário representado pela instituição escolar, ora escreve para o outro/destinatário representado pela figura do professor/pesquisador. Julgamos, pois, a oscilação no endereçamento desse enunciado como fator determinante das escolhas temáticas, dos recursos lexicais, estilísticos e gráficos (no caso do retângulo e do coração) realizados pela criança.

Analogamente, em nossos exemplos, parece haver uma tensão entre dirigir-se ao solicitado pelo pesquisador (relatar, descrever ou contar como havia sido feita uma experiência) e dirigir-se às pessoas que, para a criança, de fato leriam sua produção escrita: R, E e, também, o pesquisador. Essa oscilação e/ou tensão delimita as escolhas linguísticas possíveis para as crianças e essas “escolhas” acabam por se tornar ruínas de gêneros discursivos ou, mais especificamente, fontes históricas da escrita dessas crianças (CORRÊA, 2006).

Particularmente no exemplo apresentado na Figura 6, além do recado/despedita, chama-nos, ainda, a atenção, a presença de outra ruína: o título do enunciado “A história da água limpa”. Nesse título, vê-se uma referência a um fazer textual, o que poderíamos interpretar como recurso metaenunciativo. Corrêa (2006, p.212) analisa um excerto com funcionamento bastante semelhante, o qual pode ajudar a entender melhor essa ruína: “Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias”.

Para Corrêa (2006), esse excerto marcaria uma referência, feita por sua autora – uma menina de 10 anos⁷ –, ao próprio fazer textual, uma reprodução de uma “referência ao fazer narrativo” (CORRÊA, 2006, p.213) e constituiria, pois, recurso metaenunciativo. Na análise do autor, essa referência ao fazer narrativo seria indicativa de saberes da criança sobre esse fazer. Em nosso caso, esse recurso metaenunciativo – ruína de enunciados relativamente estáveis

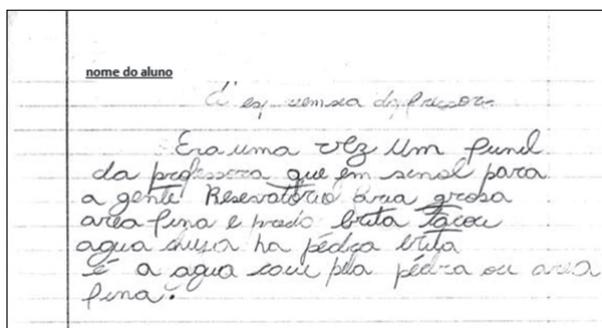
⁷ Esse excerto foi recolhido por Corrêa (2006) de um texto atribuído a uma menina de 10 anos, o qual consta de questão discursiva do ENC/2001 (Exame Nacional de Cursos) da área de Letras-Linguística.

tipicamente narrativos – , além da referência a saberes ligados ao fazer narrativo, alude/responde, também, ao “contar” que aparece entremeado à instrução dada pelo pesquisador para a produção escrita das crianças. Como adiantamos, a instrução dada pelo pesquisador às crianças abria, dentre outras, a possibilidade de interpretação do gênero solicitado pelo pesquisador como sendo algo semelhante ao contar, uma vez que aparece, na descrição, explicitamente, a seguinte afirmação: “[...] o pesquisador pediu às crianças que contassem como havia sido feita a experiência de forma que uma terceira pessoa [...]”.

Ademais, a utilização desse recurso metaenunciativo coloca em evidência o endereçamento do enunciado apresentado na Figura 6. O outro/destinatário que a criança percebe e representa para si parece ser a instituição escolar, visto que é muito comum, nas atividades de produção escrita escolar, priorizarem-se enunciados narrativos, recontos e reescritas de histórias contadas e lidas para as crianças, o que faz com que, para boa parte das crianças, escrever para a professora seja equivalente a escrever (narrar) uma história.

Embora de forma diferente, essa resposta/alusão ao contar está presente também no exemplo a seguir. Vejamos:

Figura 8 – A experiência da professora



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse enunciado, a criança dialoga com histórias populares – geralmente orais – e/ou com histórias de livros infantis que, em um número significativo de vezes, iniciam-se com a estrutura canônica “Era uma vez...”, recurso que coloca em cena a temporalidade indefinida dessas histórias. Na sequência, há uma aparente “descontinuidade”: a criança não consegue seguir com o “projeto de dizer” e acaba fazendo uma enumeração de etapas para a execução da experiência. A nosso ver, a criança estaria oscilando entre contar uma história à moda dos contos de fadas ou seguir a solicitação do pesquisador: relatar e/ou descrever uma experiência. Ela estaria, pois, na fronteira entre o relatar e

o contar. Nessa oscilação, vemos, novamente, pistas do duplo endereçamento desse enunciado, voltado, ao mesmo tempo, para o outro/destinatário representado pela instituição escolar (escrever, na escola, é escrever histórias para “a professora”) e para o outro/destinatário representado pelo “participante-interlocutor” direto da criança, o pesquisador.

Considerações finais

Neste estudo, escolhemos, deliberadamente, não avaliar positiva ou negativamente os enunciados escritos selecionados para análise. Essa opção teórico-metodológica deriva do olhar lançado para esses enunciados e, de forma mais específica, para alguns fatos linguísticos que, neles, nos chamaram a atenção: um olhar que buscava não evidências de adequação dos enunciados das crianças ao solicitado pelo pesquisador, mas, sim, pistas da constituição histórica desses enunciados ou, dito de outro modo, indícios dos laços que eles mantêm com representações sociais, historicamente edificadas, sobre gêneros discursivos.

As reflexões feitas permitem indicar fatos que contribuem para entender melhor essa constituição histórica, como, por exemplo, o fato de os enunciados escritos infantis tomados como objeto de análise manterem, em todos os casos, vínculos com outros enunciados, uma vez que, como vimos, eles estão repletos de “ecos” e “lembranças” – ruínas, no sentido atribuído por Corrêa (2006) – de outros enunciados (ouvidos, lidos, falados ou escritos); trazem, inclusive, como procuramos mostrar, marcas específicas comuns a outros enunciados, ligadas ao modo como o escrevente percebe e representa para si os (seus) outros/destinatários.

Na análise dos dados, pudemos observar também que, no processo de produção de enunciados escritos, as crianças precisam negociar com os outros destinatários que as constituem e determinam os enunciados escritos que produzem. Assim, o outro/destinatário percebido e representado pelo escrevente não é apenas uma “moldura” para os (seus) enunciados, figura externa, e, sim, elemento constitutivo desses enunciados e condicionante das escolhas ortográficas, gráficas, lexicais, morfológicas, sintáticas, semânticas etc. que o escrevente deve/pode fazer. Sem levar em conta um (ou mais) destinatário(s), ou seja, sem considerar a relação do escrevente “com o *outro* e seus enunciados (presentes e antecipáveis)” (BAKHTIN, 2000, p.304), torna-se impossível a vida e a existência de um enunciado.

A análise desenvolvida permitiu verificar, por fim, dois fatos importantes e interligados: a não univocidade e a flutuação no endereçamento dos enunciados infantis. Observou-se que, na produção de seus enunciados, as crianças não se

dirigem a um único outro/destinatário, ou seja, elas são afetadas, ao mesmo tempo, por diferentes endereçamentos. Seus enunciados são, pois, fruto de flutuações, emergem voltados, concomitantemente, para o outro/destinatário representado pela instituição escolar, para o outro/destinatário representado pelo “participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano”, para o outro/destinatário pesquisador e/ou a professora, dentre outros endereçamentos.

Não há como negar que o outro/destinatário “instituição escolar” sobrepõe-se aos demais. Em quase todos os enunciados examinados, a presença desse endereçamento é bastante efetiva e é mostrada, sobretudo, pela existência de cabeçalhos e, eventualmente, por outras marcas, como, por exemplo, a menção ao nome do pesquisador. Esse endereçamento prioritário não impede, contudo, a emergência de outros endereçamentos, que tornam o enunciado infantil híbrido e colocam em cena “[...] o dinamismo que marca a relação do sujeito com a linguagem.” (CORRÊA, 2007, p.209), em especial, nos processos de constituição de gêneros discursivos nos momentos mais iniciais da aquisição da escrita.

Agradecimentos

À Prof. Dra. Fabiana Cristina Komesu e ao Prof. Dr. Lourenço Chacon pela leitura minuciosa e pelas preciosas sugestões incorporadas à versão final deste artigo. As falhas que restam são de nossa inteira responsabilidade.

CAPRISTANO, C. C.; OLIVEIRA, E. C. de. Children's writing and their imaginary circulation by the representations of discursive genres. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.347-370, 2014.

- *ABSTRACT: This work aims at discussing children's imaginary circulation through representations of discursive genres. More specifically, this research investigates how the circulation of such representations is shown in the children's projections for one or more of the addressees of their enunciations. The concept of discourse genre proposed by Bakhtin (2000) is adopted. The analysis of these selected children's written enunciations favored a specific and constitutive trait in order to define genre: the fact that the relatively stable types of enunciations have always an address and a direction (BAKHTIN, 2000). Starting from the concepts of addressing and of "other"- the latter one based on Authier-Revuz (1982, 1990) - it is suggested that, in spoken enunciations, individuals need to negotiate with others elements (other wordings, other registers, other meanings and also other addressees) which constitute them and which determine the emergence of their produced enunciation. The analysis of the children's enunciations showed that two important and interlinked facts should be observed: the non-univocity and the fluctuation about the addressing of the enunciations.*
- *KEYWORDS: Writing acquisition. Discourse genres. Intergenre relations.*

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. (Org.). *Estilo e gênero na aquisição da escrita*. Campinas: Komedi, 2003.

_____. *Cenas de aquisição da escrita: o trabalho do sujeito com o texto*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

AUTHIER-REVUZ. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.

_____. Heterogeneité montrée et heterogeneité constitutive: elements pour une approche de l'áutre dans le discours. *Revue de Linguistique*, Bucarest, n.26, p.91-151, 1982.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Salum. Campinas: Pontes, 1995. p.247-259.

BRANDÃO, H. H. N. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

CORRÊA, M. L. G. Pressupostos teóricos para o ensino da escrita: entre a adequação e o acontecimento. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, n.9, p.201-211, 2007.

_____. Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v.2, n.45, p.205-224, 2006.

_____. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOMESU, F. As relações intergenéricas constitutivas da escrita das home pages. In: ABAURRE, M. B. M.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T.; FIAD, R. S. (Org.). *Estilo e gênero na aquisição da escrita*. Campinas: Komedi, 2003. p.223-263.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p.61-162.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.189-222, 2007.

_____. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: _____. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005. p.115-143.

SOARES, M. B. Alfabetização: a (des)aprendizagem das funções da escrita. In: _____. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003. p.63-84.

Recebido em outubro de 2012.

Aprovado em maio de 2013.

OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E A CONSTITUIÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO: OS CONCEITOS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL COMO REFERÊNCIA PARA O TRATAMENTO TEÓRICO-ANALÍTICO DA ESCRITA ESCOLAR

Emerson de PIETRI*

- **RESUMO:** Neste artigo, apresentam-se resultados de pesquisa cujo objetivo é investigar o processo de constituição da escrita escolar em objeto dos estudos linguísticos. Seguindo-se orientação teórica filiada à Análise do Discurso de linha francesa, analisaram-se relatórios de pesquisas desenvolvidas na primeira metade da década de 90 do século XX, em programas de pós-graduação de universidades públicas paulistas. A circunscrição metodológica do *corpus* se fez de modo a considerar um espaço de relações interdiscursivas específicas que se apresentaram entre os discursos acadêmico, pedagógico e oficial, no Estado de São Paulo, desde os anos finais da década de 70 do século XX. A análise dos dados evidenciou a referência, no momento histórico observado, a uma memória já constituída do discurso acadêmico sobre a escrita escolar, produzida nas décadas de 70 e de 80. Mostrou também que elementos teóricos da linguística textual referenciaram a mobilização de perspectivas teóricas dos estudos linguísticos para o tratamento da escrita escolar nas pesquisas observadas. A consolidação de uma memória discursiva própria ao discurso acadêmico e a estabilidade da noção de texto elaborada pela linguística textual constituíram índices para a delimitação e distanciamento, nesse discurso, dos espaços do acadêmico e do escolar.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso. Linguística textual. Escrita escolar.

Introdução¹

No presente trabalho, observa-se o processo de constituição da escrita escolar em objeto de pesquisa de dissertações e teses, em programas de pós-graduação de universidades brasileiras, procurando-se caracterizar a (re)ordenação das bases semânticas dos discursos sobre ensino de língua portuguesa que se operaram no início da década de 90 do século XX, consideradas as diferenças que se percebem em relação às duas décadas anteriores. O objetivo é o de caracterizar os modos de constituição da escrita escolar em objeto dos estudos linguísticos nesse momento histórico, em que já havia uma memória discursiva produzida, fato que possibilitou

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo – SP – Brasil. 05541-030 – pietri@usp.br

¹ O presente trabalho foi elaborado a partir do relatório resultante de pesquisa financiada pelo CNPq (Processo n.: 400540/2008-8).

rearranjos específicos nos processos de delimitação recíproca dos discursos em concorrência e, conseqüentemente, a redefinição dos temas, das estratégias argumentativas e dos conceitos em relação na formação discursiva considerada.

O *corpus* de análise foi produzido com o trabalho metodológico sobre dissertações de mestrado e teses de doutorado que possuem como objeto de investigação o texto escrito produzido em contexto escolar de ensino básico, compreendido este como o período entre a 5ª série do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, na antiga nomenclatura. Excluíram-se, assim, pesquisas sobre escrita escolar voltadas para ensino de caráter supletivo, ou em nível de 3º grau. O objetivo do estabelecimento desse recorte foi o de garantir que as pesquisas componentes do *corpus* se referissem ao nível da escolarização básica que fosse objeto das proposições curriculares oficiais publicadas no período em questão, e, também, às proposições acadêmicas para o ensino de língua portuguesa destinadas à escolarização básica regular. Desse modo, as relações entre os discursos acadêmico, pedagógico e oficial seriam observadas segundo um princípio mais controlado para o recorte do espaço discursivo a ser observado, dado que os documentos representativos dos três discursos em relação se produziram em função de um campo disciplinar comum – o ensino de língua portuguesa na escolarização básica regular.

Respeitando-se o mesmo princípio estabelecido para o recorte do espaço discursivo de interesse para a análise, decidiu-se restringir a coleta do material de análise aos programas de pós-graduação do Estado de São Paulo, na tentativa de obter maior organicidade na composição do *corpus* em si, consideradas, como mencionado, as relações do discurso acadêmico com o oficial e o pedagógico: no momento histórico em questão, as três décadas finais do século XX, houve um importante movimento de produção e publicação, por instâncias oficiais responsáveis pela Educação no referido Estado, de documentos de referência para o ensino (Propostas e Guias Curriculares, e Subsídios a eles). Ainda que na década de 90 a produção de diretrizes curriculares oficiais já se fizesse mais ampla e regularmente na Federação, optou-se por se manter restrita a observação à produção existente no Estado de São Paulo, de modo a garantir-se a perspectiva de continuidade em relação à observação do processo de constituição da escrita escolar em objeto de discurso nas duas décadas anteriores (décadas de 70 e de 80), momentos também considerados no percurso de pesquisa em que se insere o presente trabalho. Restringe-se, portanto, a extensão do conjunto do *corpus* em razão dos critérios estabelecidos para o recorte do espaço discursivo a ser observado, mas se confere maior produtividade a esse *corpus* ao se definir sua extensão em relação ao processo de delimitação recíproca que se estabelece entre os discursos acadêmico, pedagógico e oficial, componentes do espaço circunscrito para análise.

Os marcos temporais para a definição do período em análise compreendem, assim, a publicação dos primeiros estudos acadêmicos sobre escrita escolar, na segunda metade da década de 70 (PIETRI, 2007a), que se faz desde proximamente à publicação dos *Guias Curriculares para o Ensino de 1º Grau* (SÃO PAULO, 1975); seguidos da publicação da *Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa: 1º grau* (SÃO PAULO, 1986), num momento em que uma série de pesquisas acadêmicas caracterizadas pela referência à sociolinguística e/ou ao sociointeracionismo são desenvolvidas (PIETRI 2007b, 2012b); ao momento da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que alteram substancialmente os referenciais teóricos e metodológicos para o ensino de língua portuguesa até então em circulação e, portanto, sinalizam o momento final do período estudado. No presente trabalho, observa-se o período correspondente aos anos iniciais da década de 90, em que se desenvolveram pesquisas não mais orientadas por perspectiva sociolinguística e/ou sociointeracionista (limite para com relação ao momento histórico imediatamente anterior), nem por noções como as de gêneros de discurso ou de letramento (limite para com relação ao momento histórico posterior).

Uma vez que se trata de observar relações entre discursos, a noção de interdiscurso, tal como elaborada por Maingueneau (2005), é o ponto de partida para o tratamento a ser realizado do material de análise do presente estudo. A concepção de interdiscursividade proposta pelo autor contribui para a observação do processo de constituição da escrita escolar em objeto dos estudos acadêmicos em razão de esse processo consistir no trabalho de discurso(s) sobre discurso(s), neste caso específico, entre os discursos acadêmico, pedagógico e oficial, num processo de delimitação recíproca.

Segundo a perspectiva em questão, os enunciados de um discurso se constituem com base em regras semânticas específicas, que definem seu pertencimento a um dado discurso, regras que definem também enunciados que lhe são estranhos. O sistema de restrições semânticas é concebido como um modelo de competência discursiva, e os enunciativos de um discurso dado apresentam o “[...] domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que resultam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas.” (MAINGUENEAU, 2005, p.23). Considera-se assim como unidade de análise não o **discurso** (entendido como “[...] dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas.” (MAINGUENEAU, 2005, p.15)), mas **um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos**, o que supõe, portanto, a precedência do interdiscurso sobre o discurso.

A escolha dos discursos a serem analisados se realiza, segundo Maingueneau (1997, p.116), a partir do trabalho em relação a uma conjunção espacial que se organizaria em três diferentes dimensões: o **universo discursivo**, o **campo discursivo** e o **espaço discursivo**. O **universo discursivo** corresponderia ao “[...] conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem, em uma conjuntura.” Seria um conjunto finito, mas irrepresentável em sua totalidade, tendo função metodológica enquanto noção em que se recortam os campos discursivos. **Campo discursivo** é definido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”. Já o **espaço discursivo** seria o resultado da delimitação de “[...] um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.” (MAINGUENEAU, 1997, p.117). Faz-se necessário ao analista do discurso, portanto, operar um recorte, fundamentado em recursos metodológicos que podem ser encontrados em estudos historiográficos, de modo a definir o espaço discursivo produtivo para a análise a ser realizada. A produtividade se relaciona à possibilidade de caracterizar o sistema de regras semânticas que ordena globalmente um determinado discurso.

Segundo Maingueneau (2005, p.22), “[...] o caráter ‘global’ da semântica discursiva se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos ‘planos’ discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação [...]”. Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese de que a determinados discursos correspondem estruturas textuais específicas, isto é, que os gêneros textuais estão em concordância com a semântica de uma dada formação discursiva. Assim, a observação dos modos como se compõe materialmente o discurso constituiria um meio para a caracterização do(s) discurso(s) em que o(s) texto(s) se inscreve(m).

Parte-se da proposta de Adam (2008), fundamentada em Maingueneau (1995), quanto ao fato de o texto trazer em si índices das condições de enunciação em que se produziu. A referência constituída com base nesses índices garante a definição de um espaço e de um tempo para os dizeres, e, com isso, a possibilidade de movimento dos sujeitos para a configuração dos objetos de discurso. Assim, podem ser colocadas as seguintes questões: de que modo se constituíram as condições de enunciação num dado momento histórico? Como se estabeleceram índices de pessoa, funções e relações de tempo e espaço nessas condições? Que posições de sujeito foram projetadas e que objetos se produziram com seu (das condições de enunciação) funcionamento?

O trabalho de análise, na presente investigação, se volta, portanto, para os modos como os sujeitos se movimentam em relação a determinados índices

de tempo, de espaço e de pessoa, e como operam recortes e apropriações, com esse movimento, para a definição de uma perspectiva teórica específica para o tratamento da escrita escolar.

A hipótese com que se trabalha é a de que as pesquisas sobre escrita escolar desenvolvidas no momento histórico observado se caracterizam por considerar à distância fatores próprios à escolarização: isto é, não há proximidade entre pesquisador e professor, como havia nas pesquisas desenvolvidas no momento histórico anterior (PIETRI, 2012b), mas a definição de uma diferença entre um e outro desses sujeitos, que ocupam espaços também distintos que não se interseccionam — a academia e a escola. O professor ocupa nesse processo um lugar ambíguo: de sujeito **de quem** se fala, quando se tematiza sua formação e seu trabalho nas condições de produção escolares; e de sujeito **para quem** se fala, quando a ele se destinam propostas didáticas e subsídios teóricos que o auxiliassem a suprir lacunas de formação ou a alterar práticas de ensino de modo a torná-las satisfatórias. A tematização das relações da academia com a escola teria possibilitado assim a constituição da escrita escolar em objeto de pesquisa.

No período observado, o dispositivo que sustenta o movimento analítico se fundamenta na referência a uma memória já constituída de um discurso sobre ensino de português no país e, mais especificamente, sobre escrita escolar. Compreende-se memória, aqui, com referência “[...] aos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas.” (MAINGUENEAU, 2005, p.81). Trata-se dos modos como um discurso se relaciona com discursos anteriores do mesmo campo, e, também, do “[...] passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras.” (MAINGUENEAU, 2005, p.81). O autor denomina **intertextualidade interna** ao trabalho da memória discursiva no interior de um dado campo.

À memória discursiva sobre escrita escolar, associam-se, no período estudado, elementos da linguística textual, cuja noção de texto possibilita o tratamento do material de análise das pesquisas sem que fosse necessária a inserção do pesquisador no contexto escolar: a unidade textual, sustentada em processos de referenciação, guardaria em si elementos do contexto em que produzida. A não necessidade, proporcionada pela noção de unidade textual, do tratamento da referência em contexto e a fundamentação dos dizeres numa memória do discurso acadêmico sobre produção escrita seriam os fatores a possibilitar a delimitação e o distanciamento entre os espaços do acadêmico e do escolar.

Os dados a serem analisados neste momento foram produzidos, portanto, com base na observação dos princípios de ordenação da situação enunciativa acima referidos (a filiação dos dizeres a uma memória já constituída do discurso acadêmico sobre a escrita escolar, associada a elementos da linguística textual, cujas noções de texto e de referenciação possibilitam a definição dos limites

entre o acadêmico e o escolar, e, em consequência, determinada disposição dos sujeitos e dos objetos da enunciação). Com o objetivo de manter em perspectiva a série histórica, as considerações realizadas a partir dos trabalhos analisados serão apresentadas respeitando-se a sequência temporal de suas publicações.

Os referenciais históricos para a definição do espaço discursivo em análise

A escrita escolar se constituiu em objeto dos estudos linguísticos recentemente no Brasil. Publicaram-se nos anos finais da década de 70 do século XX os primeiros trabalhos voltados para a análise de redações escolares (PIETRI, 2007a). Nesse período de emergência, desenvolveram-se também investigações sobre o tema em Programas de Pós-Graduação, no Estado de São Paulo. Um elemento comum a essas investigações foi a consideração de que os problemas encontrados nas redações escolares constituiriam sintomas de uma situação geral das condições do ensino e da aprendizagem nas escolas do ensino básico (PIETRI, 2012a). A referência a uma suposta **crise na linguagem** funcionou como elemento discursivo em que se sustentou a própria possibilidade da investigação, pois indicava um ponto de partida para o trabalho investigativo, uma vez que se faria necessário, com base em tal diagnóstico, buscar as causas da suposta **crise**, recorrendo-se, então, a subsídios teóricos para a realização do trabalho de produção e análise dos dados.

As causas apontadas para os problemas de escrita foram percebidas pelos pesquisadores segundo estivessem ou **no interior da escola**, quando se consideravam as condições históricas de produção dos textos e o tipo de relação do sujeito com as condições em que se encontrava (no caso, marcado pela passividade); ou **no exterior da escola**, quando as referidas causas foram atribuídas à sociedade de massas, à indústria cultural e à função social, política e ideológica da escola numa sociedade de classes. O movimento do pesquisador, entre um e outro desses dois polos, possibilitou o acesso, ora a teorias explicativas fundadas em recursos teóricos da psicologia (para se considerar as condições do sujeito), ora aos estudos sociológicos e culturais (para se pensar sobre as condições mais amplas em que se inseriam a escola e o aluno). No realizar desse movimento entre um polo e outro – do subjetivo e do social – tornou-se possível, portanto, a apropriação de recursos para a constituição da escrita escolar em objeto de análise, num momento em que não se encontravam elaboradas suficientemente bases teóricas linguísticas adequadas ao tratamento da linguagem em sua modalidade escrita (PIETRI, 2012a).

Em relação à década de 80 do século XX, e à questão sobre que condições enunciativas possibilitaram a constituição da escrita escolar em objeto de

investigações acadêmicas, a hipótese com que se trabalha é a de que esse processo se realizou em função de os trabalhos de pesquisa desenvolvidos nesse momento se caracterizarem por considerar a relação entre fatores internos e externos à escolarização, num movimento em que se associaram, aos primeiros, os fatos de oralidade, e aos segundos, os elementos da escrita. A tematização das relações da escola com seu exterior teria possibilitado assim a constituição da escrita escolar em objeto de pesquisa. Nesse período, o movimento analítico se fundamentaria entre posições marcadas em pares opositivos, como o par /oralidade x escrita/, relacionado ao par /diferença linguística x norma linguística/, que se associam, por sua vez, a outro par opositivo baseado na contraposição /condições de produção intraescolares x condições de produção extraescolares/. Havia, então, intersecção dos espaços do acadêmico e do escolar; pesquisador e professor se aproximavam, muitas vezes se confundiam, principalmente em pesquisas qualitativas de caráter interventivo, quando o professor na sala de aula era o pesquisador na academia (PIETRI, 2012b).

Já na primeira metade da década de 90 do século XX, as considerações sobre a escrita escolar se realizaram em resposta a questões que seriam apresentadas pelas condições do ensino em contexto escolar. Os problemas encontrados no texto escrito produzido na escola seriam decorrentes dos modos de produção encontrados nesse lugar institucional, e não de fatores próprios à sociedade mais ampla, como se apontava na década de 70.

No mesmo sentido, a relação entre elementos intra e extraescolares, importante fator para as considerações sobre escrita escolar na década de 80, perde valor nos anos iniciais da década seguinte: os trabalhos se voltam então para a aplicação de uma perspectiva teórica específica para o tratamento do texto na escola – diferentemente do que acontecia antes, quando uma perspectiva teórica era acionada para promover mudanças nas condições de produção do texto em sala de aula (centradas na escrita), de modo a contrastá-las com as condições de produção do texto no exterior da escola (centradas na oralidade).

A referência aos fatores extraescolares, nos trabalhos produzidos nos anos iniciais da década de 90, tem como sua fonte os resultados das investigações realizadas nas décadas anteriores. Há, assim, nesse período, um conjunto de saberes acadêmicos sobre escrita escolar que compõe já uma memória: trata-se, então, não mais de um momento de emergência da escrita escolar em objeto do discurso acadêmico, mas de um momento em que o discurso acadêmico sobre a escrita escolar encontra-se com seus limites estabelecidos, constituindo-se em formação discursiva cuja identidade se elabora em processos de delimitação recíproca para com discursos concorrentes.

O discurso acadêmico sobre escrita escolar, no momento histórico em questão, se caracteriza por definir suas diferenças para com o discurso

pedagógico e o discurso oficial. Nesse processo de delimitações, contrapõem-se concepções de linguagem e de ensino. Assim, percebe-se haver concorrência entre as concepções elaboradas pelos estudos linguísticos, que fundamentam as investigações acadêmicas, e aquelas atribuídas, nessas investigações, à cultura escolar.

O professor é o referente principal para as discussões em relação à satisfatoriedade ou não das bases teóricas que fundamentam a prática de ensino em sala de aula. A formação docente é, assim, o índice que possibilita a tematização do espaço intraescolar nos limites próprios ao discurso acadêmico, de modo a marcarem-se os limites entre academia e escola. Trata-se, portanto, da representação do intraescolar como um espaço para o qual se projetam as possibilidades que teorias linguísticas ofereceriam para práticas de sala de aula e a formação do professor.

Os problemas da escrita escolar diagnosticados

Uma das principais características do período em análise é a mobilização, nas investigações então realizadas, de uma perspectiva teórica específica para o tratamento do material de análise (em lugar da associação de diferentes perspectivas teóricas, de campos diversos, como se observa nas duas décadas anteriores). O referencial teórico mobilizado fundamentou o trabalho de análise de dados e de proposição de saberes que pudessem contribuir para alterar as condições de produção de textos escritos na escola e promover a melhoria na qualidade destes.

A noção de texto, fundamentada explicitamente em elementos da linguística textual, é o referente principal a que se associam as concepções teóricas específicas que fundamentaram as investigações então realizadas. Esse é um dado importante a respeito dos documentos em análise, pois a circunscrição dos contextos de pesquisa e de ensino, de modo a projetá-los distanciados e independentes um do outro, parece ser possível em razão da autonomia que o texto, uma vez produzido, teria em relação às condições de produção: a possibilidade de tratar o texto em sua unidade material, sem a necessidade de referir elementos externos a ele, dado que ele traria em sua constituição a representação de elementos das condições de produção, garante coerência à proposta de transposição de elementos teóricos da academia para a escola com o objetivo de solucionar os problemas da escrita escolar. Isto é: seria possível avaliar a qualidade dos textos escritos produzidos em contexto escolar com base na própria materialidade textual. No mesmo sentido, seria possível diagnosticar e propor mudanças nas condições de produção escolares dos textos sem que fosse necessário ao pesquisador se fazer presente no contexto escolar a ser investigado: a fundamentação **em** e a proposição **de**

subsídios teóricos adequados à pesquisa e ao ensino seriam suficientes para promover as mudanças necessárias para a melhoria da produção textual escrita.

A falta diagnosticada em contexto escolar adviria, como se afirma nos relatórios de pesquisa analisados, da não implementação, de fato, das propostas de ensino já então existentes, fundamentadas na noção de texto e apoiadas na ideia de que a qualidade do texto guardaria em si características do modo como concebida a produção de textos em contexto escolar. Os problemas da escrita escolar teriam suas causas, assim, no fato de que os professores não teriam se apropriado das concepções de linguagem e de ensino, centradas na noção de texto, em circulação desde a década de 80 em propostas acadêmicas e oficiais.

As pesquisas se sustentaram em três elementos que compunham então a memória discursiva sobre escrita escolar: a relação oralidade/escrita; as condições de produção textual na escola (e as relações com fatores sociais, políticos e econômicos); a prevalência do senso comum nas redações. A esses elementos, associaram-se aspectos desenvolvidos pela linguística textual: a prevalência do senso comum, decorrente das condições de produção escolares do texto escrito, se evidenciaria na falta de informatividade e de progressão textual, característica das redações escolares; dificuldades para o tratamento da relação oralidade/escrita se mostrariam na (in)adequação do texto ao contexto de sua produção e se caracterizariam textualmente em problemas de coesão e de coerência.²

Nota-se, portanto, nesse momento: a) a consolidação da proposta de que o texto é a unidade de sentido adequada ao tratamento teórico e prático nas discussões em torno do ensino de língua portuguesa na escola; b) o apoio na concepção de texto como unidade de sentido para a proposição de uma perspectiva teórica específica que fundamentasse a pesquisa sobre a escrita produzida em contexto escolar.

O tratamento das condições de produção textual na escola com base numa perspectiva teórica específica garantiria soluções para os problemas diagnosticados nos textos, e, conseqüentemente, contribuiria para a melhoria da qualidade das produções escritas escolares. Compõe-se, assim, um dispositivo que possibilita a associação de fatos da memória discursiva sobre escrita escolar a elementos produzidos mais então recentemente pelos estudos do texto. A partir dessa associação, produzem-se condições para a proposição de alternativas pedagógicas fundamentadas em perspectivas teóricas específicas do campo dos estudos linguísticos.

² É importante destacar que as referências à Linguística Textual aparecem, em teses e dissertações sobre escrita escolar, desde os anos finais da década de 70, e acompanham o processo, relatado no artigo de Koch (1999), de consolidação dos estudos do texto em contexto brasileiro.

Da delimitação das condições escolares de produção textual

Nas pesquisas sobre escrita escolar, desenvolvidas na primeira metade da década de 90, aponta-se que as causas dos problemas de redação se encontrariam nas condições de produção textual existentes na escola, que não permitiriam a elaboração, pelo aluno, de uma concepção adequada de texto. Essas causas, evidenciadas em investigações acadêmicas sobre escrita escolar realizadas nas décadas anteriores (70 e 80), permaneceriam na primeira metade da década de 90, quando a falta de informatividade encontrada nos textos analisados seria decorrente de não terem sido alteradas, na escola, as condições em que se produziam os textos escritos.

Assim, para Pereira (1990), uma das causas dos problemas de redação seria a fragmentação do texto, em contexto escolar, para atividades que não possibilitariam ao aluno construir para si a noção de unidade textual composta de elementos inter-relacionados. O autor afirma que os problemas observados na escola se apresentariam já há bastante tempo, e seriam decorrentes de não se haver substituído um ensino descontextualizado, que não consideraria a cultura do aluno ao propor temas que deveria tratar em sua redação, por outra prática, supostamente menos opressiva, que não mais corrigiria o texto produzido de modo a não tolher a criatividade de seu produtor. Dentre as causas dos problemas de escrita, segundo Pereira (1990), estaria a interpretação apressada de princípios que seriam veiculados inclusive pelas então “recentes Propostas Curriculares” (SÃO PAULO, 1986), o que levaria à preocupação com o conteúdo em detrimento da forma, promovendo a permissividade e tornando “coisa do passado” o cuidado com aspectos relativos à norma.

Para o autor, também estaria na origem do problema o fato de o aluno escrever para cumprir a tarefa que lhe foi apresentada, utilizando-se de estratégias de preenchimento (em referência às considerações de Lemos (1977)), ou baseando-se em imagens do escrito que lhe atribuem caráter de erudição (em referência às ideias de Pécora (1977)). A presença de clichês estaria associada à falta de dizer do aluno e à sua impossibilidade de posicionar-se criticamente frente aos fatos, o que teria relação com as características do contexto social e ideológico do país, bem como da sociedade capitalista, tais como apontadas por Orlandi e Guimarães (1985), em que o aluno se veria “[...] compelido a uma determinação excessiva da exterioridade, podendo produzir alguns sentidos e não outros.” (PEREIRA, 1990, p.88). Considera também o autor que o jovem seria preparado socialmente para a passividade, o que impediria a defesa de argumentos ou “a ação particular de um sujeito de linguagem”.

Também Moreira (1991) aponta para o fato de as redações com problemas de avanço de informações, caracterizadas pela mera somatória de frases não

articuladas entre si, representarem estratégias dos vestibulandos para cumprir a tarefa que lhes foi dada e preencher o espaço da folha em branco (em referência também ao trabalho de Lemos (1977)). Após apresentar e discutir os conceitos de coesão e coerência (evidenciando a prevalência da segunda sobre a primeira – no sentido de que os recursos coesivos se realizam como efeitos das necessidades de coerência), e as metarregras de boa formação textual propostas por Charolles (1985), a autora discute a questão da informatividade no que esta se relaciona com a progressão, o avanço da informação em um enunciado, e com os modos como a progressão temática não se construiria textualmente na redação escolar (referindo o que já teria sido anteriormente apontado por Lemos (1977), Pécora (1980) e Rocco (1981)).

O mesmo processo de acionamento da memória discursiva sobre escrita escolar é observado na pesquisa de Duarte (1992), que refere os trabalhos de Savioli (1988), Rocco (1981) e Barros (1985) pelo que tratam sobre a suposta crise na linguagem e os modos como se relacionam com ela aqueles que de uma maneira ou de outra têm o ensino como uma de suas preocupações. Os problemas encontrados não seriam, segundo a autora, próprios às classes menos privilegiadas, mas se encontrariam em outros lugares da sociedade, mesmo os mais privilegiados, e estariam relacionados com o processo de escolarização formal. A relação entre sucesso/fracasso escolar e nível sócio-econômico é discutida, na sequência, com base nas ideias de Bernstein sobre os códigos sociais, o que recupera um movimento teórico importante no período de emergência da escrita escolar em objeto dos estudos acadêmicos: Duarte (1992) se coloca contrariamente às interpretações que se fizeram da obra do autor de modo que se associasse a elas a ideologia do déficit cultural e linguístico. Labov (1984) é referido para contrapor a noção de déficit linguístico, apontando-se para o fato de que diferenças não implicariam em deficiências.

À proposta do bidialetalismo funcional, fundada nas ideias de Labov, bem como à teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1970), a autora refere também Snyders (1977) e Soares (1986), que apresentam perspectivas progressistas ou transformadoras para a escola. Ao final, Duarte (1992) afirma aproximar-se então da perspectiva de Soares (1986) ao considerar que o político é constitutivo da ação do professor, mas a ele soma a necessidade de conhecimentos teóricos e práticos específicos que habilitem ao professor exercer sua vontade política.

A referência à associação do social e do político a questões de ensino orienta também o trabalho de Pernambuco (1993), para quem a necessidade de pesquisar sobre a produção escrita de alunos se originaria nos problemas detectados principalmente por ocasião das redações de vestibular, que indicariam falhas no trabalho escolar de ensino da escrita. A redação de vestibular teria assumido, então, “[...] a função de filtro sócio-econômico, responsável pelo impedimento do

acesso à universidade de milhares de alunos que já concluíram os estudos de 2º grau.” (PERNAMBUCO, 1993, p.21).

O autor se apresenta discordante da tese de que crianças menos favorecidas socialmente apresentariam déficits cognitivos. Porém, a partir de citação de Halliday (1976) sobre as contribuições de Basil Bernstein para a consideração das relações entre língua e sociedade, se aproxima das propostas deste autor para considerar a existência da distância entre a língua da escola e a das camadas menos favorecidas da população. Concorda então Pernambuco (1993) com Labov (1984), para quem a não apropriação, pelas crianças de classes desfavorecidas, da língua da escola, representaria, de fato, uma questão não de deficiência, mas de diferença linguística. A escola deveria então se responsabilizar por garantir ao aluno os recursos para atuar sobre o mundo.

Segundo Pernambuco (1993), a conclusão possibilitada pelo trabalho de análise das redações que compuseram o *corpus* de sua pesquisa é a de que o ensino de língua materna não estaria se fazendo de modo a “[...] conduzir o aluno à produção de mensagens escritas expressivas que traduzam espírito crítico, discurso próprio, visão de mundo pessoal, como domínio da língua como forma de ação sobre o outro e sobre o mundo.” (PERNAMBUCO, 1993, p.219). Assim, recupera-se referência presente nos primeiros trabalhos publicados sobre escrita escolar, no Brasil, de que o aluno reproduziria o senso comum, clichês, ou o discurso escolar, de modo a preencher o espaço em branco destinado à produção do texto. O objetivo do aluno seria o de cumprir a tarefa proposta pelo professor, o interlocutor a quem se dirige, para ser avaliado, desenvolvendo sua redação como se fosse uma resposta mais alongada a uma questão de prova.

A presença de clichês e o trabalho com o discurso do outro constituem as questões de base da pesquisa de Amaral (1996). A resposta do texto às condições de produção se colocou como uma das problemáticas consideradas, tendo sido selecionadas para compor o *corpus* do trabalho as redações que se produziram a partir da opção pelo tema “Violência deve ser combatida com violência?”. Com base em referencial teórico fundamentado em Análise do Discurso de linha francesa, o objetivo da investigação foi o de encontrar causas da escolha do vestibulando pelo tema em questão e “justificar o uso do ‘já-dito’ como estratégia discursiva” (AMARAL, 1996, p.8).

Segundo a autora, a opção por trabalhar com textos surgiu da necessidade de responder a questionamentos comuns entre alunos sobre a importância de se aprender português. As dúvidas a respeito do tema teriam começado a encontrar respostas no livro *O texto na sala de aula*, que teria ajudado a compreender melhor “[...] o espaço do aluno, a situação do professor e principalmente o papel da escola, enquanto instituição de ensino.” (AMARAL, 1996, p.11).

Amaral (1996), na análise que faz de redações, referencia suas observações em noções de textualidade, apontando para a falta de informatividade, que, segundo a autora, evidenciaria o uso de estratégias de preenchimento pelo aluno, a fim de cumprir a tarefa que lhe foi imposta, atitude que seria ensinada pela escola, que veicularia imagem de escrita como reprodução de modelos e adaptação do discurso às imagens e circunstâncias que seriam impostas ao escritor. Ao tratar do lugar comum nas redações, refere estudos de Lemos (1977), Pécora (1989), Rocco (1981) e Val (1991), quanto ao que apresentam sobre a questão da circularidade nas redações que analisaram.

Traço comum, portanto, aos trabalhos observados, é a referência às causas e às características dos problemas de redação tais como consideradas em pesquisas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80, de que se elegem alguns elementos principais: a menção às estratégias de preenchimento (LE MOS, 1977) e à impossibilidade de estabelecimento de um posicionamento crítico por parte do sujeito (PÉCORA, 1989), que seriam decorrentes de uma crise na linguagem (ROCCO, 1981) associada a diferenças linguísticas e culturais entre a cultura escolar e a cultura que o aluno traz de sua comunidade para a escola. Nota-se, portanto, nos trabalhos observados, a referência a uma memória já então constituída para o discurso acadêmico sobre a escrita escolar. A partir de elementos que compõem essa memória, tratam-se das condições de produção, em contexto escolar, que levariam a que os textos produzidos apresentassem as características encontradas – falta de informatividade, deficiências de progressão, problemas de coesão e coerência –, que seriam a atualização em termos da linguística textual, de problemas detectados por pesquisas realizadas anteriormente – presença de clichês, de frases feitas, de estratégias de preenchimento.

As pesquisas desenvolvidas na década de 90 parecem partir do princípio de que as condições de produção textual na escola não teriam sido alteradas, portanto, de um momento histórico a outro, o que mostraria que a escola não teria se apropriado de recursos teóricos suficientes para tratar, internamente ao contexto escolar, de questões de linguagem trazidas pelos alunos de seus contextos de origem. Assim, os fatos de oralidade se colocariam ante a produção textual do aluno como um elemento que dificultaria a produção adequada do texto escrito.

O par dicotômico oralidade/escrita, que organizou semanticamente o discurso acadêmico sobre escrita escolar na década de 80, no Brasil, para delimitar o contexto intraescolar e o contexto extraescolar, parece funcionar, neste outro momento histórico, para a delimitação entre o acadêmico (que se volta para a escrita escolar com os instrumentos da linguística textual) e o escolar (em que se observa a concorrência entre a oralidade e a escrita, fomentada pelas próprias condições de produção do texto escrito na escola).

Definem-se, assim, os limites entre os contextos de pesquisa e de ensino, delimitação que organiza o processo de interincompreensão entre um discurso e seu outro, como se observará a seguir.

Sobre a relação oralidade/escrita

A causa apontada por Pereira (1990) para os problemas encontrados nos textos escolares que analisa se relacionaria à transferência de recursos da modalidade oral para a modalidade escrita, problemas recorrentemente apontados em pesquisas desenvolvidas sobre o tema nas décadas de 70 e 80.

No mesmo sentido, o trabalho de Duarte (1992) se inicia apontando para as especificidades que fazem mais difícil a aquisição da escrita, se comparada com a aquisição da modalidade oral. Aprender a ler e a escrever seria um processo mais tenso que aprender a falar, dado o *status* que possuiria a escrita socialmente, o que diferenciaria as expectativas sociais sobre sua aquisição. Outro elemento diferenciador do processo de aquisição das modalidades seria referente ao contexto próprio a cada uma delas: o contexto da modalidade oral se caracterizaria por ser situacional, e não apenas verbal; o contexto próprio à modalidade escrita seria “simplesmente textual” (DUARTE, 1992, p.22), e qualquer informação sobre o que se está lendo ou escrevendo deveria ser encontrada no próprio texto. Observa-se, nesta última proposição, a perspectiva de que a unidade textual garante autonomia à noção de texto e ao trabalho de pesquisa e de ensino em torno do objeto textual.

Segundo Duarte (1992), a espontaneidade com que se aprenderia fora da escola seria interrompida, em seu interior, por sua organização de tempo e de espaço, sujeitos a normas para a correção dos comportamentos. Tem-se, assim, circunscrito o contexto escolar em sua especificidade.

Nesse contexto, a redação escolar estaria “a meio caminho do escrito e do oral”, como considera, em outra pesquisa, Pernambuco (1993, p.140). O autor aponta para o fato de as críticas da sociedade recaírem sobre as produções escritas dos alunos, sendo elas mais condescendentes no que se refere à modalidade oral. Esse fato indicaria que o que se consideraria na avaliação das redações de vestibular seria não o conteúdo, mas a forma. Apenas os meios acadêmicos observariam os textos considerando-os como unidades de sentido, pois mesmo os meios de comunicação utilizariam uma norma linguística que simularia ser culta, mas que seria, de fato, popular: tratar-se-ia de uma “norma média”, uma combinação de traços de uma e outra norma.

Partindo do fato da anterioridade da oralidade em relação à escrita, seria necessário, segundo Pernambuco (1993), considerar a relação estreita entre as

modalidades no processo de ensino da produção textual, considerando-se a interpenetração entre uma modalidade e outra. O poder e a utilidade conferidos à escrita socialmente são considerados também com base em estudos (como o de Goody e Watt (1963)) a respeito das possibilidades cognitivas e organizacionais oferecidas pela escrita.

Aponta o autor para a complexidade na aquisição de ambas as modalidades, mas informa sobre o fato de que se adquire a modalidade oral de forma espontânea, intuitiva e natural, referindo sua relação mais próxima com a matriz biológica. À escola caberia desenvolver esse conhecimento já adquirido de modo a possibilitar a aquisição e desenvolvimento da modalidade escrita, para o que estaria demonstrando sua incapacidade no ensino de língua materna (PERNAMBUCO, 1993), como demonstrado por vários trabalhos de pesquisa, que são referidos na sequência do texto de Pernambuco (1993), em que não apenas textos de alunos, mas também de professores apontariam para a complexidade que é a produção de uma redação.

A relação entre oralidade e escrita é também considerada por Petroni (1994) em seu trabalho. A autora propôs-se a apresentar alternativa para a avaliação do texto escrito na escola, analisando textos narrativos, descritivos e dissertativos com o objetivo de observar o uso realizado de recursos da linguagem oral e da linguagem escrita, e a funcionalidade dos recursos usados para a construção da coesão e coerência textuais. A análise teria evidenciado o uso de recursos coesivos próprios da modalidade oral na organização de gêneros próprios à cultura escrita.

Num sentido semelhante, Petroni (1994), ao tecer então considerações a respeito das diferenças entre linguagem escrita e linguagem oral (referindo, dentre outros autores, Halliday (1989) e Koch e Travaglia (1989, 1991)), aponta para as características próprias à produção do texto falado e para a funcionalidade que nesse processo assumem ocorrências geralmente consideradas como problemas – como fragmentações, repetições, hesitações, rupturas, dentre outros –, quando a referência para julgá-las é a estabilidade do produto textual escrito, esquecidas as marcas da fluência também constituinte de sua elaboração no interior de um processo interacional, dialógico.

Apenas o trabalho de Amaral (1996), do *corpus* constituído para a presente investigação, não tematizou em sua pesquisa as relações oralidade/escrita, o que talvez se deva ao referencial teórico adotado, a Análise do Discurso de linha francesa, que se volta mais especificamente para o tratamento de documentos escritos.

O par dicotômico oralidade/escrita, que organizou semanticamente o discurso acadêmico sobre escrita escolar na década de 80, no Brasil, para delimitar o contexto intraescolar e o contexto extraescolar, parece funcionar, neste outro

momento histórico, para a delimitação entre o acadêmico (que se volta para a escrita escolar com os instrumentos da linguística textual) e o escolar (em que se observa a concorrência entre a oralidade e a escrita, fomentada pelas próprias condições de produção do texto escrito na escola). Definem-se, assim, os limites entre os contextos de pesquisa e de ensino, delimitação que organiza o processo de interincompreensão entre um discurso e seu outro, como se observará a seguir.

A proposição de alternativas para o ensino de escrita na escola

As investigações realizadas na primeira metade da década de 90 se caracterizam por propor alternativas para o ensino da escrita na escola, com base em perspectivas teóricas consideradas interessantes para subsidiar o trabalho pedagógico. Não se encontra, nesses trabalhos, a concorrência de diferentes perspectivas, mas a circunscrição a um determinado referencial.

No *corpus* de análise deste trabalho, encontraram-se fundamentando as pesquisas observadas cinco diferentes perspectivas teóricas: de base estruturalista; funcionalista; semiótica; pragmática; e discursiva. Como já referido, essas perspectivas se apresentaram associadamente a elementos advindos da linguística textual, com base nos quais se evidenciaram as características presentes nos textos produzidos em contexto escolar, e se atualizaram os modos como foi representada a produção escrita escolar na memória discursiva já então produzida no discurso acadêmico.

Nesse processo, o professor é um dos referentes principais, ora considerado como objeto das considerações, ora considerado como interlocutor projetado da pesquisa. As propostas pedagógicas se realizaram, então, contrapostas às concepções e práticas que prevaleceriam em contexto de ensino e que seriam responsáveis pelos problemas detectados nos textos escritos produzidos pelos alunos.

Nesse sentido, Pereira (1990), adotando perspectiva que nomeia de **estruturalista**, apresenta uma série de exercícios que possibilitariam aos alunos desenvolver a consciência a respeito dos recursos que a língua proporciona para a comunicação. O professor teria papel importante nesse processo, pois transmitiria ao estudante formas para o aperfeiçoamento da redação “através das inúmeras variações permitidas pela língua na expressão do pensamento”, diminuindo a tensão entre ensino de redação e ensino de gramática, pois os recursos gramaticais seriam ensinados com objetivos redacionais (PEREIRA, 1990, p.146).

As características próprias à organização discursiva existente no momento histórico considerado podem ser observadas nas duas hipóteses que Pereira (1990) apresenta em seu trabalho: a primeira, que evidencia a filiação a uma memória

discursiva já constituída sobre ensino de escrita, aponta que todos os problemas de redação poderiam ser reunidos numa rubrica geral a que denominou “falhas de redação”, as quais incluiriam problemas referentes a modalidade e problemas referentes a ordem lexical ou sintática, dificultando o “estabelecimento de relações entre os constituintes do código escrito” (PEREIRA, 1990, p.27-28). A segunda hipótese, que evidencia o modo de interlocução que se estabelece então entre academia e escola, e entre pesquisador e professor, aponta para a possibilidade de elaboração de exercícios pelo pesquisador que auxiliariam o professor a solucionar os problemas geralmente encontrados nas redações de seus alunos.

Os exercícios propostos por Pereira (1990) em suas sugestões pedagógicas seriam tentativas de aproveitar, segundo o autor, as contribuições do estruturalismo linguístico, que seriam largamente usadas para o ensino de língua estrangeira, e, mais recentemente, para o ensino de língua materna. Alerta o autor, entretanto, para o fato de as atividades no ensino de língua não poderem restringir-se apenas a exercícios estruturais, mas que estes deveriam ser combinados com outras atividades. Aponta também para o fato de que as sugestões pedagógicas realizadas teriam sido pautadas pela necessidade de o professor ensinar a língua, e não apenas ensinar a reconhecê-la, de modo a não retirar a escrita da linguagem, e esta da ação intersubjetiva - como já teria apontado por Pécora (1983).

A ação transformadora da escola se faria, então, segundo uma “opção política decisiva” (PEREIRA, 1990, p.29), que envolveria a instrumentalização do aluno das camadas populares, basicamente por meio da aquisição do dialeto-padrão (PEREIRA, 1990) para que pudesse superar sua situação de marginalidade (SOARES, 1986) e superar a crise na linguagem apontada por Rocco (1981). Essas mudanças necessitariam de alterações estruturais na própria escola, e mudanças nas atitudes do professor com relação ao seu papel e ao dos alunos.

É também o trabalho do professor que tematiza Moreira (1991) para tratar, com base em perspectiva funcionalista, do ensino de redação. A autora aponta para a lacuna então existente no país no que se referiria aos estudos sobre progressão temática, que auxiliariam no desenvolvimento da proficiência escrita e seriam importantes para o ensino de redação na escola. Nesse sentido, segundo a autora, os professores deveriam chamar a atenção dos alunos para a necessidade de “evitar a circularidade, a repetição de conteúdos informativos” (MOREIRA, 1991, p.109), o que poderia ser feito mostrando-se aos alunos, sem uso de terminologia técnica, os tipos de progressão temáticas caracterizados pelos estudos da área. Além disso, o ensejo para a utilização de diferentes tipos de progressão temática estaria também na diversificação, pelo professor, dos temas para redação.

Assim, aponta Moreira (1991, p.92), “[...] apenas o domínio formal da articulação tema-rema não é suficiente para garantir a produção de um texto semanticamente interessante.”, o que, segundo a autora, indicaria a necessidade de os professores

se empenharem para que os alunos veiculassem, por meio dos remas, informações relevantes em seus textos, o que os enriqueceria em informatividade. Segundo a pesquisadora, a proposição, pelo professor, de temas para redação que “ensejem o uso dos diferentes tipos de progressão temática” possibilitaria aos estudantes organizarem seus textos de diversas maneiras, ordenando adequadamente as ideias e sua expressão em suas redações, o que aumentaria a proficiência na escrita (MOREIRA, 1991, p.49). A possibilidade de avaliar a progressão temática e a estruturação do texto, pelo aluno, possibilitaria trabalhos de revisão mais eficazes, no sentido de conseguir informatividade, a progressão desta, e a obtenção de coerência. Estaria evidenciada, assim, a “[...] relevância da aplicação pedagógica tanto do princípio de progressão temática como da Análise da Estrutura do Tópico.” (MOREIRA, 1991, p.60).

A Análise da Estrutura do Tópico poderia ser usada também para o trabalho de revisão dos rascunhos pelos alunos, ressaltando a autora ser o rascunho não apenas o que seria “passado a limpo”, mas uma primeira versão do texto, sobre a qual deveriam ser realizadas tantas intervenções quantas se julgassem necessárias para a obtenção de um texto que expressasse de forma clara e coerente o ponto de vista do autor. Segundo a autora, a familiarização dos alunos com elementos evidenciados pela Análise da Estrutura do Tópico, além da realização de trabalho que tornasse evidente a importância do rema, poderia garantir a produção de redações sem problemas quanto aos processos de progressão temática e ao conteúdo informativo (MOREIRA, 1991).

A pesquisa sobre processos de escrita de estudantes poderia contribuir também, segundo Moreira (1991), para o conhecimento de traços linguísticos responsáveis pelos textos serem considerados bons, em relação à sua formação: com sua identificação, esses traços poderiam ser então ensinados pelos professores.

Dispositivo semelhante ao exposto acima se encontra no trabalho de Duarte (1992) para a proposição da semiótica como recurso para o tratamento de questões de ensino de escrita. Segundo a autora, a escolha desse referencial teórico se justificaria pelo fato de sua abordagem da narrativa, que, enquanto texto figurativo (em oposição, assim, ao dissertativo), estaria presente, em sua diversidade, para todos os tempos e espaços sociais, para todos os grupos na sociedade, transcendendo qualquer juízo de valor. A potencialidade pedagógica que possuiria a narrativa não estaria sendo devidamente explorada na rotina das escolas públicas, em que poderia ser utilizada para se aproximar, inclusive, dos alunos das classes mais pobres, que teriam com ela, a narrativa, uma relação, por princípio, prazerosa. Faltariam, entretanto, ao professor, instrumentos eficazes de análise textual para lidar com o texto narrativo em contexto de ensino (DUARTE, 1992).

Duarte (1992) tem como ponto central a possibilidade de interferir pedagogicamente, com base na perspectiva da semiótica greimasiana, junto a alunos do primeiro grau, no que se refere à produção de textos. Assim, o trabalho contribuiria para “oferecer ao professor instrumentação didática” (DUARTE, 1992, p.14). A opção pela semiótica greimasiana se faria porque essa perspectiva poderia fornecer instrumentos para o tratamento das várias narrativas, municiando o professor de primeiro grau para o estudo do texto, o que possibilitaria para ele “monitorar as atividades de redação com mais eficiência” (DUARTE, 1992, p.15).

A autora defende, em consonância com as possibilidades teóricas oferecidas pela perspectiva semiótica, que o trabalho na escola se direcione também para os discursos não linguísticos, o que implicaria na revalorização de meios audiovisuais e também no uso do computador. O professor de língua portuguesa necessitaria assim expandir seu objeto de trabalho, que não mais se limitaria ao verbal, mas se definiria em termos de **comunicação humana**. Os meios de comunicação de massa seriam assim revalorizados. O que impediria a mudança nas práticas de ensino seria a falta de **consciência semiótica** para o professor (DUARTE, 1992).

A autora afirma, com base nos resultados de sua pesquisa, ser “[...] viável utilizar-se da teoria semiótica greimasiana para embasar um trabalho de produção de texto com alunos da escola básica, mesmo em escolas de periferia.” (DUARTE, 1992, p.173). Esclarece que não teve o objetivo de excluir a possibilidade de aplicação de outras teorias, mas tão somente de “testar as possibilidades do modelo” (DUARTE, 1992, p.173).

Duarte (1992) chama a atenção para os avanços obtidos pelas ciências da linguagem e sobre as contribuições dos conhecimentos produzidos para a reorganização das atividades de ensino de língua portuguesa nos vários níveis escolares. Aponta, porém, para o fato de a escola pública básica parecer ignorar esses avanços. Não haveria, segundo a autora, diálogo entre universidade e escola básica, pesquisador e professor da escola pública. Uma saída possível seria a apresentação de propostas de aplicação pedagógica do conhecimento teórico por parte de quem o produz.

Assim, no último capítulo do trabalho apresenta-se uma proposta para prática de redação na escola: trata-se de retomada dos itens desenvolvidos no capítulo anterior, porém segundo estrutura de caráter instrucional, com os pontos a serem desenvolvidos apresentados em sua sequência acompanhados de comentários a respeito dos elementos teóricos e, por vezes, das necessidades de formação do professor e das alterações nas rotinas de sala de aula (o que incluiria não perceber apartadamente o trabalho com leitura, escrita e gramática).

Observa-se, desse modo, que o professor não apenas é referenciado na pesquisa como um dos sujeitos responsáveis pelo processo de ensino na escola,

mas é considerado também como destinatário das considerações realizadas, uma vez que a ele são direcionadas as contribuições que as perspectivas teóricas que fundamentam as pesquisas poderiam oferecer para o ensino, contribuições que alguns dos trabalhos oferecem já em forma de proposta didática.

No trabalho de Pernambuco (1993), o diálogo com o professor é estruturante da própria pesquisa. Na investigação considerada, a concepção de ensino de língua pelos professores informantes da pesquisa foi investigada com base na resposta dada a questionário oferecido por ocasião da realização de cursos de formação continuada ou inicial de que esses professores participaram. Segundo o autor, ainda que as formações dos professores informantes fossem diversas (no grupo de 85 professores, havia aqueles formados em instituições particulares e públicas, no caso do Estado de São Paulo, e os que estavam em vias de completar sua formação em nível universitário, no caso de professores da região Norte), as respostas dadas ao questionário foram muito semelhantes no que se referia às concepções de ensino de língua apresentadas.

Com base nas respostas obtidas, Pernambuco (1993) apresenta o perfil do professor informante da pesquisa, que se caracterizaria por considerar que o objetivo do ensino de língua portuguesa seria o de levar o aluno a se apropriar da norma culta, que, por sua vez, estaria representada pela gramática normativa. As práticas pedagógicas se organizariam de acordo com a ordem típica apresentada pelos livros didáticos, com uma primeira atividade de leitura, seguida de exposição sobre tópico de gramática e exercícios subsequentes, finalizando, então, com a atividade de redação sugerida pelo livro didático no fechamento da unidade.

Aponta-se ainda: para o fato de o professor ter afirmado não ler muito, mas incentivar seu aluno a ler; para a fragmentação do texto lido em sala de aula e para seu uso para o ensino de gramática; para a orientação por intermédio da oralidade para a produção de redação; para o privilégio do conhecimento gramatical na correção do texto e para a avaliação geral do aluno. O conceito de texto que possuiria o professor seria inadequado, mostrando sérias dificuldades inclusive com a própria expressão escrita, e colaborando para que o aluno assimilasse uma imagem falsa de texto (PERNAMBUCO, 1993). O professor precisaria, então, ser um bom leitor e um bom escritor para poder levar o aluno a se inserir nas práticas de leitura e de escrita.

O ensino estaria assim pautado numa concepção estática de linguagem, que a conceberia como um conjunto de formas fixas a serem apreendidas pelos alunos. Os professores estariam trabalhando segundo o princípio de que “tudo está pronto no terreno da língua” (PERNAMBUCO, 1993, p.123). A essa perspectiva, o autor apresenta a alternativa oferecida pela teoria da enunciação, que possibilitaria colocar em primeiro plano o uso da língua, e, a partir dele, tratar de elementos próprios à ordem formal da linguagem. Essa alternativa supriria inclusive a lacuna

ocasionada pelo fato de a linguística de base estrutural ou gerativa não terem se aproximado do professor e da sala de aula, ou ainda de não possibilitarem o trabalho além das formas linguísticas. A teoria da enunciação permitiria privilegiar os indivíduos e o processo de interação, para se “praticar a linguagem, em vez de se ficar apenas falando dela” (PERNAMBUCO, 1993, p.124).

Foram analisadas três redações produzidas por alunos de uma turma de 3º ano de ensino médio, no último semestre letivo, e, portanto, às vésperas do exame vestibular. Junto às análises, o pesquisador apresenta possibilidades para a alteração das condições de produção do texto na escola, como, por exemplo, a realização de outras formas de ler que o professor poderia desenvolver com os alunos, além de articular as atividades de leitura, escrita e gramática.

O ensino da modalidade escrita deveria se orientar por uma perspectiva enunciativa, e não apenas formalista de linguagem, o que foi defendido pelo autor com base em ideias elaboradas por Benveniste (1976, 1989) e Yaguello (1990). A essa perspectiva enunciativa, que possibilitaria perceber o aluno em sua subjetividade e considerar o uso da linguagem para a interação, o posicionamento consciente e a transformação social, se associam as noções elaboradas por Halliday (1976) quanto às funções ideacional, interpessoal e textual, que estariam “perfeitamente integradas no sistema linguístico” e seriam “eminentemente sociais” (PERNAMBUCO, 1993, p.75). O professor, nesse contexto, teria o papel de fornecer aos alunos condições de desenvolver seus recursos expressivos de modo a ter “[...] condições de agir como cidadãos conscientes e críticos do seu papel no mundo.” (PERNAMBUCO, 1993, p.236). Para isso, o professor deveria ser um bom leitor, e, com base em sua formação, ser capaz de organizar sua prática de sala de aula de modo a obter os resultados esperados junto a seus alunos.

A referência à alteração das práticas é também um dos pontos fundamentais do trabalho de Petroni (1994), que considera que a alteração das práticas escolares possibilitaria, ao professor, então, outro modo de perceber o texto produzido em sala de aula, encontrando outros modos de avaliá-los que não os característicos da tradição escolar. Nesse sentido, ainda que o trabalho de Petroni (1994) se construa segundo um processo de aproximação em relação ao intraescolar, dado que propõe a realização de experimento em sala de aula, evidencia-se a delimitação do discurso acadêmico em relação ao pedagógico: são as contribuições do primeiro que possibilitam ressignificar os elementos do segundo.

A perspectiva teórica em que se fundamenta a pesquisa em questão é a pragmática, com base na Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986). Segundo essa teoria, a relevância de uma informação nova se faria em função do reforço que implicaria para crenças já existentes, ou, em sentido inverso, em sua contribuição para a alteração dessas crenças:

[...] os interlocutores tentariam maximizar a relevância de qualquer informação nova, derivando tantos efeitos contextuais quantos possíveis, com o menor esforço de processamento possível e isso pode determinar a escolha de diferentes contextos para interpretação do(s) enunciado(s). (PETRONI, 1994, p.76).

No trabalho de Petroni (1994), a Teoria da Relevância auxiliaria a compreender determinados aspectos dos textos componentes do *corpus* que não responderam afirmativamente à proposta de redação com base em que se produziram: uma vez que, segundo a teoria em questão, o falante/escritor teria como objetivo sempre maximizar a relevância de sua informação, os textos foram produzidos de modo a realmente contribuir para a ampliação do conjunto de crenças do interlocutor, independentemente de as informações estarem adequadas a um determinado gênero textual.

A autora chama a atenção, porém, para o fato de que tais considerações teóricas sobre a produção do texto falado e do texto escrito, ainda que pudessem receber simpatia de professores que com elas mantivessem contato, não chegariam a exercer influência sobre as práticas escolares, que requereriam do aluno a manifestação por escrito de acordo com a norma padrão da língua escrita (PETRONI, 1994). Assim, estariam relacionados fracasso escolar e origem social, como apontado por Soares (1986).

Em sua investigação, Petroni (1994) propõe-se contrariar as crenças de que os alunos de classes sociais desprivilegiadas apresentariam déficits, porque não saberiam escrever. A análise dos textos escritos produzidos pelos sujeitos da pesquisa mostraria que os alunos seriam capazes de produzir textos coerentes com o tema proposto, ainda que nem sempre segundo os moldes dos gêneros de discurso esperados. Tal fato demonstraria que além dos recursos de coesão para a materialização do texto em sua superfície textual, o que interessaria, em primeiro lugar, seria a coerência. Os resultados da pesquisa poderiam colaborar, então, para a busca de soluções para os problemas do ensino de língua portuguesa, sugerindo “[...] uma alternativa de modificação da atitude do professor dessa disciplina quanto às atividades de redação e correção do texto escrito.” (PETRONI, 1994, p.14).

Petroni (1994) aponta então para a necessidade de haver alternativas para a avaliação do texto escrito, em razão de a escola historicamente não proporcionar ao aluno, principalmente os de classes sociais mais desfavorecidas, as condições para o desenvolvimento da linguagem escrita, reduzindo as atividades ao trabalho com metalinguagem (que Geraldi (1985) consideraria como um uso artificial da linguagem), e privilegiando o produto textual e não o processo. Assim, ao privilegiar concepção de linguagem como expressão do pensamento (GERALDI, 1985), e não como forma de interação entre sujeitos socialmente situados, a escola impediria

que o aluno se apropriasse de conhecimentos próprios à linguagem escrita, obrigando-o a recorrer aos seus conhecimentos da linguagem oral.

Finaliza a dissertação com uma “palavra ao professor de Língua Portuguesa”, em que aponta para a “surpresa agradável” proporcionada pela percepção de que mesmo alunos de classe desfavorecida “[...] sabem mais sobre a natureza de um texto escrito do que sonham nossos vãos manuais de gramática.” (PETRONI, 1994, p.102). Os alunos teriam demonstrado, assim, “[...] dominar conhecimentos mais importantes que as meras regras gramaticais tão insistente quanto inutilmente surradas na escola.” (PETRONI, 1994, p.102).

A disparidade entre teoria e prática e a necessidade de mudanças nas bases teóricas que fundamentam o ensino da escrita na escola é, portanto, recorrente nas investigações desenvolvidas no período estudado. No mesmo sentido, Amaral (1996) refere a relação entre teoria e prática como um incômodo, uma vez que autores proponentes de mudanças para um ensino mais democrático de língua portuguesa seriam conhecidos dos professores, que mesmo veiculando o discurso em questão, desenvolveriam práticas que contrariariam o que proferiam em defesa de um ensino democrático, sensível às diferenças e fundado na interação professor-aluno.

O trabalho de Amaral (1996) tem o objetivo de analisar as condições que envolvem o concurso vestibular e propor mudança na prática pedagógica do professor, o que seria melhor obtido, segundo a autora, desde que compreendidas as causas dos problemas, em razão do que a pesquisa foi reorientada para o estudo das condições de produção dos textos. Assim, sua pergunta recai sobre o porquê de as redações serem “monofônicas”, quando todo texto é constitutivamente polifônico.

Para tratar do lugar comum em redações de vestibular, Amaral (1996) se fundamenta em elementos de linguística textual, principalmente nos trabalhos de Halliday e Hasan (1976), quando tratam da **repetição** como mecanismo coesivo; e de Charolles (1978), quando propõe as quatro meta-regras constitutivas da textualidade (de repetição; de progressão; de não contradição; de relação): dessas, a autora se detém nas duas primeiras, consideradas interessantes para o problema por ela observado. Cita-se ainda Danes (1974), para uma abordagem funcional das redações, observando-se as noções de tema e rema, tópico e comentário. As noções dos referidos autores são então associadas ao trabalho com o jogo de imagens (PÊCHEUX, 1969), no que este poderia contribuir para considerar as escolhas linguísticas dos alunos em função das condições de produção do texto escrito e suas projeções possíveis de interlocutor.

Após retomar a noção de jogo de imagens proposta por Pêcheux (1969), desenvolvida por Osakabe (1979), e apropriá-la para as condições de produção

do vestibular, a autora aponta para o poder que possui o interlocutor no processo do vestibular, e o modo como coloca em risco a própria constituição do locutor. A monofonia é então o que se produz, dado que o aluno reproduz o que considera ser o modo desejado de um aluno se expressar. A solução para o fato estaria, segundo Amaral (1996), no trabalho intertextual, de modo a possibilitar ao aluno colocar em relação textos seus e de outros, promovendo o diálogo.

A noção de paráfrase é agenciada para observar os modos como determinadas formas se repetem nas redações analisadas. Depois de apresentar diferentes concepções de paráfrase, aproximando-se mais de sua elaboração conceitual pela perspectiva da análise do discurso de linha francesa, a autora apresenta conjuntos de enunciados que se aproximam em suas formulações de modo parafrástico. Segundo Amaral (1996, p.96), o material obtido sugeriria uma monótona repetição, mas também apresentaria “[...] algum trabalho do sujeito, que introduz algo de novo ou de diferente no seu texto.” A autora aponta para a possibilidade de produção de texto polifônico com o uso de clichês, o que se realizaria pela colocação de discursos distintos em contraponto.

A autora sugere, por fim, algumas mudanças a serem realizadas no ensino de modo a resolver os problemas da escrita escolar, o que passaria por rever a relação da escola com o vestibular, com este respondendo àquela e não o contrário, como de fato estaria acontecendo; o objetivo seria o de não haver privilégios sociais de acesso à universidade, considerado o lugar dos cursinhos, e que o ensino não se reduzisse a mero treinamento. Além disso, seria necessário promover interação de fato na sala de aula, de modo que o leitor do texto do aluno não se reduzisse à figura do professor avaliador, possibilitando, com isso, que a situação de produção se fizesse menos artificial. A escolha do tema a ser tratado na redação e as restrições de tempo e de espaço para a produção do texto, a que se associaria a impossibilidade de agenciar discursos diversos para a produção de um texto polifônico, seriam fatores a serem revistos, pois neles estariam as causas dos problemas de textos em que, ainda que não se percebesse um sujeito assujeitado, porque faria uso de estratégias para cumprir a tarefa de escrever – como usar clichês, por exemplo –, perceber-se-ia, por outro lado, um sujeito que não se posicionaria, mas tentaria manter-se neutro, pois seria isso que acreditaria se esperar dele na escola.

O trabalho de Amaral (1996) estrutura-se semelhantemente aos demais trabalhos que compõe o *corpus* de análise: caracterizando-se os problemas de redação, cujas causas já teriam sido evidenciadas pelas pesquisas desenvolvidas sobre escrita escolar, no país, nas décadas de 70 e de 80, constrói-se a referência a elementos da linguística textual, com o que se constitui um eixo centrado na ideia de unidade textual. A base constituída pelo recurso à memória discursiva sobre escrita escolar e à perspectiva teórica da linguística textual sustenta o trabalho

de elaboração teórica das pesquisas, em que uma segunda perspectiva teórica do campo dos estudos linguísticos é agenciada para o tratamento dos dados e para a proposição de alternativas para o ensino de escrita na escola.

A coerência que seria subjacente à perspectiva teórica adotada é então projetada para o trabalho pedagógico, que poderia ter solucionados seus problemas em razão de poderem ser preenchidas lacunas, ou eliminadas falhas decorrentes de práticas docentes fundamentadas em concepções insatisfatórias de linguagem.

A formação do professor é focalizada, constituindo-se ora como objeto das considerações realizadas, ora como destino das propostas de ensino elaboradas pelo pesquisador. Essas proposições direcionadas ao trabalho pedagógico são tematizadas, nos trabalhos observados, também em sua relação com as propostas oficiais de ensino de língua portuguesa. Mantém-se o princípio do distanciamento entre discursos – nesse caso, do acadêmico para com o oficial e o pedagógico. Os problemas no ensino de escrita seriam decorrentes do não suficiente contato do professor com as propostas de mudança em suas práticas de sala de aula, ou da “[...] interpretação apressada de princípios que seriam veiculados inclusive pelas então ‘recentes Propostas Curriculares’.”, como o aponta Pereira (1990, p.44). Marca-se, desse modo, o distanciamento entre concepções de linguagem e de ensino elaboradas em instâncias acadêmicas e oficiais e aquelas próprias à cultura escolar.

A construção de uma perspectiva de distanciamento em relação aos discursos oficial e pedagógico delimita um exterior para o discurso acadêmico, que ocupa então o espaço do extraescolar. Dessa posição, dialoga com seus outros, definindo as fronteiras que delimitam seu espaço. O distanciamento entre o acadêmico, o escolar e o oficial seria, assim, um índice dos modos como organizadas as relações interdiscursivas, que se caracterizariam por um processo mais coeso de identificação dos discursos. Desse modo, a constituição dos discursos não mais se realizaria com base em sobreposições e compartilhamentos de espaços, como no período de suas emergências, mas segundo processos de delimitação recíproca, segundo o princípio da interincompreensão (MAINGUENEAU, 2005).

Considerações finais

Nos documentos observados no presente trabalho, a construção do distanciamento entre professor e pesquisador parece ser uma característica do discurso acadêmico sobre escrita escolar (e, talvez, do discurso acadêmico sobre ensino de língua materna, de modo mais geral) no momento histórico em questão.

A identidade de um e outro sujeito se constrói em enunciados que referem, por exemplo, a falta de diálogo entre Universidade e escola básica, pesquisador e professor da escola pública (DUARTE, 1992).

A figura do professor parece ser o elemento em relação ao qual se referenciam as posições e os limites dos discursos em sua organização no espaço discursivo: ao professor se direcionam os enunciados oficiais, pedagógicos e acadêmicos, e, nessa posição, fala-se dele, ou fala-se para ele, ou, mesmo, fala-se com ele. A ambivalência de sua posição permite aos pesquisadores se movimentarem, e, em seu percurso, redefinir os limites das formações discursivas, agenciando elementos teóricos e constituindo a escrita em objeto de discurso.

A circunscrição da fundamentação teórica, nas investigações realizadas no período, a uma única perspectiva, é outra característica diferenciadora do estado em que se encontrava o discurso acadêmico sobre escrita escolar, na década de 90, no espaço discursivo considerado, em relação a seus estados anteriores, em que diferentes perspectivas teóricas concorriam para a constituição da escrita escolar em objeto de discurso.

As pesquisas sobre escrita escolar desenvolvidas então se produzem num momento em que a apropriação de saberes para a fundamentação de propostas pedagógicas se realiza de modo a projetar o princípio de coerência que deveria estar subjacente à perspectiva teórica escolhida para subsidiar a proposição de elementos para o ensino de língua portuguesa. A coerência, característica da base teórica adotada para a elaboração das propostas pedagógicas, se projetaria, por sua vez, para o trabalho em sala de aula, solucionando problemas de ensino resultantes de falhas decorrentes das insuficiências dos saberes existentes em contexto de ensino.

A constituição da escrita escolar em objeto de pesquisa, no período e no espaço discursivo observados, parece se fazer, assim, com base na contraposição entre o princípio de coerência que seria próprio a determinada perspectiva teórica — adotada para fundamentar o trabalho de investigação e a proposição de possibilidades para o trabalho pedagógico —, e a ausência da atuação desse princípio em contexto de ensino, o que produziria lacunas, que deveriam ser preenchidas; falhas, que deveriam ser reparadas; defasagens, que deveriam ser corrigidas.

A coerência teórica em contexto de pesquisa e a insuficiência teórica em contexto escolar representam os pontos de tensionamento para a constituição da escrita escolar em objeto de pesquisa no momento histórico observado, movimento que possui um terceiro elemento (externo) projetado na figura de uma interlocução virtual (dado que as pesquisas realizadas possuíam como horizonte de leitura primeiro o contexto acadêmico em que se produziram):

os sujeitos em contexto de ensino – dentre eles, principalmente, o professor. Esse elemento externo assume o estatuto ambíguo que pode ser atribuído à terceira pessoa do discurso, que ocuparia, por vezes, a posição de referente; por vezes, a posição de pessoa do discurso (CERVONI, 1989). O estatuto ambíguo atribuído à terceira pessoa, nas pesquisas realizadas no período em observação, parece ser o que possibilita sua (dessa terceira pessoa) inserção na cena que se constrói: ocupa, nela, a posição de elemento **de que se fala**, mas também a de sujeito **a quem (virtualmente) se fala** – permanecendo sua possibilidade de manifestação apenas projetada (um impeditivo de que assuma de fato a posição de segunda pessoa do discurso).

Neste dispositivo que se constrói com a polarização entre contexto de pesquisa e contexto de ensino, associada à projeção de uma instância a que se atribui o estatuto de interlocutor virtual, o pesquisador se desloca de um polo a outro, e, dirigindo as considerações que realiza a um interlocutor projetado, que pode ocupar também a posição de objeto dessas considerações, constitui, nesse movimento, a escrita escolar em objeto de pesquisa.

PIETRI, E. Linguistic studies and the constitution of discursive objects: the theoretical framework of text linguistics as a reference to the theoretical analytical treatment of school writing. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.371-400, 2014.

- *ABSTRACT: In this paper, we present the results of a research that aimed to investigate the process of constitution of school writing as object of linguistic studies. The corpus was composed of dissertations and thesis developed in Postgraduate Programs of Public Universities from São Paulo, Brazil, during the first years of the 1990s. Following the theoretical approach affiliated to French Discourse Analysis, some interdiscursive relations were observed in order to recognize the characteristics of academic discourse about school writing. Data analysis revealed that, in the historical moments chosen for this research, a discursive memory was already constituted, which grounded the definition of themes, concepts and theoretical strategies on the treatment of school writing as an object of discourse. Produced over the decades of 70 and 80, the consolidation of this memory, associated to the stability of the conception of text proposed by text linguistics, allowed the delimitation and the detachment between academic and school contexts. It also showed that elements from text linguistics supported the mobilization of specific theoretical perspectives on language studies for the treatment of school writing as an object of analysis.*
- *KEYWORDS: Discourse Analysis. Text Linguistics. School Writing.*

REFERÊNCIAS

ADAM, J.-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Revisão técnica de Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2008.

AMARAL, N. F. G. *Clichês em redações de vestibular: estratégia discursiva*. 1996. 147f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

BARROS, D. L. P. *A festa do discurso: teoria do discurso e análise das redações de vestibulandos*. 1985. 592f. Tese (Livre-docência em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da USP, 1989.

_____. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da USP, 1976.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *La reproduction*. 1.ed. Lisboa: Moraes, 1970.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

CHAROLLES, M. Text connexity, text coherence and text interpretation process. In: SÖZNER, M. (Ed.). *Text connexity and text coherence*. Hamburg: Buske, 1985. p.1-16.

_____. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue Française*, Paris, n.38, p.7-14, 1978.

DANES, F. Functional sentence perspective and the organization of text. In: DANES, F. (Ed.). *Papers in functional sentence perspective*. Prague: Academia, 1974. p.106-128.

DUARTE, J. M. *Produção escrita de alunos da escola pública: a possível contribuição da semiótica*. 1992. 221f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino. In: GERALDI, J. W. (Org.). *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2.ed. Cascavel: Assoeste, 1985. p.41-48.

GOODY, J.; WATT, I. The consequences of literacy. *Comparative studies in society and history*, New York, v.5, p.304-345, 1963.

HALLIDAY, M. A. K. *Spoken and written language*. Oxford: University Press, 1989.

_____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1976. p.134-160.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Logman, 1976.

KOCH, I. V. G. O desenvolvimento da Lingüística Textual no Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.15, nesp., 1999.

- KOCH, I. V. G.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1984.
- LEMONS, C. T. G. Redações no vestibular: algumas estratégias. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.23, p.61-71, 1977.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- _____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes: Ed. da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, D. (Org.). Les analyses du discours en France. *Langages*, Paris, n.117, p.96-111, mars 1995.
- MOREIRA, T. M. *A progressão temática na redação escolar*. 1991. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade de Campinas, Campinas, 1991.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. *Texto, leitura e redação*. São Paulo: SE/CENP, 1985. (Projeto Ipê. Língua Portuguesa, n.3).
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1969. p.61-161.
- PÉCORA, A. A. B. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- PÉCORA, A. A. B. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Problemas de redação na universidade*. 1980. 121f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade de Campinas, Campinas, 1980.
- _____. Redações no vestibular: estudo do período, uma proposta pragmática. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.23, p.29-36, 1977.
- PEREIRA, R. F. *Contribuição para o estudo de problemas de redação*. 1990. 231f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1990.
- PERNAMBUCO, J. *A redação escolar: análise dos efeitos da escolaridade*. 1993. 328f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PETRONI, M. R. *A organização do texto escrito por alunos do 1º grau*. 1994. 118f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

PIETRI, E. A constituição da escrita escolar em objeto de pesquisas acadêmicas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.11, n.1, p.107-130, jan./jun. 2012a.

_____. A oralidade, a escrita e as condições de produção de textos na escola: a constituição da escrita escolar em objeto de investigações acadêmicas. *Perspectiva*, Florianópolis, v.30, p.573-602, maio/ago. 2012b.

_____. A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos estudos linguísticos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v.46, n.2, p.283-297, jul./dez. 2007a.

_____. Circulação de saberes e mediação institucional em documentos oficiais: análise de uma proposta curricular para o ensino de língua portuguesa. *Currículo sem Fronteiras*, [s.l.], v.7, n.1, p.263-283, jan./jun. 2007b.

ROCCO, M. T. F. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual de Educação. *Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa: 1º grau*. São Paulo: SE/CENP, 1986.

_____. *Guias Curriculares para o ensino de 1º grau*. São Paulo: Cerhupe, 1975.

SAVIOLI, F. R. *O ensino da leitura: um projeto gradual e ininterrupto*. 1988. 343f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SNYDERS, G. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1977.

SOARES, M. B. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Communication and cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

VAL, M. G. C. *Redação e textualidade*. Martins Fontes: São Paulo, 1991.

YAGUELLO, M. *Alice no país das maravilhas: para compreender a linguística*. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

Recebido em janeiro de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

A CONSTRUÇÃO TRANSITIVA EM PB: ASSOCIANDO A GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES À DECOMPOSIÇÃO LEXICAL

Larissa CIRÍACO*

- **RESUMO:** Este artigo propõe mostrar como a teoria gramatical de construções (GOLDBERG, 1995, 2006) pode ser associada a uma metodologia semântico-lexical de análise de classes de verbos, a saber, a decomposição dos sentidos dos verbos em predicados semânticos primitivos. Em outras palavras, mostramos, principalmente, como a decomposição semântica de predicados pode ser uma ferramenta útil na descrição do significado de construções de estrutura argumental. Para exemplificar a proposta, fazemos uma análise da construção transitiva em português. Seis grandes classes de verbos do português brasileiro também são analisadas em suas respectivas elaborações da construção transitiva, tendo suas representações semânticas apresentadas. O objetivo é chegar ao significado da construção, que, como mostramos, não pode ser descrito em termos gerais, ou seja, não pode ser dado em função de um único significado esquemático, mas sim em função de uma rede de significados relacionados, que podem ser entendidos como extensões metafóricas a partir de um significado prototípico. Para completar a análise fornecemos uma representação da construção transitiva em seu significado prototípico.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Construção transitiva. Gramática de construções. Decomposição lexical. Classes de verbos.

Introdução

Este artigo apresenta uma proposta de vinculação da teoria da Gramática de Construções (especialmente, Goldberg (1995, 2006)) com uma metodologia de análise semântico-lexical, a saber, a decomposição do sentido dos verbos em predicados semânticos primitivos. Essa proposta se destina à análise de construções de estrutura argumental, uma subclasse especial de construções das línguas, segundo Goldberg (1995). Vamos propor que o significado das construções de estrutura argumental pode ser representado a partir das descrições em predicados semânticos primitivos das classes de verbos que elaboram esses padrões oracionais.

Para ilustrar a proposta, vamos tomar a construção transitiva, uma construção de ocorrência mais ampla nas línguas do mundo, e algumas classes de verbos

* UFLA – Universidade Federal de Lavras. Departamento de Ciências Humanas. Lavras – MG – Brasil. 37200-000 – larissaciriac@ufla.dch.br

do português. A metodologia de análise aqui proposta pode ser usada na caracterização de outras construções, como mostram, por exemplo, as análises de Ciríaco (2011) e Ciríaco (2012). A análise da construção transitiva será feita com base em seis grandes classes de verbos do português brasileiro (doravante PB), conforme Ciríaco (2011), e suas respectivas representações semânticas, a saber: verbos estritamente agentivos, verbos causativos/agentivos, verbos estritamente causativos, verbos de obtenção, verbos de experiência e verbos de estado. As representações semânticas das classes de verbos analisadas são baseadas em trabalhos como Ciríaco (2011), Levin (1993), Levin e Rappaport-Hovav (1995, 1998, 2010) e Cançado (2010). Adotando essa metodologia, será possível descrever alguns dos significados associados à construção transitiva em PB.

A análise que decorre da proposta ainda corrobora a ideia de Goldberg de que a construção transitiva pode ser mais bem descrita a partir de uma rede de sentidos relacionados, e não apenas a partir de um único sentido mais geral, pois não há um sentido mais geral que possa capturar todas as instâncias da construção transitiva. Adotamos, portanto, a ideia de haver um significado mais prototípico e outros a ele relacionados. Por fim, realçamos que a pesquisa não tem o propósito de ser exaustiva, mas refere-se a algumas classes de verbos do português, que, embora não alcancem a sua totalidade, são bem representativas na língua.

A gramática de construções e a decomposição semântica de predicados

Em Gramática de Construções, a noção de **construção** é fundamental. Uma construção é uma unidade linguística, dotada não apenas de forma ou sentido, mas de ambos, à semelhança da noção de signo linguístico postulada por Saussure. Descrever as construções linguísticas significa, então, descrever seu polo sintático e seu polo semântico. Essa abordagem também considera que as construções sejam as únicas unidades da gramática, variando apenas em complexidade e esquematicidade ao longo de um contínuo de construções, que vai do léxico – mais específico e de menor complexidade – à gramática – mais esquemática e de maior complexidade. Por exemplo, em poucas palavras, “livro” é uma construção menos complexa e menos esquemática do que o padrão oracional SVO. Nesse contexto, Goldberg (1995) explora, em sua Gramática de Construções, uma subclasse especial de construções linguísticas, as **construções de estrutura argumental**. Essas construções são padrões oracionais, e, portanto, de tipo mais esquemático. A grande vantagem de se reconhecer padrões oracionais como construções está em se reconhecer um significado próprio a eles, independente dos itens lexicais que os preenchem, e, mais especificamente, independente do significado de verbos. Por exemplo, a **construção transitiva** é, segundo Goldberg, uma construção de estrutura argumental, cuja forma sintática é SVO

(em português, inglês e em várias outras línguas) e cujo significado prototípico envolve uma transferência entre um agente e um paciente.¹

A integração entre verbos e construções de estrutura argumental é governada por dois princípios, segundo Goldberg: o **Princípio da Coerência Semântica**, de acordo com o qual apenas papéis semanticamente compatíveis podem fundir-se, e o **Princípio da Correspondência**, segundo o qual cada papel participante do verbo deve ser expresso e fundido com um papel argumental da construção. Assim, um verbo pode elaborar uma construção de estrutura argumental quando houver compatibilidade semântica entre ele e a construção. E essa compatibilidade semântica implica compatibilidade entre os papéis argumentais da construção, que são “lugares” (*slots*) na representação semântica das construções, e os papéis participantes do verbo, que são “lugares” na representação semântica dos verbos (GOLDBERG, 1995, p.110). A distinção entre papéis participantes e argumentais serve para capturar o fato de que verbos estão associados a uma semântica rica e bem específica e, portanto, a papéis semânticos também específicos. Por exemplo, o verbo “quebrar” está associado aos papéis participantes “quebrador” e “quebrado”. Já o sentido de uma construção de estrutura argumental corresponde a “estruturas semânticas decomposicionais” (GOLDBERG, 1995, p.28), ou seja, a esquemas de eventos, como “X causa Y receber Z” ou “X age”, etc., e a papéis mais esquemáticos, como “agente”, “paciente”, etc.

Seguindo essa ideia, as representações do significado das classes de verbos em predicados semânticos primitivos podem ser usadas na descrição e/ou representação do significado da construção de estrutura argumental estudada, podendo tanto equivaler ao significado da construção quanto funcionar como um passo na determinação desse significado. Para representar os significados dos verbos, vamos adotar a técnica de decomposição de seu sentido tal qual desenvolvida nos trabalhos de Levin e Rappaport-Hovav (1995, 1998, 2010). É essa articulação que pretendemos explorar um pouco mais neste trabalho. Vejamos mais detalhadamente como isso se daria.

A decomposição do significado em predicados primitivos é uma análise do sentido dos verbos com o intuito de fornecer uma representação semântica do evento denotado por eles e agrupá-los conforme os tipos de eventos que nomeiam. Essa representação é alcançada por meio da decomposição do significado dos verbos em elementos semânticos básicos, os predicados semânticos primitivos, que representam os componentes de significado que são recorrentes nos grupos de verbos (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005). Essa ideia tem sido explorada por muitos semanticistas lexicais (JACKENDOFF, 1990; LEVIN; RAPPAPORT-

¹ Goldberg não chega a definir uma representação para a construção transitiva, mas sugere um significado prototípico e retoma considerações sobre o assunto feitas por outros autores (KEMMER, 1993; LANGACKER, 1987, 2008; GIVÓN, 1984). Partiremos dessas ideias para construir nossa análise.

HOVAV, 1995, 1999, 2005, 2010; VAN VALIN; LAPOLLA, 1997; VAN VALIN, 2005; WUNDERLICH, 1997, 2000, 2009; etc.) e pode ser entendida como uma teoria de tipos de eventos. As decomposições permitem não apenas verificar os aspectos de significado mais gerais associados a uma classe de verbos, mas também preservam os aspectos mais específicos e idiossincráticos de seu significado, que são atribuídos à “raiz”. Por exemplo, no trabalho de Cançado (2010), é proposta a seguinte representação para os verbos causativos/agentivos do português, com base em Levin e Rappaport-Hovav (2005, 2010):

(1) *v.* [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <RESULT-STATE>]]²

Nessa representação, ACT, CAUSE e BECOME são predicados³ semânticos primitivos e X e Y correspondem aos participantes associados ao verbo. O predicado ACT se encontra entre parênteses para marcar sua opcionalidade, indicando que o verbo pode ser agentivo ou causativo.⁴ O elemento entre colchetes angulados é a “constante” (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 1998) ou “raiz” (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005), que representa o sentido idiossincrático de cada verbo.⁵ Para um verbo dessa classe, como “quebrar”, a representação específica seria:

(2) *quebrar.* [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <QUEBRADO>]]

A partir das representações semânticas, é possível inferir os papéis participantes dos verbos, de acordo com a posição que eles ocupam em relação aos predicados. Por exemplo, no caso da representação semântica de “quebrar”, o participante X pode estar associado ao papel de **agente**, caso em que ACT está presente (“**João** quebrou a janela com uma tacada”), ou ao papel de **causa**, no caso de ACT não estar presente (“**O vento** quebrou a janela”). O participante Y, sendo argumento de BECOME, que denota uma mudança, está associado ao papel prototípico de **paciente**. A raiz, de tipo ontológico *STATE*, remete a um estado resultante, capturada por um adjetivo relacionado, que, no caso de “quebrar”, é o adjetivo “quebrado”. Sendo responsável pela parte idiossincrática do significado,

² Optamos por manter os predicados primitivos em inglês, como já estabelecido na literatura em semântica lexical.

³ Os predicados semânticos primitivos mais utilizados em estudos usando estruturas léxico-conceptuais ou outras formas de decomposição são ACT ou DO, BE, BECOME ou CHANGE, CAUSE, GO, etc. Outros predicados, como HAVE, MOVE, STAY, RESULT, também aparecem. Jackendoff (1990) também postula outros predicados ainda.

⁴ Cançado representa a opcionalidade de ACT partindo de ideia de Jackendoff (1990, cap.4).

⁵ Levin e Rappaport-Hovav (1998) propõem que as raízes são de diferentes tipos ontológicos. Dois tipos de raízes principais são “manner” e “result” (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 1991, 1995, 2010; TALMY, 1976, 2000; FOLEY; VAN VALIN, 1984; VAN VALIN; LAPOLLA, 1997).

a raiz permite incorporar a observação de Goldberg (1995) de que os verbos estão associados a uma semântica ainda mais rica do que aquela capturada apenas por predicados semânticos primitivos.

Essas representações semânticas funcionam, neste trabalho, como esquemas semânticos para agrupamentos de verbos. Por exemplo, a representação semântica dada em (1) funciona como um esquema para a classe de verbos causativos/agentivos, indicando os componentes de sentido que eles têm em comum, por meio dos predicados, e os aspectos de significado que lhes são específicos, por meio da raiz. Portanto, essas representações semânticas também podem ser entendidas como **construções**, pois o significado que representam está associado à classe morfosintática esquemática V (verbo). A diferença entre a representação semântica de uma classe verbal e um verbo específico está apenas no nível de esquematicidade: enquanto a representação é uma unidade esquemática, de significado mais geral, o verbo é uma unidade de conteúdo, mais específica (LANGACKER, 2008). Em realidade, a proposta de Levin é também uma proposta **construcional**, pois procura explicitar um significado para estruturas argumentais. E, como as representações semânticas emergem dos significados individuais dos verbos que as compõem, assim como toda construção esquemática, faz sentido, portanto, examinar detidamente o significado das classes de verbos compatíveis com a construção estudada a fim de determinar o significado dessa construção.

Assim, para determinar o significado de uma construção da língua, procedemos da seguinte maneira: primeiramente, faz-se uma checagem da compatibilidade de cada classe de verbos com a construção estudada, que, no caso deste artigo, é a construção transitiva (o agrupamento dos verbos analisados em classes pode sofrer alterações, de acordo com o que for mais pertinente/relevante para a construção em estudo). Posteriormente, procede-se à verificação das descrições semânticas das classes de verbos compatíveis com a construção estudada. Essa análise é importante para a descrição do significado da construção. Nesse passo, é importante verificar: os predicados semânticos mais recorrentes, a possibilidade de se generalizar quanto a um aspecto de sentido comum entre as classes ou a possibilidade de estabelecer uma rede de sentidos relacionados para a construção estudada, baseando-se num significado mais prototípico (talvez, mais frequente) e em significados menos prototípicos, mas que se relacionam. Algumas situações possíveis são: quando a construção se compatibiliza com apenas uma classe ou grupo de verbos, então seu significado é igual ao significado dessa classe ou à parte do significado dessa classe e pode ser representado usando-se a própria representação proposta para a classe. Já quando a construção se compatibiliza com mais de uma classe de verbos, é preciso investigar se essas classes podem ser analisadas como que formando um grupo semântico maior e mais geral ou se essas classes devem ser tratadas como extensões metafóricas de um significado

prototípico. No primeiro caso, o significado da construção pode ser descrito em termos do significado do grupo formado pelas classes compatíveis; já no segundo caso, o significado da construção será descrito em termos de uma rede de significados relacionados, sendo o significado de uma classe tomado como prototípico e os significados das outras como relacionados a esse significado principal.

Para finalizar esta parte do artigo, é importante lembrar que as construções de estrutura argumental, associando uma forma a um significado, apresentam as funções de: mostrar de que modo os verbos combinam-se com elas, restringir a classe de verbos que podem integrar-se a elas e também especificar o modo como o tipo de evento designado pelo verbo integra-se ao tipo de evento designado por elas. Portanto, descrever um significado construcional significa descrever as condições de elaboração dessa construção em uma língua. Além disso, o mapeamento entre semântica e sintaxe, numa abordagem construcional, não requer mecanismos extras. Tudo é feito por meio de uma única unidade gramatical, ou seja, a construção, dispensando a necessidade de se postular regras de projeção ou outros mecanismos lexicais.

Classes de verbos do português e a construção transitiva

Antes de determinarmos o significado da construção transitiva, vamos analisar o significado de algumas classes de verbos que a elaboram. A construção transitiva possui ocorrência ampla entre os verbos da língua, sendo frequentemente considerada o padrão de expressão oracional mais básico nas línguas de orientação agentiva (LANGACKER, 2008). Entretanto, neste artigo, vamos nos ater a apenas seis grandes classes de verbos, que consideramos mais representativas, para descrevê-la: os verbos de estado, os verbos de experiência, os verbos de obtenção, os verbos estritamente causativos, os verbos causativos/agentivos e os verbos estritamente agentivos. Os verbos analisados constituem um recorte do *corpus* coletado e analisado por Ciríaco (2011) e decorrem da análise de 138 dos mais de 150 verbos coletados e analisados pela autora e suas respectivas elaborações da construção transitiva.⁶

A classe dos **verbos de estado** compreende verbos que lexicalizam uma **relação** entre um participante X e um participante Y, como: “custar”, “medir”, “possuir”, “ter”, etc. A representação semântica usada para essa classe foi $v: [X <RELATION> Y]$ (CIRÍACO, 2011). Dentro dessa classe, há verbos que podem estar associados a mais de uma conceptualização, como é o caso do verbo “medir”.

⁶ A análise de Ciríaco (2011) compreende mais de 450 sentenças. A coleta dos verbos baseou-se, principalmente, em dicionários e em outros *corpora* de teses e dissertações da UFMG. Para maiores informações, consulte-se o trabalho da autora.

Esse verbo pode estar associado a uma conceptualização estativa, como em “essa sala mede dois metros quadrados”, ou a uma conceptualização agentiva ou causativa, como no caso de “ele mediu a sala”. No primeiro caso, a representação semântica associada a “medir” é a de um estado puro. Já no segundo caso, trata-se de uma conceptualização agentiva, para a qual a representação seria outra. Estamos tratando, portanto, ao delimitar essa classe de verbos de estado, apenas de conceptualizações estativas das descrições de eventos, reservando outras conceptualizações a outras classes. A compatibilização dos verbos de estado com a construção transitiva ocorre naturalmente, como mostram os exemplos que se seguem:

- (3) Essa bolsa custa 500 reais.
- (4) Essa sala mede dois metros quadrados.
- (5) Paulo possui uma coleção de carros antigos.

A segunda classe é a dos **verbos de experiência**, como “amar”, etc. Esses verbos lexicalizam a conceptualização de um evento de experiência psicológica direcionado de um participante X para um participante Y. Por exemplo, o verbo “amar” denota uma experiência de amor de X para Y. A representação usada para essa classe é *v*: [X EXPERIENCE <THING> for Y] (CIRÍACO, 2011). O aspecto de sentido comum a todos os verbos dessa classe, que é a experiência, é representado pelo predicado EXPERIENCE. A raiz, de tipo ontológico THING, especifica o tipo de experiência lexicalizada por cada verbo em particular. Por exemplo, no caso de “amar”, X experiencia amor por Y. Exemplos desses verbos na construção transitiva são:

- (6) Fernanda ama Estêvão.
- (7) Eu adoro doces e sobremesas.
- (8) Esses alunos respeitam seus professores.

Outra classe analisada foi a dos **verbos de obtenção**, como “ganhar”, “conseguir”, “obter”, etc., que estão, segundo Levin (1993), associados a uma cena em que o participante X obtém, de certa maneira, o participante Y. Para representar o significado dessa classe, Ciríaco (2011) propõe o predicado primitivo GET, que representa o aspecto de sentido comum a esse grupo de verbos, que é a obtenção. A representação ainda contém uma raiz que especifica o modo de obtenção, ou seja, MANEIRA, sendo descrita como *v*: [X GET <MANNER> Y]. Uma peculiaridade dessa classe de verbos é que alguns deles atribuem, necessariamente, propriedades como esforço ou intenção ao participante associado a X, enquanto outros podem ou não atribuí-las, dependendo da

composição semântica dos elementos na sentença. Por exemplo, em “X conseguiu Y”, X teve, necessariamente, a intenção ou o interesse em conseguir Y. Já no caso de verbos como “ganhar”, esse aspecto de sentido pode emergir ou não: em “X ganha um presente”, não se pode inferir que X, necessariamente, se esforçou ou teve interesse em ganhar o presente. Já em “X ganhou uma aposta”, a composição dos significados de “ganhar” com “uma aposta” permite inferir que X teve, necessariamente, a intenção de ganhar a aposta. Essa peculiaridade é interessante do ponto de vista descritivo, mas não faz diferença na compatibilização dessa classe de verbos com a construção transitiva:

(9) Paulo conseguiu um emprego.

(10) O amigo da Joana ganhou a aposta/várias garrafas de vinho no seu aniversário.

(11) O atlético venceu o campeonato.

Os **verbos estritamente causativos** são verbos como “preocupar”, etc., que envolvem um participante X que só pode ser conceptualizado como causa, nunca como agente (CIRÍACO; CANÇADO, 2009). Para esses verbos, o participante X sempre denota um evento, e por isso não pode ser entendido como um agente, pois um agente implica as propriedades de volição, iniciativa, controle, etc., própria de seres animados. Por seu turno, o participante Y está sempre relacionado a uma mudança de estado psicológica. Um exemplo de verbo dessa classe é o verbo “preocupar”, como em “João preocupa Maria”. Nessa sentença, “João” não pode ser interpretado como um agente, mas apenas como causa, pois sabemos que não é o João em si que preocupa Maria, mas algo que ele faz ou alguma característica que ele possui. Para esses verbos, a representação usada será [[X] CAUSE [Y BECOME <STATE>]], tal como propõe Cançado (2010), baseada em Parsons (1990). Nessa representação, o participante X não está associado a nenhum outro predicado semântico primitivo além de CAUSE, mostrando que seu papel só pode ser o de causa, nunca o de agente. A parte da representação que inclui o participante Y denota uma mudança de estado, e é consenso entre os semanticistas lexicais para representar esse aspecto de sentido. Exemplos de verbos estritamente causativos na construção transitiva são:

(12) João preocupou Maria.

(13) A mãe aborreceu a filha.

(14) Essa peça me encantou.

Os **verbos causativos/agentivos**, como “quebrar”, etc., por sua vez, não envolvem um participante X necessariamente agentivo, ou seja, dotado de volição, iniciativa, controle, etc., mas também não requerem um participante que

só pode ser interpretado como causa. Esses verbos envolvem um participante X que pode ser conceptualizado ora como um agente prototípico, ora como uma causa (CIRÍACO; CANÇADO, 2009). Por exemplo, no caso dos verbos causativos/agentivos, o desencadeador do evento descrito por “quebrar”, ou seja, o participante X, pode ser conceptualizado como agente, no caso de a sentença ser algo como “Lia quebrou a janela com uma marreta”, ou como causa, no caso de a sentença ser algo como “Lia quebrou a janela (sem querer)”. Para capturar a possibilidade de conceptualização de X ora como agente, ora como causa, a representação usada para essa classe de verbos inclui o predicado primitivo ACT entre parênteses, indicando sua opcionalidade, ou seja, *v. [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]* (CANÇADO, 2010). Exemplos de verbos dessa classe na construção transitiva são:

- (15) Os meninos quebraram a janela.
- (16) Cida abriu a porta para mim.
- (17) Eduardo esvaziou o filtro.

Por fim, vamos analisar os **verbos estritamente agentivos**. Essa classe é numerosa em português, assim como em muitas outras línguas de orientação agentiva e deve ser, provavelmente, a classe mais frequentemente associada à construção transitiva. Os verbos dessa classe são verbos como “limpar”, “lavar”, “cortar”, “ajudar”, “construir”, etc., e estão associados, necessariamente, a um participante agentivo prototípico, ou seja, dotado de volição, intencionalidade ou controle. Essa classe de verbos é, na verdade, um grande grupo de verbos, que pode ser subdividido dependendo do efeito que o participante agentivo X tem sobre o participante Y. Há, portanto, assimetria semântica entre os participantes do evento denotado por um verbo dessa classe: enquanto X age e provoca um efeito, Y recebe essa ação e sofre seu efeito. O efeito produzido em Y pode ser de vários subtipos, mas, para os fins deste trabalho, não iremos subdividi-lo. Vamos tratar o efeito produzido em Y como uma afetação, em termos bem gerais, seja ela uma limpeza, um corte, uma ajuda, uma construção de algo, etc. Essa afetação geral será descrita pelo uso da raiz “*affectedness*”: *[[X ACT] CAUSE [<AFFECTEDNESS> of Y]]*, conforme proposto em Cançado (2010). Exemplos de construções com verbos dessa classe são:

- (18) Maria cortou o bolo.
- (19) O secretário arquivou os documentos.
- (20) A construtora construiu novos prédios.
- (21) Os fiéis ajudam a erguer a igreja.

Tendo analisado semanticamente todas essas classes, nos perguntamos o que elas têm em comum, em termos semânticos, que nos permita identificar um significado para a construção transitiva. Afinal, é desejável que o significado de uma construção seja o mais geral possível. Mas, se procurarmos por propriedades de sentido nas representações semântico-lexicais de cada classe, será difícil achar uma característica generalizante. Nem a assimetria semântica entre os participantes é uma característica comum entre as classes. Vejamos o que é essa noção e como ela se manifesta nas classes analisadas. Primeiramente, é preciso notar que todos os verbos analisados evocam dois participantes em seu esquema de evento. Cada participante ocupa uma posição na estrutura sintática da construção transitiva – sujeito ou objeto. Como é sabido, a posição de sujeito é uma posição proeminente, que reflete, muitas vezes, uma hierarquia de funções ou alguma saliência discursiva e/ou cognitiva do participante que a ocupa (GOLDBERG, 1995). Assim, a atribuição de um participante à posição de sujeito e de outro à posição de objeto depende da proeminência de cada participante. Um participante com características agentivas, por exemplo, tem a preferência para ocupar a posição de sujeito. Essa atribuição reflete, portanto, uma assimetria semântica entre os participantes.

Prototipicamente, dois participantes são assimétricos quando um é agente e o outro é paciente. Um evento desse tipo, como aquele descrito pelo verbo “limpar”, se encaixa prototipicamente no modelo cognitivo da cadeia causal (CROFT, 1991, 1998; CROFT; CRUSE, 2004; LANGACKER, 1987; TALMY, 1976, entre outros), pois envolve causação volitiva de um agente para um paciente. Assim, para verbos agentivos, a assimetria entre o participante X e o participante Y está no fato de que X transfere/direciona energia para Y, pois enquanto X age e provoca um efeito, Y recebe essa ação e sofre seu efeito. Da mesma maneira, há assimetria entre os participantes de eventos causativos/agentivos, como o descrito pelo verbo “quebrar”: X transfere uma ação/causação para Y, que a recebe e sofre seus efeitos. Podemos estender a mesma ideia para verbos estritamente causativos. Por exemplo, em “João preocupa Maria”, João é aquele que direciona a preocupação para Maria. Essa mesma noção, de transferência ou direcionamento, também parece funcionar para verbos de experiência, no sentido em que a experiência descrita pelo verbo é “direcionada” de um participante para outro e, portanto, há aquele que direciona a experiência e aquele que a recebe ou é alvo dela. Por exemplo, o verbo “amar” denota uma experiência de amor de X para Y. Como o participante que direciona a experiência está associado à posição de sujeito na construção transitiva,⁷ podemos considerar que essa noção de direção da experiência manifesta a assimetria semântica entre os participantes evocados por esses verbos.

⁷ Esse aspecto de sentido também parece ter um papel na compatibilização dessa classe de verbos com a construção passiva (CIRIACO, 2011).

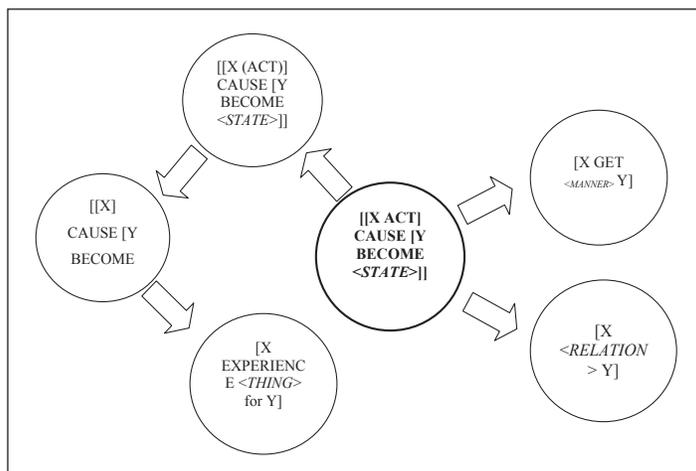
Entretanto, a assimetria semântica não parece funcionar tão bem para verbos de obtenção: o participante X é aquele que obtém e Y é aquele que é obtido. E o mesmo acontece para os verbos de estado, para os quais não existe assimetria entre os participantes. Por exemplo, o verbo “custar” lexicaliza uma relação de custo entre um objeto e um valor. Essa é apenas uma relação entre um participante e outro, e não algo que acontece ou se desenvolve entre eles. Daí ser considerada um estado e não um evento. Qualquer um dos participantes poderia, em princípio, ocupar a posição de sujeito ou de objeto, por exemplo. Entretanto, sabemos, para o verbo “custar”, que é o participante “objeto” que ocupa a posição de sujeito e é o participante “valor” que ocupa a posição de objeto. Essas noções, entretanto, não são sistemáticas nessa classe. Por exemplo, para o verbo “ter”, é o “possuidor” que ocupa a posição de sujeito e o “possuído” que ocupa a posição de objeto. Já para o verbo “medir”, um “objeto” ocupa a posição de sujeito e uma “medida” ocupa a posição de objeto. Portanto, a assimetria sintática entre os participantes dessas classes de verbos não é motivada semanticamente, mas parece ser algo a que esses verbos são coagidos a se encaixarem, a fim de se adequarem ao padrão de expressão oracional prototípico da língua – a construção transitiva (CROFT, 1991).

Essa noção geral de assimetria semântica entre os participantes parece ser um aspecto importante da semântica da construção transitiva, entretanto ela ainda não parece adequada para descrever o significado da construção. Em realidade, ela parece ser importante, neste trabalho, para identificar o significado prototípico da construção transitiva, que é aquele que mais bem reflete a noção de assimetria analisada anteriormente. Ou seja, vamos tomar o sentido veiculado por verbos agentivos e causativos como o significado prototípico da construção, por esse ser o sentido que mais tipicamente reflete a assimetria semântica característica de um evento típico no modelo cognitivo de cadeia causal. Mas esse não é o único significado associado a ela. Outros significados existem, estando relacionados ao significado prototípico por uma relação de extensão metafórica – do mais concreto ou físico para o mais abstrato ou metafísico. A próxima seção vai mostrar como a relação entre esses significados pode ser representada.

Representando a construção transitiva no PB

Como não parece haver um significado mais geral para a construção transitiva, vamos assumir, em conformidade com a hipótese de Goldberg (1995), que o significado da construção transitiva pode ser mais bem descrito em termos de uma rede de significados relacionados. Para definir esses significados, usaremos as descrições semânticas das classes analisadas na seção anterior. O diagrama seguinte expressa essa rede de significados que caracteriza a construção transitiva:

Figura 1 – Diagrama de significados da construção transitiva

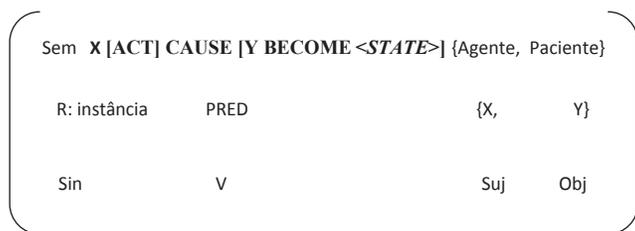


Fonte: Elaboração própria.

No diagrama, o significado prototípico da construção transitiva está marcado em negrito. Esse é o significado central, a partir do qual os outros significados se organizam. Os demais significados, **[[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]**, **[[X] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]** e **[X EXPERIENCE <THING> for Y]**, se relacionam ao significado central como extensões metafóricas. Há, portanto, como sentido central, uma transferência de ação de X para Y. Esse significado é estendido metaforicamente, de um polo mais concreto para um polo mais abstrato, sucessivamente: primeiramente, a ação do sentido central passa a poder ser conceptualizada como causação também, e não apenas como ação física, ficando um pouco mais abstrata; depois, passa-se a poder conceptualizar a transferência apenas como causação de X para Y, estendendo o grau de abstração. Por fim, conceptualiza-se uma transferência ou direcionamento de experiência de X para Y, estendendo ainda mais o grau de abstração. Em outras palavras, os significados vão ficando cada vez mais abstratos/metafóricos, até chegarem a denotar uma experiência. Já os significados de **[X GET <MANNER> Y]** e de **[X <RELATION> Y]**, para os quais não podemos postular uma relação de extensão metafórica, são tratados como adequações (ou “*coersions*”, segundo Croft (1991)) ao padrão argumental transitivo.

Especificar uma rede de significados como essa é vantajoso para determinar relações de herança entre outras construções, por exemplo, a construção de sujeito agente-beneficiário (CIRÍACO, 2012), que herda a forma da construção transitiva e outros aspectos de sentido. Uma representação para a construção transitiva, em seu significado prototípico, seria como a que se segue:

Figura 2 – Representação da construção transitiva em seu significado prototípico



Fonte: Elaboração própria.

A figura 2 ilustra como ocorre a representação da construção transitiva em seu significado prototípico: o polo semântico traz a descrição do significado, dado em função dos predicados semânticos primitivos, o número e os papéis dos participantes envolvidos (agente e paciente). Observe que a qualidade semântica desses papéis é derivada do significado representado na construção. A relação (R) do predicado com a semântica da construção é de instância, ou seja, de elaboração: o predicado que se fundir com a construção deve elaborar o significado desta. No polo sintático, a construção mapeia X, o agente, na posição de sujeito, e Y, o paciente, na posição de objeto. Cada significado descrito para a construção transitiva corresponde a uma representação semelhante.

Considerações finais

Este artigo apresentou uma proposta de vinculação de uma teoria gramatical a uma metodologia semântico-lexical. A fim de descrever as construções de estrutura argumental na língua, dentro da perspectiva teórica da Gramática de Construções, mostramos que o uso da técnica de decompor o sentido dos verbos em predicados primitivos pode ser uma ferramenta útil na descrição do significado de dada construção em estudo. Para ilustrar a proposta, descrevemos seis grandes classes de verbos do português, mostrando, com exemplos, sua compatibilidade com a construção transitiva. A partir das representações semânticas dessas classes de verbos, analisamos o significado da construção transitiva, mostrando que sua semântica é ampla, e envolve diversos sentidos relacionados. Descrevemos seus significados em função de uma rede de sentidos, mostrando as relações entre eles. Posteriormente, ainda mostramos como o significado prototípico da construção transitiva, que é de uma transferência de ação de X para Y, ou seja, [[X ACT] CAUSE [Y BECOME <STATE>]], pode fazer parte da representação da construção. Por fim, realçamos que a pesquisa aqui descrita não tem a pretensão

de ser exaustiva, mas parece se aplicar bem às classes analisadas, que, apesar de conterem ainda poucos verbos do português, se comparado ao total de verbos, são bem representativas da língua. Reconhecemos que a proposta aqui delineada trata-se de algo em desenvolvimento, sendo, portanto, uma versão preliminar das possíveis associações entre uma semântica lexical baseada em representações lexicais e a gramática de construções. Há ainda várias lacunas a serem abordadas em trabalhos futuros.

CIRÍACO, L. The transitive construction in Brazilian Portuguese: towards an association of Construction Grammar to Lexical Decomposition. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.401-416, 2014.

- **ABSTRACT:** *This paper aims to show how Construction Grammar Theory (GOLDBERG, 1995, 2006) may be associated with a lexical-semantic approach in order to observe verb classes, namely, the predicate decomposition of verbs. In other words, we assume that predicate decomposition can be a useful tool to describe the meaning of argument structure constructions. Therefore, we make an analysis of the transitive construction in Portuguese with the objective of illustrating our main proposal. Six major classes of verbs in BP are investigated, and their semantic representations are presented; then, they are checked with the transitive construction. The main goal is to reach the meaning of the construction, which, as shown before, may not be described in general terms, i.e., it cannot be given in terms of a schematic single meaning, but it actually can be considered in terms of a network of related meanings. Those meanings are understood as metaphorical extensions based on a prototypical meaning. At the end, we also provide a representation for the transitive construction in Portuguese taking into account its prototypical meaning.*
- **KEYWORDS:** *Transitive construction. Construction grammar. Predicate decomposition. Verb classes.*

REFERÊNCIAS

CANÇADO, M. Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, Blaine, v.3, n.1, p.77-111, 2010.

CIRÍACO, L. *A construção transitiva de sujeito agente-beneficiário*. 2012. Manuscrito.

_____. *A hipótese do contínuo entre o léxico e a gramática e as construções incoativa, medial e passiva do PB*. 2011. 225f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CIRÍACO, L.; CANÇADO, M. A alternância causativo-ergativa no português brasileiro. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, p.216-231, 2009.

CROFT, W. The structure of events and the structure of language. In: TOMASELLO, M. (Org.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1998. p.67-92.

_____. *Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organization of information*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v.1.

GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

JACKENDOFF, R. S. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

KEMMER, S. *The middle voice*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993.

LANGACKER, R. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v.1.

LEVIN, B. *English verb classes and alternations: a preliminary investigation*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. Reflections on manner/result complementarity. In: DORON, E.; RAPPAPORT-HOVAV, M.; SICHEL, I. (Org.). *Syntax, lexical semantics, and event structure*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p.21-38.

_____. *Argument realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Two structures for compositionally derived events. In: MATTHEWS, T.; STROLOVICH, D. (Org.). *Semantics and linguistic theory (=SALT) IX*. Ithaca: Cornell University, 1999. p.199-223.

_____. Building verb meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Org.). *The projection of arguments: lexical and compositional factors*. Stanford: CSLI Publications, 1998. p.97-134.

_____. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____. Wiping the slate clean: a lexical semantic exploration. *Cognition*, Amsterdam, v.41, p.123-151, 1991.

PARSONS, T. *Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990. (Currents Studies in Linguistic Series, n.19).

TALMY, L. *Towards a cognitive semantics II: typology and process in concept structuring*. Cambridge: MIT Press, 2000.

_____. Semantic causative types. In: SHIBATANI, M. (Org.). *Syntax and semantics 6: the grammar of causative constructions*. New York: Academic Press, 1976. p.43-116.

VAN VALIN, R. D. *Exploring the syntax-semantics interface*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VAN VALIN, R. D.; LAPOLLA, R. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WUNDERLICH, D. Lexical decomposition. In: HINZEN, W. et al. (Org.). *The Oxford handbook of compositionality*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p.1-18.

_____. Predicate composition and argument extension as general options – a study in the interface of semantic and conceptual structure. In: STIEBELS, B.; WUNDERLICH, D. (Org.). *The lexicon in focus*. Berlin: Akademie Verlag, 2000. p.247-270.

_____. Cause and the structure of verbs. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.28, n.1, p.27-68, 1997.

Recebido em novembro de 2012.

Aprovado em abril de 2013.

A SIGNALÉTICA DAS AÇÕES: O CASO DAS DENOMINAÇÕES DESCRITIVAS

Cleber CONDE*

- RESUMO: A designação de ações policiais, ações militares, programas, projetos, casos policiais entre outros objetos denomináveis a partir de estruturas como “Operação + Cavalos de Troia” traduzíveis em “Nc + x” (nome comum mais uma variável) se comporta de modo singular. Para sustentar nossa proposta, desenvolvemos uma análise semântico-referencial da composição daquilo que Kleiber (1985) chamou de **denominação descritiva** e, para compreender como esse procedimento denominacional se concretiza, evocamos o conceito de **signalética** segundo Bosredon (1997), cuja proposição teórica tenta dar conta de um conjunto de regras que descrevem os modos específicos de denominar determinados objetos. A partir da descrição das denominações dadas às ações da Polícia Federal Brasileira conseguimos chegar a um levantamento de regras denominativas que são empregadas para se referenciar a objetos singulares como os que são tratados neste artigo. Ademais, conseguimos demonstrar que as denominações descritivas possuem uma constituição híbrida de seu modo de referenciar a partir da mistura das propriedades referenciais do nome próprio e da descrição definida.
- PALAVRAS-CHAVE: Sentido. Denominação. Designação. Denominação descritiva. Signalética.

Introdução

“Operação Guilhotina”, “Operação Calcanhar de Aquiles”, “Programa Universidade para Todos”, “Projeto Rondon”, entre muitos outros nomes de operações e ações institucionais, são exemplos de uma relação entre sentido e referência bastante peculiar e que merece um olhar mais cuidadoso. A princípio, tal fenômeno parece indicar um esforço de publicidade empreendido pelo órgão ou instituição interessado, ou pela mídia que deseja veicular uma informação, como, por exemplo, em situações de crime (basta nos lembrarmos de exemplos como “Caso Nardoni”, “Massacre de Eldorado do Carajás” etc.); no entanto, tal esforço só atinge seus efeitos porque existe – conforme argumentaremos adiante – um mecanismo semântico que assim o permite, ou seja, uma **signalética**.

As denominações exemplificadas acima demonstram um modo de “transformação”: num primeiro momento, temos uma mera etiquetagem numérica,

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Letras. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – cleberconde@ufscar.br

com um número de processo, um número de inquérito, um número de projeto etc., e, num segundo momento, temos a passagem para outra modalidade de individualização, aquela ocorrida por denominação, cuja composição envolve dois elementos: um nome comum (operação, projeto etc.), e um outro termo, como um nome próprio (p. ex.: Operação **Van Gogh**), um outro nome comum (Operação **Guilhotina**), ou uma oração inteira (Operação **Aluga-se o Brasil**). Tal procedimento de denominação possui uma relativa variedade de itens que pode revelar diferentes aspectos que vão desde os semântico-referenciais até os discursivos, mas a nós cabe explorar a primeira perspectiva, com atenção especial aos nomes das ações da Polícia Federal Brasileira (doravante PF). Para tanto, este artigo está organizado em três partes: 1ª) comentaremos os conceitos de denominação e designação que embasaram nossa pesquisa; 2ª) coleta e interpretação dos dados; 3ª) conclusões alcançadas. Resta dizer que o tema desta pesquisa é um recorte de uma das linhas de trabalho do Grupo de Pesquisa em Semântica Referencial (GeSER), sediado na UFSCar, que trata de diferentes procedimentos de designação e cálculo proposicional.

Designar e denominar

Kleiber (1984, p.77) afirma que a “[...] linguagem tem por vocação primeira falar sobre o ‘real’.” Não nos compete elaborar um conceito de “real”, mas, tal qual Kleiber (1997), adotamos uma perspectiva de mundo modalizado pela linguagem, assim, as relações de designação, enquanto procedimentos representativos, constituem a principal característica do signo linguístico: não basta estar no lugar de algo, é necessário representar esse algo, funcionar como um referenciador.

[...] a função de designação, de representação constitui a característica principal do signo linguístico. A relação de denominação é uma parte constitutiva dessa dimensão referencial. Ela se inscreve no processo que coloca em relação os signos com as coisas e se posiciona ao lado das relações referenciais: referir a, remeter a, designar, representar, denotar etc. e respondem ao esquema X (signo) ↔ x (coisa). (KLEIBER, 1984, p.78, tradução nossa).

O autor lembra que há, basicamente, duas formas de referenciar: pela designação, que tem um estatuto geral, e pela denominação, que referencia de modo específico. A designação, com seu *status* geral, pode ocorrer a partir de indexicais, descrições definidas e denominação, cada qual com suas formas específicas de operação sobre o sentido. Dessas formas, interessa-nos comparar a descrição definida e a denominação, esta última, por sua vez, como uma forma singular de designar. Todos os modos de designar, essencialmente, reafirmam a exterioridade em relação ao “real”, ou pelo menos, ao mundo percebido,

logo é fulcral que as línguas tenham como princípio falar do que não é língua, ou melhor, daquilo que tomamos genericamente como “extralinguístico”.¹ Desde que Frege (2009) publicou seu artigo intitulado “Sobre o sentido e a referência”, originariamente em 1892, muitas discussões intensas se deram sobre a natureza do **nome próprio** (Npr) e das **descrições definidas** (DD), mas há um consenso entre os semanticistas de que o ato prévio de denominação tem por consequência a aquisição de uma competência referencial, aquela de utilizar X por x (KLEIBER, 1997) e segue-se o raciocínio de que a associação referencial $X \leftrightarrow x$, quando denominativa, em oposição a uma descrição definida, é uma associação memorizada, logo codificada. Isso acarreta que um signo X, de uma relação de denominação, apenas pode ser igualmente uma unidade codificada, simples (por exemplo: cão, Bernardo) ou complexa, como, por exemplo, “complexo industrial”, “sinal de trânsito”. As expressões complexas como “pequeno cão”, “comer rápido”, ou “cão que eu vi no campo” etc. não constituem conjuntos lexicais codificados, nem podem ser considerados como nomes e por isso estão excluídos da relação de denominação. A designação autoriza, por sua vez, que expressões complexas como “o cão que eu vi no campo” referenciem um objeto sem que tenha havido qualquer codificação anterior, a não ser de suas partes, ou seja, tem-se na descrição definida uma composicionalidade inerente a sua compreensão tanto extensional quanto intensional. Isso nos leva a reafirmar o que Kleiber (1997) faz menção: podemos ter uma relação de descrição definida como modo de designação, no entanto qualquer designação não será necessariamente uma descrição definida.

Ao observarmos construções como “Operação Mãos Limpas”, “Caso Isabella”, “Programa Minha Casa Minha Vida” percebemos uma estrutura designativa constituída de um **nome comum** (Nc) e um espaço argumental. Essa estrutura pode ser traduzida como Nc + x (KLEIBER, 1985) e é capaz de funcionar como argumento de predicados e relações, ao mesmo tempo em que descreve à qual classe pertence essa ação, esse evento ou esse conceito, de acordo com o Nc – “operação”, “projeto”, “caso” etc. De fato, no **corpus completo**,² há vinte e três itens que podem aparecer na posição “Nc”: “operação”, “projeto”, “programa”, “CPI”, “caso”, “chacina”, “massacre”, “missão”, “lei”, “batalha”, “guerra”, “levante”, “revolta”, “revolução”, “golpe”, “ataque”, “atentado”, “movimento”, “coluna”, “plano”, “efeito”, “doutrina” e “marcha”. A princípio, a lista não parece muito aberta, e acreditamos que isso tenha a ver com a especialidade dos termos e os eventos ou processos que eles referenciam; por exemplo, um termo como “aula” dificilmente, apesar de referenciar um evento, figuraria na estrutura Nc + x:

¹ Recomendamos a leitura de Kleiber (1997).

² O GeSER tenta mapear o maior número de estruturas formadas por Nc + x e que possam funcionar como denominação descritiva (DenonD).

(1) (?) Aula Cavalos de Tróia

(2) (?) Aula Guilhotina

É possível que em um dado momento o “aula” pudesse figurar como Nc, mas ainda desconhecemos o que permite a um nome comum figurar no sintagma “Nc + x” com as propriedades semelhantes às de “operação + X”. Genericamente podemos ter uma expressão como “Aula Magna”, que ainda se trata de uma classe, não de um indivíduo.

Ademais, é possível observar a especialização dos Ncs cuja função predicadora pode ser interpretada como: operação {ações investigativas, repressoras, de impacto, militares...}; projeto {ação institucional de prazo variável}; programa {conjunto de ações institucionais} etc., como pode ser demonstrado por meio de alguns testes:

(3) A OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS é a ação/iniciativa/empreitada que promove...

(4) O PROJETO MÃOS LIMPAS é a ação/iniciativa/empreitada que promove...

(5) O PROGRAMA MÃOS LIMPAS é a ação/iniciativa/empreitada que promove...

O que explicaria essa especialidade? Um número de processo funciona como um signo de “etiquetagem” (BOSREDON, 1997), mas não como um designativo com o mesmo grau de individualização e significação, como seria o caso de “Operação Guilhotina”, logo nos vem a questão: qual é o processo e efeito dessa passagem da designação etiquetária por ou para uma denominação? Por exemplo, o inquérito Policial n. 301/2008 do 9º Distrito Policial de São Paulo e o seu consequente processo criminal n. 001.08.002241-4 do fórum regional de Santana, na Grande São Paulo, foi batizado como “Caso Isabella Nardoni”, por vezes abreviado por “Caso Isabella” ou “Caso Nardoni”, ou ainda a Lei n. 11.340 de 22 de setembro de 2006, que recebeu o nome de “Lei Maria da Penha” (BRASIL, 2006), ambos os casos possuem ou possuíram algum tipo de identificador por um sistema codificado e numérico que serve de indicador arquivológico de acordo com a sistemática adotada pelo órgão ou repartição pública. Tocamos nesse assunto para deixar claro que há uma modificação de identificação, ou seja, aquilo que possuía um identificador arquivológico passou a ter um identificador linguístico, por outro lado, haveria a possibilidade de um evento da natureza com a qual estamos lidando ter primeiramente uma denominação e depois passar a ter o seu código? Essa ordem, por hora, pouco importa, pois o que temos diante dos nossos olhos é um fenômeno bastante peculiar e que merece uma atenção especial.

Diante da natureza designativa da estrutura Nc + x, surgem questões: que tipo de designação é essa? Um Npr ou uma DD, ou ainda uma terceira forma, um híbrido dessas duas formas de designar? Que tipo de operações semânticas

estariam implicadas na construção “Operação + X”, “Projeto + Y”, “Programa + Z”? Tentaremos responder a essas questões nos tópicos seguintes.

Denominação descritiva X descrição denominativa

Uma das características mais interessantes das construções em análise é que elas apresentam características específicas aos nomes próprios e também específicas às descrições definidas, o que as tornam uma espécie de híbrido. Vejamos em detalhes as propriedades que nos levam a essa conclusão a partir da seguinte tabela das características comparadas entre Npr, DD e **denominação descritiva** (DenonD), que é nosso objeto de análise:

Quadro 1 – Distribuição das características contrastivas entre Npr, DD e DenonD

modalidade \ critério	Npr	DD	DenonD
i) ter significado	-	+	-
ii) pressuposição existencial	+	+	+
iii) descrição	-	+	+
iv) composicionalidade	-	+	+

Fonte: Elaboração própria.

Ao interpretarmos essa tabela, percebemos quais são as características que tornam a DenonD uma modalidade designativa híbrida. Assim, observemos cada critério e sua distribuição entre as modalidades. Ao afirmarmos que o Npr não tem “significado”, embora pareça paradoxal, reconhece-se que ele não necessita de significação linguística para atingir seu objeto, por exemplo: **Sócrates** e **João Paulo** atingem seu referente sem que se tenha uma significação, por outro lado, podemos relacionar a Sócrates várias significações por meio de DDs: “Professor de Platão”, “Professor de Xenofonte”, “Filósofo condenado a beber cicuta” etc., mas o item “Sócrates” em si nada descreve ou diz sobre seu referente, eis uma característica opositiva entre o Npr e DD. Da mesma forma uma DenonD, por exemplo, “Operação Van Gogh”, nada diz sobre Van Gogh, ou sobre a operação denominada, ou ainda, quando tomamos uma lei com o título de “Lei Maria da Penha”, o item x também nada diz sobre a lei ou sobre quem é Maria da Penha. Nestes casos temos como exemplo de posição “X” alguns Nprs, imaginemos se

isso também se repete com Ncs ocupando esta posição, como em “Operação Carrossel”, novamente não temos qualquer indício de significação, pois essa denominação foi dada a uma operação da PF para combater a pedofilia na Internet, o que demonstra que no critério i, Npr e DenonD compartilham propriedades.

No que diz respeito à pressuposição existencial, as três modalidades compartilham entre si o mesmo funcionamento, ou seja, pressupõem a sua existência no mundo objetivo ou não, até mesmo a clássica DD de Russell em “O atual Rei da França” pode pressupor a existência de um objeto com esses predicados. Assim, se alguém tem acesso ao enunciado “Lei José de Abreu” ou “Projeto Mafagafos”, obrigatoriamente pressupõe a existência desses entes sem se questionar imediatamente sobre sua existência no mundo objetivo. O designador rígido, conforme Kripke (1982), tem essa propriedade, como veremos mais adiante.

Observando o aspecto da descrição (item iii), ele está ausente no Npr. No entanto, é mister ressaltar que há uma sutil diferença entre a descrição de DD comparativamente à de DenonD: a natureza, digamos, “livre” da primeira forma e a natureza determinada na segunda (por meio da lista de Ncs que podem ser alçados na posição determinante e categorial) é um fator relevante de diferenciação, ou seja, em uma DD, podemos ter sentenças e léxicos bastante variados em construções bastante ricas ao sabor do modo que se queira descrever, como em “**O professor de Aristóteles**” ou “**O filósofo condenado a beber cicuta**”, ao contrário dessa rica variedade, não temos tal diversidade em “Operação Carrossel”, “Lei Maria da Penha”, exemplos de DenonD, que só podem ser itens compostos por uma lista limitada de Ncs, como vimos na introdução deste texto.

No quesito iv, composicionalidade, vimos que os itens classificados como DenonDs são compostos, e que, segundo os testes, devem surgir, quando enunciados pela primeira vez, em sua forma plena, ou ainda, que seu item “X” esteja bastante próximo:

- (6) O Minha Casa Minha Vida é um **programa** que facilita a aquisição de casas próprias com recursos governamentais subsidiados.
- (7) O Minha Casa Minha Vida é um **projeto** que facilita a aquisição de casas próprias com recursos governamentais subsidiados.
- (8) (?) O Minha Casa Minha Vida facilita a aquisição de casas próprias com recursos governamentais subsidiados.

Os exemplos de 6 a 8 confirmam que o Nc da composição funciona como categorizador e, portanto, como um item descritivo extensional, além disso, aponta para seu funcionamento como uma unidade:

- (9) O Minha Casa Minha Vida é um programa = O **programa** Minha Casa Minha Vida

Vimos que a DenonD compartilha características com Npr e DD, a saber: a) a ausência de significação como o Npr; b) a composicionalidade e a descrição com a DD, características estas que demonstram o caráter híbrido dessa forma de designação.

No entanto, essas observações não são suficientes para esclarecermos a constituição e funcionamento referencial da DenonD. E, por isso, fomos levados a realizar outros testes, e por meio deles percebemos que quando se altera o Nc (nódulo mais externo), altera-se também a referência, ou seja, uma “operação” é diferente de um “programa” mesmo que a posição “X” continue sendo preenchida pelo mesmo item. Poder-se-ia, portanto, dizer que sua natureza seja semelhante a expressões como:

(10) O PROFESSOR JOÃO esteve aqui.

(11) O PROFESSOR que se chama JOÃO esteve aqui.

(12) JOÃO esteve aqui.

No entanto, outros testes demonstram que o referente pode continuar o mesmo, alterando-se apenas, como no exemplo abaixo, um traço accidental do objeto:

(13) O JUIZ DE PAZ João esteve aqui.

(14) O MAESTRO João esteve aqui.

Se considerarmos que JUIZ DE PAZ e MAESTRO também sejam atributos de JOÃO, ou seja, um objeto único no mundo, pode ser traduzido por:

(15) JOÃO é JUIZ DE PAZ e MAESTRO.

Ou seja, JOÃO continua sendo o mesmo referente identificado, apesar de lhe serem atribuídas as propriedades PROFESSOR, JUIZ DE PAZ e MAESTRO, o que não acontece com a DenonD, pois se o componente Nc for alterado, tem-se um outro objeto referido. Além disso, soma-se o fato de que em JOÃO temos um objeto concretamente dado, um indivíduo comum que existe independentemente da nomeação que lhe é dada, e por conta dessa existência independente da nomeação, podemos nos referir a ele por nomes e predicacões diversas; por outro lado, “Operação + X” é um objeto individualizado, que, no entanto, ainda conserva a propriedade da rigidez a qual lembra Kripke (1982), o Npr fará referência ao mesmo objeto não importando o mundo possível em que ele seja usado, ideia que retomaremos mais adiante.

Essa diferenciação demonstra que em “Operação + X” temos o que Kleiber (1984) chamou de “denominação descritiva” e que em “Professor João” temos uma “descrição denominativa” (DescD).

Segundo Kleiber (1985), a utilização referencial das DenonDs se inscreve entre dois polos designativos que são o Npr e a DD. No entanto, a função final desses itens, a de designar e denominar apenas um objeto, logo serve para a identificação unívoca, não importa o contexto.

Itens com a constituição Nc + x e que fazem parte da lista de Ncs estabilizados e que alteram a referência ao serem substituídos constituem-se em DenonDs, ou seja, um híbrido entre Npr e DD, cuja referenciação se diferencia também das DescDs.

No que tange à unidade, observemos os exemplos a seguir:

- (16) A OPERAÇÃO GUILHOTINA terminou.
- (17) A OPERAÇÃO que se chama GUILHOTINA terminou.
- (18) *A GUILHOTINA terminou.
- (19) (?) Guilhotina é uma operação da Polícia Federal.

O uso de “Operação Guilhotina” nos exemplos de 16 a 19 demonstram que os componentes Nc + x constituem uma unidade denominacional. “Unidade” porque não podem figurar sozinhas em qualquer contexto não anafórico e é “denominativa” porque podemos evocar o verbo “chamar” de 17 e mesmo permutá-lo por outros verbos denominativos:

- (20) A OPERAÇÃO que se **chama** / **se denomina** GUILHOTINA terminou.

Portanto, do ponto de vista referencial, a DenonD se comporta funcionalmente como um Npr porque identifica um referente único em qualquer mundo.

- (21) A OPERAÇÃO GUILHOTINA desmantelou uma quadrilha de falsários.
- (22) A OPERAÇÃO GUILHOTINA prendeu 5 suspeitos de pedofilia.

Embora seja falso no mundo objetivo o que as sentenças 21 e 22 afirmam, a referência ao objeto continua sendo dada pelo seu sentido OPERAÇÃO GUILHOTINA, ou seja, em um mundo possível em que falsários e pedófilos fossem objeto dessa operação, seu nome continuaria o mesmo, então um designador rígido.

A distinção DenonD e DescD proposta nos parece bastante produtiva, no entanto merece um tratamento mais elaborado para nosso contexto de análise, isso porque o conjunto de dados que possuímos ainda guarda muita complexidade principalmente do ponto de vista interno. Além disso, Kleiber (1985) apenas trata dos SNs que possuam Npr na posição “x” e nossos dados possuem mais exemplos tais como “Operação Aluga-se o Brasil”, “Operação 3x1”, entre outras.

Ainda no que diz respeito à relação mundo-linguagem, é importante ressaltar que há um aspecto referencial na DenonD e na DescD: a primeira categoriza o objeto de acordo com um conjunto prototipalizado e o identifica nesse possível conjunto, enquanto que a segunda confere ao mesmo objeto uma característica a cada DescD possível. Resumidamente, enquanto a DenonD parece apresentar a paridade entre sentido e referente de modo unitário, a DescD demonstra a possibilidade de se ter mais de um sentido para o mesmo referente a partir de suas possibilidades, ou seja, essa característica só faz reforçar o argumento do hibridismo da DenonD.

Mapeamento das DenonDs

Vimos que há uma lista relativamente estável de Ncs que são especializados em categorizar determinados objetos, mas para além dessa característica precisamos observar que a posição argumental X, embora bastante aberta, está sujeita a tendências como veremos nesta seção.

É importante observar que as operações deflagradas pela PF só começaram a ter seus nomes divulgados amplamente a partir de 2003, tornando-se prática cada vez mais comum. A prova da grande produtividade de denominações é que até setembro de 2012 detectamos mais de 1700, vindas a público, que circulam ou circularam na imprensa regional ou nacional.

Tabela 1 – Distribuição das ocorrências denominativas por ano

Ano	Ocorrências de DenonDs
2003	16
2004	42
2005	64
2006	167
2007	188

Ano	Ocorrências de DenonDs
2008	237
2009	288
2010	270
2011	266
2012	182
Total	1.720

Fonte: Polícia Federal Brasileira.

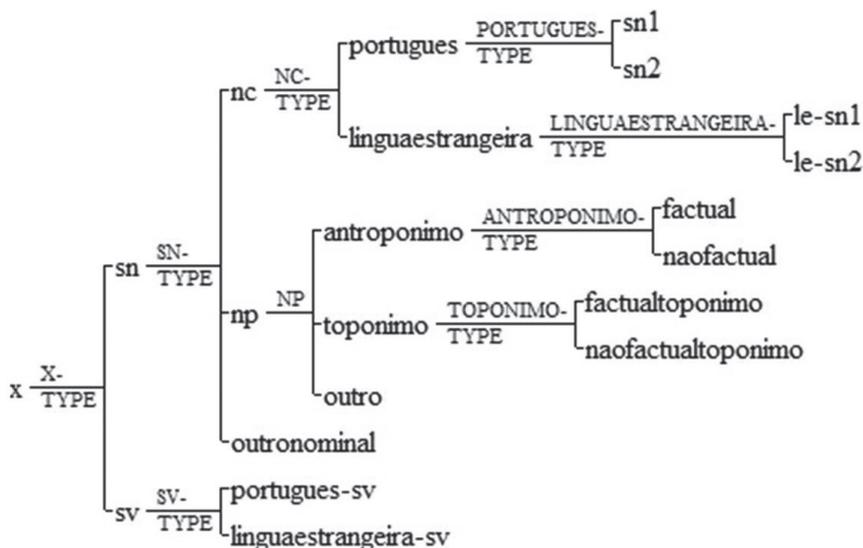
Uma rápida tipificação dessas denominações demonstrou uma grande variedade de itens que preenchem o argumento “x”, que vão desde outros nomes comuns (Operação Águia) até orações (Operação Aluga-se o Brasil), passando por antropônimos (Operação Van Gogh), personagens míticos (Operação Perseu), bíblicos (Operação Isaías), topônimos (Operação Venezuela) entre muitos outros. Há, no entanto, ocorrências em que uma mesma DenonD aparece em anos diferentes como o caso de “Operação Ouro Verde” (2005 e 2007), e a ocorrência de “Operação Ouro Verde II” (2007) que foi a continuação da “Ouro Verde” de 2005, ambas investigavam autorizações ilegais para extração de madeira na Amazônia (Região Norte do Brasil). Já a outra operação “Ouro Verde” do ano de 2007 apurou crimes financeiros na Região Sul do Brasil. Não houve, portanto, relação entre as operações do norte e do sul. A “Operação Rapina” teve cinco edições, até a “Operação Rapina V”. No caso da operação “Pedra de Fogo”, temos sua ocorrência em 2008 e 2009, mas ambas se referem a ações distintas: a de 2008 realizou investigações sobre extração ilegal de fósseis e seu tráfico, enquanto a de 2009 apurou crimes de tráfico de drogas, o que nos leva à conclusão de que há dois modos de referenciação: quando a estrutura Nc + x se segue de número romano lido como cardinal temos a continuação da operação; quando não, tem-se um claro exemplo de homonímia.

Para compreendermos as tendências à recursividade dos itens em “X” e, portanto, construir uma sinalética dessas denominações, realizamos uma análise quantitativa amostral dos dados. Colhemos 172 ocorrências aleatoriamente e delas excluímos os casos de continuação de operações.

Após selecionadas as 172 ocorrências, a análise mapeou os dados a partir de uma etiquetagem realizada no *software* Systemic Coder³ de acordo com o esquema a seguir:

³ Software disponível em: <www.wagsoft.com>.

Figura 1 – Esquema gráfico de análise das variáveis dentro das DnonDs – Systemic Coder



Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstra a Figura 1, fizemos uma análise que divide o componente “X” da DenonD em um total de 9 nódulos e suas respectivas classificações. No primeiro, temos a classificação em SN e SV. O SN, por sua vez, foi subdividido entre Nc (nome comum) e Np equivalente na ilustração com o Npr (nome próprio), de modo que o Nc tinha nomes em português (pt) e língua estrangeira (le) e também em língua indígena, que abreviaremos nas explicações como ln (língua nativa) – todos foram analisados por meio da sua composição interna sendo um SN formado por um item só ou mais de um item. No quesito Np, ainda consideramos antropônimos e topônimos (factuais ou não factuais) e outros tipos de nominais. No que diz respeito ao SV, apenas fizemos a divisão entre português e língua estrangeira.

Os resultados estatísticos seguem na tabela:

Tabela 2 – Resultado percentual de análise – Systemic Coder

System	Feature	Count	Mean
X-TYPE	Sn	169	98.3%
	Sv	3	1.7%
SN-TYPE	Nc	134	77.9%
	Np	29	16.9%
	Outronominal	6	3.5%
NC-TYPE	português	117	68.0%
	linguaestrangeira	17	9.9%
PORTUGUES-TYPE	sn1	75	43.6%
	sn2	42	24.4%
LINGUAESTRANGEIRA-TYPE	le-sn1	14	8.1%
	le-sn2	3	1.7%
NP	antropônimo	15	8.7%
	topônimo	13	7.6%
	Outro	1	0.6%
ANTROPONIMO-TYPE	Factual	3	1.7%
	Naofactual	12	7.0%
TOPONIMO-TYPE	Factualtopônimo	11	6.4%
	Naofactualtopônimo	2	1.2%
SV-TYPE	portugues-sv	3	1.7%
	linguaestrangeira-sv	0	0.0%

Fonte: Elaboração própria.

Vimos que o SN predomina na posição “X”, sendo principalmente o Nc de um item só. É importante ressaltar que essa estatística somente demonstra que há uma preferência nesse quadro, não necessariamente algo que possa ser tomado como uma norma para os procedimentos denominativos e para o emprego da denominação. A seguir, vamos observar rapidamente cada “nódulo” da análise.

A posição dos sintagmas nominais na variável “X” de “Operação + X” teve como preenchimento o esmagador índice de 98,3% de SNs, cujas naturezas são

bastante diversas em si, pois pudemos contar com Nc, Npr, topônimos, em língua portuguesa, nativa ou estrangeira, compondo-se de apenas um item no SN ou de mais de um item, por exemplo:

Quadro 2 – Exemplos de SNs

Tipo de SN	Exemplo (Operação + x)	Observação
SN – Nc de 1 item pt	Afluente	
SN – Nc acima de 1 item pt	Estranho no Ninho	
SN – Nc de 1 item le	Arbeit	Alemão
SN – Nc acima de 1 item le	Open Air	Inglês
SN – Nc de 1 item ln	Uaiara	Nome do boto, etimologia incerta.
Antropônimo Factual	Marconi	
Antropônimo Não Factual ⁴	Narciso	
Topônimo Factual	Monte Carlo	
Topônimo Não Factual	Sodoma	
Outro nominal	387 e siglas: Dirf, AVC	

Fonte: Elaboração própria.⁴

Tal classificação, a princípio, pareceu-nos fácil, mas na medida em que realizávamos a etiquetagem, vários problemas de ordem referencial surgiram. Quando nos deparamos com o item “Operação São José” não sabíamos como classificá-lo quanto à natureza do Npr: antropônimo factual ou não factual? A princípio, tomamos São José como personagem histórico, ou seja, “pai de Jesus” considerando a existência de um homem, um Jesus histórico e que deu origem ao cristianismo. No entanto, ao coletarmos textos de notícias vimos que “Operação São José” fazia referência ao local de deflagração da atividade: São José do Rio Preto, interior de Minas Gerais. Outro problema de classificação foi o caso da “Operação Sodoma” que consideramos como um topônimo não factual, tal qual a composição “Operação Monte Éden”, que se tratava de uma composição com os topônimos factuais “Montevidéu” e “Éden” fazendo referência a paraísos fiscais.

⁴ A etiqueta “antropônimo não factual” procura identificar nomes antropomórficos míticos ou da literatura, por exemplo, Hera, Hércules, Peter Pan, itens que surgiram em nosso levantamento amostral.

Outros casos que nos chamaram a atenção foram as formas que escaparam da classificação proposta por nós as quais alocamos sob a etiqueta “outro nominal”, com poucas ocorrências: “Operação 387” (número da Portaria do Ministério da Justiça que regulamenta a prestação de serviço de segurança privada), “Operação AVC (sigla para acidente vascular cerebral)”, “Operação Dirf” (sigla para Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte). E finalmente um nome cuja origem não foi possível determinar: “Operação Kiju”, por não sabermos sua língua de origem ou, sequer, se se trata de Npr.

No que diz respeito aos SVs, tivemos apenas as ocorrências: “Operação Reluz”, “Operação Dissolve” e “Operação Re-Volver”, esta última optando por uma grafia que possa promover uma leitura ambigüizada a partir do prefixo “re-”: “re-volver” (“revolver” = remexer; “revólver” = arma de fogo).

Esse percurso de análise com os seus percalços mostrou-nos algumas questões bastante peculiares sobre como se estabelecem as denominações das operações da PF, as quais tentaremos descrever como uma “signalética”, tema da próxima seção.

Uma proposta de signalética

Ao analisarmos as diferentes DenonDs, começamos a perceber que existe uma forma ou um procedimento comum de denominar determinados indivíduos, e, seguindo algumas das ideias de Bosredon (1997), argumentaremos que esse tipo de procedimento pode ser aquilo que o referido pesquisador denominou como “signalética”. Muito embora em seu livro *Les titres des tableaux* (BOSREDON, 1997) o autor tenha lidado especificamente com a nomeação de pinturas, os princípios teóricos a respeito do procedimento de denominação parecem ser aplicáveis ao nosso objeto de análise. Acreditamos nessa possibilidade de paralelismo porque: a) tanto as pinturas quanto as ações denominadas são objetos individuais ou, pelo menos, apreendidos pela nossa percepção como individuais; e b) são objetos que podem passar da etiquetagem arquivológica para a denominação em língua natural sob determinadas condições; muito embora ontologicamente sejam entes de grupos diferentes, vale a relação semântico-referencial em que se tem uma relação denominativa para ambos resguardadas as suas propriedades – como veremos adiante – signaléticas.

Ao estudar como se dá o processo de nomeação de quadros, Bosredon (1997) relata estar diante de um objeto cuja cisão entre linguístico e o não linguístico fica bastante clara mas não menos complexa.

Proponho considerar essa atividade [nomeação de quadros] como uma atividade fortemente controlada, em um campo ao mesmo tempo

individual e coletivo; individual porque os sujeitos são compelidos a certas escolhas, coletivo porque essas escolhas são fortemente condicionadas pelo uso e o controle trazido por este é, em grande parte, inconsciente. (BOSREDON, 1997, p.7).

E mais adiante ele continua:

Denominei sinalética esses campos específicos de identificação conforme os domínios dos objetos identificados que permitem pensar que não se nomeia uma tela como se intitula um livro, um filme ou uma fotografia artística, que se não nomeia o que por si já é nominável, ou o que é do já intitulável, segundo, precisamente, uma sinalética de domínio sempre linguisticamente marcado. A existência de sinaléticas obriga, por consequência, que se considere que toda operação de identificação, procedendo por chamamento ou denominação, não pode ser analisada sem que se leve em conta a especificidade dos domínios físico-culturais aos quais ela se aplica. (BOSREDON, 1997, p.7).

A partir da definição de sinalética, como poderíamos interpretar a “sinalética” das operações institucionais? Em que consistiria o “domínio sempre linguisticamente” marcado de tais objetos? Se colocados em paralelo uma operação policial e uma obra de arte, parece não haver qualquer relação entre elas, uma vez que cada qual tem sua existência singular. No entanto, a obra de arte e a operação policial, um projeto governamental, ou um caso policial têm em comum a existência de um designador para cada um dos indivíduos desses grupos que ganha um “nome”. Apesar de os procedimentos constitutivos serem deveras distintos, permitimo-nos supor que estejam sob regras de denominação semelhantes. Em todo caso, poderíamos dizer que existem diferentes sinaléticas operando sobre os mais diversos referentes. Por exemplo, a possibilidade de uma sigla tomar o papel de Nc, como no caso de CPI, que acaba por ser mais um argumento a favor da singularidade da posição Nc, ou seja, ao invés de “Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão” se tem “CPI do Mensalão”.

É provável que o conceito de sinalética possa funcionar como explicitador do fato de a lista de Ncs ser cristalizada; por exemplo, há maior aplicação do termo “operação” para referenciar ações militares, policiais e fiscalizatórias, como mencionamos anteriormente, levando por vezes a um efeito prototípico (KLEIBER, 1990) desses conceitos. No entanto, focando especificamente nas DenonDs encabeçadas pelo Nc “operação” temos, assim, uma primeira regra:

- (A) O Nc “operação” encabeça o SN todo da DenonD que referencia ações policiais, militares, fiscalizatórias ou de curta duração.

Uma segunda restrição, essa de caráter sintático, está relacionada às restrições quanto ao uso, por exemplo, de preposições e adjetivos, como se revelará adiante. Se compararmos itens como “programa” e “chacina” vemos que eles podem ter comportamentos distintos no que diz respeito a posições entre o “Nc” e o “X”. Por exemplo, com o Nc “programa” podemos encontrar designadores como “Programa Nacional de Abastecimento” e “Programa Fome Zero” o que indica uma possibilidade desse Nc aceitar um sintagma adjetival (SAdj) à direita. Por outro lado só podemos encontrar “Chacina de/do Realengo”, situação em que o Nc “chacina” exige preposição, pois no caso de

(23) (?) Chacina Realengo

temos uma construção bastante duvidosa de ocorrer. Os exemplos então demonstram que existem Ncs que aceitam livremente uma preposição (Prep) tanto para formar uma locução adverbial quanto uma locução adjetiva, como no caso de “Programa de Desenvolvimento Agrário”, enquanto há outros que exigem e, por fim, alguns que recusam:

(24) (?) Operação das Mãos Limpas

(25) Operação policial Mãos Limpas

(26) (?) Operação policial das Mãos Limpas

(27) A operação da PF denominada Mãos Limpas

Embora 24 e 26 não sejam agramaticais, tais ocorrências não foram encontradas em textos relativos ao *corpus*, portanto consideramos uma sequência gramatical, mas sem uso denominativo. Caso fosse encontrada alguma sentença com esse tipo de construção, provavelmente seria uma forma bastante rara.

Em que consistiria a sinalética, especificamente, das ações ou eventos? Ou seja, quais os procedimentos ou percursos denominativos para que se identifique um objeto “operação” com um SN que o descreve e nomeia? Como já observamos, do ponto de vista da constituição de “X”, há uma grande variedade de itens cobrindo quase todo o escopo de léxicos possíveis: desde nomes (próprios e comuns), adjetivos, até siglas, números e verbos. Em todo caso, não foram encontradas DenonDs que contivessem apenas pronomes, artigos ou preposições em seu componente “x”:

(28) (?) Operação Nós

(29) (?) Operação Uma

(30) (?) Operação Com

Encontramos apenas duas denominações com adjetivo no *corpus* amostral, como o caso de “Operação Persa” e “Operação Lusa”, ambos pátrios. Assim, podemos então contar com alguns tipos de restrições para a posição “X” que podem constituir as regras de uso denominativo, mais precisamente a sua sinalética. Vamos então para a segunda regra:

- (B) O componente “X” só pode ser preenchido por forma autonímica em qualquer língua.

Portanto, isso leva a uma interpretação que considera dois aspectos da referenciação que as DenonDs promovem: o extensional e o intensional.

Por meio das manipulações nos exemplos 03, 04 e 05, vimos que a relação referencial é de um para um, ou seja, para cada DenonD uma respectiva operação, ou melhor, indivíduo. A relação permanece a mesma no caso da homonímia, ou seja, ainda são dois indivíduos distintos e que estão categorizados, logo, trata-se do funcionamento extensional do sentido. Isso implica que um DenonD pode ocupar o argumento de um predicado e ser verificável em termos de valor de verdade. No que diz respeito ao aspecto intensional da referência, observamos que o item “X” estabelece uma relação com significados que podem ser apenas “relações mentais” (CHIERCHIA, 2003, p.292), ou então, porque denota um pensamento em oposição ao que seria extensionalmente referido como objeto no mundo. É claro que aqui estamos simplificando deveras o conceito de intensionalidade, mas essa simplificação se justifica porque, para dar conta do objeto em questão, ela é suficiente. Nos casos analisados, as relações intensionais estabelecidas entre “X” e as operações são baseadas em significados de bases históricas, culturais, biográficas, míticas, entre muitos outros motivadores. Tomemos os exemplos do quadro 2 e o ampliemos com os SVs, adicionando as devidas explicações sobre a denominação de cada uma das ações exemplificadas:

Quadro 3 – Explicação intensional de alguns itens

Tipo	Operação	Relação intensional
SN – Nc de 1 item pt	Afluente	Com o objetivo de reprimir o tráfico de drogas no norte do Espírito Santo, a PF tinha como principal alvo um traficante do distrito de Braço do Rio, em Conceição da Barra (ES). “Braço de rio” é sinônimo de “afluente”.
SN – Nc acima de 1 item pt	Estranho no Ninho	“Sem registro de explicação”.

Tipo	Operação	Relação intensional
SN – Nc de 1 item le	Arbeit	PF deflagra Operação Arbeit para combater irregularidades na obtenção de seguro-desemprego - A palavra “arbeit” em alemão significa trabalho, dando nome à operação deflagrada na região do Vale do Rio dos Sinos, de colonização germânica.
SN – Nc acima de 1 item le	Open Air	Traficantes que levavam cocaína para Europa e traziam <i>ecstasy</i> foram presos em aeroportos nacionais. Open Air é o nome dado às “raves” ao ar livre, ocasião em que há consumo de <i>ecstasy</i> .
SN – Nc de 1 item ln	Uaiuara	Operação que prendeu suspeitos de retirarem ilegalmente peixes de reserva indígena. Uaiuara é o nome do boto em língua indígena de etimologia incerta.
Antropônimo Factual	Marconi	Operação para inibir o uso de rádios ilegais. “Marconi”, referência a Guglielmo Marconi, físico italiano inventor do rádio.
Antropônimo Não Factual	Narciso	Operação que investigou diversos crimes contra o fisco em uma grande loja de artigos de luxo em São Paulo. Relação com a vaidade do ser mítico “Narciso”.
Topônimo Factual	Monte Carlo	Operação cujo objetivo era desarticular uma organização que explorava máquinas caça-níqueis e jogos de azar em Goiás. A referência Monte Carlo, bairro de Mônaco tradicional pelo glamour e cassinos. Além disso, o nome está relacionado ao do principal suspeito: “Carlos Augusto de Almeida Ramos” (alcunha: Carlinhos Cachoeira).

Tipo	Operação	Relação intensional
Topônimo Não Factual	Sodoma	Prisão de acusados de integrarem uma quadrilha que traficava pessoas para a Europa que trabalhariam na prostituição. Relação com a degeneração moral da cidade de Sodoma no Antigo Testamento.
Outro nominal	AVC	“Sem registro de explicação”.
SV – Português	Dissolve	Operação com o objetivo de desbaratar uma quadrilha de adulteradores de combustível de porte considerável. Relação com a ação de dissolver substâncias para adulterar combustível.

Fonte: Elaboração própria.

Não é pelo fato de não chegarmos à motivação da denominação dada à “Operação Estranho no Ninho” e à “Operação AVC” que elas não tenham uma. Na verdade isso só comprova que estamos diante de uma forma de “designação rígida” conforme defende Kripke. Ao tomar como exemplo o Npr “Nixon” e tendo esse referente uma descrição definida, como o “Presidente dos EUA em 1970”, Kripke demonstra que tal descrição não definia o nome “Nixon”: “A partir dessas leituras, argumento, intuitivamente, que os nomes próprios são designadores rígidos, muito embora o homem (Nixon) pudesse não ter sido o Presidente, não é o caso em que ele não tenha sido Nixon.” (KRIPKE, 1982, p.49), portanto, um designador rígido serve para designar um mesmo item em qualquer “mundo possível” em que Nixon se chama “Nixon”, logo num mundo em que Nixon não tivesse sido eleito presidente.

Estamos diante de um funcionamento paradoxal: o componente “X” do Nc + x é irrelevante em termos de intensão para os usuários, mas é imprescindível em termos de extensão, pois como saberíamos qual objeto no mundo é a “Operação Adamas” ou a “Operação Constelação”? Em todo caso, os componentes de “x” devem ter uma autonomia relativa, mesmo que não decodificável para todos, como é o caso do uso de léxico em língua estrangeira: “adamas” (gr. ἀδάμας) significa “inquebrável”, o que deu origem à palavra “diamante” em outras línguas, inclusive o português. De todos os itens coletados nenhum apresentou uma proposição de denominação que não fizesse parte de um código. Portanto, o item a ocupar “X” deve ser autonímico.

Por fim, o *corpus* amostral parece ter apresentado uma propensão ao comprimento do componente variável “X”, tendo no máximo quatro posições, e ainda essas podem ser bastante discutíveis segundo a natureza dos itens componentes. Assim, tomemos alguns exemplos:

(31) Operação Sodoma	comprimento: 1
(32) Operação Sexto Mandamento	comprimento: 2
(33) Operação Negócio da China	comprimento: 3
(34) Operação Mão Negra II	comprimento: 3
(35) Operação Cavalo de Troia II ⁵	comprimento: 4

Ainda precisamos aprofundar a discussão em relação à quantidade de posições, porque até este momento não conseguimos identificar uma razão plausível para se justificar o tamanho do componente variável. Restam algumas dúvidas, tais quais: a) as *lexias* como “negócio da China” ou “Cavalo de Troia” devem ser contadas como uma ou mais posições em virtude de serem compostas por mais de um item? Ora, “negócio da China” refere-se a um conceito de “bom negócio” ou “negócio vantajoso” e curiosamente é tão componencial quanto sua paráfrase, mas deixemos essa discussão para outra oportunidade; b) seria prudente considerar as preposições também posições em termos de comprimento do item variável?; c) qual tipo de tratamento deveríamos dar aos marcadores de sequência das ações como II, III etc.? Já observamos que *lexias* complexas como as de 32 e 35 são muito recorrentes em todo o *corpus*, e quanto à contagem de preposições, elas fazem parte das *lexias* e, portanto, não são isoladamente autonômicas, logo seu cômputo parece não fazer sentido. Por fim, nessa sequência de dúvidas, nos resta compreender como o uso dos numerais sequenciadores do Npr funciona, porque “Pedro I” referencia um ser diferente de “Pedro II”. Tal analogia não parece demonstrar funcionamento semelhante à “Operação Lince” e à “Operação Lince II”, algo que deixaremos para discutir em outra oportunidade, pois entender a natureza dessa sequência requer entender a natureza do conjunto de objetos referenciados por “Operação + X”. Assim, para efeito da terceira e última regra sinalética, parece que podemos afirmar que

- (C) O componente “X” não deve ultrapassar o total de 4 posições, nelas contado qualquer item lexical (autonômico ou não) e/ou sequencial.

As 1.720 ocorrências mapeadas apresentaram-se restritas a essa quantidade de itens lexicais com exceção de apenas uma denominação que não foi capturada na busca aleatória, mas que gostaríamos de mencionar:

⁵ Essa ocorrência não está no *corpus* amostral.

Tal denominação foge das estruturas das demais, pois apresenta entre Nc + x uma contração de preposição com artigo (nas) e, em seu tamanho, cinco posições, inclusive sendo uma numérica “2008”. No entanto, entre as mais de 1.700 ocorrências, ela é única, o que nos leva a crer que aparentemente as três regras de condições apresentadas para a sinalética do tipo da denominação estudada sejam plausíveis.

Conclusão

Acreditamos ter conseguido demonstrar que as DenonDs são itens com uma unidade comprovada, cuja estrutura é interpretada por Nc + x. O espaço do Nc é de caráter descritivo, identificatório de grupo, enquanto o componente “X” é o item individualizador que opera a especificidade, sendo extensional em seu funcionamento e intensional em sua constituição. No entanto, o fator intensional e sua motivação deixam de ser relevantes no uso, como os exemplos demonstraram, porque sua herança de Npr faz com que o significado não se processe.

Os três princípios sinaléticos deram suporte para entendermos que existe um modo singular de se denominar aquilo que chamamos de “operação” e que não é da mesma natureza de um “caso”, um “projeto”, um “programa” etc., o que não significa que tenhamos esgotado esse problema, mas que tocamos a ponta superior de um iceberg, pois temos claro que a denominação de outros itens de nossa lista de Ncs tem comportamento diverso do que fora explorado neste trabalho. As diferenças podem ser proporcionadas pelas feições sintáticas, como a exigência ou não de preposição entre o Nc e o “X” ou por fatores referenciais, como seria o caso de uma “marcha” ou de um “caso”. Por exemplo, uma marcha pode se repetir anualmente, e parece ser um objeto com começo, meio e fim determinados, enquanto “caso” e “operação” têm uma constituição interna mais ou menos complexa, mas não conseguimos, por ora, chegar a uma descrição aceitável dessas diferenças a ponto de saber se elas influenciam o modo de denominar e como esses modos se constituem. Ou seja, está lançado mais um desafio: o que seriam os entes denominados por Nc + x? Seriam eventos, processos ou estados? Qual a melhor definição para cada uma dessas categorias?

Conseguimos abordar uma pequena fatia do fenômeno denominativo dando conta do modo de se designar operações da PF, cujo caso é bastante singular, muito embora, grosso modo, ele esteja no interior de um procedimento muito mais complexo. Dizemos isso porque as operações de outros órgãos também possuem denominações, mas que podem ser não individualizadas, como por exemplo a “Operação Carnaval” empreendida pelas Polícias Rodoviárias Estaduais

e que ocorre durante o período das festas para inibir crimes e acidentes nas estradas. Enfim, este artigo demonstrou avanços no tratamento das DenonDs e sua sinalética, mas também serviu para transparecer que ainda existem muitas questões a serem melhor respondidas e é por isso que nossa “Operação Denominação” continuará.

Agradecimentos

Ao professor e colega Renato Basso, por suas críticas e contribuições.

CONDE, C. The signaletic of actions: the case of descriptive naming. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.417-440, 2014.

- *ABSTRACT: The designations of police and military actions, as well as of police programs, projects, and cases which present the structure “Operation Trojan Horse”, comprehended as “cN + X” (common name plus a variable), show their own linguistic behaviors. In this paper, we propose to understand this semantic mechanism of the referential phenomena, which was described by Kleiber (1985) as descriptive designation. In order to support our proposals, we also use the notion of signaletic, created by Bosredon (2007), which tries to explain the main processes of denominating some items. Therefore, having as objects the designations used to nominate Brazilian Federal Police actions, we proceed an investigation on the rules for descriptive naming procedures. Besides, we also demonstrate that descriptive designations are hybrid linguistic constructions which have their own referential naming process, developed from the mix of referential properties of main name and of definite descriptions.*
- *KEYWORDS: Sense. Naming. Designation. Descriptive naming. Signaletic.*

REFERÊNCIAS

BOSREDON, B. *Les titres des tabreaux*. Paris: PUF, 1997.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 fev. 2007

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

KLEIBER, G. Sens, référence et existence: que faire de l'extra-linguistique? *Langages*, Paris, n.127, p.9-37, 1997.

_____. *La sémantique du prototype*. Paris: PUF, 1990.

_____. Sur la semantique e pragmatique des SN: le projet Delors et la camarade Catherine. *L'information grammaticale*, Paris, n.27, p.3-9, 1985.

_____. Dénomination et relations denominatives. *Langages*, Paris, n.76, p.77-94, 1984.

KRIPKE, S. A. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALLWOOD, J. et al. *Logic in Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

ARNAULD, A. *Gramática de Port Royal ou gramática geral e razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Tradução de Aída Ferras et al. São Paulo: EDUC, 1992.

CHAFE, W. L. *Significado, estrutura e linguística*. Tradução de Francisco da Silva Borba. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

COSTA, C. Teorias descritivas dos nomes próprios. *Dissertatio*, Pelotas, v.30, p.185-195, verão de 2009.

DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

DUMMETT, M. *Frege: philosophy of language*. London: Duckworth, 1981.

GRAÇA, A. S. *Referência e denotação: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

JACKENDOFF, R. *Semantics structures*. Cambridge: The MIT Press, 1990.

KLEIBER, G. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.

LEBART, L.; SALEM, A. *Statistique textuelle*. Paris: Dunot, 1994.

MATUSHANSKY, O. On the linguistic complexity of proper names. *Linguistics and Philosophy*, Dordrecht, v.21, p.573–627, 2009.

MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MORTUREAUX, M.-F. Paradigmes désignationnel. *Semen*, Paris, n.8, 1993. Disponível em: <<http://semen.revues.org/4132>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

OLIVEIRA, R. P. de. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. *Nominales: essais de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994.

PLATÃO. *Teeteto* – Crátilo. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 1973.

POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA. *Operações*. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/agencia/estatisticas>>. Acesso em: 30 set. 2012.

STRAWSON, P. F. *Individual: un essay in descriptive metaphysics*. New York: Routledge, 1996.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logicus-philosophicus*. Tradução de José A. Giannotti. São Paulo: EDUSP, 1968.

Recebido em março de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

O SIGNIFICADO SOCIAL DOS TERMOS E EXPRESSÕES REFERENTES A EPIDEMIAS NO CEARÁ OITOCENTISTA

Francisco de Freitas LEITE*
Maria de Fátima ALMEIDA**

- **RESUMO:** Este artigo objetiva analisar o significado social dos termos e expressões referentes a epidemias de cólera e de varíola que acometeram milhares de pessoas no Ceará durante o século XIX, sobretudo a partir de um *corpus* constituído da novela de 1899, *Violação*, de Rodolfo Teófilo; e de textos jornalísticos do semanário *O Araripe*, impresso de 1855 a 1864 em Crato-Ceará. É um trabalho que se situa no âmbito da Linguística Histórica *latu sensu*, sendo utilizada como metodologia de análise essencialmente aquela da História Social da Linguagem, nos moldes dos trabalhos de Burke e Porter (1993, 1997) e Burke (2010). Também subjazem ao nosso trabalho analítico as propostas teóricas de Benveniste (1995, 1989), principalmente aquelas que abordam a relação que se estabelece entre língua e realidade ou entre léxico e cultura. Nossas conclusões, advindas das análises, apontam para a necessidade de entendermos a linguagem não como simulacro da realidade, mas como parte viva da realidade social, cultural e histórica do homem. A relação entre as palavras e as doenças pode ser marcada por concepções e preconceitos históricos e socioculturais e revelar as funções sociais que tem a linguagem.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Linguística histórica. História social da Linguagem. *Violação*, de Rodolfo Teófilo. Semanário *O Araripe*. Enfermidades. Língua e realidade.

Cada geração, vivendo com os problemas do presente, interroga o passado pensando em suas próprias questões. [...] Mas ao mesmo tempo que usamos o presente para formular perguntas, temos que deixar o passado dar suas próprias respostas.

Peter Burke (2009).

* URCA – Universidade Regional do Cariri. Departamento de Línguas e Literatura. Crato – CE – Brasil. 63105-000 – freitas_leite@hotmail.com

** UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – João Pessoa – PB – Brasil. 58059-900 – falmed@uol.com.br

Considerações iniciais

O temor que a população tem hoje da cólera, da varíola ou de outra doença qualquer que possa surgir de forma epidêmica não é exatamente como acontecia há 100 ou 150 anos. As condições de higiene e de profilaxia mudaram, os medicamentos e a medicina avançaram, as crenças místico-religiosas em relação às enfermidades também mudaram e isso se revela de variadas maneiras, inclusive linguisticamente. Apesar de não ser a mudança linguística o foco principal deste trabalho, podemos dizer que uma vista d'olhos sobre os termos e expressões referentes às doenças como surgem em textos do século XIX em comparação com a maneira como aparecem nos dias de hoje, tanto na literatura artística quanto na imprensa jornalística, revelam realidades distintas, quase como se se comparassem mundos distintos.

Para se ter uma ideia da extensão da mortandade que a cólera causou no Ceará no ano de 1862 e, conseqüentemente, para se vislumbrar o terror que essa doença produziu, consideremos as informações colhidas por Otacílio Colares a partir da obra *Datas e fatos para a história do Ceará*, do Barão de Studart, segundo o qual, no dia 5 de abril de 1862,

[...] manifesta-se na província, pela primeira vez, a epidemia de cólera-morbo, declarando-se o flagelo na cidade de Icó, por transmissão da Paraíba. [...] A epidemia, que tomou ali proporções aterradoras, propagou-se a muitos outros pontos da província. Na capital começou a reinar no dia 13 de maio. Em Baturité, Pacatuba, *Maranguape*, etc. fez horríveis estragos. Em fins de agosto do ano seguinte, achava-se extinta a epidemia em toda a província, elevando-se a mortandade a 11 mil vítimas. (STUDART, 1896 apud COLARES, 1979, p.xvi).

Em algumas cidades, há relatos de que caía um número de 100 pessoas infectadas por dia e que, na cidade de Icó, 1/3 da população foi extinta pela epidemia. Não é para menos que, naquela época, uma epidemia dessa magnitude recebesse os epítetos de “anjo do extermínio”¹ e “medonha peste” (TEÓFILO, 1979, p.236). Assim, essas expressões não podem ser analisadas apenas no nível da língua, pois seus significados só se mostram no contexto sociocultural e histórico de seus usos. Seus usos e significados sociais, aliás, só existiram em consequência das epidemias e do terror que elas causaram a uma população num contexto específico.

Neste trabalho, usaremos os modelos de análise qualitativa próprios da História Social da Linguagem, focando a atenção no significado social de termos

¹ No original: “anjo do extermínio”. *O Araripe*, n.10, p.2, 08 set. 1855.

e de expressões referentes às epidemias de cólera e de varíola que assolaram o Ceará no século XIX.

Usaremos nas nossas pesquisas um *corpus* constituído de uma obra literária, a novela de 1899, *Violação*, de autoria do farmacêutico e escritor Rodolfo Teófilo, cujo enredo, com rasgos de memórias e recheado de termos científicos, passa-se em 1862 numa pequena vila do litoral do Ceará; e de textos jornalísticos do semanário *O Araripe*, impresso de 1855 a 1864 em Crato, cidade da região do Cariri, no sul do Ceará, sob a direção de um grupo de cidadãos ligados ao Partido Liberal, em que reiteradamente eram publicadas matérias que abordavam a varíola e a cólera, bem como os horrores que elas provocavam na população (*O ARARIPE*, 1855-1864).

Enfim, é preciso dizer que as transcrições dos trechos retirados da novela *Violação*, do semanário *O Araripe* e de outros textos do século XIX são *ipsis litteris*; portanto, nenhuma correção ou adaptação foi feita aos textos originais. Quando necessárias, notas de rodapé explicativas foram usadas nessas transcrições.

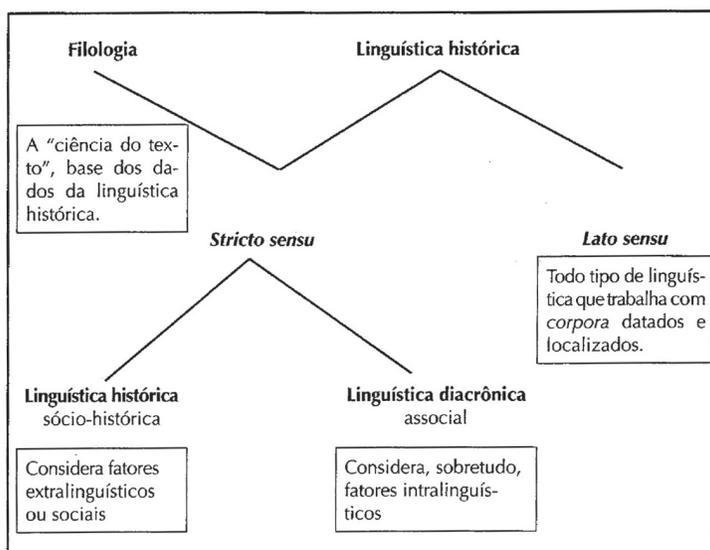
Notas sobre as orientações de Linguística Histórica e de História Social da Linguagem deste trabalho

Conforme o ponto de vista defendido por Rosa V. M. e Silva (2008, p.9): “A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*, que, necessariamente são datados e localizados.” Sua ênfase não recai sobre a mudança, mas sim sobre as investigações sincrônicas, ressaltamos, de dados linguísticos com data e local delimitados.

Já a linguística histórica *stricto sensu* possui duas orientações: a linguística histórica sócio-histórica, que focaliza a mudança linguística considerando fatores intralinguísticos e também fatores sociais; e a linguística diacrônica associada, que focaliza a mudança apenas intralinguisticamente, ou seja, na língua vista como sistema. A filologia, por sua vez, é tida como a ciência responsável pela recuperação dos textos do passado, estes que são a base dos dados sobre os quais trabalhará a linguística histórica (SILVA, R., 2008).

O Gráfico 1 resume essa distinção:

Gráfico 1 – Divisão da Linguística Histórica



Fonte: (SILVA, R., 2008, p.10).

Este trabalho caracteriza-se, portanto, como sendo de natureza própria da linguística histórica *lato sensu*. Sua orientação metodológica e os modelos de análise, porém, são tipicamente os da História Social da Linguagem, cujas pesquisas:

[...] enfocam um estudo linguístico atrelado a um estudo histórico e sociocultural da comunidade que faz uso da(s) língua(s) ou dialeto(s) em questão.

Nesse sentido, sobressai-se o interesse pelas análises e interpretações do significado social dentro daquilo que é pesquisado numa dada comunidade. (LEITE, 2009, p.52).

E, no caso específico deste trabalho, nosso interesse recai sobre o significado social dos termos e expressões do universo das epidemias do Ceará oitocentista. Significado social que, podemos dizer,

[...] vai além da concepção de significado saussuriano (ou significado referencial): ela diz respeito, principalmente, aos valores atribuídos (tabus, preconceitos, etc.) histórica e socioculturalmente por um povo ou grupo de indivíduos a determinados vocábulos, ou expressões, ou a qualquer outro elemento gramatical em oposição a outro(s) num contexto determinado. (LEITE, 2009, p.52).

Dessa forma, ressaltamos que as nossas análises não se restringem a uma especulação acerca das acepções dicionarizadas ou do significado entendido como idealização coletiva nos cérebros dos falantes de uma língua, ao modo da compreensão saussuriana da questão; antes, buscarão na concretude da realidade histórica e sociocultural sua existência. Dessa forma, o termo social se opõe a ideal. O significado social terá aqui, portanto, um valor que se refere ao grupo sociocultural e ao período histórico especificamente localizado e datado.

O interesse por se estudar a língua sem desvinculá-la da cultura nem da história vem crescendo a cada dia, para linguistas, historiadores e sociólogos. Isso pode ser percebido, por exemplo, pelo surgimento de novas áreas da linguística, tais como a **linguística sócio-histórica** e a **sociolinguística histórica**, como atesta Burke (2010).

Para Auroux (2009, p.64) “[...] entender uma língua não é apenas ter acesso a relações intralinguísticas, é mais: é ser capaz de relacionar esses signos linguísticos a uma experiência compartilhada de mundo.” Dessa forma, um pesquisador que queira compreender uma língua em sua plenitude, não poderá prescindir do contexto sociocultural e histórico do qual ela é parte, ou incorrerá numa limitada visão de língua como estrutura autossuficiente.

Fazer pesquisa em linguística, que se interessa em analisar um fenômeno que é **heteróclito e multifacetado**, a despeito das concepções de Saussure, pressupõe entender que língua e linguagem estão entrelaçadas com cultura, sociedade, história e toda sorte de fenômenos intra e extralinguísticos que existem não somente na mente, mas também no entorno da realidade sociocultural e histórica dos indivíduos.

Sabemos que não é tarefa fácil, essa a que nos propomos, a de investigar as delicadas e sutis nuances que constituem o significado social dos termos e expressões usados por indivíduos reais, o qual nem sempre corresponde àquele significado linguístico próprio das concepções de filiação saussuriana.

Nesse sentido, mas referindo-se especificamente à natureza do signo linguístico, é que Benveniste diz que o linguista costuma tratar o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo usando como artifício o viés da arbitrariedade, como se isso fosse uma

[...] forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade (*nomen omen*, tabus de palavra, poder mágico do verbo, etc.). (BENVENISTE, 1995, p.57).

Essa concepção de que o signo é a realidade, a propósito, é muito bem apresentada e analisada num ensaio de Roy Porter intitulado *Expressando sua enfermidade: a linguagem da doença na Inglaterra georgiana*, em que ele se dedica a perscrutar a ideia popularizada de que um nome é um agouro, ou seja, de que a palavra câncer, por exemplo, nem deve ser pronunciada, por causa do mal que ela pode trazer (PORTER, 1993).

A relação signo-mundo, muito comum na concretude da vida dos indivíduos, será um dos principais focos de investigação desta pesquisa, uma vez que nos posicionaremos: “[...] na condição de um linguista trabalhando em Antropologia.”, usando as palavras de Hymes (1993, p.431), no posfácio que escreveu para o livro de ensaios *Linguagem, indivíduo e sociedade*.

Sobre os textos que compõem o *corpus* das análises

As obras literárias e os jornais (bem como os livros de história, as cantorias populares, etc.) registraram, cada um à maneira própria de seu gênero, as doenças no Ceará oitocentista, entretanto justificamos a opção por analisar gêneros de naturezas distintas para destacar que significados sociais de uso coloquial estavam tão arraigados no cotidiano das gentes de modo que foram incorporados também à literatura da época, sobretudo aquela de apelo realista.

De forma auxiliar, utilizaremos livros de história e dicionários antigos para contextualizar alguns fatos ou acepções de termos do passado, toda vez que considerarmos pertinentes recorreremos a estas fontes como forma de aclararmos o significado social que tinham as palavras ou as expressões analisadas.

Mas os textos principais, que correspondem ao *corpus* deste nosso trabalho, são a novela *Violação*, de autoria do escritor Rodolfo Teófilo, publicada em 1899, e um conjunto de edições do semanário *O Araripe*, em especial aquelas seções dos anos de 1855 a 1864 que abordam a temática das epidemias que assolavam o Ceará oitocentista.

Traçaremos a seguir uma síntese desses dois textos, a fim de que possamos situá-los no contexto social, histórico e cultural em que foram produzidos, de modo a justificar a sua utilização como registros válidos para as análises linguísticas e também socioculturais e históricas que iremos realizar.

Violação, de Rodolfo Teófilo

Rodolfo Teófilo nasceu em Salvador, em 6 de maio de 1853, e faleceu em Fortaleza, em 2 de julho de 1932. Participou de movimentos literários do Ceará,

sendo, inclusive, membro da Padaria Espiritual, com o nome de “padeiro” Marcos Serrano.² Foi farmacêutico, escritor e historiador. Escreveu, entre outros trabalhos, os romances: *A Fome* (de 1890), *Os Brilhantes* (de 1895), *Maria Rita* (de 1897) e *O Paroara* (de 1899); escreveu também o livro de informação histórico-científica *Secas do Ceará: segunda metade do século XIX* (de 1901) e o compêndio testemunhal de batalha contra a epidemia de varíola que ocorreu em Fortaleza *Varíola e Vacinação* (de 1905-1910).

Tendo vivido na infância os horrores causados pela epidemia de cólera em Maranguape, na época pequena vila do litoral do Ceará, onde seu pai era médico, publicou, em 1899, a novela *Violação*, que revela cientificismo, positivismo, determinismo, realismo, regionalismo, impressão e memórias, tudo misturado sob a égide do naturalismo literário do final do século XIX.

Otacílio Colares, na introdução crítica do livro que traz o romance *A Fome* e a novela *Violação*, especificamente sobre esta última, diz:

Uma estória, ou melhor, um episódio dramático, que tem sua origem, evolução e desfecho macabro à conta da bestialidade gerada em cérebros elementares, no delírio da febre e da lubricidade sem freios, tudo como consequência do advento de uma peste de cólera-morbo.

Na verdade, *Violação* é fruto, quanto ao enredo e seu final dantesco, de uma forte e ousada imaginação criadora, cevado no húmus de lembranças infantis do autor. (COLARES, 1979, p.xvi).

Não se trata, portanto, *Violação* de uma pura obra de ficção. Na verdade, ela traz, em seu bojo, traços de reminiscência e de memórias do autor, além de testemunhar linguística e historicamente aspectos socioculturais do Ceará oitocentista, especialmente no tocante à epidemia de cólera que ele vivenciou na infância.

Novela de poucas personagens, *Violação* traz como uma das personagens mais marcantes a própria peste de cólera e em torno dela uma série de termos e expressões, tais como **peste, micróbios, cadáver, moribundos, febre, fezes, cemitério dos coléricos, castigo do céu**, que configuram uma ambientação macabra, infecciosa, lúgubre, aterradora e dantesca, que se assemelha a um transe ou delírio, como se nota no epílogo, em que um cadáver de uma jovem, vítima de cólera fulminante, é violado sexualmente no cemitério, entre pilhas de mortos, por dois criminosos que pagavam pena como carregadores de defuntos, enquanto

² A Padaria Espiritual foi uma agremiação literária e artística que existiu em Fortaleza entre os anos de 1892 e 1898. Seus componentes, que obrigatoriamente deveriam adotar cognomes, eram denominados **padeiros**, devido à finalidade da agremiação de fornecer pão de espírito aos seus sócios em particular e também aos povos em geral – entendido este pão de espírito como uma literatura de feições nacionalista e regional, além de bem-humorados princípios de conduta, tais como o de não recitar versos ao piano – e também por conta do jornal *O Pão*, que eles editavam.

o noivo da jovem assiste a tudo desesperado, mas impossibilitado de falar e de se mover pelo estado de quase morte ou de letargia causado pela doença que o consumia.

O Araripe

O semanário *O Araripe*, de Crato, cidade do Cariri, região sul cearense, foi o primeiro jornal do interior do Ceará. Seu proprietário e também redator era o historiador e jornalista João Brígido dos Santos, que, juntamente com um grupo de comerciantes e profissionais liberais ligados ao Partido Liberal, fez circular este semanário entre os anos de 1855 e 1864.

Durante estes mais de nove anos de sua existência, esse jornal, como atesta Alves (2010, p.8), “[...] apresentou em seus artigos a necessidade de civilizar a região caririense, apresentando entre seus projetos de civilização a criação da ‘Província dos Cariris Novos’, cuja capital seria o Crato, por ser esta a cidade mais desenvolvida do Cariri.”

Mas, mesmo com este propalado desenvolvimento do Crato, a cidade estava despreparada, com suas precárias condições sanitárias, como atesta Figueiredo Filho (2010), para combater uma epidemia que se aproximava ceifando vidas por onde passava.

Sobre o porquê do temor da cólera na cidade de Crato e da presença de várias matérias sobre essa doença no semanário *O Araripe*, Alexandre (2010, p.3) esclarece bem:

Por essa época o cólera percorria o território do Brasil, deixando um rastro de morte por onde passava. O medo de que o surto atingisse aquela cidade fez com que, desde 1855, *O Araripe* passasse a publicar, de forma enfática, uma série de textos sobre o tema. Assim, o jornal divulgou o percurso da peste pelas províncias brasileiras, reivindicou ou criticou a ação das autoridades públicas, expôs conselhos médicos para combater os sintomas característicos da doença, ensinou remédios caseiros e orações consideradas poderosas para debelar a moléstia, entre outros textos.

Dessa forma, *O Araripe*, em suas quatro páginas costumeiras (salvo quando apareciam suplementos que acresciam mais duas, três ou quatro páginas), concomitantemente à sua tarefa jornalística, terminava por fazer as vezes de outras formas de combate à cólera:

Os responsáveis pelo jornal o compreendiam como o espaço apropriado para ditar os melhores meios de combater a doença, diante da

constatação que aparentavam ter da aproximação geográfica da mesma, da falta de médicos no Cariri cearense e da distância da região em relação à capital provincial, o que inviabilizava o socorro imediato em caso de contaminação. (ALEXANDRE, 2010, p.13).

Termos e expressões tais como “Cholera morbus”,³ de propensão erudito-científica, ou “terrível flagelo”⁴ e “mal terrível”,⁵ de características apocalípticas e religiosas, eram recorrentes em suas matérias sobre a cólera e sobre a varíola, o que pede um estudo linguístico, mas que também considere a história, o social e o cultural, no que se refere à maneira como a linguagem se manifesta no cotidiano dos homens como parte de sua realidade mais viva e não apenas como um modo de representá-la.

Análises do significado social dos termos e expressões referentes às epidemias no Ceará do século XIX

A linguagem está sempre necessariamente permeada de elementos de uma época, de uma sociedade e de uma cultura. Sua relação com a história é de interdependência. Isso não é nenhuma novidade, mas nosso objetivo não é só apresentar esta constatação, é estudar uma situação concreta em que isso se revela materialmente. Para tanto, focaremos a atenção das análises nas questões linguísticas considerando estas sempre inter-relacionadas com o seu contexto sociocultural e histórico.

À guisa de uma introdução de um aspecto linguístico e histórico da palavra **cólera**, que neste trabalho aparecerá várias vezes, ora em transcrições de textos antigos, ora como palavra de uso contemporâneo, apresentamos umas breves anotações sobre a questão do gênero gramatical dessa palavra.

No século XIX, era masculino o substantivo **cholera** (bem como sua variante: **cholera-morbus**) na acepção de moléstia ou doença, como se lê no *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias*, de Chernoviz (1890, p.578): “o cholera distingue-se em *esporadico* e *epidemico*”, bem como em vários trechos aqui transcritos da novela *Violação* e do semanário *O Araripe*; mas era feminino o substantivo **cólera** (bem como sua variante: **colera**) com outras acepções, tais como ira, como registra o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Pinto (1832): “Colera s.f. Hum dos humores do corpo humano. Fig. Ira.”, e o *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva (1813, p.411): “Cólera, s.f. Um dos humores do corpo humano. § Ira, agastamento.”

³ *O Araripe*, n.17, p.3, 27 out. 1855.

⁴ *O Araripe*, n.20, p.1, 17 nov. 1855.

⁵ *O Araripe*, n.1, p.3, 07 jul. 1855.

Na atualidade, porém, o substantivo **cólera** aparece registrado nos dicionários apenas como sendo de gênero feminino, em quaisquer acepções, seja de doença ou de ira, como vemos, por exemplo, no dicionário *Aurélio* eletrônico:

Cólera

[Do gr. *choléra*, pelo lat. *cholera*, 'doença biliosa', 'ira'.]

Substantivo feminino.

1. Impulso violento contra o que nos ofende, fere ou indigna; ira, raiva, fúria, furor, zanga.

2. A ferocidade dos animais:

a *cólera do tigre*.

3. Fig. Ímpeto, agitação:

a *cólera das ondas*.

4. Patol. Doença infecciosa aguda, contagiosa, que pode manifestar-se sob forma epidêmica, caracterizada, em sua apresentação clássica, por diarreia abundante, prostração e câibras; cólera-morbo, mordexim. (FERREIRA, 2012).

Podemos conjecturar que essa diferença de gêneros para o substantivo **cólera**, que existia no século XIX (**o cholera e a colera**), fosse uma das formas (além da distinção gráfica) que os usuários da língua portuguesa tinham para melhor distinguir o nome dado para a doença do nome dado para a ira, como permitem supor os verbetes pesquisados em dicionários da época e também os textos analisados. Nossos objetivos nas investigações, porém, vão além de simplesmente anotar essa mudança de gênero do substantivo **cólera**.

Se lermos textos do passado com nossa compreensão restrita ao presente, perdem-se muitos detalhes de significado que tinham esses textos, inclusive significados dos termos e das expressões de então. Isso não é só porque o gênero gramatical das palavras pode mudar, como anotamos, nem só porque mudou a grafia de algumas palavras, tais como **cholera**, **flagello**, **ameaça** e **molestia**, grafadas hoje respectivamente: cólera, flagelo, ameaça e moléstia; nem só porque alguns termos que aparecem em textos do passado não sejam mais comuns hoje – como, por exemplo, **cholerina**, termo que significava, segundo Chernoviz (1890, p.585), “molestia que se parece com o primeiro grão do cholera”, mas que não se encontra mais em dicionários contemporâneos, nem mesmo com a letra **c** em vez do **ch** –, mas também (ou principalmente) porque – mesmo se tratando de termos que ainda aparecem registrados nos dicionários de hoje ou ainda são usados por indivíduos do presente – o significado social dos termos e das expressões é diferente por serem distintas a época, a sociedade e a cultura. Por exemplo, hoje não se veem pessoas evitando pronunciar a palavra **cólera**, por pânico ou temor da doença, nem pelo fato de acreditar que aquela palavra seja a própria doença,

mas essa compreensão do significado da palavra **cólera** existia socialmente para muitas pessoas, por exemplo, no Ceará oitocentista, como é possível se vislumbrar numa matéria do semanário *O Araripe*, cujo trecho abaixo demonstra:

O CHOLERA. Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco e pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais visinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario,⁶ que se apodera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero; cuja leitura recommenda a todos que se interessam pelo bem da humanidade.⁷

Aqui já podemos ver quão estreita, real e concreta pode ser a relação entre a língua e o mundo, pois para muitos indivíduos vale o provérbio *nomen est omen*, ou seja, um nome é um presságio. No dizer de Porter (1993, p.366):

O mau agouro das palavras reflete o fato banal de que algumas doenças são autenticamente mais dolorosas ou ameaçadoras do que outras. No entanto, muito mais está em jogo. Diferentes termos de doenças transmitem mensagens morais e metafóricas radicalmente distintas.

Como é possível se perceber no trecho da matéria supracitada d*O Araripe*, em 1856, no Ceará, pânico e terror imaginário já se apoderavam de todos “ao proferir se o nome do cholera”.

Dando seguimento a essa proposta de se fazer um estudo de linguística histórica, que inegavelmente tem pontos de contato com várias concepções próprias da sociolinguística, procuraremos enriquecer nossas análises com informações históricas e socioculturais referentes ao Ceará oitocentista para que possamos perscrutar os significados sociais que os termos e expressões em questão tinham no contexto em que foram usados, pois como bem aponta Garrioch (1997, p.121):

O princípio central da sociolinguística é que o falar é um ato cuja importância se situa além da definição literal, contida nos dicionários, das palavras usadas. Nenhum tipo de comunicação, verbal ou não-verbal, pode ser entendido sem referência ao contexto social no interior do qual é produzido.

⁶ Entendemos ter havido aqui um lapso de impressão. O trecho talvez devesse ser: *desvanecendo esse panico ou terror imaginario* [sic].

⁷ *O Araripe*, n.33, p.1, 16 fev. 1856.

Na novela *Violação*, entre uma atmosfera pestífera marcante do texto, percebe-se a presença de um cientificismo no trato linguístico da epidemia de cólera e, no semanário *O Araripe*, há matérias que ensinam remédios para curar a doença e informações de como se prevenir dela; mas, no tocante ao que nos interessa analisar neste trabalho, sobressaem-se neles alguns termos e expressões com significados sociais que revelam o horror causado pelas epidemias de cólera e de varíola: o flagelo, o caçador, o inimigo de guerra e, por fim, o forasteiro. Analisemos a seguir.

Em alguns trechos de *Violação*, a cólera aparece como um flagelo, como um castigo dos céus, do qual o povo deveria se proteger com orações e fé. Termos e expressões tais como “medonha peste”, “a invasão do mal” e “o flagelo” (TEÓFILO, 1979, p.236) são recorrentes em várias passagens da novela e revelam que a epidemia de cólera era associada a uma punição advinda de Deus na forma de uma peste.

O parágrafo transcrito a seguir ilustra tal associação:

A população espavorida valeu-se do derradeiro recurso dos abandonados, e todos os dias lá ia em grande romagem à pequena matriz, pedir a Deus que a livrasse da peste. Lembro-me ainda, sentindo um frêmito nos nervos, daquele vozear de naufragos a implorar a misericórdia do céu. Rezavam, em vez de estabelecerem rigorosos cordões sanitários. (TEÓFILO, 1979, p.237).

As atitudes do povo daquela época revelam-nos que essa aproximação da cólera a um flagelo não era só uma metáfora do autor da novela, ela tinha raízes socioculturais, era um significado social corrente entre o povo, pois algumas edições de *O Araripe* já revelavam esta prática de se procurar a igreja em vez de se porem em prática cuidados sanitários, tais como se lê nesta matéria de 1855:

Agora a nosso Reverendo Parocho corre o dever de chamar o povo a oração, para pedirmos a Deus não nos fulmine com esse terrível flagello. O que não alcançarmos por meio da oração, nunca obteremos com medidas preventivas: só a infinita bondade de Deos nos pode perservar desses males de que somos dignos; por tanto o Parocho chame o povo a oração, este é o seguro meio de alcançar a graça.⁸

Além disso, notícias desesperadas, tais como esta: “HORROR! O cholera morbus, o anjo do extreminio se aproxima de nós. Grande Deos!”⁹, em que a cólera era comparada a um anjo que vinha para trazer o extermínio de muitas vidas, reforçavam o significado social que esta doença tinha para além dos limites

⁸ *O Araripe*, n.20, p.1, 17 nov. 1855.

⁹ *O Araripe*, n.10, p.2, 08 set. 1855.

da língua, ou seja, beirando até mesmo as fronteiras do sobrenatural, como uma coisa contra a qual aquele povo, ignorante em relação a tal moléstia, rogava proteção e piedade divinas, como revela esta manchete de uma notícia sobre várias vítimas da cólera em cidades e vilas da então província de Sergipe: “O cholera se aproxima de nós!!!... / GRANDE DEOS, AMPARAI-NOS COM VOSSA DIVINA MISERICORDIA”.¹⁰

Em outras passagens da novela *Violação*, a epidemia de cólera aparece metaforizada como uma caçada, sendo a população a **presa** inocente e indefesa que é inesperadamente e em polvorosa apanhada pela doença, descrita como o **caçador** certo e astucioso, conforme se lê neste parágrafo:

O cólera chegou, mas sem pródromos, sem casos isolados, atacando centenas de pessoas. A confusão foi então horrível, e o pânico tudo avassalou. A população inteira desvairou-se, como um bando de aves bravas que fosse alcançado à noite no quieto pouso pela ofuscação do facho de astuto caçador. (TEÓFILO, 1979, p.237).

Noutra passagem, a população é descrita como carneiros que se veem cercados por lobos (a cólera): “Ao primeiro grito de alarma a população ficou aterrada, como se ela fosse um rebanho de carneiros cercado por uma manada de lobos.” (TEÓFILO, 1979, p.248).

Numa matéria do mês de agosto de *O Araripe*, numa edição do semanário que saiu após uma longa parada (por conta da epidemia que se lançara sobre a população cratense, inclusive sobre os editores do jornal) durante os meses de maio, junho e julho de 1862, ano da chegada fatídica da cólera à cidade do Crato, lemos algo similar a esta metáfora da caçada: “[...] quanto é temerosa a solidão que reina em torno de nós! O monstro cruel devorou centenas de amigos [...] E quantos não terão ainda de sucumbir em luta contra o monstro impenetrável e capcioso?”.¹¹ Expressões tais como **monstro cruel** e **monstro impenetrável e capcioso** revelam esse significado social da cólera como um caçador ou como um assombroso, forte e artiloso ente devorador de vidas.

Noutros momentos, veem-se, em *Violação*, os horrores da epidemia assemelhados aos de uma guerra, em que a cólera é o inimigo que a população deveria enfrentar honrosamente até a morte, quase que com espírito patriótico. É o que lemos neste trecho: “E todos nós nos preparávamos, não para resistir ao inimigo, pois não tinha armas a nossa ignorância, mas para morrer.” (TEÓFILO, 1979, p.237).

¹⁰ *O Araripe*, n.21, p.4, 24 nov. 1855.

¹¹ *O Araripe*, n.285, p.1, 23 ago. 1862.

Os termos e expressões usados neste trecho a seguir, de uma matéria d'O *Araripe*, demonstram também ser a cólera vista como um inimigo contra quem a população deveria se preparar para guerrear, primeiro se protegendo e criando barreiras, para em seguida morrer gloriosamente sem fugir, pois a deserção era vista como desonra:

Os cordões sanitarios produzem milhores resultados que as quarentenas, bem que não se trate de um contagio e sim de uma epidemia. Algumas pessoas que se tiverem inoculados do mal não transporão a linha, e nosso unico perigo ficará na athmosphera, o q', graças a diversidade do clima, não é muito para assustar.

Quando esta poderosa cautella falhar, resta um não menos efficiente meio de minorar o mal, a *coragem*. Encaremol-o como um inimigo a cujas mãos pereceremos, si não combatermos até as extremidades. Afrontemol-o, não como Ajax despeitado dos Deoses, porem como o christão na sua resignação evangelica.

A causa de um seja a de todas; maldição ao q' abandonar seo irmão; vergonha ao que fugir. Demos batalha ao inimigo com aquella coragem passiva, q'honra as grandes almas. Quem sobreviver escreva em lettras de ouro a coragem do q' se sacrificar pelo seo semelhante: uma gloria eterna fique ligada a seo nome.¹²

Os termos **linha**, **perigo**, **coragem**, **inimigo**, **combatermos**, **Ajax**, **fugir**, **batalha**, **sobreviver** e **glória**, presentes neste trecho da matéria supracitada, lembram o campo semântico bélico e reforçam esse significado social da epidemia aproximado da ideia de inimigo de guerra. Mas notemos que, neste caso específico, não se estava evocando uma guerra passional como a de Troia ("Afrontemol-o, não como Ajax despeitado dos Deoses"), mas uma guerra santa como uma cruzada ("porem como o christão na sua resignação evangélica"), em que, da luta pelo semelhante, a recompensa seria memorável e quase celestial ("uma gloria eterna fique ligada a seo nome").

Esta outra matéria d'O *Araripe* trata de forma irônica e desprezível o fato desonroso de um subdelegado ter fugido do Crato na época da epidemia para se refocilar (descansar) na vizinha cidade de Barbalha (provavelmente não tão afetada pela cólera) e voltar forte e vigoroso para prestar de novo seus serviços somente depois dos piores dias:

BOAS NOVAS. – É chegado o impagavel snr. Francisco José de Pontes Simões, o subdelegado deste districto, que andou refocilando, durante o cholera, pelo termo de Barbalha. A patria agradecida lhe deve remuneração do grande serviço, que prestou á humanidade, favorecendo esta cidade com sua ausencia durante aquelles mãos dias. Com effeito

¹² O *Araripe*, n.42, p.1, 26 abr. 1856.

aguentar o cholera e o snr. Xico, era uma dupla calamidade. A natureza que lhe pregou errados os dois olhos, cravando-lhe um mais a baixo, outro mais a cima, com vistas para este bordo e bom bordo, quis em compensação dotal-o de uma saude de Hercules. Elle veio gordo e rochucxudo [sic] promettendo prestar bons serviços; bem entendido, si não se fallar mais em cholera. Damos pois os nossos emboras ao amavel povo do Crato.¹³

Nessa matéria, pode-se destacar ainda a passagem: “Elle veio gordo e rochucxudo [sic] promettendo prestar bons serviços; bem entendido, si não se fallar mais em cholera.”, em que é feita uma alusão – se bem que em tom de chiste – ao temor que o simples falar sobre a cólera sobrevinha a alguns indivíduos.

Entretanto um dos significados sociais mais marcantes, na novela em questão e também fortemente marcada em várias matérias do semanário *O Araripe*, é a da doença como um forasteiro. Esta é uma das concepções mais evidentes dos aspectos socioculturais do Ceará oitocentista em relação às epidemias. Falando especificamente do Cariri, região ao sul da então província do Ceará, o historiador Figueiredo Filho (2010, p.54) diz:

Desde o seu nascedouro para a vida civilizada, não teve a mais rudimentar assistência médica, até fins do século passado,¹⁴ a não ser esporadicamente. Vivia então em pleno domínio do curandeirismo, aos métodos primitivos dos pagés [sic] ameríndios, ou mandingueiros de origem africana.

Era, portanto, nesse contexto provinciano e insalubre que se popularizava a ideia das epidemias de cólera e de varíola como algo exótico e invasivo, personificado, sobretudo, na figura lendária do judeu errante, a qual corresponde, com suas raízes na tradição cristã medieval, a uma espécie de resumo dos outros significados sociais identificados: o flagelo, o caçador e o inimigo de guerra.

Já eram conhecidos registros históricos de epidemias de varíola na Grécia, em Roma, no Oriente, na Ásia e na África desde a Antiguidade. Cria-se ter se espalhado a varíola com o estabelecimento de rotas comerciais que passavam pela Índia, onde se cultua, desde épocas remotíssimas, Sitala, a deusa da varíola, invocada para curar doenças contagiosas. Chernoviz (1890, p.325), porém, afirma: “[...] parece que esta calamidade veio da Arabia para outros paizes, em consequencia das conquistas de Mafoma.”¹⁵

¹³ *O Araripe*, n.291, p.3, 19 out. 1862.

¹⁴ Leia-se século XIX.

¹⁵ Antigo antropônimo equivalente a Maomé (570 d.C. – 632 d.C.), mais usado atualmente.

No Brasil, há registros da varíola desde o século XVI, quando matou milhares de indígenas. Apesar de ter sido a doença para a qual primeiro se descobriu uma vacina e de ter sido a primeira doença erradicada pelo homem (em fins do século XVIII, Edward Jenner, um médico britânico, descobriu que a inoculação do vírus *vaccinia* no homem produzia uma vacina¹⁶ contra a varíola), no Ceará oitocentista ela ainda era temida, pois causava muitos sofrimentos e mortes.

A cólera, segundo Chernoviz (1890, p.578):

É uma molestia conhecida desde tempo immemorial. [...] A Índia é seu paiz natal. [...] A grande epidemia de cholera que no espaço de alguns annos semeou o terror e a morte em muitos povos da terra, parece ter principiado em Jessora, no Delta do Ganges, em 1817. [...] Foi no anno de 1855 que se declarou pela primeira vez no Rio de Janeiro.

Esta doença bacteriana tinha sua origem histórica associada às abluções dos rituais religiosos dos hindus nas águas do rio Ganges. Naquela época, portanto, acreditava-se que tanto a varíola quanto a cólera tivessem surgido na Índia, se não no Oriente, sendo vistas como terríveis e indesejados invasores estrangeiros.

Um exemplo disso é que em vários trechos de *Violação*, a cólera é cognominada como algo que vem de fora, exótico, como um bandoleiro que vem causar destruição e morte, como, por exemplo, neste trecho em que aparece a referência ao rio sagrado dos hindus: “Era a primeira vez que o mortífero filho do Ganges nos visitava; que a legião desses infinitamente pequenos deixava a sua terra, para vir empestear a nossa tenda.” (TEÓFILO, 1979, p.236).

E numa matéria d’*O Araripe* sobre a varíola, vemos esta doença virótica infecto-contagiosa (que na época também era chamada de bexigas, bexiga ou bixiga) sendo comparada ao judeu errante a se aproximar:

A bexiga, este mal terrivel, que tem ceifado preciosas vidas, acaba de devastar grande parte das populações do alto Amasonas, Pará, Maranhão e Pernambuco, e nos ameaça com seos horriveis cortejos; por que sendo esta peste como Judeo errante devemos contar com ella no litoral de nossa província.¹⁷

Essa mesma concepção de associar uma epidemia à passagem do judeu errante também se encontra noutra matéria d’*O Araripe* sobre a cólera: “O

¹⁶ O termo vacina, a propósito, vem de *vaccinia* (nome do vírus que provoca uma espécie de varíola nas vacas) a partir de *vacca*, ou seja, vaca em latim (CUNHA, 1999).

¹⁷ *O Araripe*, n.1, p.3, 07 jul. 1855.

cholera que tanto tem afligido a raça humana, esse maldito judeu errante¹⁸ vai-se aproximando de nossa comarca pelo lado de Pajaù de Flores.”¹⁹

A expressão **judeu errante** poderia, já naquela época, lembrar a figura dos mascates (muitos deles de origem judaica) que andavam por esse Brasil afora, muitas vezes, ludibriando os incautos com a venda de mercadorias sem qualidade e a preços altos. Nos textos pesquisados, porém, esta expressão evoca a lendária personagem do judeu que, por afastar Jesus de sua porta, foi amaldiçoado por Ele, na Via Dolorosa, com a condenação de viver perambulando eternamente até que Ele, Jesus, voltasse.

A figura lendária do judeu errante aparece em muitos relatos desde a Idade Média, muitas vezes associada à ideia do anticristo. Segundo Pires Ferreira (2000, p.4), “[...] a lenda do judeu errante, alegoria e personificação da nação judaica, é anterior ao século XII.” e foi usada pela Igreja Católica em discursos antijudaicos ou de conversão ao cristianismo.

Na Europa medieval, o imaginário popular, alimentado pelo discurso católico, associava temporais, ventos fortes, desgraças e pestes à passagem do judeu errante por uma região e, no século XIX, por exemplo, o romance-folhetim *Le Juif Errant* (O Judeu Errante), de Eugene Sue, publicado na França em 1845, “[...] apresenta o judeu errante como ocasionador de uma epidemia de cólera por onde andasse.” (SANTANA JÚNIOR, 2011, p.7).

Não é absurdo, portanto, pensar que tal concepção – de associar a expressão judeu errante à lenda de Ahasverus,²⁰ acrescida da crença de que ele levava desgraça por onde passasse –, característica do cristianismo medieval e presente na literatura e no imaginário popular europeu, existisse também no Ceará oitocentista, como sugere aquela prática de rezar para se proteger das doenças.

As populações dos vilarejos e das pequenas cidades do interior, sentindo-se invadidas, em sua paz e tranquilidade, por um desconhecido e indesejado mal estrangeiro a lhes desorganizar a vida, revelavam sua ojeriza a essas doenças exóticas também linguisticamente. O valor social negativo atribuído às doenças era, com fundamento na tradição católica, igualado ao que era atribuído ao judeu errante lendário e que terminava por se estender à nação judaica e ao judaísmo.

¹⁸ Tratando exatamente desta passagem, num estudo acerca das representações sobre a cólera no semanário cratense *O Araripe*, diz Alexandre (2010, p.206): “Nessas condições, a adjetivação *judeu errante*, utilizada para caracterizar o cólera, é reveladora: a carga de preconceito com que a palavra *judeu* era tratada pelo catolicismo da época – visto por este como sinônimo dos assassinos de Cristo, dando origem inclusive ao verbo português *judiar*, no sentido de maltratar – era seguida pela percepção de um vagar sem pouso, já que o povo judeu não tinha um território, um lugar próprio, estando disperso pelo mundo. Desse modo, o epíteto preconceituoso utilizado pelo jornal representava o cólera como um mal que vagava, disseminando a morte ao se espalhar por todos os cantos do globo.”

¹⁹ *O Araripe*, n.27, p.4, 5 jan. 1856.

²⁰ Um dos vários nomes dados ao judeu errante lendário.

As epidemias de varíola e cólera que se abateram sobre o Ceará no século XIX mudaram os hábitos e costumes das populações, trouxeram novas preocupações e medos e alteraram-lhes também a linguagem, proporcionando o surgimento de novos termos, expressões e significados sociais diretamente ligados a elas. Um exemplo disso é uma nota no semanário *O Araripe*, em que, no ano de 1856, um homem simples (como revelam suas palavras e suas dúvidas) da cidadezinha de Assaré, no interior do Ceará, que se assina por “um sertaneijo”, preocupado em aprender a preparar um remédio feito com limão para se prevenir contra a cólera que se anunciava na eminência de aparecer no Cariri cearense, usa em seu texto a expressão **maldito cólera** (“a humana rassa amiaçada do maldito cholera”²¹). Essa expressão, aparentemente, foi adquirida a partir do uso que se fazia corriqueiro no contexto sociocultural, histórico e linguístico de então e sugere o significado social de **amaldiçoada doença que se anuncia vindoura a nos trazer pavor e morte**.

Provavelmente, expressões de uso popular ainda hoje observáveis, sobretudo no Nordeste brasileiro, têm sua origem ligada ao período em que estas e outras doenças faziam estragos terríveis na população local. Assim, quando popularmente se diz, por exemplo, “coceira da bixiga”, fala-se de uma coceira sem fim e muito forte; quando se diz: “ele está com a molesta” é o mesmo que dizer “ele está com a bixiga”, ou seja, ele está com toda força, ou com raiva, ou com ímpeto. O significado social de tais expressões pode estar associado à intensidade com que se manifestara a moléstia da bexiga (varíola), ainda tão presente na memória histórica e linguística do povo.

Considerações finais

Estudar um fenômeno linguístico qualquer – como se fez aqui com o significado social de termos e expressões – de um determinado período histórico do passado da língua, carece necessariamente que sejam também considerados os fatores extralinguísticos ou contextuais envolvidos neste fenômeno; caso contrário, muitas questões quedarão sem respostas.

Os registros linguísticos acerca das epidemias de cólera e de varíola, colhidos num jornal e numa obra literária do século XIX no Ceará, que constituíram o *corpus* deste trabalho, considerados em seus contextos socioculturais e históricos, revelam atitudes tais como a associação das doenças a um castigo dos céus, a um caçador de homens, a um inimigo de guerra e a um intruso forasteiro (o judeu errante).

²¹ *O Araripe*, n.30, p.3-4, 26 jan. 1856.

Os costumes, as práticas, as atitudes místico-religiosas e os temores de um povo que se revelam linguisticamente nos textos analisados não demonstram apenas que a linguagem sirva para representar a realidade, mas – ao ser considerado esse povo fomentando linguisticamente ideais de convívio social, comportamentos, crenças e tabus – demonstram que ela ajuda a moldar a própria realidade de dentro desta mesma realidade, da qual é parte constitutiva.

A relação entre as palavras e as doenças, como aparece nesse contexto específico do Ceará oitocentista, extrapola os limites puramente linguísticos e revela algumas funções da linguagem, pois, nos momentos de aflição, o significado social explode com veemência e sem disfarces, revelando toda a carga de preconceitos e de concepções socialmente construídas. Algumas expressões, tais como **judeu errante** e **anjo do extermínio**, eram mais do que sinônimos de cólera e de varíola e possuíam mais que traços de eloquência; elas eram para os homens daquela época como que válvulas de escape de suas aflições e de seus preconceitos socioculturais com requintes de xenofobia, que ecoavam também os tradicionais discursos católicos antijudaicos.

Por onde se manifestavam as epidemias, o espectro da morte rondava os lares e roubava dia a dia crianças, jovens e velhos, parentes, amigos e grande parte da população, principalmente, dos lugares com menos condições de higiene. Então, quando não adiantava mais rezar, nem fugir, nem tomar remédios, restava praguejar, gritar, expressar sua revolta através da linguagem; isso que se pode ver materializado nas passagens analisadas dos textos aqui pesquisados.

Portanto, se quisermos saber como se dava em outras épocas a relação língua-realidade, é preciso escavar os escombros do passado (escombros que, neste trabalho, são as lendas medievais, tradições cristãs, discursos católicos, concepções e preconceitos socioculturais da população, condições de vida no Ceará oitocentista e o despreparo médico-científico de então para enfrentar as epidemias, envolvidos nos significados sociais analisados). E, para isso, nada mais apropriado que perscrutando seus textos e contextos. Por eles o passado dá **suas próprias respostas**.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores da UFPB Camilo Rosa e Cristina Assis as leituras e observações e também aos professores e bolsistas do Centro de Documentação da URCA a disponibilização dos textos para consultas.

LEITE, F. de F.; ALMEIDA, M. de F. The social meaning of terms and expressions relating to epidemics in the nineteenth century Ceará. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.441-462, 2014.

- **ABSTRACT:** *This paper intends to analyze the social meaning of terms and expressions related to epidemics of cholera and smallpox which affected thousands of people in Ceará (Brazil) during the nineteenth century. Our corpus is composed of an 1899 novel called *Violação*, written by Rodolfo Teófilo; and of some articles from the weekly newspaper known as *O Araripe*, which was printed from 1855 to 1864 in Crato, Ceará. The main theoretical approach for this research is the Historical Linguistics (*lato sensu*) studies, associated with the methodology of analysis developed by the Social History of Language, mainly considering the methods used by Burke and Porter (1993, 1997) and Burke (2010). In addition to that, our analytical work also comprehends the use of theoretical proposals created by Benveniste (1995, 1989), especially those ones which deal with the relationship between language and reality or between lexicon and culture. The conclusions obtained from our analysis point out that it is necessary to understand the language not as a simulacrum of reality, but as a living part of social, cultural and historical realities of humankind. The relationship between words and diseases can be highlighted by historical and sociocultural conceptions as well as by prejudices; besides that, it also reveals the social functions of the language.*
- **KEYWORDS:** *Historical Linguistics. Social history of Language. *Violação*, by Rodolfo Teófilo. Weekly Araripe. Diseases. Language and reality.*

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, J. F. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. 2010. 245f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ALVES, M. D. *Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe 1855 – 1864*. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- AUROUX, S. *Filosofia da linguagem*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 4.ed. Tradução de Maria da Glória Novale e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- BURKE, P. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.
- _____. O passado é um país estrangeiro. [16 maio 2009]. Entrevista. *O Globo*, 16 maio 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2009/05/16/peter-burke-passado-um-pais-estrangeiro-186814.asp>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *História social da linguagem*. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

_____. *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. Tradução de Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias...* 6.ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris: A. Roger & F., 1890. 2 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/diccionario/edicao/4>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

COLARES, O. Introdução crítica: fome e peste na ficção de Rodolfo Teófilo. In: TEÓFILO, R. *A fome; Violação*. Organização, atualização e notas de Otacílio Colares. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979. p.ix-xviii.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2.ed. rev. e acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3.ed. 1ª. impressão da Editora Positivo, rev. e atual. do Aurélio Século XXI. [S.l.]: Positivo Informática, 2012. Disponível em: <<http://www.aureliopositivo.com.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Fortaleza: Edições UFC: Secretaria da Cultura do Ceará: Edições URCA, 2010. v.4.

GARRIOCH, D. Insultos verbais na Paris do século XVIII. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *História social da linguagem*. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p.121-140.

HYMES, D. Posfácio. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. Tradução de Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. p.431-453.

LEITE, F. de F. *O Latim em Cartas do Cariri Cearense: final do século XIX e início do século XX*. João Pessoa: Ideia, 2009.

O ARARIPE. Crato: Partido Liberal, 1855-1864. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/araripe/213306>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/edicao/3>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

PIRES FERREIRA, J. O judeu errante: a materialidade da lenda. *Revista Olhar*, São Carlos, v.1, n.3, p.1-7, jun. 2000.

PORTER, R. "Expressando sua enfermidade": a linguagem da doença na Inglaterra georgiana. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. p.365-394.

SANTANA JÚNIOR, F. O. A lenda cristã do mito do judeu errante, sua desconstrução judaica e sua recriação estética na novela de Samuel Rawet. In: SILEL – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 3., 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2011. v.2, p.1-17.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

SILVA, R. V. M. e. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

TEÓFILO, R. Violação. In: _____. *A fome; Violação*. Organização, atualização e notas por Otacílio Colares. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979. p.235-256.

Recebido em novembro de 2012.

Aprovado em maio de 2013.

**MENINO, GURI OU PIÁ?
UM ESTUDO DIATÓPICO NAS REGIÕES CENTRO-
OESTE, SUDESTE E SUL A PARTIR DOS DADOS DO
PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL**

Valter Pereira ROMANO*
Rodrigo Duarte SEABRA**

- **RESUMO:** Este trabalho utiliza como *corpus* de análise os dados coletados pela equipe do Projeto Atlas Linguístico do Brasil em três regiões: Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Os dados referem-se às cidades do interior e às capitais de cada estado, coletados junto a informantes selecionados segundo o perfil estabelecido. Nesta oportunidade, objetiva-se discutir a distribuição diatópica das variantes lexicais para a questão 132 – “Criança pequenininha, a gente diz que é bebê. E quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino?” – do Questionário Semântico-Lexical (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001). A metodologia utilizada envolveu análises descritivas e inferenciais pertinentes ao estudo. Para tanto, oito hipóteses foram testadas no sentido de averiguar o comportamento e a distribuição diatópica das cinco variantes mais produtivas no conjunto de respostas. Os principais resultados observados indicam que as variantes apresentam comportamento distinto nas três regiões: (i) a variante “menino” apresenta distribuição homogênea nos dez estados; (ii) as formas lexicais “guri” e “piá” possuem distribuição heterogênea na região Sul; (iii) as variantes de etimologia indígena (“guri” e “piá”) são mais representativas nas regiões Sul e Centro-Oeste; (iv) há uma maior representatividade da variante “moleque” (étimo africano) na região Sudeste, principalmente em São Paulo e Minas Gerais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Projeto ALiB. Dialectologia. Variantes lexicais.

Introdução

O léxico de uma língua é o conjunto de palavras criadas e assimiladas pelo homem no decorrer da história e resulta do processo de nomeação e de interação daquele com o meio em que vive. É gerado ao longo do tempo e, por meio de seu estudo, é possível detectar influências socioculturais e históricas adquiridas em seu processo de formação. Segundo Isquierdo (2007), o léxico representa ainda

* UEL – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina – PR – Brasil. 86051-980 – valter.romano@hotmail.com

** UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá. Instituto de Matemática e Computação. Itajubá – MG – Brasil. 37500-903 – rdsea@hotmail.com

um aspecto diferenciador no que se refere à variação linguística, sobretudo, a geográfica, pois além de evidenciar diferenças de uma região para outra, demonstra também a conseqüente mobilidade dessas diferenças de um espaço para outro. Dessa forma, verificar as especificidades lexicais de cada área geográfica é uma tarefa desafiadora, dada a dinamicidade da língua e a disseminação de variantes.

Os dados coletados para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil¹ têm contribuído para a descrição do léxico das diversas regiões do país. Dentre os trabalhos mais recentes, citam-se como exemplos os de Isquierdo (2009), Romano e Aguilera (2009), Aguilera (2010), Silva e Aguilera (2010), Paim (2011), Yida (2011), Silva-Costa e Isquierdo (2012) e Marins (2012), dentre outros. Esses trabalhos apontam para as diferenças regionais do léxico do português brasileiro, ora confirmando a proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953), sob a perspectiva lexical, ora evidenciando particularidades que caracterizam cada uma das regiões, sobretudo, por influências sócio-históricas do processo de ocupação e povoamento.

Interessa-se, neste estudo, verificar a variação lexical dos designativos para “a criança que tem entre cinco e 10 anos do sexo masculino” relativa à questão 132 do Questionário Semântico Lexical (QSL) do ALiB junto a informantes naturais de três regiões brasileiras: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Busca-se, portanto, na história social de cada uma dessas regiões, os indícios da motivação para a predominância de uma variante em detrimento de outras.

Breve quadro histórico: os processos de ocupação

O povoamento e desenvolvimento das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil deve-se a três importantes movimentos de ocupação humana: às Bandeiras, ao Tropeirismo e à Marcha para o Oeste. Esses movimentos deixaram marcas em cada um dos estados interferindo na cultura e nos hábitos dos grupos humanos que ali se formaram, dentre as quais interessam-se as deixadas no léxico, que evidenciam rastros da sócio-história.

Sabe-se que a ocupação do interior do Brasil não ocorreu imediatamente à chegada dos portugueses à nova terra, pois, inicialmente, o processo de ocupação deu-se “[...] em face das condições apresentadas pelo meio físico.” (DIÉGUES

¹ O Projeto Atlas Linguístico do Brasil, doravante ALiB, é um projeto de pesquisa nacional e interinstitucional, com sede na Universidade Federal da Bahia, sob a presidência da Dra. Suzana Alice Marcelino Cardoso e dirigido por um Comitê Nacional formado por pesquisadores de universidades de oito estados. O Projeto ALiB visa a descrever a variante brasileira da língua portuguesa nos níveis fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático, por meio da aplicação de questionários a informantes de todo território nacional, para, assim, formar um banco de dados que posteriormente será utilizado para a elaboração de um Atlas Linguístico de âmbito nacional. Mais informações podem ser obtidas em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>>.

JÚNIOR, 1960, p.38). Assim, de início, os colonizadores ocuparam o litoral do país, desenvolvendo a vida colonial em dois núcleos principais, um localizado ao nordeste (Pernambuco/Bahia) e um ao sul (São Paulo).

De acordo com Ribeiro (1995, p.364), “[...] enquanto os núcleos açucareiros da costa nordestina cresciam e enriqueciam, a população paulista revolvía-se numa economia de pobreza.”, desenvolvendo-se ali uma sociedade esparsa.

Essa pobreza, que está na base tanto das motivações quanto dos hábitos e do caráter do paulista antigo, é que fazia deles um bando de aventureiros sempre disponível para qualquer tarefa desesperada, sempre mais predispostos ao saqueio que à produção. (RIBEIRO, 1995, p.365).

No afã de aprisionar índios arredios e principalmente encontrar metais preciosos, a população paulista começou a se deslocar para o interior. Nas palavras de Diégues Júnior (1960, p.235), “Saem de São Paulo as bandeiras que vão devassar os sertões; penetração que se inicia no século XVI, se desenvolve no XVII e alcança a sua fase de esplendor no século XVIII.” Assim, foi a partir da capitania de São Vicente que se irradiou a ocupação territorial para o sul e para o centro; igualmente para o oeste.

Em direção norte de São Paulo o bandeirismo realizou a empresa de desbravamento do território atual das Minas Gerais. E em direção oeste foram alcançados por um caminho, Cuiabá, e por outro – êste, através do território mineiro – Goiás. (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p.272).

Em direção ao sul do país, não foi diferente a motivação dos bandeirantes paulistas; porém, se não encontravam ouro, encontravam os bandeirantes outro motivo para continuarem a caminhada: apareceram campos e campinas adequados para a criação de animais de carga.

Sabe-se que, já nos começos do século XVII, bandeirantes paulistas assolavam o território que é hoje o Paraná, seguindo-se para a ilha de Santa Catarina, atualmente Florianópolis; e, nessa marcha para o sul, chegaram à Laguna (DIÉGUES JÚNIOR, 1960). Porém, com o passar do tempo, muitos homens bandeirantes que inicialmente se dedicavam ao apresamento dos indígenas e à exploração de metais preciosos se fixaram em terras no sul e, paulatinamente, foram se integrando ao pequeno comércio praticado ali no lombo de mulas.

Ao longo do século XVIII, a economia colonial crescia e conseqüentemente acentuava-se a necessidade de abastecimento de gêneros alimentícios das cidades que floresciam, principalmente, em Minas Gerais. Com o advento das minas de ouro, houve um aumento da demanda de carne (charque) e também de couro para os alforjes do transporte do ouro à corte portuguesa. A solução

foi recorrer ao transporte desses materiais às mulas, animais resistentes à carga e às longas distâncias em caminhos muitas vezes impraticáveis, vindos do sul para a região mineradora. Dessa forma, surgiu uma nova economia baseada no transporte e comércio desses animais, o Tropeirismo.

Os tropeiros saíam do Rio Grande do Sul, cruzavam o Paraná, com destino a Sorocaba, no Estado de São Paulo, onde ocorriam durante todo o ano grandes feiras para a comercialização dos animais e gêneros para os garimpeiros e exploradores. Uma das rotas mais importantes é o denominado Caminho de Viamão, que saía de Campos de Viamão (RS), passando por Vacaria (RS), Lages e Curitiba (SC), Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva (PR), Itapetininga e Sorocaba (SP). Além desse movimento efetuar o escoamento da produção econômica, deve-se a ele a difusão de hábitos e costumes, haja vista que os tropeiros levavam consigo a sua cultura por onde passavam, sendo responsáveis pelo florescimento de cidades que se iniciaram com os ranchos das tropas (STECA; FLORES, 2002). Porém, com o passar do tempo, o desenvolvimento da sociedade cafeeira e o investimento dos grandes barões na rede ferroviária, atrelado às melhorias no transporte fluvial, levaram o movimento das tropas ao declínio, sendo gradativamente absorvido por outras formas de transporte.

Se, na região Sul, houve a intensiva influência dos tropeiros no processo de ocupação e povoamento; no Centro-Oeste, foi marcante a influência do movimento denominado Marcha para o Oeste, plano governamental que teve seu início durante o Estado Novo no mandato do presidente Getúlio Vargas.

No cenário da Segunda Guerra Mundial, difundia-se a ideia do “Espaço Vital”, ou seja, o ideal de que os países mais desenvolvidos deveriam ocupar áreas pouco exploradas pertencentes aos países menos desenvolvidos, o que colocava a região Centro-Oeste do Brasil como um alvo potencial para ocupação (MANDEL, 1989). Ameaçado por esse prognóstico, o governo brasileiro decidiu promover a ocupação e o progresso do Centro-Oeste, subsidiando o acesso às terras com a finalidade de diminuir o desequilíbrio demográfico e incentivar a migração para as áreas que produziam a matéria-prima e os alimentos, o que contribuiria, conseqüentemente, à industrialização do Sudeste do país. Dessa forma, essa região até então pouco habitada passou a receber migrantes de todos estados brasileiros, o que promoveu um intenso progresso e um aumento demográfico significativo (DUARTE, 1989).

Assim, esses movimentos de ocupação e povoamento deixaram marcas na economia e, principalmente, na cultura dessas regiões, bem como rastros de um mosaico lexical que se compõe e evidencia traços da sócio-história de cada região.

Registro das principais variantes nas fontes lexicográficas

O questionário do Projeto ALiB apresenta 15 questões referentes à subárea semântica “Ciclos da Vida”, das quais, para este trabalho, foi selecionada a questão de nº 132, que traz no *caput* a seguinte formulação: “Criança pequenininha, a gente diz que é bebê, e quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino?” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p.31). Dentre as possíveis respostas, espera-se que os informantes apresentem itens lexicais como: “menino”, “garoto”, “moleque”, “guri” e “piá”, dependendo da localidade ou até mesmo do sexo, idade ou escolaridade dos informantes.

Cada um desses itens apresenta diferentes formações etimológicas e diferentes datações na língua portuguesa, o que revela traços da formação sócio-histórica do português. Assim, foram consultados sete dicionários para verificar as acepções, a datação e a etimologia de cada um dos vocábulos, a saber: dois dicionários antigos, Bluteau (1728) e Silva (1813); dois dicionários contemporâneos gerais do português, Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (2004); dois etimológicos, Nascentes (1966) e Cunha (1986), e um dicionário histórico específico em palavras de origem tupi, Cunha (1999).

O vocábulo “menino” está registrado tanto em Bluteau (1728) quanto em Silva (1813) com a mesma acepção “Rapaz, que ainda não chegou aos sete anos de idade” (BLUTEAU, 1728, p.422) e “Diz-se da idade do homem até 7 annos” (SILVA, 1813, p.288). Nascentes (1966) afirma que o vocábulo tem origem controversa e, de acordo com Cunha (1986) e Houaiss e Villar (2001), data do século XIII, documentado nas fichas do Vocabulário Português Medieval. Sobre a etimologia do vocábulo, Houaiss e Villar (2001) afirmam que Corominas rejeita a hipótese de a palavra “menino”, em português, ser um empréstimo do espanhol; para o dicionarista, trata-se de um de tantos termos acariciativos que as mães inventam para os seus filhos e, nessas condições, explica-se que o vocábulo seja aparentado com o francês antigo *mignot* (sXIII), modificado para *mignon*, “gracioso, gentil, bonito”, no catalão (sXIII) apresenta-se como *minyó* “rapaz”; forma histórica. sXIII *menino*, sXIII *menyo*, sXIII *mininno*, 1345, *meninho*, sXIV *menihos*, sXV *mynyno*.

O vocábulo “garoto”, nos dicionários consultados, apresenta dentre outras acepções algumas que se referem à criança, na maioria das vezes, com sentido pejorativo. Bluteau (1728) não registra esse vocábulo e somente em Silva (1813) se encontra o primeiro registro na língua. Segundo o lexicógrafo, o vocábulo refere-se ao “rapaz brejeiro, mal criado, petulante” (SILVA, 1813, p.80). Em Houaiss e Villar (2001), o verbete “garoto” apresenta quatro acepções, das quais duas concernem à criança do sexo masculino, sendo uma de caráter depreciativo: (i) “diz-se do rapaz ou menino que brinca ou anda vadiando pelas ruas”; e (ii) “rapaz imberbe,

adolescente, menino”. Em Ferreira (2004), dentre as sete acepções abonadas, destacam-se três, das quais duas também atribuem um caráter negativo à forma lexical: (i) “que brinca ou anda vadiando pelas ruas; travesso”; (ii) “rapaz sem educação, que anda a vadiar pelas ruas”; e (iii) “rapaz imberbe” (FERREIRA, 2004). Segundo Cunha (1986), a origem etimológica do vocábulo é obscura; porém, Nascentes (1966, p.351) afirma que “José Pedro Machado vê em *-oto* um sufixo diminutivo e relaciona o radical com o francês *gars*.”, ou seja, *garçon*, vocábulo este usado na língua francesa, de acordo com o *Dicionário Larousse* (GALVEZ, 2005, p.159), para designar o “menino”, assim como *gamin*.

O item lexical “moleque” demonstra a influência das línguas africanas no léxico do português. Bluteau (1728, p.541) não considera esse vocábulo como uma forma típica do português europeu, pois, no verbete “moleque”, afirma que “Veyo-nos esta palavra do Brasil”. Cunha (1986, p.528) registra que esse vocábulo veio do quimbundo *mu’leke*, para designar o “menino”, “rapazote” com a datação de 1731 e, no século XIX, essa forma lexical já se encontrava dicionarizada, pois Silva (1813, p.310) registra que “moleque” é o “pretinho, negro pequeno”. Ferreira (2004) apresenta dez acepções para o vocábulo, das quais destacam-se as quatro primeiras: “1.Negrinho. 2.Bras. Indivíduo sem palavra, ou sem gravidade. 3.Bras. Canalha, patife, velhaco. 4.Bras. Menino de pouca idade.” (FERREIRA, 2004). Houaiss e Villar (2001), por sua vez, apresentam dezessete acepções para o verbete “moleque” das quais 13 são para emprego como substantivo masculino e quatro como adjetivo. Merecem destaque as seguintes acepções: “1. menino novo, de raça negra ou mista. 2. garoto de pouca idade. 3. menino criado à solta; menino de rua. 4. garoto travesso.” (HOUISS; VILLAR, 2001). Segundo este mesmo lexicógrafo, a forma lexical “moleque” é usada também em Moçambique para designar o empregado doméstico geralmente em fase escolar.

As outras duas formas lexicais (“piá” e “guri”), por sua vez, evidenciam a influência das línguas indígenas no português. Nenhuma das duas formas se encontra documentada em Bluteau (1728) e Silva (1813). De acordo com Cunha (1986), a forma lexical “guri” veio do tupi *ũ i’ri* com a acepção que designa o “bagre novo” (tipo de peixe), por extensão de sentido, a criança. Ainda nesta entrada, o etimologista remete o usuário ao verbete “guiri - ‘sm bagre’ / curi 1587, guori datada aproximadamente 1631”. Houaiss e Villar (2001), em contrapartida, registram a datação de 1890, documentada no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1952). Para o lexicógrafo, dentre outras acepções, trata-se de um regionalismo brasileiro para designar o “menino”, a “criança”. Ferreira (2004), apesar de apresentar a mesma acepção para o vocábulo, traz outra etimologia. Segundo o dicionarista, o vocábulo “guri” também vem do tupi, porém com o sentido de pequeno, não fazendo, portanto, alusão ao peixe.

No entanto, Nascentes (1966) esclarece que o vocábulo “guri” veio do tupi *ki’ri* “pequeno” e afirma que se trata do “bagre nôvo”, por metáfora: “criança”, portanto, em consonância ao que afirma Cunha (1986).

Quanto ao vocábulo “piá”, os dois dicionários mais antigos da língua portuguesa, Bluteau (1728) e Silva (1813), e os dois dicionários de Cunha, um etimológico (1986) e um histórico sobre as palavras portuguesas de origem tupi (1999), não registram o verbete. Encontra-se em Nascentes (1966, p.578) que o item é de origem tupi, *pi’á*, e designa o “coração, estômago, entranhas, vetrecha, miúdos” e, por extensão, o “produto das entranhas”. De acordo com Houaiss e Villar (2001), o verbete refere-se ao menino indígena e, analogamente, é empregado para se referir ao menino mestiço de indígena com branco ou mesmo qualquer criança do sexo masculino. Ainda segundo o lexicógrafo, trata-se de um regionalismo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para designar o peão menor de idade que não é de raça branca (HOUAISS; VILLAR, 2001). Ferreira (2004) traz como um brasileirismo para designar o índio jovem ou mestiço jovem de branco com índio; pequeno caboclo. Nessa mesma entrada, remete o usuário ao verbete “menino”, tratando-se, pois, de um sinônimo. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul é uma variante usada para designar “qualquer menor que não é branco e trabalha como peão de estância” (FERREIRA, 2004), ou seja, a mesma acepção dada por Houaiss e Villar (2001).

Observa-se, assim, que as informações constantes dos dicionários ratificam a influência de fatores sociais e históricos na constituição do léxico português evidenciando, inclusive, os traços deixados pelos indígenas e africanos que, em conjunto com o elemento português, constituíram a base da sociedade brasileira.

Materiais e métodos

Os dados analisados foram coletados pela equipe do ALiB em 135 municípios brasileiros nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em cada uma das unidades da Federação, foram selecionadas como pontos de inquéritos diferentes cidades, considerando-se a importância histórico-cultural da localidade e, também, a densidade demográfica do estado. Assim, o número de pontos linguísticos em cada unidade difere de uma para a outra. Em cada ponto, foram entrevistados quatro informantes de ambos os sexos com nível de escolaridade fundamental,² perfazendo um total de 527 informantes.³ Desse modo, teve-se acesso aos dados relativos a nove localidades do estado do Mato Grosso; seis do Mato Grosso

² Nas capitais somam-se, a esses quatro, informantes de nível superior. Este estudo não se atém à análise considerando as variáveis sociolinguísticas, pois o foco principal do trabalho é a distribuição diatópica.

³ Em função da abstenção de resposta, não constam dados de alguns informantes.

do Sul; nove de Goiás; 17 municípios de Minas Gerais;⁴ 38 de São Paulo; cinco localidades do Espírito Santo; nove do Rio de Janeiro;⁵ 17 municípios do Paraná; 10 localidades de Santa Catarina; e, por fim, 15 do Rio Grande do Sul.⁶

Para o armazenamento e análise dos dados coletados foi utilizado o software SPSS⁷ (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 17.0 (SPSS, 2008), o que possibilitou estabelecer as análises descritivas e inferenciais pertinentes ao estudo.

As variáveis numéricas, ou seja, o número de ocorrências de cada variante, foram expressas em média e desvio padrão. Quanto às variáveis categóricas, aqui representadas pelas variantes lexicais, foram utilizadas, para sumariá-las, frequências simples e relativas (números e porcentagens) e intervalo de confiança de 95%. Utilizou-se o teste estatístico de Kolmogorov-Smirnov (KS) para avaliar o pressuposto de normalidade, isto é, verificar a aderência das variáveis estudadas à distribuição de probabilidade normal. Valores de p-valor⁸ maiores que 0,05 indicam que a variável tem adesão à distribuição normal. Para a comparação de médias entre grupos, necessária para os testes de hipóteses relativas às variáveis categóricas, foi considerada a adesão das variáveis à distribuição normal. Para tanto, utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis para comparar mais que dois grupos independentes, no caso os estados e, em alguns casos, as mesorregiões desses estados. Os dados referentes a cada variante serão analisados segundo sua ocorrência. Os resultados são considerados estatisticamente significantes se p-valor < 0,05.

Análise dos dados

Contextualização da análise estatística

A análise estatística dos resultados obtidos constitui um importante instrumento na validação desses dados. Resumidamente, o objetivo consiste em extrapolar os resultados da análise para a população estudada, neste caso,

⁴ Faz parte ainda da rede de pontos do ALiB mais seis localidades mineiras (Ipatinga, Ouro Preto, Viçosa, São João Del Rei, Muriaé e Juiz de Fora) cujos inquéritos não estavam finalizados na ocasião da elaboração deste trabalho, portanto, não fazem parte do *corpus* analisado.

⁵ Na ocasião da elaboração deste trabalho, a coleta de dados não havia sido concluída em cinco localidades fluminenses: São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Três Rios, Nova Iguaçu e Parati, portanto, não fazem parte do *corpus* analisado..

⁶ Não constam do *corpus* os dados referentes a Osório e Santa Cruz do Sul.

⁷ Software de análise estatística amplamente utilizado em pesquisas experimentais aplicadas nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

⁸ Valor estatístico utilizado para sintetizar o resultado de um teste de hipóteses.

os informantes representativos do falar de cada região brasileira. Este trabalho apresenta alguns testes de hipóteses explorados visando a inferir conclusões sobre esta população. Na prática, os testes de hipóteses são utilizados para realizar inferências estatísticas. No caso das inferências, por meio do intervalo de confiança, busca-se delimitar o parâmetro populacional desconhecido. Assim, formula-se uma hipótese quanto ao valor do parâmetro e, com base nos elementos amostrais, aplica-se um teste que indicará a aceitação ou rejeição da hipótese formulada.

Em um teste de hipóteses, podem-se manipular duas categorias: hipótese nula e hipótese alternativa. A primeira refere-se à hipótese que se deseja provar como sendo verdadeira, ao passo que a segunda consiste na negação da primeira. O teste pode conduzir à aceitação ou à rejeição da hipótese nula, que corresponde, respectivamente, à negação ou à afirmação da hipótese alternativa. Neste âmbito, encontra-se aplicado o nível de significância de um teste, que consiste na probabilidade máxima de rejeitar a hipótese nula. Ou seja, o nível de significância de 5% (amplamente utilizado em pesquisas experimentais) corresponde à probabilidade máxima de se rejeitar a hipótese nula quando, de fato, ela é verdadeira, caracterizando o erro tipo I (MAGALHÃES; LIMA, 2001).

No estudo, oito hipóteses foram testadas com base nos dados coletados: (1) as ocorrências das variantes das três regiões apresentam comportamento homogêneo; (2) a variante “menino” apresenta homogeneidade em sua distribuição nos dez estados; (3) a variante “moleque” apresenta distribuição homogênea na região Centro-Oeste; (4) a variante “guri” apresenta distribuição homogênea nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; (5) as variantes “moleque” e “garoto” apresentam homogeneidade no estado do Rio de Janeiro; (6) a variante “garoto” apresenta distribuição homogênea no estado de São Paulo; (7) a variante “guri” apresenta homogeneidade na região Sul; (8) a variante “piá” possui distribuição homogênea na região Sul.

Tratamento dos dados

Para a questão 132 do QSL foram documentados 960 registros, distribuídos em nove variantes lexicais,⁹ conforme se observa na Tabela 1.

⁹ Não foram consideradas as variantes que apresentaram ocorrência única no *corpus*: “mocinho”, “bambino” e “bichinho”.

Tabela 1 – Distribuição geral das variantes lexicais para a questão 132 do QSL

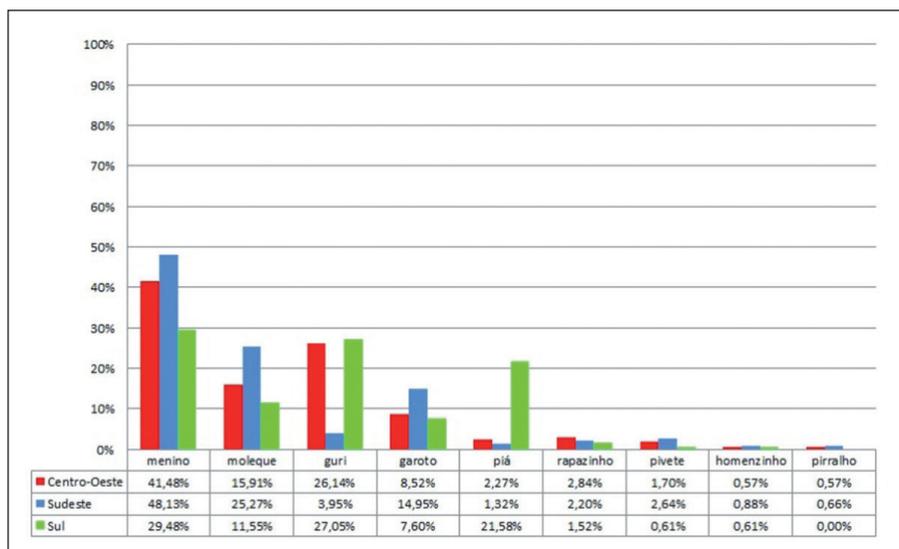
Variantes	N	% total
<i>menino</i>	389	40,52
<i>moleque</i>	181	18,85
<i>guri</i>	153	15,94
<i>garoto</i>	108	11,25
<i>piá</i>	81	8,44
<i>rapazinho</i>	20	2,08
<i>pivete</i>	17	1,77
<i>homenzinho</i>	7	0,73
<i>pirralho</i>	4	0,42
total	960	

Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

A variante mais produtiva, no universo de todas as respostas, é “menino”, que representa 40,52% do *corpus*, seguida de “moleque” (18,85%), “guri” (15,94%), “garoto” (11,25%), e “piá” (8,44%). Em menor produtividade, encontram-se “rapazinho” (2,08%), “pivete” (1,77%) e, com menos de um por cento de representatividade, foram documentadas as variantes “homenzinho” (0,73%) e “pirralho” (0,42%). A Figura 1 apresenta a produtividade dessas variantes por região administrativa.

“Menino” apresentou-se como a variante mais produtiva nas três regiões: Sudeste (48,13%), Centro-Oeste (41,48%) e Sul (29,48%). No Centro-Oeste e no Sul, a segunda variante mais produtiva foi “guri” com 26,14% e 27,05%, respectivamente. A forma lexical “moleque” foi a segunda variante mais produtiva nos municípios da região Sudeste, representando 25,27% das respostas, seguindo-se da variante “garoto” (14,95%). Essas formas (“moleque” e “garoto”), no Centro-Oeste, são as terceira e quarta mais produtivas, com 15,91% de produtividade para “moleque” e 8,52% para “garoto”. Na Região Sul, por sua vez, destaca-se a variante “piá” (21,58%) como a terceira mais representativa. As outras variantes pouco produtivas “rapazinho”, “pivete” e “homenzinho” estiveram presentes nas três regiões com baixo índice de representatividade e a forma lexical “pirralho” ocorreu em algumas localidades do Centro-Oeste e do Sudeste, também com baixo índice percentual (0,57% e 0,66%, respectivamente).

Figura 1 – Produtividade das variantes lexicais para a questão 132 do QSL segundo a região administrativa



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Com vistas a facilitar a representação cartográfica e o tratamento estatístico dos dados, a análise apresentada no estudo se atém mais detalhadamente a cinco variantes mais produtivas: “menino”, “moleque”, “guri”, “garoto” e “piá”. Para o teste das hipóteses formuladas na pesquisa, fez-se necessário analisar o comportamento das referidas variantes caracterizadas como variáveis aleatórias dependentes em diferentes contextos. Para isso, foi utilizado o teste KS objetivando verificar se os dados apresentam aderência à distribuição de probabilidade normal. A Tabela 2 apresenta os resumos estatísticos segundo os grupos de regiões.

Tabela 2 – Resumo estatístico segundo a região administrativa

	<i>menino</i>	<i>moleque</i>	<i>guri</i>	<i>garoto</i>	<i>piá</i>
Respostas:	2,92 (24)	1,29 (24)	1,92 (24)	0,63 (24)	0,17 (24)
média (N*)					
Centro-Oeste					
Desvio padrão	1,176	0,955	1,640	0,576	0,381
KS (p-valor)**	1,159 (0,136)	1,200 (0,112)	0,929 (0,353)	1,597 (0,012)	2,462 (p < 0,001)

		<i>menino</i>	<i>moleque</i>	<i>guri</i>	<i>garoto</i>	<i>piá</i>
	Respostas: média (N*)	3,16 (69)	1,70 (69)	0,26 (69)	0,99 (69)	0,09 (69)
Sudeste	Desvio padrão	1,009	1,240	0,610	0,757	0,373
	KS (p-valor)**	2,412 (p < 0,001)	1,465 (0,027)	3,963 (p < 0,001)	2,284 (p < 0,001)	4,437 (p < 0,001)
	Respostas: média (N*)	2,31 (42)	0,90 (42)	2,12 (42)	0,60 (42)	1,69 (42)
Sul	Desvio padrão	1,070	1,165	1,365	0,989	1,388
	KS (p-valor)**	1,405 (0,039)	1,823 (0,003)	1,133 (0,154)	2,238 (p < 0,001)	1,081 (0,193)

Nota: *N = Quantidade de localidades ** Teste Kolmogorov-Smirnov

Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Neste momento, é importante destacar que a distribuição normal é uma das mais importantes distribuições da estatística, sendo também conhecida como distribuição de Gauss ou Gaussiana, e possui grande uso na estatística inferencial.

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, nota-se que, na região Centro-Oeste, as variantes “menino”, “moleque” e “guri” apresentam aderência à distribuição normal (p-valor > 0,05). No Sul, apenas as variantes “guri” e “piá” apresentam o mesmo comportamento. Pode-se destacar, a partir dos dados, que na região Sudeste nenhuma variante adere à normal. Portanto, como nem todas as formas apresentam aderência a essa distribuição de probabilidade, considera-se que os itens lexicais estudados não apresentam aderência à normal, sendo necessária a aplicação de testes estatísticos não paramétricos para testar as hipóteses formuladas no estudo. Vale ressaltar que a aplicação de testes não paramétricos ocorre quando a população dos dados a serem analisados não possui distribuição normal.

Outro aspecto importante a ser verificado diz respeito à análise de variância, que consiste na comparação de dois ou mais grupos em relação à localização. Para exemplificar, pode-se considerar a situação em que se pretende avaliar se três grupos apresentam desempenhos similares em uma determinada avaliação. A análise de variância procura responder a questões deste tipo por meio da comparação das localizações dos diferentes grupos. Esta comparação é feita a partir da dispersão presente no conjunto de dados (VIEIRA, 2006).

Com o objetivo de verificar se as variâncias das ocorrências são homogêneas nas três regiões analisadas foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis (Tabela 3). O resultado mostra que o teste alcançou um nível significativo, podendo-se assumir que as variâncias dos grupos não são homogêneas. A partir da análise de variância, nota-se que há diferença significativa entre as médias de todas as variantes (p -valor $< 0,05$). Assim, de acordo com os dados apresentados, conclui-se que as regiões não apresentam comportamento homogêneo e a hipótese nula 1 pode ser rejeitada.

Tabela 3 – Teste de homogeneidade das variantes com base nas regiões

	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	df	Teste*(p-valor)
	<i>Média do rank (N)</i>	<i>Média do rank (N)</i>	<i>Média do rank (N)</i>		
menino	71,06 (24)	78,70 (69)	48,68 (42)	2	16,973 ($p < 0,001$)
moleque	67,54 (24)	77,95 (69)	51,92 (42)	2	12,354 (0,002)
guri	86,85 (24)	44,54 (69)	95,76 (42)	2	59,775 ($p < 0,001$)
garoto	62,60 (24)	78,43 (69)	53,95 (42)	2	12,790 (0,002)
piá	57,75 (24)	52,11 (69)	99,96 (42)	2	64,376 ($p < 0,001$)

*Teste de Kruskal-Wallis N = quantidade de localidades

Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Devido ao fato de “menino” ser a variante mais produtiva, presente em todos os estados, a próxima hipótese averiguada consistiu em verificar se a referida forma lexical apresenta distribuição homogênea nos dez estados considerando as mesorregiões contempladas pela rede de pontos.¹⁰ Novamente foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis (Tabela 4).

¹⁰ Em Minas Gerais, três mesorregiões não são contempladas pela rede de pontos a que se teve acesso: Central Mineira, Zona da Mata e Vale do Rio Doce. No estado do Rio Grande do Sul, apenas a mesorregião Centro Oriental Rio-grandense não é contemplada.

Tabela 4 – Análise de variância de *menino* nos estados

Estados		menino	Estados		menino
	χ^2	3,758		χ^2	3,500
Mato Grosso	df	4	Espírito Santo	Df	3
	p-valor (N)	0,440 (9)		p-valor (N)	0,321 (5)
	χ^2	2,333		χ^2	6,621
Mato Grosso do Sul	df	3	Rio de Janeiro	Df	5
	p-valor (N)	0,506 (6)		p-valor (N)	0,250 (9)
	χ^2	5,472		χ^2	8,963
Goiás	df	4	Paraná	Df	9
	p-valor (N)	0,242 (9)		p-valor (N)	0,441 (17)
	χ^2	6,481		χ^2	4,347
Minas Gerais	df	8	Santa Catarina	Df	4
	p-valor (N)	0,593 (17)		p-valor (N)	0,361 (10)
	χ^2	24,537		χ^2	2,448
São Paulo	df	15	Rio Grande do Sul	Df	4
	p-valor (N)	0,057 (38)		p-valor (N)	0,654 (15)

*Teste de Kruskal-Wallis

N = Quantidade de localidades

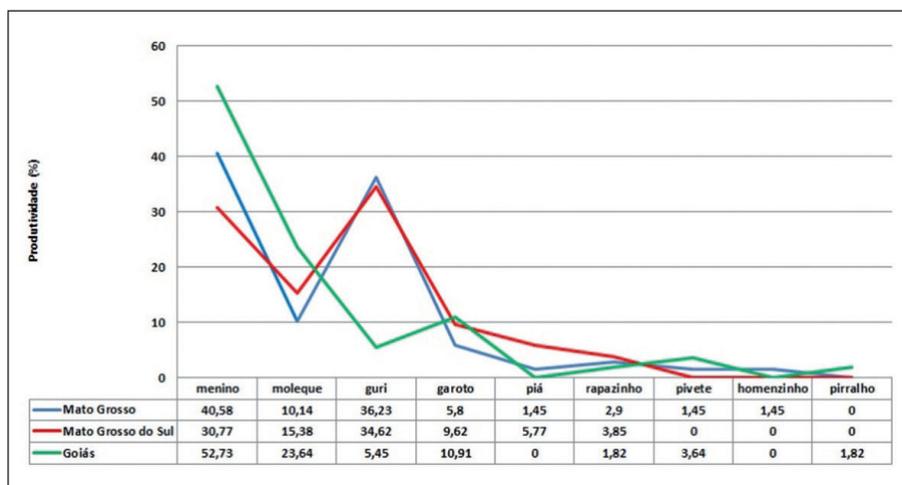
Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Os resultados mostram que o teste não alcançou um nível significativo, podendo-se assumir que as variâncias dos estados são homogêneas. A partir da análise de variância (Tabela 5), nota-se que não há diferença significativa entre as médias da variante “menino” (p-valor > 0,05). Assim, de acordo com os dados apresentados, conclui-se que os estados apresentam comportamento homogêneo e a hipótese nula 2 pode ser aceita. A seguir, passa-se a apresentar os dados considerando individualmente cada uma das três regiões do país, bem como os estados que as constituem.

Região Centro-Oeste

Dos 960 registros documentados no cômputo geral das ocorrências, 176 referem-se aos dados coletados nos municípios da região Centro-Oeste, distribuídos pelos três estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em cada um desses estados, as variantes lexicais obtiveram diferentes índices de ocorrência. Em dados percentuais, apresenta-se a distribuição visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Produtividade das variantes lexicais para a questão 132 do QSL nos estados da região Centro-Oeste



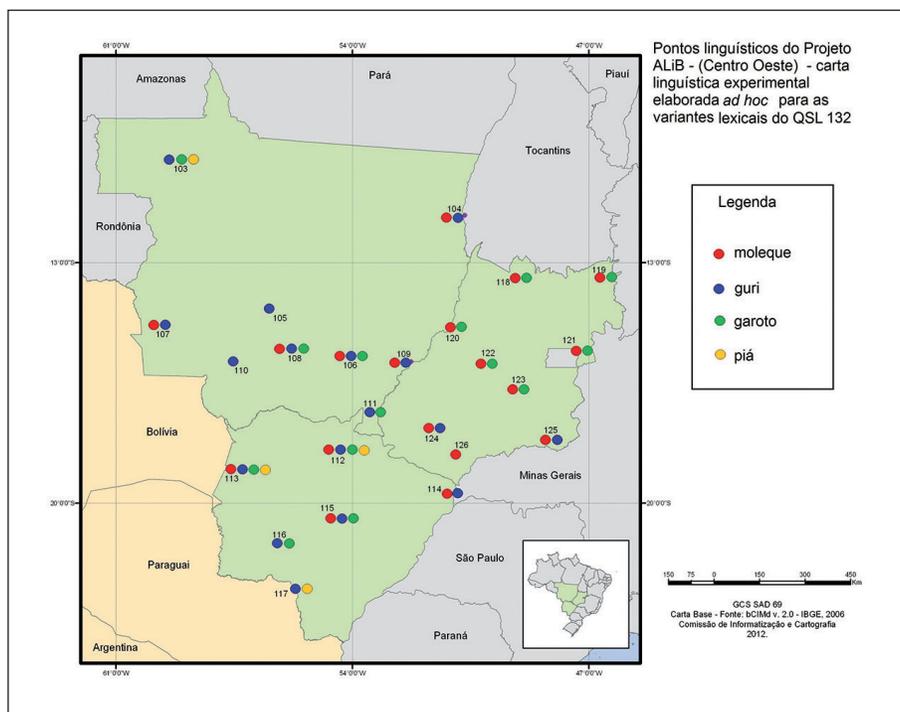
Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Observa-se que a variante “menino” predominou nos três estados, obtendo maior produtividade em Goiás (52,73%). A variante “moleque” também foi mais produtiva nesse estado (23,64%), ao passo que “guri” não foi tão significativa (5,45%) se comparada com a produtividade dessa variante em Mato Grosso (36,23%) e Mato Grosso do Sul (34,62%), que apresentaram índices percentuais próximos.

Com exceção do ponto 105 (Diamantino-MT), a variante “menino” esteve presente em todas as outras 23 localidades que compõem essa região. Assim, para a representação cartográfica, essa variante foi desconsiderada por apresentar uma distribuição diatópica homogênea na região Centro-Oeste. A Figura 3 mostra a distribuição diatópica de quatro variantes lexicais, a saber: “moleque”, “guri”, “garoto” e “piá”.

Os dados da carta linguística (Figura 3) ratificam as informações constantes da Figura 2, ou seja, há uma continuidade na distribuição diatópica da variante “guri” na rede de pontos do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul (ocorrência em todos os pontos), adentrando apenas duas localidades goianas, ponto 124 (Jataí) e ponto 125 (Catalão), localizadas na Mesorregião do Sul Goiano. Ou seja, a forma lexical “guri” não esteve presente em sete das nove localidades que compõem a rede de pontos em Goiás, que, por sua vez, apresenta uma distribuição uniforme da variante “moleque”, pois há registros dessa variante em todas as localidades selecionadas. Nesse sentido, a terceira hipótese do estudo consistiu em averiguar se “moleque” apresenta homogeneidade em sua distribuição na região Centro-Oeste. Os dados obtidos pelo teste de Kruskal-Wallis revelam que a hipótese nula 3 pode ser aceita ($\chi^2 = 1,082$; $df = 2$; $p\text{-valor} = 0,582$).

Figura 3 – Distribuição diatópica das quatro variantes lexicais mais produtivas na rede de pontos da região Centro-Oeste



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

A continuidade na distribuição diatópica de “guri” nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é corroborada pelos resultados oriundos do teste de

Kruskal-Wallis (p-valor = 0,271 em MT e p-valor = 0,407 em MS) quando aplicado nos dados dos referidos estados. Dessa forma, a hipótese nula 4 pode ser aceita, ou seja, “guri” apresenta distribuição homogênea nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A variante “moleque” adentra cinco pontos linguísticos do estado do Mato Grosso: dois localizados na Mesorregião do Nordeste Mato-grossense (ponto 104 – São Félix do Araguaia e ponto 109 – Barra do Garças), no Centro Sul Mato-grossense (ponto 108 - Cuiabá), na Mesorregião do Sudeste Mato-grossense (ponto 106 – Poxoréu) e no Sudoeste Mato-grossense (ponto 107 – Bela Vista da Santíssima Trindade). Essa variante expande-se também pelo Mato Grosso do Sul em quatro localidades: duas na Mesorregião do Centro Norte do Mato Grosso do Sul (ponto 112 – Coxim e 115 – Campo Grande), uma na região dos Pantanais Sul Mato-grossenses (ponto 113 – Corumbá) e ocorre em um ponto do leste do Mato Grosso do Sul (ponto 114 – Paranaíba). Observa-se, ainda, que há a predominância da variante “garoto” nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, pois ocorreu na maioria dos pontos linguísticos desses estados e está registrada em apenas quatro das nove localidades do estado do Mato Grosso. A variante “piá”, por sua vez, não foi documentada em Goiás, registrada em três localidades sul-matogrossenses e em apenas uma localidade do Mato Grosso.

Portanto, os dados apontam que na região Centro-Oeste não é possível traçar uma área de isoléxica para quatro variantes:

- (i) Para “menino”, pois apresenta distribuição homogênea em todo o território.
- (ii) Para “moleque”, porque, apesar de concentrar maior distribuição em Goiás, os dados demonstram que não há uma distribuição contínua dessa variante nos outros estados.
- (iii) Para “garoto”, pois apresenta uma distribuição irregular, ou seja, não há uma continuidade dessa variante no território, ocorrendo também isoladamente no norte do Mato Grosso (ponto 103 – Aripuanã).
- (iv) Para “piá”, pois está registrada em duas localidades ao norte (pontos 112 – Coxim e 113 – Corumbá), uma ao sul do Mato Grosso do Sul (ponto 117 – Ponta Porã) e em apenas uma localidade ao norte do Mato Grosso (Aripuanã), portanto, em uma faixa territorial descontínua. Além disso, os relatos de alguns informantes indicam que se trata de uma variante de caráter diatópico, referente ao estado do Paraná. Apesar de uma informante do sexo feminino pertencente à primeira faixa etária (18-30 anos) do ponto 103 – Aripuanã – afirmar veementemente que usa a variante “piá” em seu idioleto,¹¹ há o registro na fala de um informante dessa

¹¹ Por idioleto entende-se: “[...] conjunto de usos de uma língua própria de um indivíduo, num momento determinado.” (DUBOIS et al, 1991, p.329).

mesma localidade de que a variante “piá” tem um caráter diatópico, ou seja, pertence a outra região, neste caso, ao estado do Paraná, conforme se observa no discurso transcrito *ipsis litteris*, a seguir:¹²

INF.- Ah, nós já chama ele de Maciel: “oh Macielzinho vem cá” ele já cresceu...
(referindo-se ao neto)

INO.- É, mas e se o senhor não sabe o nome dele, na rua...

INF.- Ah, não nós chamamo... éh... na nossa, na nossa language, nós chamava assim: “oh minino, vem cá”, né, nós chamava ‘ôh minino’ [mi’*nino*] vem cá. Já na língua do pessoal aqui, daqui pra frente principalmente da região do Paraná chama piá né: “ôh piá [pi’a] vem cá”.

INO.- Mas aqui é menino?

INF.- Aqui é menino, na nossa tredição...(?=tradição).

Por outro lado, a distribuição diatópica da variante “guri”, conforme já observado, permite o traçado de uma área de isoléxica que contempla todo o estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul adentrando ao sul do estado de Goiás, o que revela, portanto, uma diferença linguística entre Goiás e os outros estados que compõem essa região. Essa diferença linguística é evidenciada, inclusive, no discurso dos informantes, conforme se observa no trecho transcrito relativo à fala de um informante¹³ de Goiânia (ponto 123):

INO.- O senhor chama assim: “Ô criança, venha pra cá?”, se for do sexo masculino?

INF.- Minino [mi’*nino*], assim num tem né...

INO.- Menino?

INF.- É.

INO.- Conhece por algum outro nome?

INF.- Parece que no Mato Grosso fala guri [gu’*ri*] né.

INO.- É?

INF.- É, o guri. Chama de guri.

INO.- Aqui fala guri?

INF.- Não, aqui num chama de guri não, já vi falá em guri éh... no Mato Grosso, que eu tenho uma cumade lá e a gente ía pra lá, ela chamava os minino dela de guri.

INO.- Aqui não?

INF.- Aqui num... nunca vi falá não.

¹² Transcrição grafemática e fonética. As siglas INO. e INF. indicam os turnos da conversação do inquiridor e do informante, respectivamente. Esse trecho refere-se ao discurso do informante 3 de Aripuanã – ponto 103 (homem pertencente à segunda faixa etária - 50 a 65 anos - com ensino fundamental).

¹³ Homem, pertencente à segunda faixa etária (50 a 65 anos), com ensino fundamental. Os trechos sublinhados indicam sobreposição das vozes.

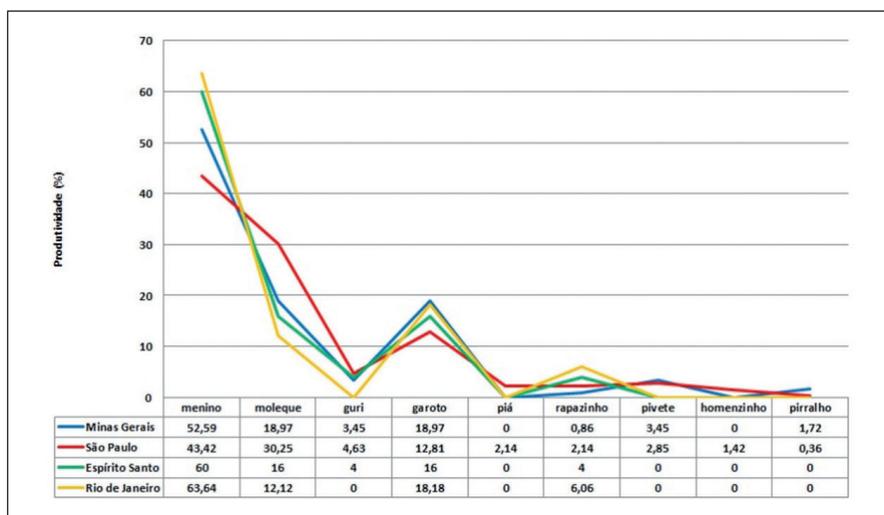
Por fim, ainda no Centro-Oeste, das 176 ocorrências documentadas, 10 delas referem-se a quatro variantes menos produtivas, a saber: “rapazinho” (cinco registros), “pivete” (três registros) e “homenzinho” e “pirralho” como ocorrências únicas. Essas formas lexicais ocorreram esparsamente por todo o território: “rapazinho” esteve presente nos pontos 111 – Alto Araguaia-MT, 114 – Paranaíba-MS e 120 – Aruanã-GO. A variante “pivete” foi documentada nos pontos 121 – Formosa-GO, 132 – Goiânia-GO e 108 – Cuiabá-MT. As ocorrências únicas do Centro-Oeste foram documentadas no ponto 103 – Aripuanã-MT (“homenzinho”) e em Formosa-GO, ponto 121 (“pirralho”).

Região Sudeste

Nos municípios da região Sudeste, foram documentados 455 registros com diferentes índices de ocorrências. Em dados percentuais, apresenta-se a produtividade dessas ocorrências por meio da Figura 4.

Este gráfico revela um comportamento semelhante das variantes em cada um dos quatro estados que compõem a região. Assim, pode-se apontar três pontos principais: (i) a predominância da variante “menino” nos quatro estados, com produtividade acima de 50% em três deles: Rio de Janeiro (63,64%), Espírito Santo (60%) e Minas Gerais (52,59%); (ii) a baixa produtividade da variante “guri” em três estados: São Paulo (4,63%), Espírito Santo (4%) e Minas Gerais (3,45%), não ocorrendo nos municípios do Rio de Janeiro; (iii) a presença da variante “garoto” com percentual próximo em Minas Gerais (18,97%), Rio de Janeiro (18,18%) e diferentes índices no Espírito Santo (16%) e São Paulo (12,81%).

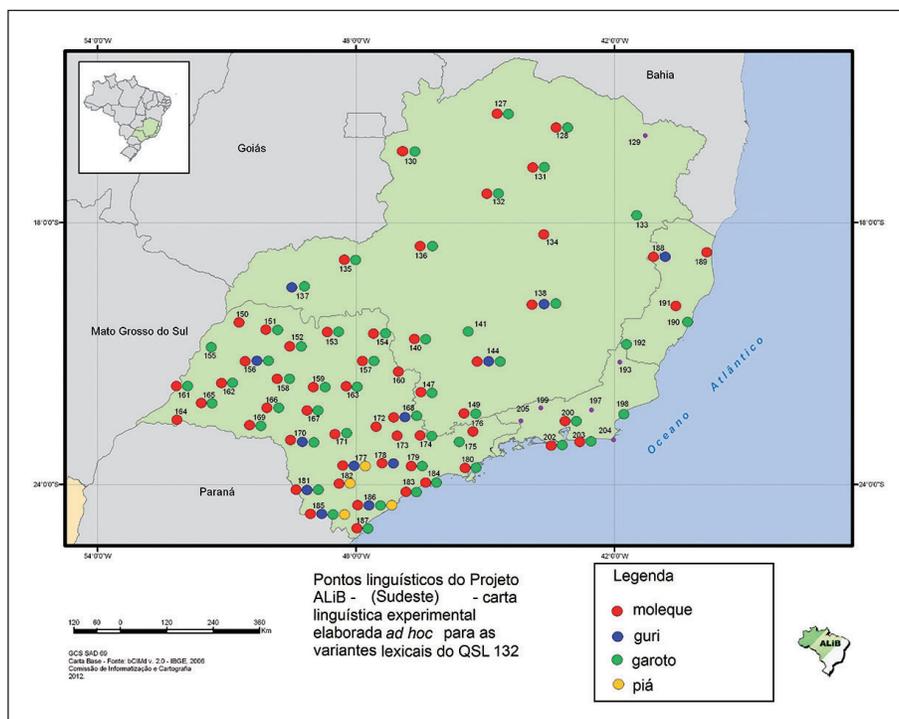
Figura 4 – Produtividade das variantes lexicais para a questão 132 do OSL nos estados da região Sudeste



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Assim como no Centro-Oeste, no Sudeste a variante “menino” também ocorreu em todos os pontos linguísticos. Dessa forma, para a cartografia, essa forma lexical foi desconsiderada, haja vista que a sua distribuição diatópica é homogênea em toda a região. A Figura 5 apresenta a distribuição das quatro variantes (“moleque”, “guri”, “garoto”, “piá”) nos pontos linguísticos do Sudeste.

Figura 5 – Distribuição diatópica das quatro variantes lexicais mais produtivas na rede de pontos da região Sudeste



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

A princípio, observa-se que, no mapa, há seis pontos linguísticos em que não ocorre nenhuma das quatro variantes elencadas na legenda (ponto 129 – Pedra Azul/MG, 193 – Itaperuna/RJ, 197 – Nova Friburgo/RJ, 199 – Valença/RJ, 204 – Arraial do Cabo/RJ e ponto 205 – Barra Mansa/RJ). Isso se deve ao fato de que, nesses pontos, houve a ocorrência quase que exclusiva da variante mais produtiva do *corpus*, “menino”, pois, nos pontos 197 e 204, além de “menino” ocorreu também uma variante menos produtiva, “rapazinho”.

Dentre as quatro variantes escolhidas para representação cartográfica, destaca-se a forma lexical “moleque”, que apresenta uma distribuição mais

uniforme no estado de São Paulo, em comparação aos outros estados, pois dos 38 pontos linguísticos que compõem a rede de pontos em São Paulo, apenas em dois deles essa variante não ocorreu (ponto 155 – Andradina, ao noroeste, e no ponto 175 – Taubaté, situado a leste). Em Minas Gerais, dos 17 pontos a que se teve acesso, em quatro deles não há a ocorrência da variante “moleque”, a saber: ponto 137 – Campina Verde, localizado no Triângulo Mineiro; 141 – Formiga, situado ao sul do estado e em dois municípios localizados no nordeste mineiro, 129 – Pedra Azul, e ponto 133 – Teófilo Otoni. No Espírito Santo, a variante “moleque” não ocorreu na capital – Vitória, ponto 190, e no ponto 192 – Guaçuí, divisa política com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por fim, no Rio de Janeiro, a produtividade da variante “moleque” foi baixa (12,12%), conforme atestam os dados da Figura 4, e esteve presente apenas em três dos nove municípios a que se teve acesso. Essa variante figurou na capital – Rio de Janeiro (ponto 202) e nos pontos 200 – Petrópolis e 203 – Niterói. Essa disparidade em relação aos outros estados deve-se ao fato de, no Rio de Janeiro, predominar o uso da variante “menino” com representatividade de 63,64% das respostas, conforme se verifica na Figura 4. Apesar disso, o teste de homogeneidade de variâncias indicou que a hipótese 5 pode ser aceita ($\chi^2 = 7,714$; $df = 5$; $p\text{-valor} = 0,173$), ou seja, os resultados do teste evidenciam a homogeneidade da distribuição das variantes “moleque” na rede de pontos a que se teve acesso. Porém, vale ressaltar que a coleta de dados nesse estado ainda não foi concluída pela equipe do Projeto ALiB, portanto, tal hipótese se aplica aos dados analisados e sua possível generalização dependerá do *corpus* completo do estado do Rio de Janeiro.

Assim, pode-se afirmar que, embora se verifique no mapa (Figura 5) uma continuidade da distribuição diatópica da variante “moleque” (desde o estado de São Paulo adentrando ao Triângulo Mineiro, centro de Minas Gerais até o Norte do Espírito Santo), não é possível traçar uma linha de isoléxica. Em virtude da ausência dos dados referentes a seis localidades mineiras e cinco localidades fluminenses,¹⁴ não é possível verificar se essa variante está documentada nas localidades do sul e leste de Minas Gerais, bem como nas demais cidades do Rio de Janeiro que integram a rede pontos do Projeto ALiB nos referidos estados.

O uso da variante “moleque” esteve atrelado ao caráter ofensivo para se referir à criança dependendo do contexto; portanto, em algumas situações há a preferência pela variante “moleque” em detrimento de “menino”, conforme se observa no discurso de alguns informantes como os reproduzidos a seguir:

¹⁴ Na ocasião da elaboração deste trabalho, a equipe do Projeto ALiB não havia concluído a coleta de dados nos pontos 139 – Ipatinga, 142 – Ouro Preto, 143 – Viçosa, 145 – São João Del Rei, 146 – Muriaé, 148 – Juiz de Fora, do estado de Minas Gerais, e nos pontos 194 – São João da Barra, 195 – Campo de Goytacazes, 196 – Três Rios, 201 – Nova Iguaçu e 206 – Parati, no estado do Rio de Janeiro.

INF.- Minino [mi'ninu].

INQ.- Tem outro nome pra menino, aqui?

INF.- Tem. Muleque [mu'leki], pivete [pi'vetʃi]. Depende do estado da criança. Se a gente vê que é minino, a gente fala que é minino, né, mai' se a gente vê que é mai' crescidin, aí já... pivete, é muleque.

INQ.- Chamar uma criança de moleque, isso é ofensivo?

INF.- Ah, pra mim sei lá né, é falta de educação né, criança, criança é criança.

INQ.- Se você por exemplo tivesse um filho e falar "eu tenho um moleque lá em casa".

INF.- Ai já não. Depende do lugar né, depende da hora, você não vai sair na rua e chamar o minino de muleque, né, daí tem o pai do menino, o pai vai vim querê tirá satisfação, daí já tá ofendendo.¹⁵

INQ.- Tem outro nome pra menino?

INF.- Muleque [mu'leki].

INQ.- Moleque é ofensivo? Se você falar assim: "Eu tenho dois moleques". É ofensivo?

INF.- Eu num acho.

INQ.- Não né, não ofende. "Eu tenho dois moleques."

INF.- É, sem maldade nenhuma.

INQ.- Como que é com maldade?

INF.- Por exemplo, "eu tenho dois moleques", eh... daí 'cê fala, sem maldade, aí com maldade 'cê fala... eh... por exemplo: "Aquele dois moleque não qué sabê de nada", ((tom de voz mais alto)), aí já é uma ofensi... uma ofensa, né.

INQ.- Às vezes você fala para o teu namorado: "Você parece um moleque". Aí é ofensivo, né?

INF.- É.¹⁶

A variante "guri", por sua vez, obteve baixa produtividade no Sudeste, registrada em 12 municípios, dos quais oito são paulistas, localizados em diferentes regiões do estado como, por exemplo, no ponto 156 – Araçatuba – ao noroeste, nos pontos 170 – Bernardino de Campos e 181 – Itararé – no sudoeste do estado, em dois municípios localizados no Vale do Ribeira, pontos 185 – Ribeira e 187 – Registro, nos pontos 177 e 178, Itapetininga e Sorocaba, e no ponto 168 – Mogi Mirim, localizado no nordeste paulista. Já no estado de Minas Gerais, são três os municípios em que a variante "guri" foi documentada: ponto 137 – Campina Verde, localizado no Triângulo Mineiro; ponto 144 – Lavras, ao sul do estado; e na

¹⁵ Trecho do inquérito 135/1 – Uberlândia/MG. Informante do sexo masculino, de 18 a 30 anos com ensino fundamental de escolaridade.

¹⁶ Trecho do inquérito 176/2 – Guaratinguetá/SP. Informante do sexo feminino, de 18 a 30 anos, com ensino fundamental de escolaridade.

capital, Belo Horizonte, ponto 138. Por fim, no Espírito Santo, essa variante ocorreu somente em Barra de São Francisco – ponto 188, localizado na fronteira política do estado do Espírito Santo com Minas Gerais, no norte do estado.

Assim, pode-se inferir que não é possível traçar uma linha de isoléxica para essa variante na região Sudeste, pois sua distribuição espacial não apresenta uma concentração específica em determinada área. Porém, a presença da variante “guri” em determinadas localidades paulistas, tais como Itararé, Itapetininga e Sorocaba, pode ser explicada pela influência vinda do sul do país, haja vista que algumas dessas localidades eram pontos pertencentes à antiga rota proveniente do Caminho das Tropas, pela consequência do Tropeirismo no Paraná.¹⁷

A terceira variante mais produtiva no Sudeste (“garoto”) encontra-se registrada na grande maioria dos pontos linguísticos do estado de São Paulo, não ocorrendo no ponto 150 – Jales, ao noroeste, e no ponto 164 – Teodoro Sampaio, além de ocorrer em uma faixa territorial que vai desde o ponto 160 – Mococa, localizado no nordeste paulista até o ponto 182 – Capão Bonito, situado ao sul do estado, conforme se observa na Figura 6.

Figura 6 – Isoléxica da variante *garoto* nas localidades do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

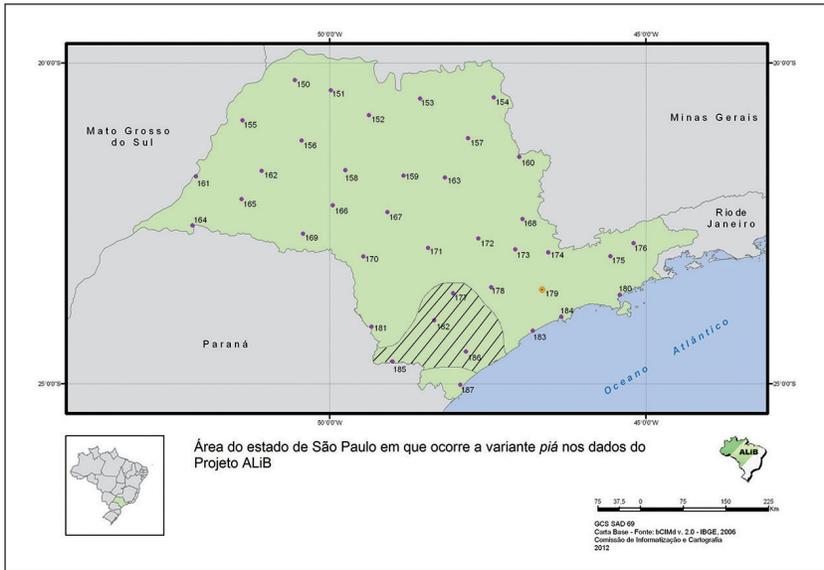
¹⁷ O chamado Caminho das Tropas consistiu em uma antiga via terrestre de acesso ao Rio Grande do Sul, na época do Brasil colônia usado principalmente para o transporte de muires. O Caminho do Viamão era o mais utilizado, partia de Viamão/RS e atravessava os campos do Paraná adentrando ao estado de São Paulo passando por Itararé, Itapetininga até o destino final, Sorocaba.

Portanto, dos 38 municípios paulistas, em apenas oito deles essa variante não foi documentada ou não foi reconhecida pelos informantes como uma forma típica para denominar a criança do sexo masculino na localidade. A ocorrência dessa variante, no território paulista, portanto, apresenta uma distribuição homogênea evidenciada pela aplicação do teste de Kruskal-Wallis ($\chi^2 = 7,377$; $df = 15$; $p\text{-valor} = 0,946$) e a hipótese 6 pode ser aceita.

Em Minas Gerais, a variante “garoto” não esteve presente em apenas dois pontos linguísticos: ponto 129 – Pedra Azul, no nordeste mineiro, em que a variante exclusiva foi “menino”, e no ponto 134 – Diamantina, localizado no centro do estado, em que houve a ocorrência das variantes “menino” e “moleque”. No Espírito Santo, essa variante circunscreve-se a duas localidades: na capital – ponto 190 (Vitória) e na fronteira com Minas e Rio de Janeiro – ponto 192 – Guaçuí. Portanto, não há registro da variante “garoto” em dois municípios capixabas localizados ao norte, pontos 188 e 189 – Barra do São Francisco e São Mateus, e também em um município da região central do estado – ponto 191 – Santa Teresa. No Rio de Janeiro, por sua vez, dos nove pontos a que se teve acesso, em quatro deles essa variante foi documentada, a saber: pontos 198 – Macaé, 200 – Petrópolis, 202 – Rio de Janeiro e 203 – Niterói. Novamente, foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis para verificar a homogeneidade de “garoto” no estado do Rio de Janeiro. O resultado mostra que a variante apresenta distribuição homogênea ($\chi^2 = 7,556$; $df = 5$; $p\text{-valor} = 0,182$) e a hipótese nula 5 pode ser aceita.

Por fim, a variante “piá” não apresentou uma distribuição diatópica uniforme nos estados que compõem a região Sudeste. O único estado em que ocorre essa variante é São Paulo, presente nos pontos 177 – Itapetininga, 182 – Capão Bonito, 185 – Ribeira e 186 – Registro, ou seja, a forma lexical *piá* restringe-se a uma área específica do estado, podendo, de certa forma, indicar uma área de isoléxica (Figura 7). A presença dessa variante nessas localidades possivelmente justifica-se porque alguns desses municípios pertenciam ao Caminho dos Tropeiros, assim como foi afirmado acerca da variante “guri”.

Figura 7 – Isoléxica da variante *piá* nas localidades do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Ainda no Sudeste, foram registradas outras quatro variantes menos produtivas, distribuídas esparsamente por todos os estados da região. Assim, foram documentadas 12 ocorrências da variante “pivete” das quais oito foram em cidades paulistas, e quatro em municípios de Minas Gerais. O uso dessa variante, geralmente, está associado ao caráter ofensivo que lhe é atribuído para se referir à criança, conforme se observa no discurso de uma informante transcrito a seguir:

INQ.- Pra menino, pode dar um outro nome?

INF.- Moleque [mo'leki].

INQ.- Que mais?

INF.- Hum, pivete [pi'vetʃi].

INQ.- É ofensivo?

INF.- Pivete é.

INQ.- E moleque?

INF.- Moleque também eu acho que é.

INQ.- Você, por exemplo, se você tivesse um, “ah eu tenho um molequinho lá em casa.” Isso é ofensivo?

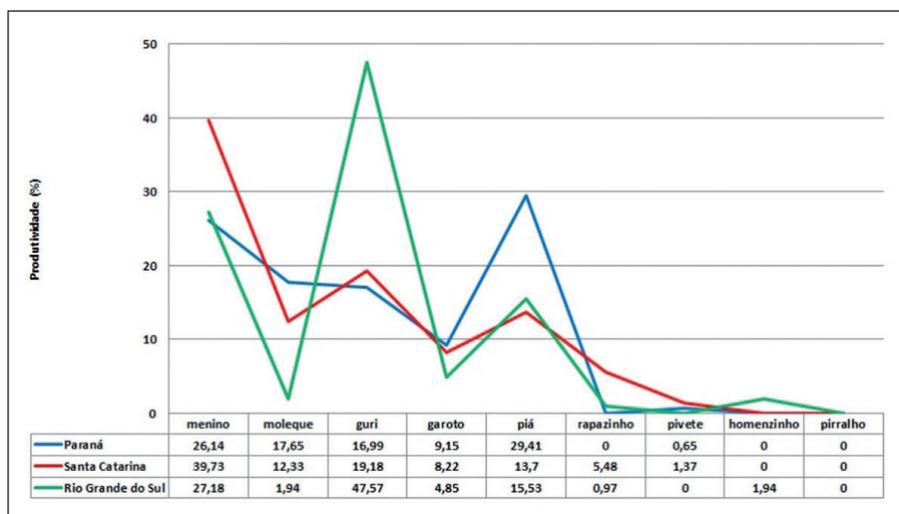
INF.- Ah, dependendo da forma que fala não, se você fala assim: Ah eu tenho um molequinho lá em casa, e se você fala: O moleque sai daí, já tô ofendendo, são as formas de fala.¹⁸

A variante “rapazinho”, por sua vez, não recebe esse caráter ofensivo; foi registrada no *corpus* do Sudeste com 11 ocorrências: uma em Minas, um registro no estado do Espírito Santo, um no Rio de Janeiro e oito ocorrências no estado de São Paulo. Foram documentadas quatro ocorrências para “homenzinho” no estado de São Paulo e, por fim, três ocorrências para “pirralho”, das quais duas em São Paulo e uma em Minas Gerais.

Região Sul

No Sul do Brasil, foram documentados 329 registros com diferentes índices de representatividade para cada uma das variantes. Assim, destacam-se três variantes principais, dependendo do estado, conforme se observa na Figura 8.

Figura 8 – Produtividade das variantes lexicais para a questão 132 do OSL nos estados da região Sul



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

¹⁸ Trecho do inquérito 137/2 – Campina Verde/MG. Informante do sexo feminino, de 18 a 30 anos, com ensino fundamental de escolaridade.

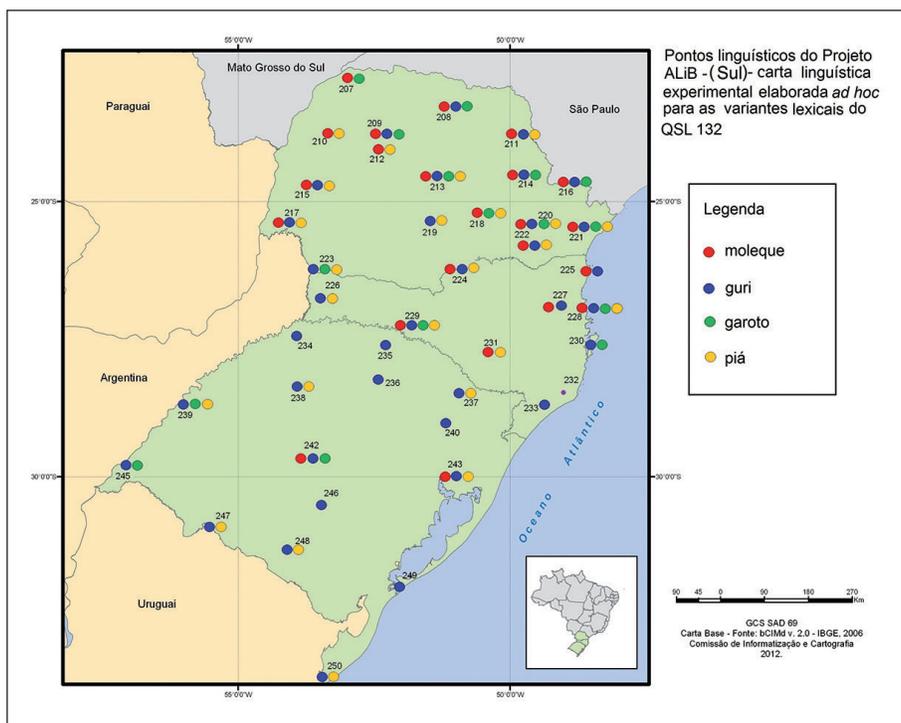
Contrariamente ao que ocorreu no Sudeste, a variante “menino” não predominou em todos os estados que compõem a região Sul, pois essa forma lexical obteve maior produtividade no estado de Santa Catarina (39,73%), enquanto, no Rio Grande do Sul, “guri” se apresentou como a forma majoritária (47,57%), ao passo que, no estado do Paraná, “piá” obteve maior índice de representatividade (29,41%). Observa-se também neste estado que a segunda e a terceira variantes mais produtivas foram “menino” (26,14%) e “moleque” (17,65%). A forma “guri” apresentou-se como a quarta variante mais produtiva nas cidades paranaenses (16,99%).

Em Santa Catarina, figuraram como segunda e terceira mais produtivas as formas lexicais “guri” (19,18%) e “piá” (13,7%). A quarta variante mais produtiva foi “moleque” (12,33%). Já, no Rio Grande do Sul, a segunda e a terceira variantes com mais representatividade foram “menino” (27,18%) e “piá” (15,53%). A variante “garoto”, nas localidades gaúchas, apresenta-se como a quarta variante, porém com baixo índice de representatividade (4,85%). Esta forma lexical, no estado do Paraná e de Santa Catarina, manteve-se com percentual próximo, 9,15% e 8,22%, respectivamente.

A Figura 9 apresenta a distribuição diatópica das quatro principais variantes documentadas no *corpus*, excetuando-se a variante “menino”, pois, das 42 localidades consultadas, em apenas duas a referida variante não foi registrada: pontos 237 – Vacaria e 247 – Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.¹⁹

¹⁹ Assim como em algumas localidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro, na ocasião da elaboração deste trabalho, não estavam disponíveis os dados referentes a duas localidades gaúchas 241 – Santa Cruz do Sul e 244 – Osório.

Figura 9 – Distribuição diatópica das quatro variantes lexicais mais produtivas na rede de pontos da região Sul

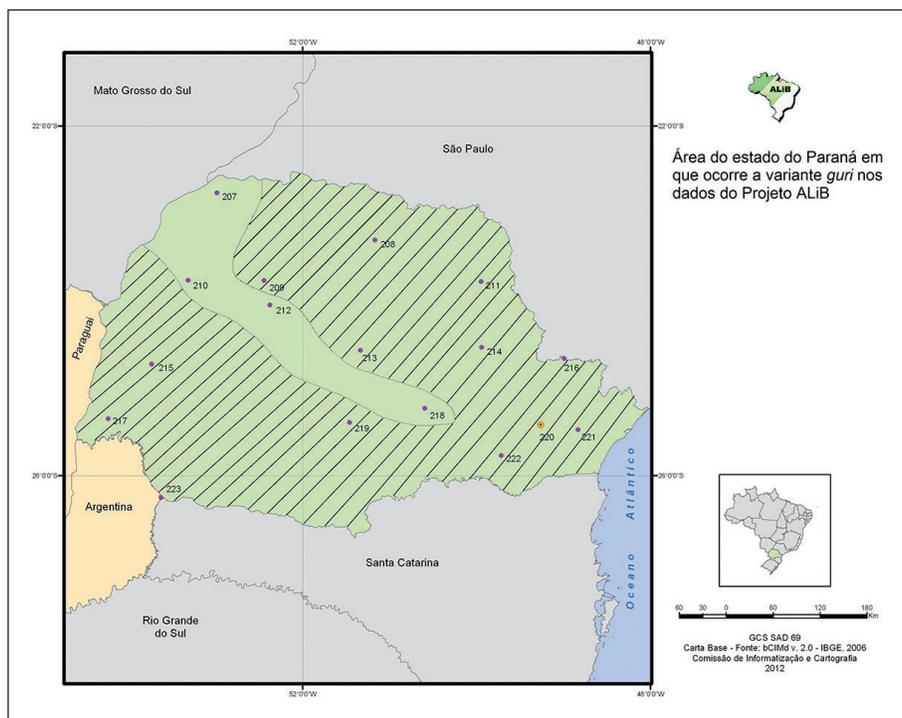


Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Observa-se que, no ponto 232 – Criciúma/SC, não há registro de nenhuma das quatro variantes elencadas na legenda. Isso se deve ao fato de que nessa localidade houve a ocorrência exclusiva da variante “menino”. Assim, a Figura 9 apresenta uma concentração da variante “moleque” no estado do Paraná e em Santa Catarina, pois, dos 17 municípios paranaenses constantes da rede de pontos do estado, esta variante não foi registrada em apenas dois deles, ponto 219 – Guarapuava e 223 – Barracão, localizados no centro e ao sudoeste paranaense. Em Santa Catarina, das dez localidades que contemplam a rede de pontos, esta variante não está presente em cidades próximas ao litoral sul do estado, pontos 230 – Florianópolis, 232 – Tubarão e 233 – Criciúma, e em uma localidade no oeste catarinense, ponto 226 – São Miguel do Oeste. Ao contrário, no Rio Grande do Sul, “moleque” foi registrada apenas em duas localidades, em Porto Alegre – ponto 243 e em Santa Maria – ponto 242; portanto, não se constitui como uma forma típica dos gaúchos para denominar a criança do sexo masculino, haja vista que nas localidades gaúchas a referida variante obteve baixa representatividade.

Já “guri”, assim como a variante “menino”, apresentou uma melhor distribuição na região Sul, contemplando o estado do Rio Grande do Sul, adentrando o estado de Santa Catarina, com exceção dos pontos 231 – Lages e 232 – Tubarão. No Paraná, foi documentada em 13 pontos linguísticos, não registrada somente em quatro municípios, dos quais três estão localizados ao noroeste paranaense (ponto 207 – Nova Londrina, 210 – Umuarama e 212 – Campo Mourão) e um no centro do estado (ponto 218 – Imbituva), conforme se observa na Figura 10.

Figura 10 – Isoléxica da variante *guri* nas localidades do estado do Paraná



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

No entanto, em resposta à hipótese nula 7, o teste de Kruskal-Wallis indicou que “guri” não apresentou uma distribuição homogênea na região Sul, apesar de ocorrer na maioria das localidades (Tabela 5). Tal fato pode ser explicado pela grande concentração de ocorrências dessa variante no Rio Grande do Sul (49 registros) se comparada aos estados de Santa Catarina (14 ocorrências) e Paraná (26 ocorrências). Desse modo, a hipótese 7 pode ser rejeitada.

Tabela 5 – Teste de homogeneidade das variantes *guri* e *piá* na região Sul

	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	df	Teste*(p-valor)
	<i>Média do rank (N)</i>	<i>Média do rank (N)</i>	<i>Média do rank (N)</i>		
guri	16,26 (17)	15,20 (10)	31,63 (15)	2	16,791 (p<0,001)
piá	29,38 (17)	15,60 (10)	16,50 (15)	2	12,401 (0,002)

*Teste de Kruskal-Wallis N = quantidade de localidades

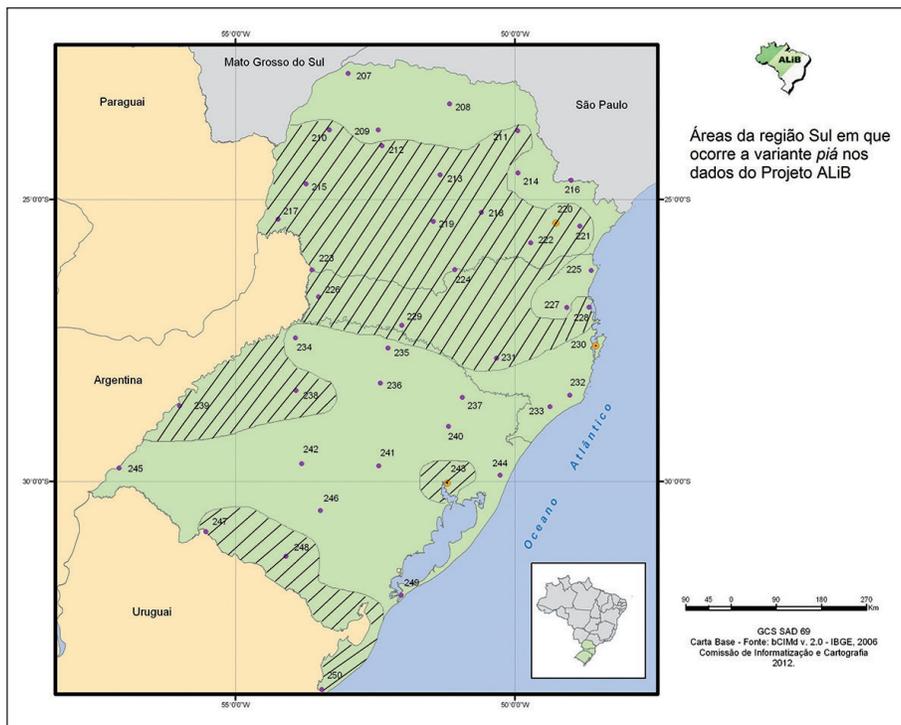
Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

A variante “garoto” apresentou uma maior concentração no Paraná e em Santa Catarina. No território paranaense, foi registrada em nove pontos linguísticos localizados ao norte e a leste do estado, não ocorrendo nos municípios localizados ao sudoeste. Em Santa Catarina, essa variante ateu-se a duas cidades litorâneas, ponto 228 (Itajaí) e ponto 230 (Florianópolis), além de ocorrer em uma localidade a oeste do estado, ponto 229 – Concórdia. No Rio Grande do Sul, “garoto” também foi registrado em três cidades: 239 – São Borja, 245 – Uruguiana e 242 – Santa Maria.

Observa-se, ainda, na Figura 9, que “piá” se distribui no Paraná principalmente nos pontos linguísticos localizados no centro e no sul do estado, o que permite o traçado de uma linha de isoléxica que não contempla os pontos localizados ao norte e leste paranaense: pontos 207 – Nova Londrina, 208 – Londrina, 209 – Terra Boa, 214 – Piraí do Sul e 216 – Adrianópolis. A ausência dessa variante em cidades próximas à fronteira política com o estado de São Paulo pode ser explicada pelas influências linguísticas oriundas desse estado no norte do Paraná, haja vista que a variante “piá” não é uma forma lexical típica dos paulistas. As influências advindas principalmente de Santa Catarina evidenciam a presença da forma “piá” em municípios do centro e do sul do Paraná, pois, em Santa Catarina, “piá” ocorre em quatro pontos do interior 224 – Porto União, 226 – São Miguel do Oeste, 229 – Concórdia e 231 – Lages e na capital, ponto 230 – Florianópolis. Porém, no território “gaúcho”, a variante “piá” apresentou uma distribuição esparsa, ou seja, não ocorreu em uma área contínua do estado. Assim, dos 15 pontos a que se teve acesso, a forma lexical “piá” foi registrada em sete municípios, a saber: 237 – Vacaria, 238 – Ijuí, 239 – São Borja, 243 – Porto Alegre, 247 – Santana do Livramento, 248 – Bagé e 250 – Chuí, conforme se observa na Figura 11.

A hipótese nula 8 consistiu em verificar se “piá” apresenta distribuição homogênea na região Sul. De acordo com os dados das Tabelas 6 e 7, existem evidências estatísticas significantes de uma diferença entre as regiões e a hipótese pode ser rejeitada (p -valor = 0,002). Assim como ocorreu com a variante “guri”, foi verificada uma maior concentração de ocorrências de “piá” no estado do Paraná (45 registros), se comparada aos estados de Santa Catarina (10 registros) e Rio Grande do Sul (16 registros), o que justifica tal resultado.

Figura 11 – Isoléxica da variante *piá* na região Sul



Fonte: Banco de dados do ALiB (2013).

Por fim, na região Sul, houve o registro de quatro variantes menos produtivas. Foram documentadas cinco ocorrências da forma lexical “rapazinho” nos pontos 225 – São Francisco do Sul/SC (três registros), 229 – Concórdia/SC (ocorrência única) e no ponto 248 – Bagé/RS (ocorrência única). A variante “homenzinho” obteve duas ocorrências, uma no ponto 236 – Passo Fundo/RS e outra no ponto 248 – Bagé/RS. A forma “pivete” foi documentada em Guarapuava/PR e em Lages/SC. Finalmente, como *hapax legomena*, houve a ocorrência da variante “bambino” em Adrianópolis/PR.

Considerações finais

Embora não se utilize o *corpus* do Projeto ALiB em sua totalidade, este estudo comprova diferenças linguísticas entre os estados e as regiões investigadas. A variante mais difundida na norma lexical do português brasileiro para a questão analisada, considerando o *corpus* investigado, é “menino”, registrada em quase todos os pontos linguísticos.

A pesquisa evidenciou que, no Centro-Oeste, há diferenças linguísticas entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso em relação ao estado de Goiás. Nos dois primeiros, além da predominância da variante “menino”, há um índice considerável de registros da variante “guri”, típica da região Sul, o que ressalta a semelhança desses estados em alguns aspectos com o Rio Grande do Sul devido a fluxos migratórios. Em Goiás, por sua vez, o índice de ocorrência da variante “guri” é menor, haja vista que esse estado recebeu influências também de outros grupos, além dos bandeirantes paulistas durante o seu processo de ocupação.

A variante “moleque” difunde-se pelas três regiões, constituindo-se como a segunda variante mais produtiva. Essa forma lexical está presente, sobretudo, nos estados em que houve a intensa atuação dos bandeirantes durante o período de escravização do índio e, principalmente, do negro nas áreas mineradoras. Essa variante de etimologia africana não obteve índice de ocorrência considerável no Rio Grande do Sul.

Na região Sul, há três variantes que se destacam: (i) “guri” é a forma mais difundida e mais produtiva no Rio Grande do Sul; (ii) em Santa Catarina, há maior índice de ocorrência da variante “menino”; e (iii) “piá” é a forma lexical mais produtiva no estado do Paraná. Neste estado, a ocorrência dessa variante concentra-se em municípios do centro e sul, não ocorrendo em cidades do norte e leste paranaense. A não ocorrência de “piá” nesta área justifica-se por sua proximidade linguística com o estado de São Paulo.

Por fim, no Sudeste, além de outras formas, há a ocorrência esparsa da variante “guri” em cidades paulistas, mineiras e capixabas, não possibilitando o traçado de isoléxica. “Piá”, por sua vez, ocorreu exclusivamente em quatro localidades paulistas localizadas no Vale do Ribeira, o que permite o traçado de uma área de isoléxica. A presença dessa variante nessa região do estado, principalmente em Itapetininga, revela traços da sócio-história, pois sabe-se que o Caminho das Tropas que vinham do Rio Grande do Sul tinha como ponto de passagem algumas cidades paulistas antes de alcançar o destino final, Sorocaba. Portanto, o estudo ratifica a importância de associar aspectos sócio-históricos a dados linguísticos, contribuindo, desse modo, para a melhor compreensão e descrição do português brasileiro.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Menino, guri or piá? a diatopic study on regions Midwest, Southeast and South from the data of Project Linguistic Atlas of Brazil. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.463-497, 2014.

- **ABSTRACT:** *This paper uses as corpus of analysis the data collected by the Project Linguistic Atlas of Brazil team in three regions: Midwest, Southeast and South. These data refer to the country cities and to the capitals of each state; they were collected from informants who were selected according to established profiles. On this occasion, the objective was to discuss the diatopical distribution of lexical variants for question number 132 – A very young child is called baby. However, when this small kid is 5-10 years old and also is a male person, how is the most commonly used term for calling him? – of Lexical-Semantic Questionnaire (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001). The methodology involved descriptive and inferential analysis which were pertinent to the study. Thus, eight hypotheses were tested in order to analyze the behavior and the diatopical distribution of the five most productive variants in the set of answers. The main results indicated that those variants exhibited different behaviors in three different regions: (i) the variant menino showed homogeneous distribution in ten states; (ii) the lexical forms guri and piá had a heterogeneous distribution in the Southern region; (iii) variants of indian etymology (guri and piá) are more representative in the South and Midwest; (iv) there is a greater representation of variant moleque (African etymon) in the Southeast, especially in São Paulo and Minas Gerais.*
- **KEYWORDS:** ALiB Project. Dialectology. Lexical variants.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. De onde vieram e por onde andam as nossas libélulas e jacintas? um estudo da etimologia popular com base em dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n.41, p.291-309, 2010.

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>> Acesso em: 17 dez. 2012.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

CUNHA, A. G. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Ed. da UnB, 1999.

_____. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DIÉGUES JÚNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1960. (Série VI, Sociedade e Educação, v.2).

DUARTE, A. C. O Centro-Oeste na organização regional do Brasil. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v.1, p.15-20.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. Tradução de Frederico Pessoa Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1991.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Versão eletrônica 5.0. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GALVEZ, J. A. (Ed.). *Dicionário Larousse Francês/Português, Português/Francês*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, A. N. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.41-59.

_____. Designações para estilingue em atlas lingüísticos brasileiros: perspectivas diatópica e sócio-histórica. In: CONGRESS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES. 24., 2007, Tübingen. *Actes...* Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2007. t.1, p.533-546.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1952. 2 t.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. *Noções de probabilidade e estatística*. 3.ed. São Paulo: IME-USP, 2001.

MANDEL, E. *O significado da segunda guerra mundial*. São Paulo: Ática, 1989.

MARINS, L. G. F. *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*. 2012. 310f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

_____. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

PAIM, M. M. T. A variação lexical nos campos semânticos corpo humano e ciclos da vida: o que revelam os dados do Projeto ALiB. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, n.8, p.143-159, 2011.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Schwarcz: Companhia das Letras, 1995.

ROMANO, V. P.; AGUILERA, V. de A. Distribuição diatópica para as variantes para *tangerina*: um estudo geo-sociolinguístico. In: ISQUERDO, A. N.; ALTINO, F. C.; AGUILERA, V. de A. (Org.). *Atlas Linguístico do Brasil: descrevendo a língua, formando jovens pesquisadores*. Londrina: UEL, 2009. p.148-157. CD-ROM 1.

SILVA, A. M. *Dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, L. M. da; AGUILERA, V. de A. Variantes lexicais para o *gambá*: um estudo geolinguístico nas capitais brasileiras. In: CIELLI – COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1., 2010, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. p.1-13.

SILVA-COSTA, D. de S.; ISQUERDO, A. N. Um estudo etnolinguístico de designativos para 'gambá' no Brasil Central: contribuições do Projeto ALiB. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.41, n.2, p.779-792, 2012.

SPSS for Windows. Version 17.0. [S.l]: IBM, 2008. 1 CD-ROM.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná*: do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed. da UEL, 2002.

VIEIRA, S. *Análise de variância: Anova*. São Paulo: Atlas, 2006.

YIDA, V. *O campo semântico da alimentação e cozinha no Atlas Linguístico do Brasil*: um estudo lexical nas capitais. 2011. 191f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

Recebido em janeiro de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Análise do Discurso, p.257 e p.371
Aquisição da escrita, p.347
Argumentação, p.257
Avortement, p.323
Cena da enunciação, p.287
Classes de verbos, p.401
Construção transitiva, p.401
Decomposição lexical, p.401
Denominação descritiva, p.417
Denominação, p.417
Designação, p.417
Dialetoлогия, p.463
Discurso, p.287
Enfermidades, p.441
Énonciation, p.323
Escrita escolar, p.371
Ethos, p.257 e p.287
Gêneros do discurso, p.347
Gramática de construções, p.401
História social da Linguagem, p.441
Identité, p.323
Língua e realidade, p.441
Linguística histórica, p.441
Linguística textual, p.371
Livros, p.287
Logos, p.257
Pathos, p.257 e p.287
Pouvoir, p.323
Projeto AliB, p.463
Relações intergenéricas, p.347
Semanário *O Araripe*, p.441
Sentido, p.417
Signalética, p.417
Sofística, p.257
Subjectivité, p.323
Variantes lexicais, p.463
Violação, de Rodolfo Teófilo, p.441

SUBJECT INDEX

- Abortion*, p.323
- ALiB Project*, p.463
- Argumentation*, p.257
- Books*, p.287
- Construction grammar*, p.401
- Descriptive naming*, p.417
- Designation*, p.417
- Dialectology*, p.463
- Discourse Analysis*, p.257 e p.371
- Discourse genres*, p.347
- Discourse*, p.287
- Diseases*, p.441
- Enunciation scene*, p.287
- Enunciation*, p.323
- Ethos*, p.257 e p.287
- Historical Linguistics*, p.441
- Identity*, p.323
- Intergenre relations*, p.347
- Language and reality*, p.441
- Lexical variants*, p.463
- Logos*, p.257
- Naming*, p.417
- Pathos*, p.257 e p.287
- Power*, p.323
- Predicate decomposition*, p.401
- School Writing*, p.371
- Sense*, p.417
- Signaletic*, p.417
- Social history of Language*, p.441
- Sophistic*, p.257
- Subjectivity*, p.323
- Text Linguistics*, p.371
- Transitive construction*, p.401
- Verb classes*, p.401
- Violação*, by Rodolfo Teófilo, p.441
- Weekly Araripe*, p.441
- Writing acquisition*, p.347

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

ALMEIDA, M. de F., p.441

CAPRISTANO, C. C., p.347

CIRÍACO, L., p.401

CONDE, C., p.417

ELY, L. A., p.287

GALINARI, M. M., p.257

GONZAGA, J. de A., p.323

LAFOREST, M., p.323

LEITE, F. de F., p.441

NEGRI, L., p.287

OLIVEIRA, E. C. de, p.347

PIETRI, E. de, p.371

ROMANO, V. P., p.463

SEABRA, R. D., p.463

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Linguística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. Não serão aceitos, trabalhos produzidos por pesquisadores que não tenham o título de doutor. No caso de trabalhos em coautoria, mesmo que haja autor(es) que esteja(m) cursando o doutorado, um dos autores, necessariamente, deve já possuir o título de doutor. A revista edita artigos, retrospectivas, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos Estudos Linguísticos.

São aceitas apenas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista, que também não terá acesso ao nome autor. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

No caso dos textos produzidos por autores convidados, o *peer review* será realizado pelos membros do Conselho Editorial da revista.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE*, *ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto deverão ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: Os autores devem realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista (www.alfa.unesp.br), na

seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção “AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;
2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia, título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suplementares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice ou anexo ao texto principal, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si.
5. Confirmação: Concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos acima descritos, o autor deve aguardar o e-mail do editor e, nesse ínterim, pode acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, re-edição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e os Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman* de tamanho 12, espaçamento um e meio entre linhas no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão total de no mínimo 15 páginas e no máximo 30, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

1. **título** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entrelinhas;

2. texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus objetivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra RESUMO, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;
 3. palavras-chave, no máximo de sete, separadas por ponto, precedidas do termo PALAVRAS-CHAVE, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, a Comissão Editorial sugere que as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
 4. o corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio entrelinhas;
 5. subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do autor, devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de um e meio depois do texto que os precede e um espaço um e meio antes do texto que os segue;
 6. agradecimentos, quando houver, seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
 7. título do artigo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), inserem-se duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito.
 8. versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês;
 9. versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do abstract;
- OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem seguir a versão em português do título, do *RESUMO* e das *PALAVRAS-CHAVE*;
10. referências, sob o subtítulo **REFERÊNCIAS** alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, duas linhas abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 abaixo);
 11. duas linhas abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo Bibliografia consultada, alinhado à esquerda, em negrito

e sem adentramento, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, solicita-se que se informe o nome do tradutor.

Exemplos:

Livros

Authier-Revuz, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Coracini, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Capítulos de livros

PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do

Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 1988. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos,** Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos on line

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, Peter. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, p.6, 4 nov. 2007.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização

Documentária da UNESP. Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...** São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Citações diretas em mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaço simples entrelinhas. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e virem destacadas apenas entre aspas.

3.3.3. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.4. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi).

3.3.5. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para

sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas e quadros insere-se na parte superior, centralizado, e a numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte dos dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

go 5° da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), como pela versão impressa, sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

3.3.6. Anexos e/ou Apêndices.

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e inclusos no limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

3.3.7. Transferência de direitos autorais – Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa: Revista de Linguística*, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do arti-

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



